

MATRIZ  
AFRICANA  
EM CAMPINAS  
TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E  
REPRESENTAÇÃO

Alessandra Ribeiro Martins

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO*: SENSO EM URBANISMO**

**ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS**

**MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS:  
TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO**

**CAMPINAS**

**2016**

**ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS**

**MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS:  
TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO**

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor(a) em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Jr.

**CAMPINAS**

**2016**

## ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS


### MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO


Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Urbanismo.

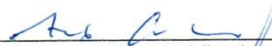
Área de Concentração: Urbanismo.


Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Tese defendida e aprovada em 06 de fevereiro de 2017 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior  
Orientador da Tese e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes  
Unicamp

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Claudia Wanderley  
Unicamp

---

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t398.3  
M386m

Martins, Alessandra Ribeiro.  
Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação / Alessandra Ribeiro Martins.- Campinas: PUC-Campinas, 2016.  
295p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Júnior.  
Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.  
Inclui anexos e bibliografia.

1. Cultura popular. 2. Patrimônio Histórico. 3. Patrimônio cultural.  
4. Cultura Afro-Brasileiro. 5. Campinas (SP) – História. I. Santos Júnior Wilson Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed. CDD – t398.3

## DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todas as crianças negras e pardas brasileiras, que ainda carecem conhecer mais sobre suas histórias, etnias, culturas, origens e ancestralidade.

A todos os meus mestres mais velhos por me permitirem dar continuidade a suas memórias e registros sobre a nossa presença negra em Campinas.

A toda a Matriz Africana (re)existente por fazer de nós negros, brancos e brasileiros, um povo único.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que contribuíram para a realização dessa pesquisa durante esses anos de estudo, desafios, medos e descobertas.

A todos os meus familiares, referindo-me às minhas amigas: a sempre parceira mãe Maria Alice Ribeiro, a filha Bianca Lucia Martins Lopes e a irmã Cristiane Ribeiro Stubna.

A todas as gerações da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e equipe gestora da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, em especial às nossas crianças Natalie Stubna, Nayara Stubna, Nicolas Stubna, Luís Octávio Ruhan Pereira, Enzo Giovanni Ruhan Pereira e todas as outras por me permitirem sonhar.

Todos os parceiros, coletivos, grupos culturais e lideranças que generosamente preservam nossas culturas de Matriz Africana, referidos aqui em nome de todos os demais envolvidos, através da pessoa do ex vereador e deputado Sebastião Arcanjo (Tiãozinho/PT), Casa de Cultura Tainã, Coletivo Saravaxé, Ponto de Cultura Nina e Grupo Força da Raça.

Ao meu orientador Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior, “Caracol”, pela amizade, paciência, companheirismo e conversas nesses 7 anos entre o mestrado e o doutorado.

A todos meus professores do doutorado, mestrado, graduação e de outros encontros, que contribuíram com minha caminhada acadêmica: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Wanderley e Prof Dr Artur José Renda Vitorino.

Aos queridos amigos do Grupo Interdisciplinar CLE de Auto-Organização (Cultural Lab) pelas conversas, provocações e questionamentos; à aluna de iniciação científica Stephanie Mendonça Ribeiro; à elaboração e auxílio dos mapas por Ciro Ruiz Vicente da Silva; às leituras e correções de Chris Lafayette, Maíra Silva e Camila Laroca.

Ao povo Paiter Surui (Cacoal Rondônia) por me inserir o desejo de buscar, identificar e preservar minhas raízes étnicas.

À Banca de Qualificação e Defesa da Tese por todas as contribuições nesta pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas pela minha formação acadêmica e abertura para minhas reflexões.

À CAPES pela bolsa de estudos para realização desta pesquisa.

**EPÍGRAFE**

“Hoje negros e brancos, sabendo que  
brancos e negros já o fomos, vimos  
cobertos de fé e cheios do espírito fértil de  
Deus”.

Edna de Almeida Lourenço



## RESUMO

Matriz africana é toda herança ancestral cultural, territorial, monumental, linguística e organizacional, tanto em documentos e vestígios urbanos quanto na oralidade, transmitidos pelos negros africanos escravizados e preservados no território pela memória através de manifestações, reinvenções e reterritorializações em Campinas em forma de grupos, marchas, cortejos, manifestações culturais, povos e comunidades tradicionais. Todas as manifestações têm como representação fundamental para sua existência e prática o compromisso com a transmissão de saberes, salvaguarda e preservação dessa ancestralidade africana, incluindo a luta permanente contra o racismo, discriminação e intolerâncias diversas. Essa tese desenvolveu um novo olhar sobre os espaços e territórios de matriz africana de Campinas, focando nas contribuições dos grupos, pontos de cultura, movimentos e manifestações culturais, comunidades tradicionais de terreiro (Umbanda, Candomblé etc) e na formação e reterritorialização contemporânea desses lugares. Para tanto, investigou a construção histórica, pós-abolição da escravidão e a aparente “invisibilidade” da matriz africana na cidade; as estratégias de apagamento oficial dessa memória e dos vestígios culturais; e analisou o processo de reconstituição dos registros e vestígios espaciais e culturais, tendo a Constituição de 1998 como base para a elaboração de políticas públicas referentes a essa matriz. Avaliou que a herança cultural de matriz africana em seus saberes, valores e práticas amplia sua visibilidade por meio da luta do movimento negro, dos grupos culturais e dos povos e comunidades tradicionais. Valorizar a riqueza desta contribuição implicou na obrigação e na contradição de reconhecer o lugar de subalternização e estereotipia conferidos aos negros e negras na sociedade brasileira e o compromisso com a transformação territorial desta realidade. Foi relevante perceber que a desigualdade espacial se incorpora à desigualdade social ao se fundirem, no espaço urbano, os interesses do capital, a ação do Estado e a luta de amplos segmentos da população como forma de resistência contra a segregação e pelo direito à cidade. A tese recuperou várias ações de pessoas e coletivos ligados à matriz africana que contribuíram, e ainda contribuem, para a construção de Campinas, mesmo quando em seu cotidiano essa cidade parece rumar para longe delas; Campinas, ao ser planejada, organizada e construída, enfrentou as escolhas de seus dirigentes e a atuação dos movimentos para que a população em sua totalidade fosse inserida. Foi

aí que este trabalho se inseriu ao reelaborar a compreensão dessa identidade de matriz africana a partir da percepção das possibilidades de auto representação no espaço urbano pelas culturas locais.

**Palavras-chave:** território de matriz africana, memória territorial, representação de matriz africana, patrimônio histórico e cultural.

### **ABSTRACT**

*African matrix refers to every ancestral cultural heritage, territorial, monumental, linguistic and organizational, both in documents and urban vestiges as in orality, transmitted by black Africans enslaved and preserved in the territory by memory through manifestations, reinventions and reterritoralisations in Campinas in the form of groups, Marches, processions, cultural manifestations, peoples and traditional communities. All manifestations have as a fundamental representation for their existence and practice the commitment to the transmission of knowledge, safeguard and preservation of this African ancestry, including the permanent struggle against racism, discrimination and diverse intolerances. This thesis developed a new look at the spaces and territories of the Campinas' African matrix, focusing on the contributions of groups, points of culture, movements and cultural manifestations, traditional "terreiro" communities (Umbanda, Candomblé etc) and the contemporary formation and reterritoralisations of these places. For this, it investigated the historical construction, post-abolition of slavery and the apparent "invisibility" of the African matrix in the city; The strategies of official erasure of this memory and cultural vestiges; And analyzed the process of reconstitution of records and spatial and cultural vestiges, with the 1998 Constitution as the basis for the elaboration of public policies related to this matrix. It said that African cultural heritage in its knowledge, values and practices increases its visibility through the struggle of the black movement, cultural groups and traditional peoples and communities. Valuing the wealth of this contribution implied in the obligation and the contradiction of recognizing the place of subalternization and stereotypy conferred on black people in Brazilian society and the commitment to the territorial transformation of this reality. It was important to realize that spatial inequality is incorporated into social inequality by*

*merging, in urban space, the interests of capital, state action and the struggle of broad segments of the population as a form of resistance against segregation and the right to the city. This thesis recovered several actions of people and groups linked to the African matrix that contributed, and still do, to the construction of Campinas, even when in its daily life this city seems to move away from them; Campinas, when planned, organized and constructed, faced the choices of its leaders and the actions of the movements so that the population in its totality was inserted. It was when this work was inserted reworking the understanding of this identity of African matrix, from the perception of the possibilities of self representation in the urban space by the local cultures.*

**Keywords:** *territories of African matrix, territorial memory, representation of African matrix, historical and cultural patrimony.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAM	Associação das Baianas de Acarajé
ALESCA	Associação das Escolas de Samba de Campinas
ARMAC	Associação dos Religiosos de Matriz Africana de Campinas
AUESSP	Associação Umbandista e Espiritualista do Estado de São Paulo
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CDPCNC	Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra
CEPIR	Coordenadoria Especial para Igualdade Racial
CMU	Centro de Memória da UNICAMP
CNCD	Combate Nacional de Combate à Discriminação
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Campinas
CONDEPACC	Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPC	Controladoria do Patrimônio Cultural
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EMCeA	Escola Municipal de Cultura e Arte
EPC	Equipamento Público Comunitário
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNB	Frente Negra Brasileira
FCP	Fundação Palmares
FEABESP	Federação Afro Brasileira do Estado de São Paulo
FECANTA	Federação Campineira de Teatro Amador
FECONEZU	Festival Comunitário Negro Zumbi
FEUCEM	Federação Espírita dos Cultos Afrodescendentes de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo Estrela do Mar
FGTS	Fundo e Garantia por Tempo de Serviço
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial

GTDO	Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
HABI	Superintendência de Habitação Popular
IBECA	Instituto Brasileiro de Esporte, Cultura e Arte
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOM	Lei Orgânica Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINC	Ministério da Cultura
MIS	Museu de Imagem e Som
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MPL	Movimento Passe Livre
MPU	Movimento Político Umbandista
PCdoB	Partido do Socialismo
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PLANAPIR	Plano Nacional de Igualdade Racial
PLP	Promotoras Legais Populares
PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROAC	Programa de Ação Cultural
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Solidário
PT	Partido dos Trabalhadores
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SEHAB	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETEC	Serviços Técnicos Gerais
TEM	Teatro Experimental do Negro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>FICHA CATALOGRÁFICA</b>	5
<b>DEDICATÓRIA</b>	6
<b>AGRADECIMENTOS</b>	7
<b>EPIGRAFE</b>	8
<b>RESUMO E <i>ABSTRACT</i></b>	9
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	12
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>1 TERRITÓRIO DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: ORIGENS E CONTEX- TOS</b>	34
1.1 O LARGO SÃO BENEDITO (ATUAL PRAÇA SILVIA SIMÕES MAGRO <sup>1</sup> ) E O CEMITÉRIO DOS CATIVOS OU DOS PRETOS (CEMITÉRIO BENTO)	37
1.2 A MANUTENÇÃO DA ORDEM	40
1.3 AS IRMANDADES DOS PRETOS NO BRASIL	44
1.4 CULTO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: IRMANDADE E IGREJA EM CAM- PINAS	46
1.5 A IRMANDADE “SÃO BENEDITO DE CAMPINAS”: SALVE SÃO BENEDITO	51
1.6 O JAZIGO E CAPELINHA DO CÔNEGO MELCHIOR	53
1.7 MESTRE TITO	55
1.8 A IGREJA SÃO BENEDITO	57
1.9 PATRIMÔNIO CULTURAL (MATERIAL E IMATERIAL): SÍMBOLOS URBANOS EM CAMPINAS	62
1.10 TERRITÓRIO NEGRO (PRAÇA ANITA GARIBALDI)	66
1.11 LEIS, DECRETOS E CONQUISTAS	73
1.12 REGISTROS DAS EXPERIÊNCIAS DE VEREANÇA DE REPRESENTANTES DA COMUNIDADE NEGRA EM CAMPINAS <sup>2</sup>	77

<sup>1</sup> A praça Silvia Simões esta inserida no inventário de bens desse entorno tombados de Campinas, o qual podemos acessar parte dessa memória do cemitério dos cativos no século passado. [www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=28](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=28)

<sup>2</sup> A Câmara ou Conselho da Vila de São Carlos, antiga designação do município de Campinas, foi constituída em decorrência da elevação a município da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso, por provisão do capitão governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, em dezembro de 1797. A primeira Câmara eleita em 15 de dezembro daquele ano foi dissolvida, realizando-se nova eleição no ano seguinte. A 26 de abril de 1798 foi eleita e efetivamente tomou posse a Câmara da Vila de São Carlos. Em 1829 é substituída pela Câmara Municipal por força da Lei de organização das câmaras municipais de 1828.

1.13 BREVE HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES EM CAMPINAS	81
1.14 SOBRE RUAS, PRAÇAS, ALAMEDAS, IGREJAS DE HISTÓRIAS NEGRAS DE CAMPINAS: AS PLACAS BIOGRÁFICAS	89
1.15 A CASA DA RUA DIREITA (GREGÓRIA POMPEU): UM BREVE ESTUDO DE CASO	93
1.16 UMA CASA NA RUA BARÃO DE JAGUARA	100
1.17 A CASA DA “DINDA”	111
<b>2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DA IGREJA AO TERREIRO DA RUA</b>	116
2.1 A MATRIZ AFRICANA	117
2.2 MARCOS REGULATÓRIOS E SINCRETISMO: RETERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA	129
2.3 A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (CATEDRAL METROPOLITANA DE CAMPINAS)	144
2.4 ALGUNS ASPECTOS: GÊNERO, TERRITÓRIO E POLÍTICA	147
2.5 ASSOCIAÇÃO DOS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA CAMPINAS (ARMAC) E SUA ATUAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	150
2.6 11ª FESTA DE SÃO JORGE GUERREIRO	152
2.7 ATO SOLENE DA SEMANA DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS AFRICANOS: 11ª EDIÇÃO DA HOMENAGEM ÀS MÃES CRIADEIRAS E OGÃS	154
2.8 CARTA MAGNA DA UMBANDA	156
2.9 JUVENTUDE DE TERREIRO: CULTURA, POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO	159
2.10 COLETIVO SARAVAXÉ E SUA TERRITORIALIDADE	163
2.11 ARMAC E COLETIVO SARAVAXÉ	169
2.12 CAMINHOS DO AXÉ	172
2.13 CEMITÉRIO DA SAUDADE EM CAMPINAS: AS CRIANÇAS, ESCRAVIZADO TONINHO E “TRANÇA-RUAS”	177
2.14 CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO: O TERREIRO, A RUA, OS ELEMENTOS CENTRAIS DA CULTURA DOS POVOS DE MATRIZ AFRICANA	187
2.15 A PESQUISA DE CAMPO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA (PARTE 2)	191

<b>3. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA: DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO</b>	198
3.1 AS ORGANIZAÇÕES E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO	200
3.2 A LIGA HUMANITÁRIA DOS HOMENS DE COR NO PRESENTE	204
3.3 A BANDA HUMANITÁRIA DOS HOMENS DE COR (CORPORAÇÃO MUSICAL DOS HOMENS DE COR)	206
3.4 CENTRO CULTURAL RECREATIVO BENEDITO CARLOS MACHADO (CLUBE MACHADINHO)	207
3.5 13 DE MAIO É OU NÃO DIA DO NEGRO?	210
3.6 O TRABALHO É PARA LIVRES. O TRATO NÃO: SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINAS	213
3.7 TEATRO EVOLUÇÃO	215
3.8 GRUPO SAVURU	218
3.9 URUCUNGUNS, PUÍTAS E QUIJENGUES	222
3.10 CAMINHO DAS ESTRELAS: TAINÃ E OS PONTOS DE CULTURA	224
3.11 FRENTE DAS MULHERES NEGRAS	225
3.12 PONTO DE CULTURA IBAÔ: CAPOEIRISTAS E SALVAGUARDA EM CAMPINAS	229
3.13 A CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA: CENTRO DE REFERÊNCIA JONGO DITO RIBEIRO, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE TERRITÓRIO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO DE CAMPINAS	234
3.14 QUILOMBO URBANO OMG: OZIEL, MONTE CRISTO E GLEBA B: OCUPAÇÃO POR MORADIA	237
3.15 PAGODE DA VÓ TIANA: SAMBA E COMUNIDADE, NEGROS NAS VILAS POPULARES	239
3.16 AS ESCOLAS DE SAMBA	244
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	256
<b>REFERÊNCIAS</b>	262
<b>ANEXOS</b>	277



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como perspectiva desenvolver um novo olhar sobre as contribuições dos grupos, movimentos e manifestações culturais, comunidades tradicionais de terreiro, pontos de cultura, espaços e territórios de matriz africana na formação de Campinas. Buscou compreender se houve ou não o deslocamento das comunidades de seus locais de origem para a organização de novos territórios, se houve reterritorialização<sup>3</sup> de lugares existentes na cidade, se foram construídas outras memórias sobre essa presença negra, e investigar quais as causas da ausência de visibilidade dessa matriz africana na cidade de Campinas.

Sabe-se que o percurso histórico da população negra no Brasil sofreu e sofre diversos apagamentos nos espaços das cidades, processos em sua maioria tão violentos que trouxeram provocações e questionamentos como: onde estão os negros em Campinas? Como localizar esses grupos e manifestações de matriz africana? Quem registra e onde ficam suas histórias, modos de fazer e memórias na participação de construção dessa cidade?

A cidade enquanto espaço de manifestação do povo é viva e mantém suas raízes latentes mesmo quando aparentemente não são vistas, e as marcas estão lá mesmo diante das transformações, pois foi necessário observar a ritualização dessa memória através de diálogos com os mais velhos, já que a lembrança se materializa no espaço físico como âncora na formação de um tipo de representação contemporânea e na perspectiva coletiva, ainda que não universal, mas que permite a esses indivíduos terem acesso a um processo de identificação com essa matriz africana.

Observa-se o uso que estes grupos fizeram dos chamados “lugares de memória” em um contexto no qual o passado sempre é evocado, sendo este campo permeado pela lembrança negra e seus resquícios na cidade. Em Campinas, no início do ciclo do açúcar, princípio do século XVIII, baseado na utilização da mão de obra escrava a população se ampliou e diversificou: em 1797 a população era de 2.107 pessoas, sendo 700 africanos, 330 agricultores, 550 mulheres brancas, 400 mulatas livres, 14 tropeiros, 9 comerciantes, 4 padres e 12 mendigos (BERGÓ,

---

<sup>3</sup> Reterritorialização, nesta pesquisa se aplica aos diversos aspectos do uso de um território, quando comunidades, grupos e coletivos se apropriam, ou ocupam, ou reapropriam na busca de fortalecer sentidos, mesmo que no passado esse território não tenha sido “formalmente” destes. A reterritorialização perpassa por aspectos, econômicos, cartográficos, simbólico-cultural, fronteiras políticas, etc. (HAUSBAERT, 2002)

1952). Este é um momento de transformação econômica e demográfica; nota-se relativa autonomização econômica e também um significativo crescimento populacional: só para comparação, “em 1775 a Freguesia contava com 247 habitantes e em 1797 sua população era de 2107 pessoas, um crescimento de aproximadamente 753%”. (BERGÓ, 1952). Esta informação foi uma das primeiras pistas para formulação do problema que este trabalho buscou responder, pois com índices e documentos que evidenciam a forte presença da população negra escravizada para a consolidação de Campinas, como esta presença se revela e como se apresenta na contemporaneidade?

Segundo Rodrigues (2004), na década de 1830 aproximadamente um terço da produção açucareira de São Paulo se devia a Campinas, e em razão do açúcar ser sustentado pelo trabalho escravo nesse mesmo período a população escrava de Campinas representava 5% da população escrava total da Província de São Paulo, o que fazia da cidade o maior mercado comprador e distribuidor de escravos da província. Na verdade, é só nas primeiras décadas do século XIX que a população escrava de Campinas alcança participação expressiva no total do contingente populacional da cidade: segundo os censos, em 1774 a população escrava correspondia a 18,3% do total da população, alcançando 33,8% em 1814 e 56,2% em 1829; chegou a representar quase 60% da população total de Campinas e, muito embora a partir dos anos 1860 o ritmo de crescimento da população escrava tenha diminuído em função da proibição do tráfico negreiro, em 1874 Campinas alcançou um elevado volume absoluto de população escrava: 9986 pessoas.

A transição das relações de produção do complexo cafeeiro da sua fase escravista para a capitalista trouxe para Campinas um aumento significativo de estrangeiros, o que significou a substituição do trabalho escravo pelo livre e diversas mudanças na estrutura social.

Enquanto os estrangeiros chegavam à nova terra com a firme aspiração de conseguir seu “pedaço de chão”, para os ex-escravos as possibilidades eram reduzidas. Os que conseguiam fugiam para os quilombos na busca por reconstruir um coletivo familiar e dar continuidade ao uso da terra livre e à produção coletiva. Aos que ficavam na cidade nada restava além de cortiços, formação de favelas e demais formas de moradias periféricas sem auxílios dos governantes existentes.

A conquista de um pedaço de chão em Campinas e na maioria das cidades brasileiras não foi tarefa fácil, porque além do custo outro fator se impunha nessa busca: a diferenciação social.

O número absoluto de negros e mulatos declinou até 1890; depois se recuperou vagarosamente e até 1925 já estava em um nível absoluto duas vezes maior que o de 1890. Mas a proporção de negros e mulatos na população campinense caiu constantemente entre 1872 e 1925, constituindo menos da metade da proporção de 1872. “(...) De 1872 a 1890 a população negra, relativamente à branca, decai de 60,8% para 30,5%”. (MACIEL, 1985) Esse decréscimo da população negra e mestiça em Campinas apontou a febre amarela e transformações urbanas, a partir da abolição, por meio de estudos como os desenvolvidos por Badaró (1993) e Pupo (1996).

Porém, foram os registros dessa presença numericamente majoritária que privilegiaram nessa pesquisa a presença da matriz africana do ponto de vista do patrimônio material e imaterial dessas tradições e, ao mesmo tempo, na busca por compreender como a matriz africana influenciou e influencia o ambiente e a forma urbana de Campinas, tendo em vista que a participação da população negra no contingente populacional foi reduzida.

A questão da identidade brasileira e suas possibilidades de auto-organização nos territórios urbanos teve especial relevância, sobretudo nas discussões sobre os debates étnico-raciais impulsionados pela Lei nº 10639/03, que gerou a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, pois comunidades e manifestações de matriz africana dialogam com a educação e a cidade principalmente quando se deslocam de seus lugares de origem e está em suas agendas e demandas sociais que passam a construir e dar outros sentidos aos antigos territórios da cidade.

Para esta reflexão, Debrun (1996) analisou a identidade brasileira e as complexas dualidades de grupos e coletivos. O autor afirmou que a auto-organização é, em algum grau, sempre uma criação: não é uma questão de tudo ou nada, mas um processo relativamente autônomo nas condições de seu início, se desenvolvendo em um sistema dinâmico de si sobre si, que tem como motor a própria interação entre os elementos. Quando estes coletivos se estruturam e materializam ações que partem de uma pluralidade real entre elementos distintos, tendo a criatividade como elemento gerador, cresce o grau de liberdade. Nesta perspectiva as comunidades de

matriz africana estudadas realizaram ações que as consolidam e que impactam a cultura local de Campinas.

Para delimitar quem são esses povos e comunidades tradicionais de matriz africana foram usadas as definições da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção para Igualdade Racial): coletivos que se identificam e se reconhecem, povos que resistem e preservam a cultura afro, caracterizando-se pela manutenção de um contínuo civilizatório no Brasil e constituindo territórios próprios marcados pela vivência comunitária, pelo acolhimento pela prestação de serviços.

Não por acaso foi estudada a Constituição Brasileira de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”. Dela decorreram leis complementares que garantiram a criação de políticas setoriais públicas que ampliaram os direitos de cidadania. No campo da cultura de matriz africana não foi diferente, apesar do tempo transcorrido entre a promulgação da Constituição, a criação de legislação complementar e a formulação de políticas públicas, em comparação a outras políticas setoriais.

O Estado brasileiro, a partir dos anos 1970, ampliou os recursos legais que reconheceram direitos até então negados à população negra e passou a legitimar e dar posse aos espaços urbanos nos quais essa população escreveu e continua escrevendo as suas memórias, histórias, culturas e religiosidades.

Espaços de fomento, manifestação e preservação dessas culturas de matriz africana foram aqui intitulados de territórios de matriz africana, constituindo novas categorias de direito fundiário, como afirma o Dr. Marco Aurélio Bezerra de Melo, defensor público no Rio de Janeiro: “A formação desses territórios tem propiciado pequenas revoluções locais e mesmo regionais ao permitirem a organização e a articulação de populações até então acuadas, configurando-as como novos atores coletivos”. Ao mesmo tempo contribui ao colocar em pauta leis que possibilitam demonstrar e reconhecer a cultura do povo como patrimônio do país e prevê, de forma inédita, a criação de dispositivos legais para políticas culturais públicas voltadas para esses grupos e culturas. Um interessante exemplo disso é o decreto nº 3.551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que formam o patrimônio cultural brasileiro, e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Nessas novas iniciativas o reconhecimento da cultura se pauta com o respeito, por exemplo, à tradição oral desses grupos e suas formas organizativas, baseadas, em geral, na tradição familiar e nas relações comunitárias. Tais iniciativas, no entanto, ainda não são suficientes para garantir a simetria entre as diversas raciona-

lidades, valores e formas de expressão em conflito no âmbito das políticas culturais públicas e territoriais de Campinas, que ainda caminha a passos lentos.

A herança cultural de matriz africana em seus saberes, valores e práticas tem ganhado maior visibilidade por meio da luta do movimento negro, dos grupos culturais e das comunidades tradicionais. Valorizar a riqueza desta contribuição implicou na obrigação e na contradição de reconhecer o lugar de subalternização e estereotipia vinculado aos negros e negras na sociedade brasileira e o compromisso com a transformação desta realidade e sua identidade territorial.

Entretanto, ao enfatizar os territórios, a mesma Constituição de 1988 ampliou consideravelmente a possibilidade de falar deles, tendo, inclusive, o Artigo 68 do ato das disposições constitucionais territoriais reconhecido o direito que as comunidades remanescentes de quilombos têm às terras que ocupam assim como a obrigação do Estado em legalizar tais posses. A redação desse Artigo 68 deixa clara sua intenção de reparação histórica e valor simbólico, voltado ao restrito universo dos “remanescentes” daqueles que foram ícones da resistência à escravidão. Portanto, muitas vezes não é possível recorrer a uma memória já estabelecida para justificar um território, mas ao contrário, somente a partir do território é que se pode recuperar as memórias esquecidas ou invisibilidades no contexto urbano e as prioridades territoriais da cidade.

É aí que este trabalho buscou contribuir, se voltando à compreensão dessa identidade de matriz africana a partir da percepção das possibilidades de autorepresentação no espaço urbano pelas culturas locais. Por se tratar, com frequência, de registros muito discretos, com frequência tais elementos dependem da conexão ou da provocação de novas situações sociais para que possam ser reaplicadas, como novos rituais coletivos de natureza política em que se inserem marchas, cortejos, manifestações, encontros com o poder público e trocas de informações com outras comunidades e outros grupos. Assim, os participantes tomam consciência das semelhanças que os conectam e das diferenças que lhes dão identidade. É através do diálogo com esses grupos, comunidades tradicionais, manifestações culturais, territórios registrados de resquícios e continuidades dessa matriz africana que suas contribuições são consolidadas em Campinas.

Thompson (1981, pp. 47-61) observou que as pessoas também lidam com suas experiências como sentimentos, tratados em sua cultura como “valores”, explicitados na relação com “normas, obrigações familiares e de parentesco ou, em

suas formas mais elaboradas, nas convicções religiosas”. Tanto quanto as necessidades materiais, os valores são “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões de vida alternativas”. Ou seja, considerar, conforme Thompson, que toda luta social é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores, permitiu perceber, de forma mais ampla, quanto esses territórios deveriam ser analisados e se possível desvendados de modo a possibilitar uma nova releitura sobre essa mesma cidade.

Porém, é relevante perceber que a desigualdade espacial se incorporou à desigualdade social. No espaço urbano, se fundamentam os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos seus ocupantes como forma de resistência contra a segregação e pelo direito à cidade, que é formada pelos seus diferentes bairros, cada um com estrutura própria, particularidades, histórias que reúnem diversidades em uma vida cotidiana coletiva com atividades que criam e moldam as dinâmicas do fenômeno do seu contexto urbano. Tal reflexão é compartilhada por Milton Santos (1978, p.45): a necessidade de considerar o espaço em sua totalidade, como um “conjunto de ações realizadas através de funções e formas” em diálogo concomitante com o passado e presente, sendo esta uma organização feita pelo homem, tanto em estrutura e reprodução da instância social quanto pela autonomia e organização de leis próprias no uso do território do qual é “o povo, que cria o espaço”.

Rolnik (1977, p. 78) afirmou que o patrimônio simbólico do negro brasileiro nestas circunstâncias urbanas se firmou no Brasil como “território político-mítico-religioso”, para sua transmissão e preservação. Um dos suportes mais sólidos aos escravos, para a manutenção desta preservação e transmissão, “foi o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, que se transformou em terreiro como lugar de celebração das formas de ligação da comunidade”. Na atualidade o terreiro também é (re)existência e, por meio de um processo de requalificação urbana, a Fazenda Roseira do Campo Grande em Campinas, após o processo de ocupação e agora gestão formalizada da Comunidade Jongó Dito Ribeiro, que no passado restringia esses escravizados às senzalas e trabalho forçado, faz com que hoje tenham como terreiro as manifestações culturais as salas da casa grande.

Essa pesquisa e a elaboração de mapeamento com análises críticas sobre estes lugares contribuirão para fortalecer a manutenção das memórias, dos territórios e desenvolvimento de políticas públicas que apoiem essa matriz africana

em Campinas, potencializando para a construção da diversidade no país nas questões de raça, gênero, etnia, educação e diversidade religiosa, e ao mesmo tempo colaborando com a valorização da cultura afro descendente na busca de redimensionar as relações sociais e políticas em favor da igualdade e do respeito à diferença, tal como firmado pelo Estatuto da Igualdade Racial de julho de 2010.

O caminhar entre historiadora e urbanista trouxe à autora importantes reflexões sobre como seu trabalho profissional pode efetivamente contribuir para um conhecimento ampliado e, ao mesmo tempo, proporcionar algum tipo de ferramenta de compreensão dos processos de Requalificação, registro e transmissão de saberes intergeracionais dessa matriz africana na cidade.

Houve tentativas de fechar lacunas, mesmo reconhecendo que por muitas vezes essas se ampliaram e, revelaram conhecimentos que ainda não foram encontrados nos estudos anteriores sobre Campinas e o conjunto de modificações em seus espaços urbanos, sobreposto às memórias dos mais velhos campineiros, além da ampliada discussão sobre “Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1926)”, dissertação de mestrado de Cleber da Silva Maciel, defendida em 1985 na UNICAMP e que compôs uma bibliografia e estudo aprofundado de outros autores acerca de diversos aspectos e da cidade de Campinas.

Outro trabalho interessante foi a tese da profa. Margarida J. F. S. Andrade com o título “Transformações urbanísticas em Fortaleza de 1810-1933”, organizada a partir de três períodos diferentes do exame das ações do poder público e o papel da iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade. Através de exercícios de reconstituição cartográfica, registrando Fortaleza em diferentes momentos históricos, representando suas principais fases de desenvolvimento e visibilizando atores sociais que produziram e ocuparam os espaços ao longo do tempo.

A experiência vivida ao conhecer o Povo Paiter Surui com o Grupo Interdisciplinar CLE de Auto-Organização (CulturalLab) na construção do Congresso Científico Amazônia, em Cacoal (RO), foi outro divisor de águas na reflexão. Um povo, uma etnia e a construção de um Código e Normas Paiter Surui, com estratégias desenhadas para 50 anos após quase se verem dizimados pelo contato com o homem branco. Um dos seus parceiros foi o *Google Earth*, que elaborou caminhos que resolvessem a questão sobre o controle de seu território frente aos desmatamentos e madeiras. Absorveram as tecnologias como ferramentas estratégicas de (re)exis-

tência, reconstituição, transmissão de saberes e preservação de sua cultura, valores, memória, língua, tradição e diálogo para com outros povos.

As pesquisas, registros e mapeamentos foram intensificados para que haja o reencontro além de descendentes da matriz africana: como povos étnicos que conhecem suas origens. Só se sabe para onde se vai quando se compreende de onde se veio. Melhor ainda: quando se descobre a certeza do motivo pelo qual se está aqui.

Nesta perspectiva o objetivo é mostrar as várias ações de pessoas que contribuíram e contribuem para a consolidação da cidade, mesmo quando no seu cotidiano essa mesma cidade ruma para distante delas.

Ao ser planejada, organizada e construída, a cidade enfrenta as escolhas de seus dirigentes, como estes irão atuar pela população e possibilitar que esta seja inserida, faça parte deste espaço. Assim, a cidade se torna um sujeito e quase se esquece que quem a faz é o povo.

A metodologia utilizada buscou pensar a Matriz Africana como território, memória e representação a partir do campo do urbanismo, da história, da educação social e a partir das experiências vividas na Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira e seus reflexos dentro do município de Campinas, sendo estes, o laboratório que possibilita a relação direta com os territórios, com as experiências, conversas com diversas lideranças de grupos, movimentos e coletivos, do qual esta pesquisa se pautou, pela busca de relacionar esses registros e fragmentos no território para reconstituir essa memória e representação de matriz africana<sup>4</sup>.

Algumas referências e conceitos pautaram os estudos, como a expressão “lugares de memória” criada pelo historiador francês Pierre Nora (2005), convencido de que nos tempos atuais os países e os grupos sociais sofrem profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado. Ele acreditava que uma

---

<sup>4</sup> Como liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, há mais de 15 anos, e gestora da Casa de Cultura AFRO Fazenda Roseira, tive a possibilidade de ter várias experiências que me possibilitou relações intensas e muito próximas na construção de diversas ações culturais, políticas, sociais junto ao universo pesquisado como relação direta junto aos coletivos, lideranças, movimentos, grupos e terreiros nesta pesquisa relacionados. Nesta perspectiva, queremos evidenciar que não consiste em um estudo que utilizou como metodologia a História Oral, entretanto, passou pelo Comitê de Ética e foi aprovado, a pesquisa de campo, no anexo desta pesquisa, que enfatizou o levantamento do território das comunidades tradicionais de matriz africana e a relação da idéia de Representação e o projeto Ruas de Histórias Negras. Por isso em alguns momentos, será utilizado o termo “conversas informais”, das quais os envolvidos possuem ciência e autorizaram tal uso da informação, sem rigor de transcrição mas da informação e conhecimento produzido no diálogo.



das questões significativas da cultura contemporânea se situa no entrecruzamento entre o respeito ao passado, seja ele real ou imaginário, e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.

Os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; são simbólicos, onde essa memória coletiva – vale dizer essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de serem produtos espontâneos e naturais, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

O plano de trabalho privilegiou a pesquisa qualitativa, considerando a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos indivíduos, que não poderia ser traduzido em números. Aqueles se caracterizam no conjunto de diferentes técnicas que permitem a interpretação dos fenômenos, a atribuição dos significados e possibilitaram descrever e decodificar os componentes estudados de modo a facilitar o emprego da lógica empírica, a definição e o dimensionamento do campo de trabalho com o objetivo de evidenciar os elementos simbólicos que configuram as expressões dessas manifestações de matriz africana.

Para a definição de como apresentar o território, foram estudados profundamente os trabalhos sobre mapeamento social de Acselrad e Coli (2008), que ao analisar o caso brasileiro levantou, entre 1992 e 2008, 118 experiências de mapeamento participativo ou “mapeamentos com envolvimento de populações locais”, termo do próprio autor. O texto indicou uma pluralidade de denominações para estas experiências:

- “cartografia social”;
- “etnomapeamento”;
- “etnozoneamento”;
- “diagnóstico etnoambiental”;
- “levantamentos etnoecológicos”;

- “macrozoneamento participativo”;
- “mapeamento comunitário participativo”;
- “mapeamentos culturais”;
- “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”;
- “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, entre outros.

O foco central do levantamento foi o caráter participativo nos processos de mapeamento, que podiam estar voltados “à delimitação de territórios e territorialidades identitárias a dar elementos para uma discussão sobre desenvolvimento local, oferecer subsídios a planos de manejo em unidades de conservação e promover o etnozoneamento em terras indígenas” (ACSELRAD e COLI, 2008, pp. 24 -25).

Essa análise trouxe a compreensão de qual prioridade à pesquisa se propunha e à tomada de decisão do caminho a ser seguido. O objetivo neste trabalho é dar relevo aos lugares e territórios de matriz africana e refletir sobre essas atuações sobre os impactos da matriz africana na cidade. Consiste em um estudo no qual o pesquisador-participante tem a liberdade de poder refletir sobre suas percepções e o território em estudo. Assim foi definida que a prioridade desta pesquisa se concentraria nas hipóteses iniciais, dando ênfase e visibilidade a esses lugares e não à forma como cada um deles, e pontos definidos, se percebem no espaço.

Deste modo com a compreensão sobre a dimensão deste território de matriz africana foram propostas novas estratégias de atuação para o seu universo em Campinas. Por isso, mapear, construir um caminho de entendimento sobre esse campo exigiu delicada relação entre desvelar e o produto final a ser construído. Segundo Tim Ingold (2005), “conhecer assemelha-se ao mapear não porque o conhecimento seja parecido com um mapa, mas porque os produtos oriundos do mapear (inscrições gráficas) e os do conhecer (histórias) de um mapa” se entrelaçam eventualmente. Para esse antropólogo, conhecer e mapear são atividades situadas em um ambiente, realizadas ao longo de trilhas de circulação e desenvolvidas em um período determinado.

Como ferramentas foram usadas a participação em eventos, atividades junto aos grupos e territórios definidos para estudo e realizadas duas pesquisas de campo: a primeira sobre o projeto “Ruas de Histórias Negras” e a outra sobre os religiosos de matriz africana através do Coletivo Saravaxé, que consiste em um

grupo de sacerdotes, filhos e filhas de santo vinculados aos terreiros, grupos culturais do segmento afro, entre outros que se organizam para realização de ações pelo fortalecimento dos direitos e solidariedade mútua entre os praticantes das religiões de matriz africana. Possui também membros da ARMAC (Associação dos Religiosos de Matriz Africana), que atua no campo da legalidade e defesa dos religiosos, além das realizações de eventos, festas públicas e intervenções políticas para a construção de leis e garantia de direitos dessas religiões.

Foram feitos registros fotográficos e houve apoio nas ações em que a autora já atuou como pesquisadora-participante, cofundadora do Coletivo Saravaxé, secretária da ARMAC, líder da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e gestora da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira.

A definição do recorte temporal se deu por dois aspectos: os registros de Cleber Maciel logo após a abolição, motivo pelo qual visitar os lugares apontados foi fundamental para a compreensão da matriz africana e seus territórios no presente; e a partir dos códigos de posturas e leis desenvolvidas na Câmara Municipal de Campinas nos últimos 20 anos, em diálogo com as políticas públicas e programas de âmbito nacional, existiu um processo que recebeu forte influência e garantia de direitos promovidas pela elaboração da Constituição de 1988.

Assim, foi feito um recorte ampliado desses 128 anos após o fim da escravidão no Brasil, tendo os territórios e manifestações existentes de Campinas como fio condutor analítico e provas documentais, relatos, cruzamento de informações, registros materiais e imateriais que acabaram por se consolidar em um olhar contemporâneo para o passado, no qual a elaboração dos mapas foi relevante para mostrar o território, registrar a produção de conhecimentos a eles associados, potencializar a matriz africana e contribuir para a sua permanência e/ou ampliação de ações. Esse recorte foi dividido em três capítulos:

#### Capítulo 1: Território de matriz africana em Campinas: Origens e contextos

Neste capítulo foi apontado que desde sua fundação Campinas foi palco da disputa de poder entre negros e brancos. Várias estratégias e esforços foram elaborados para centralizar o poder na mão dos senhores e barões de açúcar e café; o grande e crescente contingente africano sempre lhes impôs uma vigília constante, já que quanto mais escravizados mais se necessitava do poder centralizado desses

senhores e mais se exigia controle para a manutenção da ordem imposta e contenção de qualquer tipo de insurreição e/ou revoltas.

Os escravizados da Vila de São Carlos, logo no início do século XIX, criaram fortes laços horizontais de solidariedade e redes de parentescos, mantendo relações entre os escravizados da senzala e libertos que se tornaram uma efetiva ameaça ao poder dos barões e senhores, além de terem tido grande habilidade no exercício de funções especializadas, como sapateiros, ferramenteiros, marceneiros, entre outras. Slenes (2011) considera que houve, provavelmente, uma mistura bastante acentuada de etnias no fluxo para o Brasil, sobretudo após 1810, e a comunicação entre as fazendas, com as possibilidades de estabelecer laços mais duradouros, não conseguiu ser evitada pela vigilância senhorial.

Essa ênfase em uma identidade definida pela experiência desses indivíduos no Brasil também é dada por Reis (1989), que discute o quanto os escravizados foram capazes de reinventar suas tradições e misturar valores e instituições; o autor define “etnia” como identidade recriada no Brasil.

Com o fim da escravidão, essa rede de relações entre os ex-escravizados e seus descendentes permaneceu e foi transferida para os cortiços, periferias e favelas urbanas, que substituíram quase paradoxalmente as senzalas do passado.

Rios e Mattos (2004) afirmam que até 1990 a historiografia brasileira estudou os descendentes dos escravizados a partir da marginalização no mercado de trabalho, destacando o enfoque político e econômico em detrimento das discussões de cunhos sociais e culturais.

O poder e controle dos ex-senhores, apoiados pela igreja, assumiram no presente outras formas de representações políticas, partidárias e também religiosas. O antigo código de postura ganhou novos formatos, mas ainda mantém vivo o apagamento permanente da presença da matriz africana e da contribuição negra na memória da cidade como instrumento da manutenção dessa ordem, agora recriada.

Campinas é uma cidade demarcada pela influência dos valores e relações com os ex-escravizados. A partir das memórias dos lugares foram reconstituídas e apontadas a contribuição africana nos territórios, suas representações nas últimas décadas e as estratégias que essas comunidades e grupos de matriz africana vêm desenvolvendo para que suas referências não sejam apagadas e se tornem visíveis nesta cidade consolidada.

Nesta perspectiva, é compreensível a hipótese de que para se manter a “ordem” foi fundamental que houvesse um apagamento constante e invisibilidade da presença negra em Campinas. Verificou-se uma busca permanente por parte dos grupos, manifestações e comunidades de matriz africana para garantir o direito a essa memória. Para isso, foi importante e mereceu relevância neste trabalho recuperar os lugares simbólicos do passado, como o Largo São Benedito (atual Praça Silvia Simões Magro), o Cemitério dos Cativos ou dos Pretos (Cemitério Bento), a Igreja e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Campinas e a Irmandade São Benedito de Campinas: Salve São Benedito.

Era preciso, a todo preço, conter a “facção dos escravos” e, como se disse desde 1830, vigiar “todos os pretos”. Os párocos eram instruídos a incentivar a confissão, principalmente em datas comemorativas, festivas, cívicas ou religiosas, pois a delação do vigário e, ao mesmo tempo, a quebra do sigilo da confissão em ordem “da província” desencadeou em várias ações: medo de fugas, associações e quilombos – o Quilombo dos Palmares e a Revolta do Haiti em 1791 fazem parte desse contexto.

A organização em irmandades religiosas era uma forma dos escravizados e/ou africanos não se verem tão desprotegidos diante da política e do descaso das autoridades civis e da igreja; era uma estratégia de garantir um mínimo de assistência espiritual e cuidado com os corpos de seus mortos. Santos como Santa Ifigênia, Santo Antônio de Categeró, São Baltazar Santo Elesbão e São Benedito foram sendo absorvidos pelos africanos, além de serem incorporados aos símbolos e em suas várias formas de visões de mundo.

Em Campinas, um processo constante foi a participação e inserção de brancos nas irmandades negras, fator que comprometeu amplamente sua articulação e manteve o controle das ações e liberdade em favorecimento aos cativos, libertos e livres.

No local da antiga Capela/Igreja do Rosário há hoje um novo símbolo de ordem e modernidade. Em frente ao Largo do Rosário, como é conhecida a Praça Visconde de Indaiatuba, símbolo das maiores manifestações populares, está o Palácio da Justiça, o Fórum. Em uma breve reflexão, mesmo quando recriada, pensando nos sentidos da cidade, antigamente o Pelourinho era manutenção da ordem na fundação dos núcleos urbanos, depois e conjuntamente as capelas e igrejas, tendo como contraposição e resistência as irmandades e na atualidade, o Fórum.

Ao ampliar o olhar para a discussão do patrimônio cultural material ou imaterial, sabe-se que o que é escolhido para ser preservado é parte de um projeto sobre qual identidade e memória coletiva será mantida, evidenciando uma conjuntura política.

Trinta e três leis municipais relativas às questões da população negra e o Projeto “Ruas de Histórias Negras”, com 42 ruas, praças e monumentos de Campinas identificadas com imagem e referências de personagens negros, mostram avanços na mobilização dos coletivos para a intervenção na política instituída no município.

Acabando o capítulo há um breve estudo de caso sobre a aquisição de propriedade de negros no Centro de Campinas: a casa da “Dinda”.

## Capítulo 2: Novas estratégias de ocupação do espaço urbano: da igreja ao terreiro da rua

Aqui foram abordadas as estratégias desenvolvidas em conjunto pela Umbanda e pelo Candomblé como símbolos de resistência nacional e em Campinas, onde, diferentemente das demais localidades, umbandistas e candomblecistas estão sendo tratados juntos.

Graças aos esforços primários de umbandistas, vê-se que os elementos africanos de culto aos orixás são permanentes em ambos os segmentos da Umbanda e Candomblé, que trabalham unidos no enfrentamento contra intolerâncias de ordens sociais, culturais, políticas ou econômicas que acabam em posturas, falas e ações homofóbicas e racistas, discriminações, disputas políticas partidárias e, consequentemente, na matriz africana, em certo grau de “perseguição religiosa” aos praticantes.

Ser negro brasileiro é ter que lidar com um passado que foi desumanizador, de coisificação quando escravo para ser reinserido como humano no pós-abolição e somente a partir daí se constituir como cidadão. É um enfrentamento constante para desconstruir a política de branqueamento e o racismo à brasileira, que acarretou na desumanização e coisificação, tendo como frente as práticas religiosas de matriz africana que se pautam pelo acolhimento, tolerância e conceitos de cosmovisão em sua percepção de mundo e ancestralidade.

Esta é uma questão que vai além da prática de uma religiosidade ou de uma cultura ligada à ancestralidade africana. Está muito mais marcada por quem a exe-

cuta (tom de pele) do que pelo próprio ato, e a desterritorialidade desse ato em seus lugares referidos gera a reterritorialidade, se desdobrando em um processo permanente e continuado de busca por direitos e preservação de seus aspectos simbólicos por parte de seus detentores originários e novos adeptos para manter suas tradições.

Garantidos por legislações que caminham vagarosamente, mas são um direito, estão o inciso XLII do Artigo 5º, que prevê a prática do racismo como crime inafiançável e a criação da primeira instituição responsável pela promoção da igualdade racial e da valorização da cultura negra no país: a Fundação Palmares (FCP), um organismo federal ligado ao Ministério da Cultura (MINC); à Secretaria Especial de Políticas para Igualdade Racial, em 2008, e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Vinculada à Presidência da República, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto nº 6.040 no Estatuto da Igualdade Racial, em 10 de julho de 2010 por meio da Lei nº 12.288, e nas ações do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), passa a desenvolver iniciativas para identificar, mapear e inventariar esses territórios tradicionais de matriz africana a fim de implementar ações de salvaguarda, manutenção desses sítios históricos e preservação de saberes e práticas.

O encerramento é um breve estudo de caso sobre a Lavagem das Escadarias Metropolitanas de Campinas, que no ano de 1997 foi inserida no Calendário Oficial de Campinas por meio da Lei nº 9.515 de 2 de dezembro, e no calendário cultural turístico do Estado de São Paulo pela Lei nº 1.163 de 13 de setembro de 2005.

Percebe-se que após 20 anos da realização da Lavagem das Escadarias, um processo cultural de afirmação e político entra em curso e passa a ter como uma de suas estratégias sair para rua e ocupar os equipamentos e espaços públicos da cidade para divulgar, desmistificar e fortalecer a matriz africana.

Por exemplo: o Encontro de Juventude de Terreiro garante visibilidade à cultura, política e mobilização e fortalece o diálogo entre os jovens, que chegam à Casa de Cultura Fazenda Roseira na sexta e partem no domingo, usando esse tempo para se aproximar e discutir assuntos como tradição e juventude, desafios acerca da vivência nos espaços de sociabilidade sendo de religiões de matriz africana, políticas públicas para jovens e terreiro, conversas sobre sexualidade e terreiro e ainda realizar brincadeiras e jogos lúdicos, reservando um espaço para ouvir as experiências dos mais velhos; o Dia da Umbanda, “a religião dos Caboclos, Baianos

e Pretos velhos” como é conhecida, foi inserido no Calendário Oficial de Campinas em 22 de maio de 2012 pela Lei nº 14.273; o Coletivo Saravaxé; o primeiro ensaio de mapeamento das comunidades de matriz africana registrado no “Caminhos do Axé” de 2013 e 2015; e o próprio Cemitério da Saudade, o Espaço do Sagrado que mostrou a hierarquia dos mortos, a disputa com a Fé e devoção como ação afirmativa de identidade e os três túmulos simbólicos inseridos no culto pelos religiosos:

- O intitulado popularmente “Túmulo das Crianças” ou “dos Três Anjinhos” se relaciona com “São Cosme, Damião e Doum”;
- Ainda no início da alameda o do escravizado Toninho, que deu origem à lenda do “Boi Falô”;
- O túmulo do Tranca-Ruas das Almas, desmistificando o conceito de Exu, que é considerado um mensageiro que cuida, preserva e auxilia no equilíbrio das almas perdidas e sua recuperação. Guardiã das ruas e dos caminhos, a matriz africana o considera com muito respeito e apreço, sempre o saudando e lhe agradecendo com oferendas para manter o equilíbrio dos terreiros, em especial na Umbanda, para que nenhum mal se aproxime durante seus rituais e práticas religiosas.

O terreiro é o espaço sagrado dessas comunidades e a rua, o local de divulgação do sagrado, não o profano, como proferido pela cultura ocidental: a relação “Terreiro-Rua” está centrada no “homem”, no “coletivo”, no “grupo”.

Capítulo 3: Manifestações culturais e territórios de matriz africana: do 13 de maio ao 20 de novembro

Neste capítulo, foram divididos os olhares em dois blocos de movimentos, grupos, organizações, casas, pontos de cultura e comunidades de matriz africana. No primeiro, os que nasceram logo após a abolição da escravatura e tinham o 13 de maio como data simbólica para o direcionamento de suas buscas por conquistas sociais. No segundo, os movimentos mais contemporâneos que deram outros significados para o 13 de maio e passaram a substituir esta data pelo 20 de novembro, tendo Zumbi dos Palmares como símbolo e se organizando nesse novo



contexto, com algumas políticas e direitos já garantidos, como a própria Constituição de 1988.

Em ambos os casos, os critérios adotados tinham a cultura como uma ferramenta de reterritorialidade e identidade, seja por meio de arranjos, ações, parcerias e articulações que evidenciassem a relação com a matriz africana. A ideia de preservação e salvaguarda dessa matriz africana também foi considerada importante como parte estruturante da identificação destas práticas culturais e/ou narrativas.

Partiu-se do entendimento de que a cultura de matriz africana está associada ao reconhecimento da origem desta cultura como negra e demarcada temporalmente com a vinda dos escravizados, independentemente do fato de que muitas dessas práticas culturais foram recriadas e ganharam aderência de outros interlocutores de outras etnias.

A documentação analisada apontou a diminuição da presença negra na cidade e este fator foi levado em conta para a elaboração dos critérios acima citados. A conquista do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), referência a Zumbi dos Palmares, em detrimento do 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura), que apresentava a princesa Isabel como grande “Redentora” é um elemento estruturante na formação e participação desses coletivos na atualidade.

Para esta identificação e estudo, o cruzamento entre as fontes primárias e secundárias foi fundamental para a obtenção do resultado qualitativo desejado. Ganha destaque o Roteiro Afro na linha do Turismo Étnico de Campinas, que possibilitou ver esses movimentos na sua própria perspectiva e na percepção do poder público.

Para todos os capítulos foram elaborados mapas que tornaram possível observar as concentrações e as ausências dessas ações. Existe a expectativa de que este trabalho contribua para as reflexões sobre a matriz africana e sua existência, salvaguarda, elaboração de políticas públicas mais inclusivas na cidade e de seus territórios.

## 1 TERRITÓRIO DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: ORIGENS E CONTEXTOS

(...) Dizer que aquela época era racista é um paradoxo, porque a própria sociedade é racista. “A conscientização que fazíamos na época era que o negro era e é a minoria da própria sociedade, e como minoria tem que e deve-se portar como tal, e não disputar. (...) reconhecer a sua condição... e não procurar disputar, disputar. Prevaler em qualquer situação (...) porque realmente nós sabemos disso, que o negro é lindo... negro tem poder... negro é inteligente e tem sabedoria (...) entretanto, ele está submerso em um todo, onde ele é a minoria. Por mais que se queira homogeneizar não vai ser assim, não vai conseguir nunca<sup>5</sup>.

Refletir sobre a presença de grupos, manifestações e comunidades de matriz africana em Campinas é considerar que grande parte da população campineira sofreu forte influência e se consolidou a partir de mãos, braços e presença dos africanos escravizados.

Esta presença centralizou o poder nos senhores e barões de açúcar e café devido ao forte controle na manutenção da ordem. O grande (e crescente) contingente africano sempre lhes impôs uma vigília constante, já que quanto mais escravizados mais se necessitava do poder centralizado desses senhores e mais se exigia controle da ordem.

Assim surge a fama de Campinas, segundo a oralidade e memórias dos “pretos velhos campineiros”<sup>6</sup>: uma das terras onde os donos de escravizados tinham como característica a severidade, tornando-os ameaças constantes e causadores de grande temor, inclusive aos escravizados de outras regiões.

Memórias comprováveis diante de trabalhos como os de Maciel (1987), Xavier (2002), Lorette (2003) e Pirola (2005) apresentaram inúmeros documentos, desde registros da imprensa, como processos, crimes, castigos etc, que evidenciavam a severidade dos senhores de engenho e escravocratas do café dessa região, à preocupação permanente de evitar, conter e extinguir qualquer possibilidade de insurreições ou revoltas dos escravizados. Exemplo disso foi a tentativa da Revolta de 1832, envolvendo 15 fazendas e a condenação do líder João Barbeiro e dezenas de

---

<sup>5</sup> Benedito Eustáquio Baltazar ao discorrer sobre as memórias da Casa da Dinda, localizada na Rua Barão de Jaguara na cidade de Campinas, e sobre suas ações como um dos fundadores do Jornal Hifen, que retratava festividades e pensamentos da comunidade negra no início da segunda metade do século XX.

<sup>6</sup> A expressão “Pretos velhos campineiros” está sendo utilizada para designar os negros mais velhos nascidos em Campinas, que ao lembrarem as memórias do passado contadas por seus avós sempre sinalizam castigos severos, enforcamentos e certo temor, devido à agressividade dos senhores da época.

escravizados, estudado por Xavier ao realizar a biografia da personagem “Mestre Tito” e posteriormente revisitado por Pirola (2005), que trouxe novos apontamentos estruturantes para a elaboração de hipóteses e reflexões sobre as comunidades, grupos e manifestações de matriz africana em Campinas.

O autor apresentou que os escravizados da Vila de São Carlos, logo no início do século XIX, constituíram fortes laços horizontais de solidariedade, redes de parentesco e conseguiram manter relações entre os negros da senzala e os libertos, que se tornaram uma efetiva ameaça ao poder dos barões e senhores de escravizados e obtiveram grande habilidade no exercício de funções especializadas, como sapateiros, ferramenteiros, marceneiros etc.

A importação de africanos nesta época era intensa na Vila de São Carlos, atual cidade de Campinas; segundo Slenes (1995), dos escravos em idade adulta (acima de 15 anos), 80% eram africanos. Nos registros havia a tendência de colocar nas “naturalidades” apenas a distinção entre crioulos e africanos, sem classificá-los segundo suas nações, etnias ou procedências.

Tabela 1: População da Vila de São Carlos (Campinas) por condição social

<b>Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.</b>						
<b>Ano</b>	<b>Condição Social</b>					
	<b>Livres</b>		<b>Escravos</b>		<b>Total</b>	
	<b>Números</b>	<b>%</b>	<b>Números</b>	<b>%</b>	<b>Números</b>	<b>%</b>
<b>1774</b>	388	81,7	87	18,3	475	100
<b>1794</b>	1.364	73,3	498	26,7	1.862	100
<b>1814</b>	3.700	66,2	1.893	33,8	5.593	100
<b>1829</b>	3.746	43,8	4.799	56,2	8.545	100

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp)

No entanto, isso não significa que não havia preocupação em enxergar a composição deste grupo social, considerando que a própria definição de “etnia” ou “procedência” era inexata – repetidas vezes, quando muito eram indicados os portos onde embarcaram e ignorados os deslocamentos populacionais pré-embarque na África e os possíveis rearranjos pelos quais passaram ao longo da escravidão.

Slenes (2011) considera que houve, provavelmente, uma mistura acentuada de etnias no fluxo para o Brasil principalmente após 1810, e a comunicação entre as

fazendas, com chances de estabelecer laços mais duradouros, não conseguiu ser evitada pela vigilância senhorial.

A ênfase por uma identidade definida pela experiência desses indivíduos no Brasil também é dada por Reis (1989), que discute o quanto os escravizados foram capazes de reinventar suas tradições e misturar valores e instituições, a tal ponto que o autor define “etnia” como identidade recriada no Brasil.

Com o fim da escravidão, essa rede de relações entre ex-escravizados e seus descendentes permaneceu e foi transferida para cortiços, periferias e favelas urbanas, que substituíram quase paradoxalmente as senzalas do passado.

Rios e Mattos (2004) afirmam que até 1990 a historiografia brasileira estudou os descendentes dos escravizados a partir da marginalização no mercado de trabalho, destacando o enfoque político e econômico em detrimento das discussões de cunhos social e cultural. Na economia, foi privilegiada a discussão sobre a substituição da mão-de-obra escravizada pelo europeu imigrante.

Os autores sustentam: a perspectiva sócio-cultural, que teve em Florestan Fernandes (1978) um introdutor, enfatizou o estado de São Paulo, principalmente devido ao reflexo da expansão e do relevo cafeeiro no Oeste Paulista e Vale do Paraíba, que possibilitou fértil reflexão acerca das relações dos ex-senhores e seus libertos.

Entretanto, até chegada a República, mesmo diante das grandes transformações fomentadas pela substituição de mão-de-obra e da própria organização do Estado, na antiga Vila de São Carlos (atual cidade de Campinas), algumas premissas do passado permaneceram:

- o poder e controle dos ex-senhores. Apoiados pela igreja, eles assumiram no presente outras formas de representações políticas, partidárias e também religiosas.
- antigo código de postura: ganhou novos formatos, mas estes ainda tendem a manter vivo e permanente o apagamento da presença da matriz africana e da contribuição negra na memória da cidade como instrumento da manutenção da ordem.

Sendo Campinas uma cidade demarcada pela influência dos valores e relações com ex-escravizados, será feita uma busca a partir das memórias dos lugares

para reconstituir e evidenciar a contribuição africana nos territórios e suas representações nas últimas décadas; também serão apontadas as estratégias que essas comunidades e grupos de matriz africana vêm desenvolvendo para que estas referências não sejam apagadas e se tornem visíveis na cidade.

Para isso, foram listados alguns territórios e lugares que possibilitam essa reflexão e a percepção de suas mudanças no decorrer do tempo. Nora (1993, pp.12-13) afirma ser possível recuperar uma memória espontânea e verdadeira dos lugares, desde que esta:

(...) Dê sentido a uma determinada identidade. Os lugares de memória nascem e vivem a partir do sentimento de que não existe memória espontânea, sendo necessário criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios, notariar atas, registros, já que essas operações não são naturais". Ou seja, "só é lugar de memória, se a imaginação o investe de uma aura simbólica". (NORA, 1993)

Nesta perspectiva, a fim de compreender e fundamentar a hipótese de que para se manter a "ordem" foi fundamental um processo constante de apagamento e invisibilidade da presença negra na cidade de Campinas, verificou-se uma busca permanente dos grupos, manifestações e comunidades de matriz africana para garantirem o direito a essa memória. Para isso, é importante e merece relevância recuperar os lugares simbólicos do passado.

## 1.1 O LARGO SÃO BENEDITO (ATUAL PRAÇA SILVIA SIMÕES MAGRO<sup>7</sup>) E O CEMITÉRIO DOS CATIVOS OU DOS PRETOS (CEMITÉRIO BENTO)

O Cemitério dos Cativos em Campinas passou por várias transformações até seu total desalojamento. Antes era chamado de Cemitério Bento, local tão afastado do povoado que era considerado praticamente um depósito de corpos. Com o passar do tempo passou a ser cuidado pelos negros, ganhando, então, o nome de Cemitério dos Cativos.

O antigo cemitério Bento, do tempo do povoado (1753), continuou funcionando na primeira metade do século XIX conhecido como Cemitério dos Cativos ou dos Pretos. Destinado aos escravos e forros, foi coordenado

---

<sup>7</sup> A praça Sílvia Simões esta inserida no inventário de bens tombados de Campinas. Pode ser acessado da memória do Cemitério dos Cativos no século passado. Link: [www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=28](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=28)

pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja do Rosário, e posteriormente pela Irmandade São Benedito. (LORETTE, 203, pp.108)

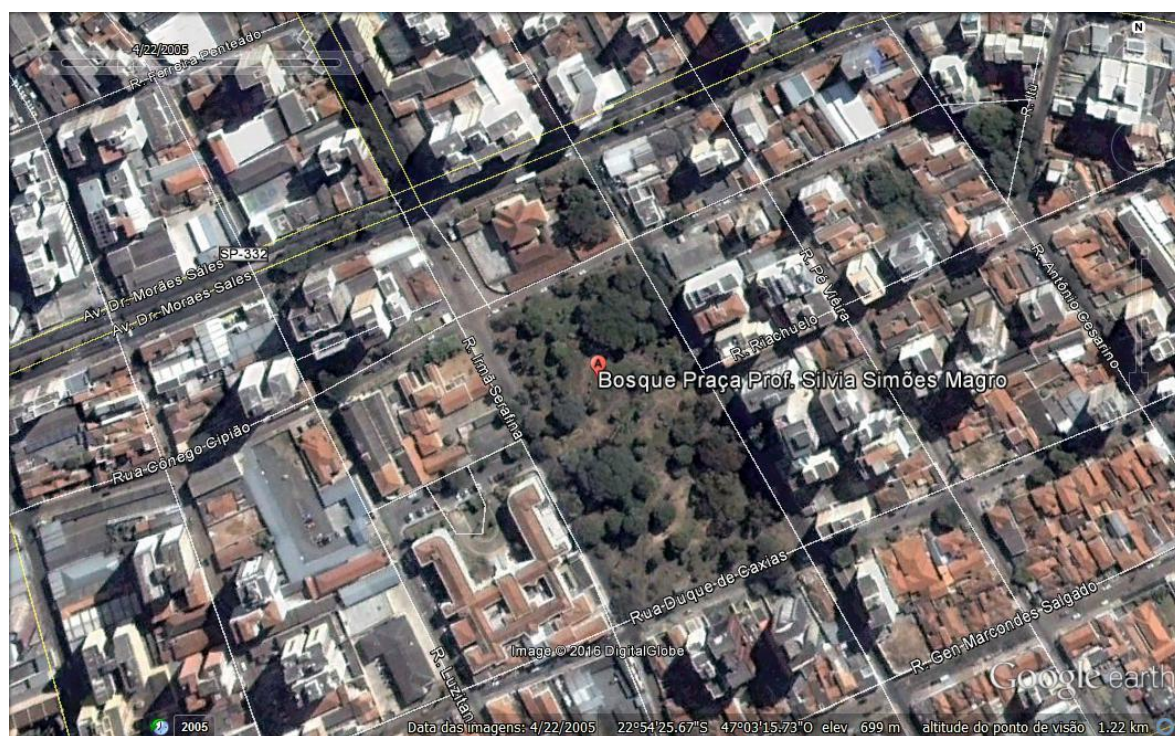


Figura 1: Imagem da localização atual do antigo Cemitério dos Cativos, atual Praça Silvia Simões Magro.

Fonte: *Google Earth*. Consulta em Fev 2016.

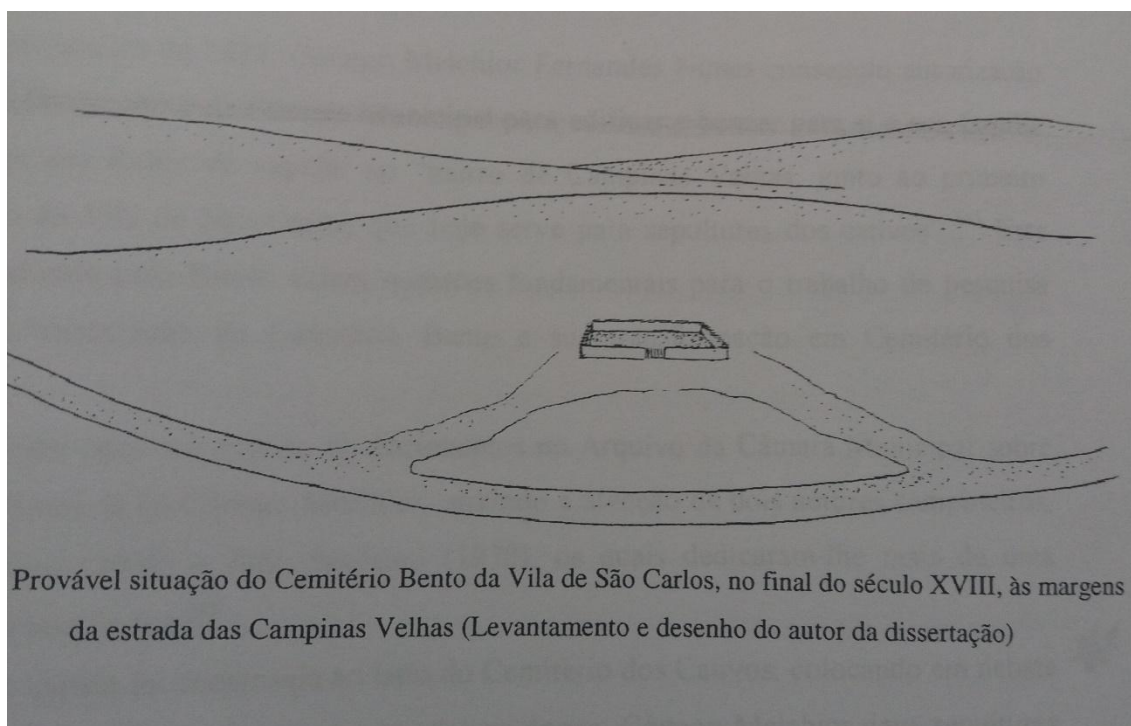


Figura 2: Desenho do Cemitério dos Cativos no século XVIII e sua ocupação envoltória.

Fonte: LORETTE, 2003, p.115.

O enterro de africanos nunca foi uma preocupação dos senhores; equiparava-se à mera remoção de lixo, já que também era associada a evitar disseminação de doenças. Xavier (2002) aponta que, por outro lado, para os africanos estes sepultamentos em nada se comparavam às tradições familiares africanas de origens jejes, nagôs, iorubás, entre outras, nas quais os sepultamentos domésticos e rituais de passagem eram associados com reencontro e continuidade ancestral.

E por que é alheio à razão e piedade cristã que os senhores, que se serviram de seus escravos em vida, se esqueçam dele em sua morte? Lhes encomendamos muito que pelas almas de seus escravos defuntos mandem dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze anos para cima, a missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola acostumada”.<sup>8</sup>

Segundo Lorette (2003), o Cemitério Bento era destinado aos sepultamentos dos escravizados não católicos, ou não batizados, além dos considerados aflitos ou suicidas e assassinos, desde meados do século XVIII.

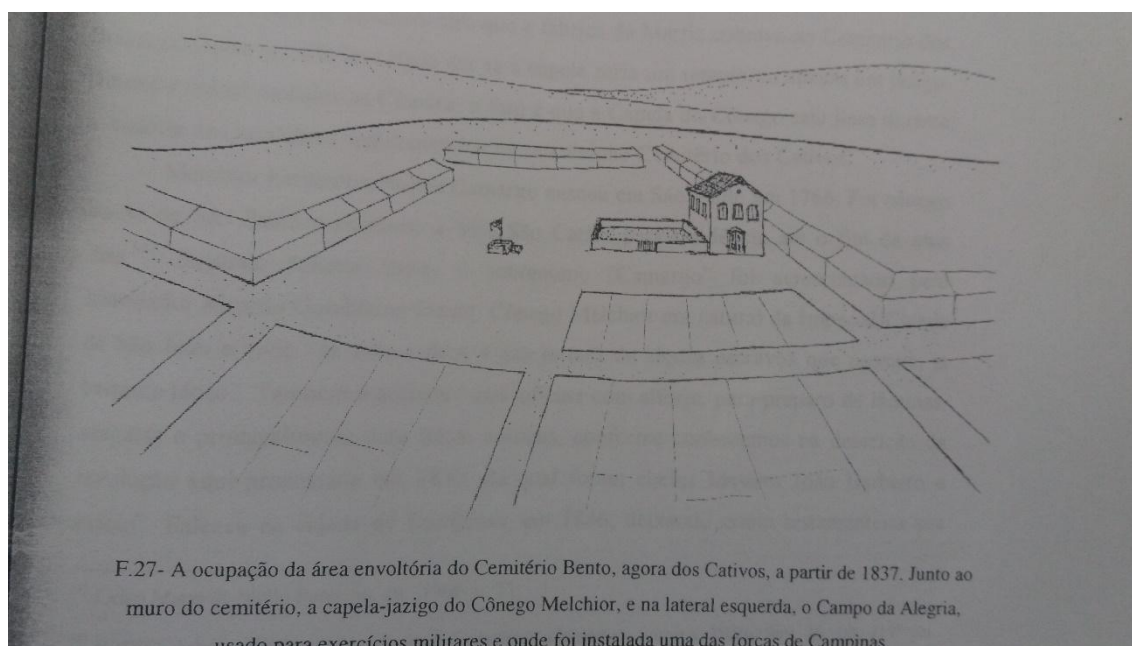


Figura 3: desenho do Cemitério dos Cativos no século XVIII e sua ocupação envoltória.  
Fonte: LORETTE, 2003, p.115.

Campinas do Mato Grosso de Jundiá, outras localidades vizinhas, freguesias e vilas da Capitania de São Paulo provavelmente construíram, fora dos muros dos seus cemitérios, espaços para sepultamentos daqueles que não possuíam direito de

<sup>8</sup> **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Livro 4, título L, n.834, p. 293.

estar dentro ou sob a sombra do templo consagrado, localizado às margens do Caminho das Campinas Velhas. No entanto, no início do século XIX o Cemitério dos Cativos já estava às margens do perímetro urbano da vila, onde hoje está localizada a creche Bento Quirino, ao lado da Igreja São Benedito.

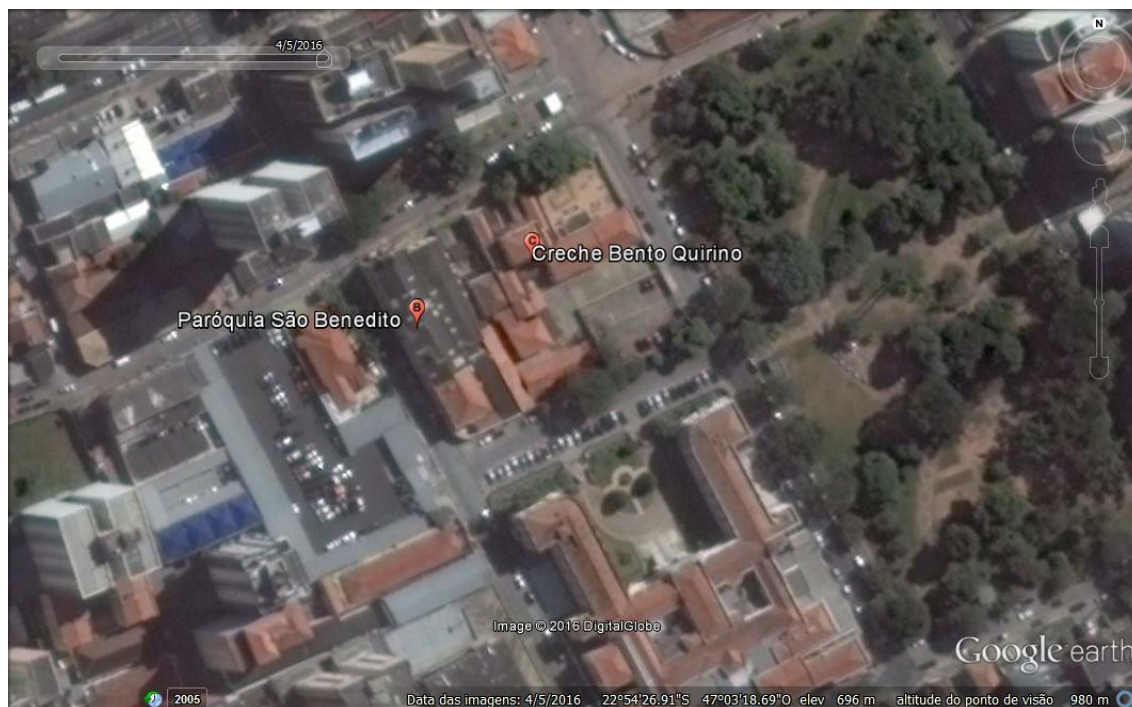


Figura 4: Creche Bento Quirino e Paróquia São Benedito.  
Fonte: *Google Earth*.

O largo que se formou à sua volta era conhecido como Campo da Alegria (depois Praça Dom Pedro II e atual Praça Silvia Simões Magro), pois para os africanos era uma referência ao Campo da Alegria, a libertação das almas através da morte, uma festa ao retorno à terra de origem. Neste período os escravos correspondiam à mais da metade da população: um total de 7684 habitantes, 3365 livres e 4319 escravos. (PUPO, 1993)

## 1.2 A MANUTENÇÃO DA ORDEM

O grande número de escravizados fez com que a vila estivesse sempre atenta a fim de evitar insurreições escravas. Xavier (2002) observa que os habitantes da Vila acompanhavam a importância dos engenhos de açúcar e o aumento expressivo de escravizados; era uma marca da província o crescimento da fortuna dos senhores e o infortúnio de milhares de pessoas importadas da África, este último



provado pelo alto índice de suicídio entre os escravizados como resultado dos maus tratos dos senhores.

(...) O suicídio dos cativos seria principalmente um protesto contra a escravidão, meio de se libertar de uma vida de castigos ou ainda decorrente das saudades da terra natal. Destaca ainda que, a despeito da concordância entre os vários povos do continente africano na condenação moral do suicídio, na situação de escravidão a crença em reencarnação com retorno à terra natal poderia justificar a morte voluntária. (BASTIDE, 2001, p.73)

Outro dado a ser considerado foi o destaque de Machado (1987) após analisar documentos criminais do período 1830 a 1888. Ele apontou que nas grandes unidades produtivas, como a de Floriano de Camargo, o capitão mor da província, os homicídios cometidos contra senhores, feitores ou capatazes, dos 1274 processos, em 114 os escravizados aparecem indiciados como réus. Destes 114, 98 referem-se a crimes de sangue, lesões corporais e homicídios.

Esse medo constante de insurreição tem vários registros na historiografia sobre as revoltas escravas em Campinas: por exemplo, a de 22 de abril de 1830. O vigário colado Joaquim Gomes, mesmo em função de observância de sigilo de seus encargos eclesiásticos, delatou o projeto dos escravizados, denunciando à Câmara a insurreição contra os brancos e alertando a vila sobre a existência de armas, como foices e espingardas, na posse dos escravizados.

Nota-se, então, que aos escravizados convertidos cabia sempre (e apenas) o peso de serem escravizados. Mesmo sob a proteção da confissão estavam sempre sob a tutela do sistema escravista, e os vigários, que deveriam manter a confissão em sigilo, estavam protegidos na Lei dos homens a relatarem atos ouvidos em segredo.

Era preciso, a todo custo, conter a “facção dos escravos” e, como dito desde 1830, vigiar “todos os pretos”. Os párocos eram instruídos a incentivar a confissão, principalmente em datas comemorativas, festivas, cívicas ou religiosas, uma vez que a delação do vigário e a quebra do sigilo da confissão em nome da ordem “da província” desencadearam várias ações.

As informações foram suficientes para causar um alvoroço na vila e desencadear todo um processo de repressão. O juiz de paz, frente aos indícios e à própria denúncia, resolveu prontamente “apossar um respeitável corpo de guarda” que fosse capaz de repelir qualquer agressão e tratou de se comunicar com “todos os senhores de grandes escravaturas”. Pediu ainda ao governo provincial o envio de homens de primeira linha comandados por um

oficial, que deveriam vir “armados e municiados de todo o necessário material de guerra.”<sup>9</sup>

O documento acima mostra a grande preocupação das autoridades e senhores locais quanto às possíveis revoltas dos cativos, que se multiplicavam a cada ano e tornavam necessário manter a ordem e organizar uma força repressiva. Outra medida a ser tomada era policiar os libertos, principalmente aqueles de vidas “desordenadas”, como eram chamados pelos senhores os homens livres que às vezes se aliavam aos escravizados na busca pelo controle da população. Os medos de fugas e quilombos estavam associados também ao símbolo memorável do Quilombo de Palmares, que desde o século XVII motivou uma política de controle por parte dos senhores e do governo em todo o território brasileiro.

O quilombo, que na língua banto significa “povoação”, era o espaço físico de resistência à escravidão. Fugidos dos cafezais e das plantações de cana-de-açúcar, os negros que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema colonial escravista aglomeravam-se nas matas e formavam núcleos habitacionais com relativo grau de organização e desenvolvimento social, econômico e político. Eram agrupamentos criados em locais de difícil acesso e que dispunham de armas e estratégias de defesa contra a invasão de milícias e tropas governamentais. O Brasil colonial conviveu com centenas de comunidades quilombolas, espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia (BA), Pernambuco (PE), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Minas Gerais (MG) e Alagoas (AL). PALMARES: No Brasil, a mais famosa comunidade quilombola foi fundada no século XVI pela princesa congoleza Aqualtune, mãe do lendário Ganga-Zumba, e instalada na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares (AL). Integra, ao lado dos povoados de Ambrósio (MG) e Campo Grande (SP/MG), o grupo dos maiores núcleos de resistência negra do País. Criado no final de 1590, o Quilombo dos Palmares transformou-se num estado autônomo, resistindo por quase cem anos aos ataques holandeses, luso-brasileiros e de bandeirantes paulistas. Em 1695 foi totalmente destruído, um ano após a morte de Zumbi, assassinado por Domingos Jorge Velho, bandeirante contratado com a incumbência de sufocar Palmares e outros quilombos próximos a ele.<sup>10</sup>

Com o exemplo de Palmares e a Revolta no Haiti de 1791, que:

Resultou na primeira nação independente da América Latina, a primeira nação independente pós-colonial do mundo a ser liderada por um negro e a única nação cuja independência foi obtida como parte de uma rebelião de escravos bem-sucedida<sup>11</sup>. Nas Américas, em cada região onde o regime

<sup>9</sup> AESP, 1839. **Ofícios Diversos de Campinas**, Nº de Ordem 850, Lata 56, Docto. 56-I-80 e 56-I-84 de 22 e 26 de abril de 1830, respectivamente.

<sup>10</sup> Memorial Quilombo de Palmares. Disponível em: [http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page\\_id=619](http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page_id=619)

<sup>11</sup> <http://www.esquerda.net/dossier/revolu%C3%A7%C3%A3o-escrava-do-haiti>. Consultado em 29 Mar 2016.

escravagista se instalou, re-gistraram-se movimentos de rebelião contra este sistema de dominação, sendo que o primeiro deles data de 1522, na ilha de Hispaniola (Haiti e República Dominicana).<sup>12</sup>

Essa revolta, que repercutiu em todas as colônias das Américas, gerou medo e ações violentas de repressão e controle por parte dos senhores, com severidade nos castigos aos escravizados que tentavam burlar as regras. Na política, para tentar manter esse controle a Câmara redigiu o Código de Postura em 1833, que estipulava que:

Todo cidadão brasileiro deste município que não tivesse renda líquida de 100 mil reis e achando-se em estado de boa saúde seria obrigado a fazer parte da força; que o juiz de paz do seu distrito mandaria explorar, estacar os quilombos; e quem desobedecesse seria castigado com penas infligidas pelos juizes de paz. (XAVIER, 2002, p. 29)

Que ex-escravizado liberto teria 100 mil reis?

Essa foi uma das estratégias para a ampliação da força (guarda) e repressão de qualquer indulgência contra os escravizados ou possíveis rebeliões.

A denúncia do vigário colado<sup>13</sup>, mesmo com queda de sigilo (regra intransponível da Igreja), não foi submetida a nenhuma represália por estar de acordo com os interesses dos párocos. Ele foi mantido em caráter de controle social no âmbito das relações entre os religiosos, a Igreja e o Estado; de nome Joaquim José Gomes, sempre teve vida eclesiástica mesclada entre a religiosa e a organização política da Vila de São Carlos, segundo Benedetti (2002, pp. 61-81):

(...) Vivia na localidade desde o tempo em que ela ainda se chamava Freguesia do Mato Dentro. Foi membro ativo em sua transformação e esteve pessoalmente envolvido na passagem da freguesia à vila. Em 1797 ele redigiu uma petição ao governo provincial, defendendo a necessidade da construção de uma paróquia e a conveniência de se estabelecer a vila erigindo uma estrutura administrativa e política mais complexa, mais condizente com a importância que a localidade estava adquirindo naquele período.

O vigário colado, com relação política com senhores de escravos e representantes da Câmara composta por membros da elite local desde a consolidação da vila, deixa evidente seu papel de auxiliar da manutenção da ordem quando, mesmo

<sup>12</sup> Memorial Quilombo de Palmares: [http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page\\_id=619](http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page_id=619). Consultado em 29 Mar 2016

<sup>13</sup> O Vigário colado consistia em um alto cargo eclesiástico quando a vila se tornava província. Na sua pessoa a Igreja e ao Estado compartilhavam as funções de organizar a vida religiosa e civil, sendo o vigário articulador e responsável pela função. O cargo existiu durante a monarquia e foi extinto com a República. (CARDOSO, 2007, p.11)

frente às tensões sobre as orientações gerais da Igreja Romana acerca da obrigatoriedade de não se quebrar o sigilo do confessor e as demandas do Estado no sistema do padroado, optava por ligar-se mais aos senhores como um instrumento importante na manutenção da ordem social.

Em 1849 no Campo da Alegria, mesmo nome dado ao Largo São Benedito, atual praça Silvia Simões Magro, foi montada uma força para ameaçar e conter os levantes dos escravizados. Nela morreu o mulato Candido, acusado do assassinato do cirurgião Patrício Manso.

Sobre o Cemitério dos Cativos pesavam várias denúncias, como a de que ele poderia danificar a salubridade pública. Em julho de 1837 foi constituída uma comissão especial que constatou que os cadáveres eram mal sepultados, acarretando, vez ou outra, em exumações promovidas por cães famintos que devoravam os cadáveres. Não era mais conveniente confiar o trabalho dos enterros somente aos Pretos, sem inspeção de pessoa que soubesse dirigir esse trabalho.

O Cemitério dos Bentos só volta às narrativas acadêmicas com Pupo (1983). Ele transcreve os livros antigos das sacristias de Campinas e Jundiaí, mas hoje é praticamente esquecido pela população. Dos tempos do povoado (1753), o Cemitério dos Bentos funcionou até metade do século XIX, coordenado pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja do Rosário, e depois pela Irmandade São Benedito.

### 1.3 AS IRMANDADES DOS PRETOS NO BRASIL

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção aos santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque umas das principais funções das irmandades era propiciar aos seus associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juizes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivãos e tesoureiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da mesa, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino. (REIS, 1997)

A organização em irmandades religiosas era uma forma dos escravizados e/ou africanos não se verem tão desprotegidos por política ou descaso das autoridades civis e da igreja; era uma estratégia de garantir um mínimo de assistência espiritual e cuidado com os corpos de seus mortos.

A inserção de cultos católicos no continente africano é anterior ao processo de escravidão nas Américas. Os estudos de Prandi (2005) referentes à inserção portuguesa no Congo e Luanda apontaram que para consolidar a intenção do tráfico de escravos e pedras preciosas, os jesuítas inseriram como estratégia os santos negros, em especial o culto a Nossa Senhora do Rosário, aos quais foram se constituindo devoção entre os séculos XVII e XVIII, principalmente pelos negros vinculados à experiência da escravidão, fossem estes livres ou cativos.

Além dessa inserção de santos negros ser uma facilitadora da cristianização, a assimilação era mais fácil para a população analfabeta; esta devoção era uma ligação entre o catolicismo e as práticas culturais africanas, apreciadas desde a África. Santos como Santa Ifigênia, Santo Antônio de Categeró, São Baltazar, Santo Elesbão e São Benedito foram sendo absorvidos pelos africanos nesse processo e incorporados aos símbolos e em suas várias formas de visões de mundo.

No Congo, o catolicismo se desenvolveu com certa autonomia se comparada à Roma, pois se por um lado aceitava a veracidade das revelações também concebia a continuidade delas na vida cotidiana, bem diferente do catolicismo europeu. Deste modo, impossibilitava uma cosmologia muito rígida e não concedia nenhum poder especial aos sacerdotes locais. O catolicismo se mantinha maleável e nos séculos XVI e XVII Roma aceitou suas práticas ortodoxas. Já no século XIX isto mudou: o clero passou a enxergar de forma diferente o catolicismo africano, identificando elementos profanos e fetichistas em suas práticas, passando a requerer uma autoridade mediadora entre o natural e o sobrenatural. Este papel deveria ser desempenhado pelos padres ordenados segundo as regras da Igreja Romana.

Já nas Américas tentaram suprimir as práticas religiosas, como o caso do mandamento do bispo paulista, com censura das danças noturnas e rituais fúnebres, que passaram a ser associados ao “Voodoo”<sup>14</sup>. Neste caso, interessava fundamen-

---

<sup>14</sup> Thorton realizou uma pesquisa de como, no caso do Congo, o catolicismo africano se desenvolveu, preservando certa autonomia de Roma, sendo este maleável entre os séculos XVI e XVII, Roma aceitou suas práticas como ortodoxa, porém mudou no século XIX, quando o Clero romano passou a en-

talmente que a instituição Igreja tivesse um clero intangível e sem margem para ser contestada ou mudada. “A religião revestia-se, como nunca, em uma ‘forma de controle e de exercício de poder’”. (THORNTON, 1984).

#### 1.4 CULTO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: IRMANDADE E IGREJA EM CAMPINAS

No Brasil, as primeiras irmandades (tendo o Rosário como elemento de ligação entre os escravizados) foram criadas no Rio de Janeiro em 1639, Belém em 1682 e Salvador em 1685.

O segundo santo preto mais cultuado no Brasil foi São Benedito, com maior popularidade na Bahia desde 1684. Foi trazido pelos franciscanos enquanto os demais santos pretos vieram pelas mãos das ordens religiosas. A perspectiva na qual as irmandades negras estavam associadas às releituras e ressignificações ligadas ao tráfico de escravizados e identidade foi estudada por vários pesquisadores. Destaque para Mariza Soares (2000), Reginaldo (2005), Reis (1997), Cortês (1995-1996), entre outros.

Em Campinas, um processo constante foi a participação e inserção de brancos nas irmandades negras, fator que comprometeu sua articulação e manteve o controle nas ações em favorecimento aos cativos, libertos e livres. Um exemplo desta ação foi a própria Igreja e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Campinas.

A primeira irmandade a se organizar na cidade, entretanto, com as ações de controle sobre a população escravizada, livre ou liberta, acabou desarticulada devido ao interesse em manter a população escravizada sob controle. A capela do Rosário, que duas vezes abrigou a igreja matriz, de 1846 a 1852 e de 1870 a 1933, quando foi concluída a matriz nova (atual igreja da Catedral Metropolitana de Campinas), acabou sendo destruída em favorecimento a um projeto higienista, que priorizou a limpeza urbana e a retirada dos pretos e camadas populares das áreas centrais da cidade.



Figura 5: Rua do Rosário. Consulta: Agosto de 2016.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/ossos-achados-em-obra-na-glicerio-em-campinas-podem-ser-humanos.html>

Após Campinas se tornar vila em 1797, a população iniciou a fundação da igreja do Rosário. Porém, esse projeto só se concretizou em 1817 com o padre Antonio Joaquim Teixeira e ela foi construída em frente à praça que recebeu seu nome: Praça do Rosário, inaugurada em 15 de novembro de 1895, tornando-se Largo em 31 de agosto de 1933. Hoje, é a atual praça Visconde de Indaiatuba, nome que ninguém assimilou até hoje.

Embora os africanos e seus descendentes não tivessem podido continuar na Irmandade do Rosário de Campinas, pois foram dela expulsos, buscaram um outro local na cidade para se instalarem, constituindo uma nova confraria que foi a de São Benedito. Todavia, mesmo perdendo o controle da Irmandade do Rosário, continuaram a frequentar o largo e as escadarias da igreja. Nestes locais realizam suas manifestações tanto de caráter religioso quanto profano, aonde foram amiúde as congadas e batuques, além da recriação cultural ocorrida a partir da mescla com outras práticas culturais. Foi significativo também que as antigas cavalhadas havidas em Campinas foram realizadas em frente a este templo, até porque a praça do Rosário era a maior da cidade nos idos de 1846. (RICCI, 2002)

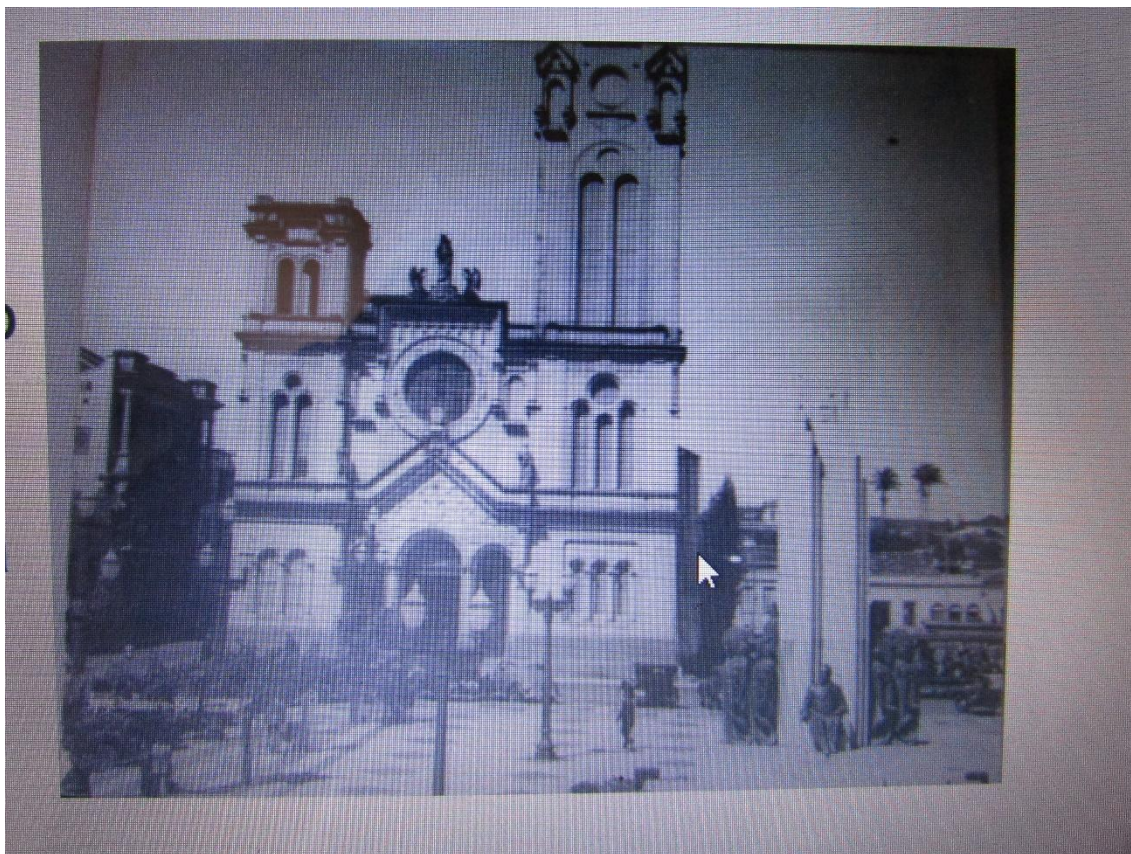


Figura 6: Praça e Igreja do Rosário. Consulta em agosto de 2016.

Fonte: <file:///C:/Users/User/Desktop/textos%20DOUTORADO/IGREJA%20ROSARIO.pdf>

Porém, em nome da modernidade e do novo traçado da área central da cidade, a igreja do Rosário foi definitivamente destruída em 1956. Somavam-se, além dos novos planos urbanos; argumentos como a existência de cupins no madeiramento; forros das naves central e lateral em péssimo estado; a localização no meio da rua, impossibilitando o alargamento das ruas Francisco Glicério e Campos Sales; as trincas que comprometiam os arcos da cúpula central.





Figuras 7-8: destruição da Capela/Igreja do Rosário.

Consulta: Agosto de 2016. Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/ossos-achados-em-obra-na-glicerio-em-campinas-podem-ser-humanos.html>

Não faltaram protestos, mas após sua destruição ela foi reconstituída no Jardim Chapadão/Castelo.

No antigo local da antiga Capela/Igreja do Rosário, existe hoje um novo símbolo de ordem e modernidade em frente ao Largo do Rosário, como é conhecida a chamada praça Visconde de Indaiatuba: o Palácio da Justiça – o Fórum.



Figura 9: Palácio da Justiça de Campinas.

Consulta em agosto de 2016. Fonte: <http://www.folhadecampinas.com.br/portal/2013/05/page/13/>

Em uma breve reflexão, percebe-se que o processo dinâmico da cidade constrói e reconstrói sentidos, já que a antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário foi um importante símbolo para a organização dos escravizados e libertos, que depois de sua destruição passam a reterritorializar e dar continuidade à sua fé e manifestações culturais na frente da Igreja São Benedito, entre outras localidades e espaços públicos da cidade.

Hoje edificado o Palácio da Justiça, em frente o Largo do Rosário continua a acolher as maiores manifestações e reivindicações populares. Por outro lado, o sentido simbólico do Palácio da Justiça preserva as contradições postas independentes do espaço de tempo: a “Justiça” e a “Ordem” não apagam a memória da antiga Igreja e nem dos personagens da cidade, que a partir dela reiteram a sua participação nessa memória.

Um exemplo disso é a Marcha de 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares, que ocupa as ruas em uma caminhada da R 13 de Maio, Av Francisco Glicério, R Barão de Jaguará, R General Osório, Largo das Andorinhas (antigo pelourinho) e termina no Largo do Rosário, trazendo na contemporaneidade as demandas ainda não superadas do processo de desigualdade as populações pobres e negras na cidade.

## 1.5 A IRMANDADE “SÃO BENEDITO DE CAMPINAS”: SALVE SÃO BENEDITO

A irmandade São Benedito foi uma das mais importantes em Campinas no século XIX.

Para que ela pudesse existir havia uma série de procedimentos e a necessidade de regulamentação a serem cumpridos. A primeira ação era obter a autorização do bispado, a quem cabia o exame dos estatutos ou compromisso e a concessão de licença; depois, seria necessária uma carta do Ministro do Império da Corte ou dos respectivos Presidentes da Província. Este era o caminho para abrir um espaço importante aos escravizados e ao exercício da sua religiosidade, mas que ao mesmo tempo mantinha o controle sobre os mesmos com o projeto colonizador.

Nas primeiras décadas do século, a irmandade São Benedito continuou na clandestinidade, segundo Xavier (2002). Na prestação de contas até 1843, a irmandade não tinha compromisso nem licença do Presidente da Província para funcionar, efetivando esse registro somente a partir das intimidações. A ausência de prestações de conta e registros se deu devido às dificuldades de obedecer às regras e enfrentar as burocracias exigidas pelas autoridades, ou à ausência de recursos financeiros para os pagamentos devidos das taxas.

A irmandade São Benedito possuía em 1835 vários objetos de culto, como resplendor de prata, a imagem do santo, cruces, colchas, toalhas e castiçais<sup>15</sup>. A escolha de santos como São Benedito, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Rosário para a devoção dos escravizados ou africanos se dava principalmente pela identificação entre os fiéis e pelos seus feitos históricos, além de serem capazes de se fundir, na interpretação de suas trajetórias, com as antigas crenças e rituais pagãos, como ancestrais e espíritos, comuns na África Central. As atividades missionárias no Congo-Angola e no Brasil e a migração de escravos de Portugal e da África Central para o Brasil foram também responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura afro-lusa.

Acerca da formação de um catolicismo popular em Portugal, como no Brasil (HEYHOOD, 1999), as capelinhas (igrejinhas construídas para abrigar as imagens desses santos) eram eleitas como lugares nos quais poderiam criar um contato

---

<sup>15</sup> ACM. **Atas da Câmara Municipal**, Vila de São Carlos, 1834-1842, p. 12, sessão de 12 Mai 1835.

estreito e espontâneo sem interferência direta do clero, além de intermediar o mundo visível com o invisível, podendo agir de acordo com sua religião tradicional e não exatamente como pregava a igreja romana.

No caso de São Benedito, este santo foi filho de escravos etíopes, nasceu em Portugal, viveu em alguns conventos e mesmo possuindo histórias controversas sabe-se que foi em um convento que começou a receber o reconhecimento de “santo cozinheiro”, pois suas orações auxiliavam a resolver e a reproduzir alimentos. Depois da sua morte passou a ser considerado um taumaturgo e angariava devotos tanto no Reino quanto no Brasil, antes mesmo da sua canonização.

Se erguessem em quase todos os lugares igrejas dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, a São Benedito, a Santa Efigênia, a santo Elesbão e a outros santos de cor, as confrarias não tinham sede própria e não podiam dispor de uma igreja, fosse por falta de recursos ou porque a construção do templo não estava acabada. Segundo Bastide (1985, p. 168), lhes era reservada uma capela na igreja paroquial; estava ali simbolizada a divisão dos dois catolicismos pela separação das capelas.

(...) Na primeira metade do século XX travaram-se muitas batalhas no interior da irmandade São Benedito. Nela se encruzaram intenções e personagens diversos: o juízo municipal (representando o Estado), os párocos locais (em nome da igreja), a elite campineira, os irmãos de São Benedito. (XAVIER, 2012, p. 173.)

Dos irmãos acima, destaca-se mestre Tito.

Pelos estudos elaborados por Xavier (2002) sobre a irmandade São Benedito, esta não tinha uma estrutura administrativa muito bem definida com mesa de provedores, escrivãos, secretários, seladores, entre outros cargos. Esta informalidade dificultava as ações do juízo, que quando era obrigado a intimar os procurados para apresentarem as contabilidades, não conhecia claramente quem eram os responsáveis pelos cargos e funções. Exemplo disso é um processo iniciado em 1843 que se arrastou até quase 1880: a irmandade São Benedito sempre teve um orçamento comedido, sem alterar praticamente em nada seu patrimônio em 20 anos.

No que se referia à devoção, a irmandade tinha uma vida bem ativa: organização de festas ao santo devoto, procissões e festejos religiosos. Esses eventos ajudavam a manter os devotos e simpatizantes e a unidade entre os irmãos e um dos mais importantes serviços mantidos pela doação era a assistência médica. Principalmente pelas doenças, como a febre amarela, que abalou a cidade, ganhou vá-

rios devotos, já que o atendimento aos pobres e escravizados, mesmo que libertos, eram muito precários.

A irmandade também cuidava da alma dos irmãos vivos e mortos. As missas e sepultamentos eram uma forma de manter a conexão entre vivos e mortos, estendendo-a a senhores e homens livres, extrapolando as fronteiras sociais e raciais, inserindo-os em um universo religioso mais amplo e compartilhado entre a irmandade de São Benedito.

## 1.6 O JAZIGO E CAPELINHA DO CÔNEGO MELCHIOR

Em janeiro de 1837, Cônego Melchior Fernandes Nunes conseguiu autorização do Bispo Diocesano e da Câmara Municipal para edificar e benzer para si e sua família um jazigo em forma de capela, no bairro de Campinas Velhas, junto ao primeiro cemitério da Vila de São Carlos que hoje serve para sepulturas dos cativos. (LORETTE, 2003, pp.115)

A capela foi construída ao lado do Cemitério dos Cativos, colocando em debate as novas formas de sepultamentos adotadas na época.

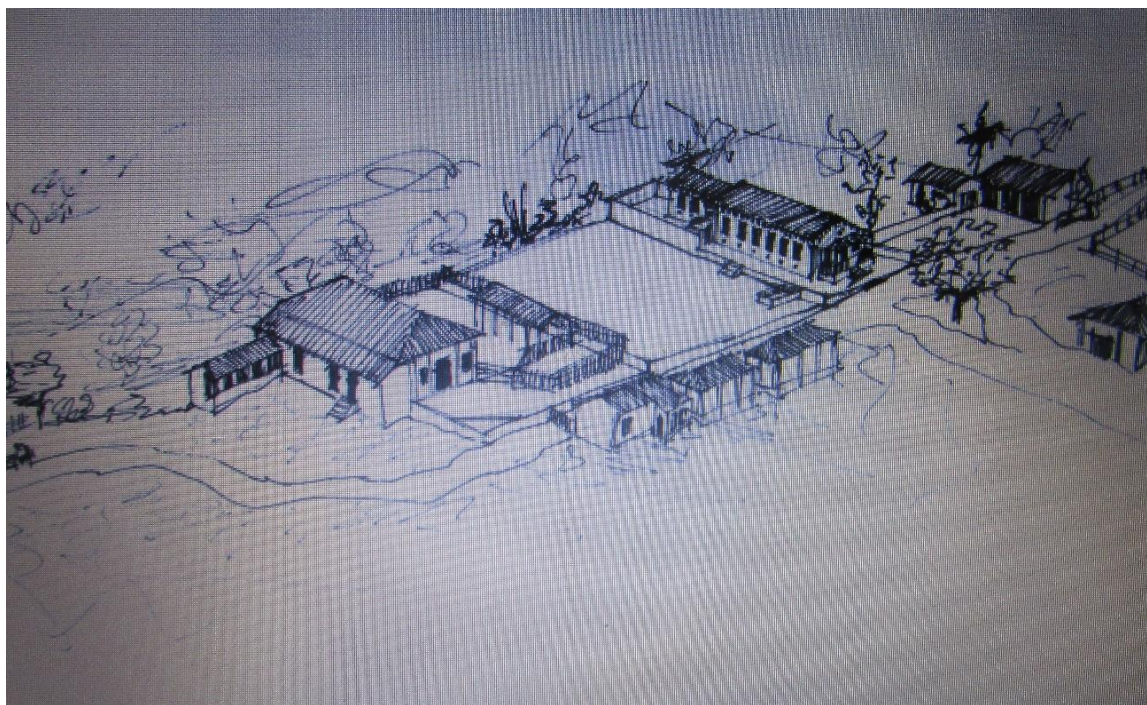
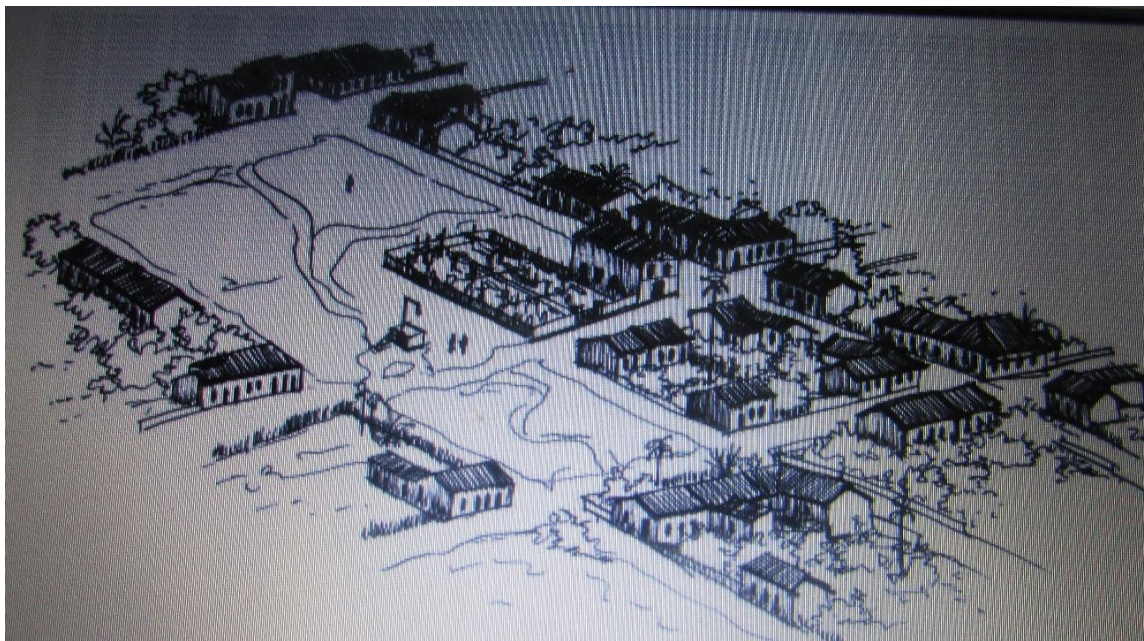
Cônego Melchior dava sepultura a seus familiares e realizava enterros a quem lhe pagasse uma taxa, maior que a cobrada no cemitério dos brancos, e foi denunciado em algumas ocasiões (LORETTE, 2003). Mesmo com as denúncias e a avaliação na comissão da Câmara Municipal foi absolvido: o valor que ele cobrava era uma garantia de que em seu jazigo eram enterradas somente pessoas brancas, de maior importância social na Vila de São Carlos, abastados desejosos em garantir seu último repouso sob a forma de uma modesta capela.

Em 1839 a capela ultrapassou o limite de sua capacidade, solicitando à Câmara uma concessão de 40 palmos (9m) do terreno de trás, e obteve esse espaço.

Diversas personalidades foram enterradas na capela do Cônego Melchior. Entre elas, destacam-se a mãe de Bento Quirino dos Santos e o capitão Antônio Manoel Teixeira, primeiro prefeito de Campinas em 1835 e proprietário da fazenda Saltinho e Morro Alto.

Depois do falecimento do Cônego Melchior em 1846, o movimento de sepultamentos particulares na capela foi cessando. Em 1864, o artigo 44 do Código de Posturas de Campinas proibia qualquer enterro em sua propriedade, mas com o passar do tempo e certo abandono ocorreram tentativas de posse do jazigo sob a alegação

de cuidados. Esta posse só se daria em 27 de novembro de 1866 para Mestre Tito, que recebeu como razoável e justa a proposta de transformar o jazigo de Cônego Melchior na Igreja São Benedito para realização de reformas e ampliação da Capelinha para a realização de missas, o que traria vantagens e comodidade aos moradores e aos devotos de São Benedito.



Figuras 10-11: Largo da Força, Cemitério dos Cativos e Capela do Cônego Melchior, Campinas, 1830 (21x12cm, 2010). Por considerável período, uma das forcas de Campinas ficava ao lado desse campo santo. No local hoje está construída a Casa de Saúde de Campinas.

Fonte: Oculum ens. | Campinas | 11(2) | 205-229 | Julho-Dezembro 2014. pp. 213.

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/2540/1874>

## 1.7 MESTRE TITO

Mestre Tito morava em uma das fazendas de um dos homens mais ricos e importantes da Vila de São Carlos: seu senhor era Floriano Peixoto Penteado, capitão mor da província.

Possivelmente deve ter sofrido os horrores do tráfico transatlântico de escravos, já que era um dos mais jovens escravizados: com 11 anos, em 1829 já trabalhava com mais de 131 escravos em um ambiente majoritariamente masculino e africano. Além dos cativos e da família senhorial, havia nas terras poucos agregados, com um trabalho voltado para a fábrica de açúcar que ocupava quase toda a escravaria.

Na Revolta de 1832, Tito, como era chamado, devia ter cerca de 14 anos e, mesmo possivelmente tendo acompanhado tudo, manteve-se distante e não se envolveu diretamente.

Em 1838 já circulava pelo interior da casa grande e convivia mais diretamente com a família senhorial. Tinha a confiança do capitão mor Floriano de Camargo, que o transformou em seu pajem, uma posição de prestígio apesar de causar certos melindres com a escravaria; ele precisava tomar cuidado para que os demais escravizados não pensassem que ele tinha perdido sua origem e para que os senhores da casa grande não vissem nele um “representante da senzala”, uma arma da revolução. Essa função oferecia um constante desafio e uma tensa fronteira entre interesses e sobrevivência.

Passava a maior parte do tempo servindo pessoalmente seu senhor, com posição de destaque. O Capitão mor Floriano de Camargo faleceu em 1838, deixando uma família numerosa e grande fortuna. A morte do seu senhor era sempre um momento de incertezas: não se sabia o que poderia acontecer com os escravizados ou aos vinculados à casa grande. Alguns senhores aproveitavam seus testamentos para aplicar penas horrorosas aos criados e outros, na busca de um lugar “no céu”, realizavam boas ações na tentativa de aliviar sua consciência, alforriando alguns escravizados e lhes deixando até alguns bens. No caso de Tito, ele não foi alforriado, mas sim herdado pela esposa do capitão mor, Delfina de Camargo.

Nesta época ele já havia constituído família. Aos 20 anos casara-se com Joana, que tinha a mesma idade. Mesmo com tantas das adversidades do cativo tiveram uma filha e viveram por um longo tempo na fazenda Duas Pontes,

compartilhando seu cotidiano com outros casais escravizados (SLENES, 1999). Ele era africano da nação Cabinda e sua esposa Joana era crioula, descendente de africana nascida no Brasil e sem identificação étnica. O autor considera esse casal interessante, já que de modo geral os escravizados procuravam pares do mesmo grupo étnico.

Tito alcançara a liberdade ao oferecer 2.900 mil réis na compra de sua liberdade e de sua esposa Joana para sua proprietária dona Delfina. Ficaram livres em 1865 e adotaram os nomes de seus antigos senhores, o que era um motivo de alegria pela conquista por seus esforços e trabalho. Ele também confeccionava cestos de palha para vender e era curandeiro devido aos seus conhecimentos médicos por meio das ervas e aplicação de ventosas.

Em 1865 ocorreram grandes mudanças na vila de São Carlos e no governo: em 1842 a vila se transformara na cidade de Campinas, quando o café passou efetivamente a substituir a produção de açúcar das fazendas locais, mesmo que por determinado período tenham coexistido as duas produções: açúcar e café, conjuntamente.

Essas mudanças de ênfase na economia local trouxeram várias alterações, tanto na cultura como nas próprias fazendas. Com a existência de vasto capital escravizado, mudaram também a cidade, introduzindo bondes, teatros e linhas férreas que auxiliavam essa produção.

Silva (2006), ao pesquisar a arquitetura das fazendas cafeeiras, levanta que neste período havia na cidade 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazéns de gêneros de fora, 110 tavernas, 3 fábricas de licores, 2 de cerveja, 1 de velas de cera, 1 de chapéus, 3 hotéis, 2 casas de bilhar, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, torneiros, marceneiros, seleiros, armadores, 4 padarias, 1 fábrica de charutos, 3 relojoeiros, 3 ourives, 3 retratistas, 3 pintores hábeis e uma tipografia, onde se publicava o *Conservador*. O teatro de Campinas, melhor que o da capital, fazia honra ao bom gosto e à riqueza da população, que nesta época compunha um quadro populacional de 24 mil habitantes, sendo 14 mil escravos e 10 mil livres.

Além da cidade com suas mudanças e avanços, o processo cafeeiro foi potencializado pela chegada da ferrovia.

O trem chegou em 1872, com a Companhia Paulista de Estrada de Ferro ligando Campinas a Jundiaí, completando, com esse trecho, a interligação com Santos, agora transformado em porto de escoamento do café produzi-



do no Velho Oeste Paulista. Já em 1872, nascia, em Campinas, a Companhia Mogiana, com o intuito de estabelecer a ligação com Mogi-Mirim e atingindo posteriormente as divisas com Minas Gerais. Assim, a partir da década de 1870, o município assistiu à extraordinária expansão das ferrovias, com a criação de uma teia de troncos e ramais que, no dizer de Sérgio Milliet, iam “atrás do café ou por vezes à sua frente, constituindo verdadeiras estradas cata-café”. (MILLIET, 1982; MATOS, 1973, p. 47)

A Companhia Mogiana foi projetada próxima às fazendas para a coleta e a dispersão da produção cafeeira dos antigos senhores de engenho, que com seu capital em ações e pela própria produção cafeeira, fizeram da Cia Mogiana a principal companhia férrea com esse objetivo na cidade de Campinas<sup>16</sup>.

## 1.8 A IGREJA SÃO BENEDITO

Segundo Barbosa (1977), foram profundas as razões que incentivaram Mestre Tito a construir a capela/igreja de São Benedito. Para o autor, ele havia feito uma promessa diante do altar do santo: se não fosse contagiado pela febre amarela que devastava a cidade dedicaria sua existência para a construção da igreja. Havia um consenso, à época, sobre a crença de que doenças e experiências negativas causavam interferências maléficas, por isso era compreensível que através de rezas, magias ou interferência dos santos na vida cotidiana dos homens pudessem ocorrer curas.

Esse fator de entrega e devoção se faz evidenciado nos registros referentes às epidemias que assolaram Campinas por volta de 1870; seu auge em 1889 e seguidas ocorrências em 1890, 1892 e 1897. Neste período as doenças eram variadas e de difícil diagnóstico, assim como suas respectivas curas. Era recorrente a cura de escravizados por ervas, leite quente, alho, entre outros elementos também associados à natureza concomitante, às práticas científicas e homeopáticas. A disputa era contraditória e envolvia curandeiros, homeopatas, alopatas boticários, feiticeiros e todos na disputa pela cura dos clientes, entre eles, inclusive grandes fazendeiros.

---

<sup>16</sup> Entre 2010 e 2012, participei como historiadora pesquisadora do “Projeto nos Trilhos do Trem”, que teve como resultado o lançamento de uma revista e exposição em pontos estratégicos da cidade e como objetivo principal recuperar a memória de ferroviários que atuaram na Cia Mogiana de Estrada de Ferro. Assim, tive a oportunidade de conhecer, com profundidade, a importância e impactos da ferrovia na cidade de Campinas.

A relação entre este tipo de concepção das moléstias e o processo de urbanização parece apontar para uma aliança entre a medicina e o Estado. Em Campinas, inclusive, a insalubridade era vista correntemente como causa das doenças. (...) A Câmara de Campinas, sensível a este tipo de concepção, formulava várias posturas municipais. Esta legislação justificava-se, em parte, pela crença de que a sujeira e a desorganização urbana causavam, através da proliferação de miasmas, as doenças das quais Campinas padecia. (XAVIER, 2002, p. 143)

Conforme o registro de 1872 do Almanaque, havia cerca de 32.029 habitantes para 12 médicos diplomados. Este era um dos motivos pelos quais fazendeiros recorriam a curandeiros como Mestre Tito: sua penetração entre os pacientes, mesmo da elite, cujos relatórios sanitários e correspondências das autoridades da província podiam apontar. Como registrou de Daunt Neto (1894):

(...) à consulta do Dr. Ricardo, apresentou-se um indivíduo portador de uma úlcera na perna. Narrando a sua dolorosa história, concluiu dizendo que os médicos que o haviam examinado foram unânimes em afirmar a necessidade de amputar aquele membro. O Dr. Ricardo, depois de cuidadoso exame, diz: estou de acordo. Os médicos que me precederam não deixariam de aconselhar essa terapêutica tão fulminante. Arrancada a perna, a ferida deixará de existir no seu corpo. Mas ouça meu conselho, procure o **Mestre Tito** (grifo meu) e faça o que ele mandar. Estou certo de que a ferida irá embora e que a perna ficará no seu lugar. Mestre Tito curou o infeliz. (DAUNT, 1894)

Outro fator era a ausência de hospitais públicos em Campinas. No século XIX, era comum tratar as doenças em domicílios ou casas de saúde particulares, que se localizavam em ruas centrais; poderia haver a autorização de funcionamento em hotéis ou nas residências dos médicos e estes profissionais tinham o direito de recusar o atendimento aos doentes com moléstias contagiosas. Isso fazia curandeiros estarem em situação mais vantajosa do ponto de vista social, por serem mais próximos de grande parte de seus pacientes.

Para uma boa parcela da população de Campinas, religião e ciência podiam existir de modo inseparável, mesclando a cultura católica europeia com as africanas e os conhecimentos e métodos curativos trazidos da África pelos escravizados.

Com esses saberes, Mestre Tito era um liberto conhecido e bem relacionado; talvez por sua fé não tenha sido assolado pela febre amarela e, cumprindo sua promessa, passou até o fim de sua vida a dedicar-se à construção da Capela a São Benedito.

O primeiro pedido feito pela procuradoria da Irmandade São Benedito à Câmara para a edificação da capela foi enviado em 12 de maio de 1835 e foi

respondido só em 18 de julho de 1836, com condição expressa em Códigos de Posturas de que fosse construída em um ano. Mas ela só começou efetivamente a ser construída em 1867, com arrecadações de esmolas e doações do próprio mestre Tito, que “vestido de opa”, uma capa com as cores preta e branca, roupa típica das Irmandades de São Benedito, e uma caixinha com a imagem do santo, foi eleito o procurador da Irmandade.

Entre os que auxiliaram na construção da Capela e Igreja, mestre Tito teve o apoio de Ana de Campos Gonzaga, a ilustre esposa do médico Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga que publicou um apelo à sociedade local para ajudá-lo na arrecadação necessária, organizando uma lista mensal entre as senhoras católicas e leilões memoráveis durante o ano de 1878.

Mestre Tito de Camargo Andrade faleceu em sua residência em 29 de janeiro de 1882, com cerca de 80 anos de idade. Sepultado no Cemitério do Fundão, o cortejo fúnebre foi acompanhado por grande número de pessoas de diversas classes sociais, inclusive a Comissão Artística Beneficente, responsável pela campanha de construção da igreja. Mestre Tito deixou a viúva dona Joana Camargo e alguns herdeiros e tornou-se reconhecido por suas habilidades de fazer curativos e por sua contribuição para a alforria legal de muitos escravos em Campinas, libertando todos seus descendentes e gen-ros, transformando-se em benemérito da Abolição<sup>17</sup>.

Com a morte de Mestre Tito, dona Ana Gonzaga, muito estimada pela sociedade por suas ações benéficas, se sensibilizou e passou a realizar ações com a imprensa, pedindo ajuda para arrecadar recursos para a conclusão da igreja São Benedito. Realizou chás beneficentes com as senhoras católicas e leilões memoráveis no ano de 1878 com o auxílio da Irmandade São Benedito e outros envolvidos no projeto (LORETTE, 2003, pp.128)

Também foi convidado Ramos de Azevedo, recém-chegado da Bélgica, para “riscar” a planta da fachada, construída em alvenaria de tijolos no estilo neo-romântico. Com uma discreta sineira, o edifício é simples: uma nave, o altar mor feito de argamassa e pintado à imitação do mármore, com vitral do coro e pintura em branco e azul. As paredes laterais foram construídas em taipa-de-pilão, reformando e ampliando o núcleo original da capela-jazigo do Cônego Melchior.

---

<sup>17</sup> Diário de Campinas, 31.11.1882. **Necrológio de Mestre Tito: 8º Livro de Óbitos da Igreja Catedral de Campinas.** F. 9. Fontes citadas por Jolumá Brito op. Cit. 1960, pp. 105-106.



Figura 12: Igreja São Benedito (1905).  
Fonte: Acervo CMU (Centro de Memória da Unicamp)

Entretanto, o último desejo de Mestre Tito de ser enterrado na Capela-igreja só foi efetivado em 1960, quando sua urna foi depositada junto ao altar-mor da igreja. Quem conseguiu essa autorização, quase 80 anos depois de sua morte, foi o historiador Edmo Goular, com autorização do arcebispo de Campinas, D. Paulo de Tarso Campos.

A existência de um território negro neste lugar, originado pelo Cemitério dos Cativos – depois Cemitério Bento, atual Praça Profa. Simões Magros em Campinas – se dá através da memória e materialidade nas proximidades da igreja São Benedito, que ainda hoje é reverenciado como santo padroeiro de grupos culturais de matriz africana. Exemplo disso são as rodas de jongo realizadas pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro desde 2004 no dia 20 de novembro em frente à igreja, como ação comemorativa no Dia da Consciência Negra, feriado municipal em homenagem a Zumbi dos Palmares. Este feriado foi homologado como lei municipal 11.128 em 14 de janeiro de 2002, com a aprovação de um projeto da autoria do vereador Sebastião Arcanjo.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Para conhecer a Lei na íntegra: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei->



Figura 13: Monumento à Mãe Preta em frente à Igreja São Benedito em Campinas.  
Fonte: Consuelo Lima (fotografia).



Figura 14: Roda de jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro ao lado do Monumento à Mãe Preta e em frente à Igreja São Benedito.  
Fonte: Acervo Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Os arredores da igreja São Benedito ganhou nova paisagem com o passar do tempo. Além de vários prédios e estabelecimentos comerciais, a Praça Anita Garibaldi, em frente à igreja São Benedito, em 1983 obteve mais um símbolo da presença negra: a réplica do Monumento à Mãe Preta, construída no Largo do Paysandu na capital paulista<sup>19</sup>.



Figura 15: Praça Anita Garibaldi em 1930.  
Fonte: Acervo MIS (Museu de Imagem e Som)

### 1.9 PATRIMÔNIO CULTURAL (MATERIAL E IMATERIAL): SÍMBOLOS URBANOS EM CAMPINAS

(...) É a relação com o passado que torna um indivíduo membro de uma comunidade humana. Desta maneira grupos historicamente discriminados tendem a buscar as mais diversas formas de reparação; uma delas se dá no campo da história, em ter reconhecida a sua particularidade histórica dentro daquela comunidade e, assim, sentir-se inserida nela. (HOBSBAWN, 1997-1998).

Neste momento a Igreja atuava, como braço do Estado e da manutenção da ordem social durante o período da colônia e império, elaborou diversas estratégias para que seus símbolos e representações fossem mantidos, criados e recriados como materialidade do poder.

<sup>19</sup> Sobre a estátua original no Largo do Payssandu em São Paulo: [http://www.dneo.com.br/maePreta.html?KeepThis=true&TB\\_iframe=true&height=540&width=705](http://www.dneo.com.br/maePreta.html?KeepThis=true&TB_iframe=true&height=540&width=705)

São inúmeros os registros na história acerca das Igrejas e sua relação com os homens de bem, assim como o Pelourinho e a Forca como espaços de castigo e exemplo de repreensão para os que tinham “má conduta”, e a constituição de irmandades ligadas aos pretos e às igrejas como busca de caminhos para a conquista da liberdade e alguns apoios, aos escravizados, livres e libertos.

Em todas essas representações a Rua a Cidade, as Praças, Monumentos, Edifícios e diversos espaços públicos tiveram, e ainda têm, importante papel na disputa de identidades neste palco urbano representativo que lhes garante uma permanência que atravessa o tempo. O direito à memória, à cidadania e à própria cidade ainda se dão, seja pela tomada das ruas para reivindicações, protestos, marchas, festas ou comemorações, como a própria simbologia ao nomear estes lugares.

Ao ampliar esse olhar para a discussão do patrimônio cultural material ou imaterial, o que é escolhido para ser preservado é parte de um projeto sobre identidade e memória coletiva e é mantido ao mesmo tempo em que evidencia uma conjuntura política; “conjuntura”, neste caso, está diretamente ligada à Câmara dos Vereadores de Campinas e sua legislatura, já que é neste espaço que os Códigos de Postura foram elaborados e aprovados os rigores e a forma de boa conduta e ordem social. Também é o espaço de poder onde são efetivadas e aprovadas, ou não, as propostas de nomenclatura de ruas, praças e monumentos na cidade.

Patrimônio cultural e imaterial será tratado no próximo capítulo. Este se atenta ao fato de durante a República em Campinas o historiador Américo Villela<sup>20</sup> aponta que as ruas e avenidas da região central foram gradativamente rebatizadas, construindo uma nova representação em um processo no qual a reescrita da história e memória perpassou pelo apagamento de várias referências, lugares e presenças indesejadas. Essas mudanças ocorreram durante um forte impacto de urbanização devido ao crescimento da cidade nos anos 1900: foram registradas cerca de 33.000 habitantes em 1872, e a modernidade, demarcada pela Revolução Industrial, acarretou na busca por novas referências e no apagamento das marcas da colônia escravocrata para a afirmação de uma república abolicionista.

---

<sup>20</sup> VILLELA, A. B. Revista CPC, São Paulo, n. 6, p. 102-118, maio 2008/out.2008. Disponível: <http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15626/17200>. Acessado em : maio/2016.

Até o ano de 1864, a nomenclatura de praças e ruas na Princesa do Oeste tinha um cunho popular. Quando não uma devoção religiosa, era o pitoresco que predominava nas placas das vias públicas, que acabavam sendo oficializadas pela Municipalidade. Cada templo católico, como a Matriz Velha, a Matriz Nova e a Igreja do Rosário, patrocinava uma rua. Por vezes, adotavam-se nomes de santos, como São Carlos, São José, São Pedro e o Bom Jesus. Campinas deve ao Dr Ricardo Gumbleton Daunt o uso das legendas de homenagem cívica ou patriótica nas placas de ruas. E afirmamos, desse logo, que data de pouco mais de um século a apresentação à Câmara da primeira proposição cultuando nas vias públicas a memória dos antepassados ilustres. (MARIANO, 1970, p.115).

A rua é um espaço revelador e um interessante palco de observação dos acontecimentos cotidianos. Através do movimento constante, é na rua que a vida social e as diversas formas de apropriação da cidade se revelam.

Como apresentou Mariano (1970), nomear ruas era uma relação com a vida cotidiana e com as experiências ali vividas. Existiram nomes como Rua Direita, Rua de Cima, Rua de Baixo, Rua do Chafariz, entre outros nomes comuns que possibilitavam a localização entre os moradores locais e proporcionavam, através do reconhecimento simbólico pelo nome de compreensão comum, o fortalecimento de identidades com o cotidiano vivenciado.

Segundo Goulart (1983, p.19), as placas de legendas de ruas da cidade nos primeiros tempos eram pintadas a pincel, o que garantia uma renovação constante por parte da Câmara. Só em 1877 Bernardo Levy, um dos vereadores da província, propôs executar o emplacamento em chapas de ferro; por falta de recursos a Câmara recusou a proposta, que foi executada anos depois, em virtude da Lei nº 25 de 1893 em placas de ferro ou bronze.

O ato de emplacamento estava associado primeiramente a uma necessidade e vontade política, já desde esta época, enquanto o foco do desenvolvimento local estava bem mais voltado aos moradores da província e aos deslocamentos das caravanas que passavam rumo a Minas Gerais, Goiás e Cuiabá.

Recuperar a cidade do passado implica de uma certa forma em não apenas recuperar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além dessa instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história. (PESAVENTO, 2005, p.11)



Olhar a cidade sem a preocupação efetiva com nomes de ruas começa a mudar quando se acirram as disputas entre quais as memórias eram interessantes para serem guardadas e preservadas na cidade. Ao relacionar essas denominações iniciais das ruas com a recuperação de lembranças e percepções de algumas práticas culturais de matriz africana, há personalidades negras e personagens da cidade deste cunho, que também foram oficializadas entre essas memórias e que permaneceram até hoje. Por exemplo, a Rua 13 de Maio, que indica e registra a abolição da escravatura.

(...) para comemorar a gloriosa data daí redentora, que encheu de júbilo a população da cidade e seu Município, o vereador republicano Dr Salvador Leite de Camargo Penteado propôs na sessão ordinária de 28 daquele mês e ano a mudança do nome da “Rua São José” para Rua 13 de Maio, que foi aprovada com voto contrário do edil Dr. Ricardo G. Daunt, que assim se justificou: “Tal mudança simbolizando a vitória de um partido sobre o outro importa grave ofensa aos aderentes de causa vencida, e contando-se entre estes além de outros muitos cidadãos, a máxima parte de indivíduos pertencentes às famílias territoriais, cuja influência social é por necessidade grande e a quem o Município deve em máxima parte seu estado de prosperidade, e as instituições de que legitimamente se orgulha ...” Essa justificativa foi combatida pelo camarista José de França Camargo, que não concordou com o seu conteúdo. A primitiva legenda “Rua São José”, oficializada em 1848, adveio do acendrado sentimento religiosos do povo (...) Hoje a Rua 13 de Maio está transformada em elegante Convívio, com variado e sempre crescente número de casas comerciais, porém, conservando aquela sua tradição no ramo de calçados.” (GOULART, 1983, pp.81-82)

Ainda hoje, a Rua 13 de Maio acolhe festividades, movimento e ações dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana como uma ação permanente e não exclusiva. Contudo, mantém o caráter de fundo político-social, reivindicatório e festivo; a matriz africana ainda inclui a preservação da cosmovisão ancestral, que lhe traz sentidos, como o ato da Lavagem das Escadarias que será tratado no segundo capítulo.

Sempre foi comum, desde a época da escravidão, evidenciar: o ato de ocupar ruas e praças e interagir com os espaços urbanos consistia em uma estratégia para a interação dos povos e comunidades de matriz africana para informação, trocas culturais, articulação e salvaguardar práticas antigas. Em São Paulo, por exemplo, havia o Beco das Minas, onde durante a noite vendedoras negras, forras e escravizadas praticavam sua arte tradicional do comércio ambulante e das feiras de comestíveis e gêneros de primeira necessidade. Segundo Rolnik (1977, p. 61), além das escravizadas de tabuleiro, trocava-se também entre os escravizados bens de prestí-

gios como aguardente, fumo mágico ou religioso, ervas, velas, estatuetas de barro e frangos, estabelecendo relações e adquirindo um sentido além de econômico ao estabelecer relações também comunitárias, estas últimas prática essencialmente feminina; essas relações permitiam a troca de informações e garantia de sobrevivência nos quilombos urbanos, lugares onde se açoitavam os escravizados fugidos.

Art. 17: O artigo 76 do Código de Posturas fica alterado da maneira seguinte: todo escravo que for encontrado na rua depois das dez horas da noite, sem bilhete de seu senhor, será preso, e nos dias seguintes entregue a quem pertencer.

Art. 31: O artigo 74 das Posturas fica substituído pelo seguinte: Ninguém poderá brincar entrudo nas ruas e praças da cidade, sob multa de cinco mil réis. Sendo proibido vender-se laranjinhas ou limões de cheiro, os quais sendo encontrados serão inutilizados e seus respectivos donos multados em dez mil réis.

Essa e outras posturas evidenciavam o quanto era fundamental a manutenção da ordem e ao mesmo tempo o controle sobre a vida, em especial, dos escravizados libertos e livres.

Todavia, após a abolição e a elaboração de novas leis no Brasil, o ato de ocupar a rua passou a ser permitido a toda a população, principalmente quando a rua-se tornou espaço de lutas e reivindicações. Várias praças, largos e ruas em Campinas ganharam esta referência e visibilidade, e de acordo com a demanda popular de luta são os lugares a serem ocupados para mobilização.

A Praça Anita Garibaldi, com todo seu referencial de memória da presença negra em Campinas, se tornou palco das ações comemorativas de datas simbólicas como 20 de novembro, 13 de maio, entre outras manifestações recriadas ao longo do tempo, como também foi o pilar para o desenvolvimento de um dos importantes projetos da atualidade na cidade de Campinas: o projeto de Ruas de Histórias Negras.

#### 1.10 TERRITÓRIO NEGRO (PRAÇA ANITA GARIBALDI)

Toda história pode ser contada de várias perspectivas e olhares. A História, enquanto ciência, ensina que em cada recorte temporal a voz que será evidenciada perpassa por uma escolha. Com essa reflexão e tendo em mente o livro de Steve

Biko “Eu escrevo o que eu quero (1978)”<sup>21</sup> para avaliar o Projeto Ruas de Histórias Negras, se faz necessário um olhar mais ampliado para a presença do negro na política municipal e nas articulações junto ao poder público.

Em Campinas, a Câmara dos Vereadores desde suas origens, foi o espaço que determinou e moldou os interesses estruturais da sociedade. Escolhas, posicionamentos políticos e interesses acabaram por produzir na cidade referências que foram legitimadas no decorrer do tempo, como fatos e memórias, conforme evidenciou Villela (2008) na mudança do Império para República, onde várias ruas foram renomeadas para dar o sentido republicano e moderno à cidade.

No senso comum, desde que foi iniciada a percepção do território e dos lugares, sabe-se que os nomes de ruas, praças e placas registram nomes de personalidades, “pessoas que foram importantes”. Porém, nem sempre se busca entender quem deu essa importância e a partir de qual perspectiva ou período histórico, entre outros elementos, esse nome representa e registra um momento comum, no qual a população como um todo esteve inserida.

Por isso se fez necessário investigar como a nomenclatura de ruas se dava para compreender os sentidos para que, defronte à Igreja São Benedito, a Praça recebesse o nome de Anita Garibaldi.

É inegável a importância da mulher, heroína e guerreira Anita Garibaldi para o Sul, com sua participação desde a Guerra dos Farrapos ao lado do companheiro Giuseppe e sua contribuição dentro dos diálogos referentes ao feminismo.

Por outro lado, fortalecer, recriar e manter a memória da contribuição africana e afrodescendente na cidade de Campinas é um compromisso da comunidade negra e dos grupos ligados à matriz africana, discutir e/ou ressignificar a nomenclatura da Praça se fez necessário e desencadeou um conjunto de ações, que resultaram no projeto “Ruas de Histórias Negras”.

(...) A roda de jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro é iniciada naquele 20 de novembro de 2013, porém, o ato de perceberem que uma placa havia sido inserida no local acarretou em diálogos antes do ato cultural, vasta

---

<sup>21</sup> Biko foi um importante líder da África do Sul durante o *Apartheid*, que consolidou o conceito de Consciência Negra para o mundo, criando forte impacto nas Américas e nas sociedades que sofreram e se formaram a partir da escravidão. Mesmo que estas apresentem outra realidade social e de estrutura, os conceitos e percepções por ele desenvolvidos se assemelham com os problemas e diferenças sociais concretizadas. Não havendo uma divisão por *Apartheid* tendo a cor da pele como referência estruturante, nas práticas vivenciadas é percebido que o fator “pele”, quando esta for mais escura, ainda materializa profundas diferenças sociais, culturais, econômicas e de acesso às igualdades de direitos em nossa sociedade contemporânea.

conversa sobre como poderiam ter colocado naquele lugar que, para eles, era um espaço de resistência negra, o nome de Praça Anita Garibaldi. A dança, os tambores ritmados acompanhados dos pontos metafóricos, alguns sobre festejos e outros com críticas sociais, rememoravam os antigos terreiros das senzalas. Para quem assiste é um encanto curioso, mas certamente aos praticantes da comunidade é mais uma oportunidade de demarcar que aquele espaço da cidade, como todas as memórias ali associadas é um ato de resistência na busca pelo direito e participação na memória e identidade.<sup>22</sup>

A partir da roda de jongo do dia 20 de novembro de 2013, as ações e diálogos foram iniciados e conduzidos por integrantes da comunidade jongueira, que entenderam que, se era possível inserir uma placa com breve biografia a respeito de Anita Garibaldi em uma praça que continha histórias, memórias, bibliografias referenciadas vinculadas à matriz africana e à presença da comunidade negra, deveria ser possível também inserir outras placas de mesmo conteúdo para ressaltar suas memórias e presença na cidade.

O que remeteu a autora desta tese às lembranças, em 2007<sup>23</sup>, do percurso acadêmico da pesquisa da qual esta tese é contributiva foi a história, a influência na formação da cidade e a presença atual da comunidade negra em Campinas.

O fortalecimento das ações culturais em torno da cultura negra em Campinas, após a outorga do título de Patrimônio Cultural Imaterial ao Jongo – a Comunidade Jongo Dito Ribeiro foi a primeira a reunir na cultura pública a relação entre ancestralidade e cultura de matriz africana –, despertou grande assédio de pesquisadores com interesse de compreender essa retomada de tradição. No entanto, não houve muita contemplação das percepções e dos registros dos pesquisadores sobre o jongo, por exemplo, sua prática e dinâmica quanto comunidade. Existe um espaço novo a ser investigado acerca do sujeito-objeto e pesquisador-integrante de uma comunidade, cujas percepções das ações, quando estudadas por terceiros, nem sempre correspondem às percepções da própria comunidade.

O próprio conceito “comunidade” na maioria das vezes é interpretado e/ou associado à pobreza, falta de acesso e ausência de intelectualidade, como se fosse

<sup>22</sup> Registro das comemorações de 20 de novembro. Acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

<sup>23</sup> Em 2007, na disciplina de Contemporânea no curso de História que eu cursava na época, deparei-me com o desafio de pela primeira vez ter que me posicionar enquanto liderança jongueira da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e acadêmica ao definir o tema do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Instalou-se um conflito entre falar sobre Mestre Tito, que já havia me despertado um interesse anterior, ou entrar efetivamente no debate sobre o jongo, que em 2005 havia recebido o título de Patrimônio Cultural Imaterial. Ao final, optei por entrar no debate e compreender que “o fazer jongo”, me possibilitava academicamente, descuti-lo, com profundidade e acrescentar aos debates outros saberes, para contribuir com as reflexões.

negativo estudar uma comunidade que possui entre seus membros acadêmicos índice zero de analfabetismo. O mesmo ocorre com o conceito de “tradição”, que de modo geral está associado ao que não se altera, sem modernidade. Ambos são complexos e dão a entender que pesquisadores externos se percebem desafiados a compreender comunidade-tradicional-urbana para além dos conceitos e pré-conceitos já estabelecidos.

Outro fator que engloba os desafios é a busca do distanciamento para a prática intelectual, quando a comunidade tradicional e urbana vai para o espaço acadêmico refletir e dialogar sobre a legitimidade das pesquisas. Há dúvidas para o pesquisador sobre como se posicionar sobre acontecimentos com os quais há conexão direta, como agentes, articuladores e militantes do processo de fortalecimento da comunidade negra e intelectual da cidade.

A literatura de John Hope Franklin, no livro “Raça e História”, tem muito a oferecer. Este autor é um historiador de grande importância nos EUA, um dos fundadores dos estudos afro-americanos enquanto território de pesquisa e um estudioso dos negros americanos. Como ele mesmo escreveu:

(...) Ao examinar a história de um povo, devemos distinguir entre o que verdadeiramente aconteceu e aquilo que os que escreveram a história disseram ter acontecido. (FRANKLIN, 1999)

Esta compreensão tornou-se a chave: pesquisar a história de determinado povo, mesmo o pesquisador fazendo parte dele, é antes de tudo um compromisso com a verdade histórica e ao mesmo com a possibilidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Só se pode transformar o que se conhece e a história da comunidade negra no Brasil, em Campinas, ainda está sendo desvendada, estudada e compartilhada para além das senzalas, dos castigos e do tronco. Ao pesquisar sobre o Jongo, contextualizar e rever seu papel e importância no âmbito da comunidade negra do Sudeste, surgiram muito mais informações sobre as dinâmicas contidas nessa prática cultural como resistência, coletividade, autoestima e preservação da cultura negra no decorrer do tempo.

No Urbanismo, a ocupação na Fazenda Roseira pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, ações políticas, estudo e preservação deste importante espaço para a população de Campinas, hoje podem auxiliar na implementação da lei 10639/03 com a construção deste lugar como um espaço simbólico para entender o negro na atuali-

dade, com lutas e conquistas. A Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira tornou-se a primeira referência no Brasil onde o Patrimônio Imaterial (jongo) preserva o Material (Fazenda Roseira). O desafio é contribuir para a reflexão sobre a matriz africana na cidade de Campinas e sua contribuição para a consolidação dessa grande metrópole. Campinas se tornou uma referência nacional em vários aspectos; por exemplo, a capacidade potente das ações e conquistas dessa matriz africana, oriunda de forte opressão escravocrata e o desenvolvimento de ferramentas e soluções para se manter presente e ativa na vida da cidade, incorporando a sua cultura.

O projeto “Ruas Negras”, com todos os desafios, é parte dessa conquista. O que era uma intuição (e incômodo) ao ver a Praça Anita Garibaldi naquele lugar de referência propiciou um avanço importante, unindo conhecimento científico e articulação social e política. O projeto é uma realidade na cidade de Campinas: são 42 placas de biografias de personalidades negras espalhadas por vários cantos da cidade.

O que se deve fazer quando se manifesta qualquer incômodo coletivo é compreender suas origens e como se desenvolve; para essa comunidade jongueira, se apropriar dos caminhos para a inserção de placas urbanas era fundamental.

O ato de dar nome a uma rua ou logradouro é tido por muita gente como algo menor, por vezes citado até em tom de crítica ou zombaria. Mas imagine morar em uma rua sem nome, não podendo receber uma carta, uma conta de luz e nem mesmo explicar corretamente a alguém onde mora porque, afinal de contas, a rua não tem nome e, muitas vezes, nem a casa tem número. Campinas é uma cidade em crescimento constante. Inúmeras novas ruas surgem anualmente e nomeá-las é obrigação da Câmara, por isso anualmente há um número significativo de projetos neste sentido. “Nome de rua” pode parecer algo banal pra muita gente, mas para quem morava em um lugar desprovido de nome e era privado de uma série de direitos por causa disso, é um ato importante.<sup>24</sup>

É responsabilidade do vereador dar andamento ao processo de nomear Ruas, Praças, Logradouros. A comunidade Jongo Dito Ribeiro, em diálogo com Edna

---

<sup>24</sup> Rafa Zimbaldi é vereador de Campinas e atual presidente da Câmara Municipal dos Vereadores. Ele evidencia neste trecho de entrevista para a TV Câmara o quanto a ação de nomear ruas é de grande importância na atuação dos vereadores, como também, como no caso do Projeto “Ruas Negras”, pode evidenciar ação referente à inclusão social. Publicada em 8/01/2016 10h40. Disponível em: <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2016/janeiro/nome-de-rua-uma-obrigacao-legal-2013e-importante-2013-dos-veredores>

Lourenço, assessora e redatora de vários projetos vinculados ao mandato do vereador Carlão (PT), levantam a possibilidade de reversão da placa que havia sido posta em espaço tão simbólico para a comunidade negra local. Ambos entenderam os limites e a impossibilidade de reversão.

Iniciando um novo processo, como seria possível realizar novas inserções de placas e/ou nomear novas ruas? Transitar entre urbanismo e história a partir da cidade e da presença negra e da matriz africana era um dos desafios propostos como parte desta pesquisa, desde o pré-projeto apresentado para doutoramento.

O que contribuiu para que a pesquisa tivesse os resultados de uma iniciação científica vinculada ao tema, mapeando algumas ruas e espaços ao redor da Igreja São Benedito e área central de Campinas que tivessem essa referência negra, foi o objetivo de tornar mais visíveis os lugares e territórios na cidade que trazem, trouxeram ou foram recriados no contexto da matriz africana e sua memória específica.

A pesquisa levantou os vários lugares de importância para a comunidade negra local e ganhou impulso em 03 de dezembro de 2014, quando a comunidade jongoqueira recebeu a visita da ex-ministra da SEPPIR (Secretaria Especial Para Promoção da Igualdade Racial) Matilde Ribeiro, em um lançamento de livro na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, atual sede da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e contribuinte da ampliação dos debates, que passaram a ganhar mais fôlego na cidade, cultura negra e a lei 10639/03.



A Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira  
convida para o lançamento do livro:

**POLÍTICAS DE  
PROMOÇÃO  
DA IGUALDADE  
RACIAL NO BRASIL**  
(1986 - 2010)  
*Matilde Ribeiro*

10h Debate Lei 10.639  
Plenarinho da Camara Municipal de Campinas  
*Mediação Edna Lourenço*  
12h almoço - Roseira  
14h Roda de Conversa  
18h30 Lançamento do Livro  
21h Caldinho de feijão de encerramento

Garamond

Comunidade  
**Jongo**  
Dito Ribeiro

Figura 16: Lançamento do Livro da Matilde Ribeiro.  
Fonte: Acervo da Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Além da importante pesquisa que resultou neste livro, a ex-ministra Matilde Ribeiro, em sua vasta experiência como ministra de elaboração de políticas públicas para a igualdade racial, havia também realizado, após sua saída da SEPPIR, uma participação no projeto sobre Ruas de personalidades negras na cidade de São Paulo e podia apontar sugestões para a assessoria do vereador e para a comunidade jogueira sobre os possíveis caminhos e trâmites para a execução dessa in-serção na cidade de Campinas.

Em Campinas já havia várias placas de personalidades históricas que traziam uma breve biografia da personagem, mas não apontavam referências a personalidades negras.



Figura 17: Placa Biográfica de Anita Garibaldi localizada na Praça Anita Garibaldi (em frente à igreja São Benedito).  
Fonte: Acervo dessa pesquisa.



Uma das importantes reflexões é que no cenário político de Campinas toda vez que a comunidade negra, ao se mobilizar, consegue se apropriar e conhecer profundamente o desenvolvimento de determinada ferramenta – quando a população, de modo geral, compreende o caminho e os processos formais de determinada política pública, a tendência é que esta se concretize. Nas questões sociais, raciais e na atualidade, as religiosas envolvidas na política local, o “compreender e conhecer” profundamente os caminhos de determinada demanda ou solicitação fortalecem as lutas e auxiliam para que se concretizem as ações.

Mobilização, articulação e conhecimento ainda transformam a sociedade e trazem conquistas importantes aos interessados. Esta pesquisa reitera: as questões da matriz africana e seus territórios têm de ser inseridas como parte desta compreensão, na dimensão do território político e suas representações.

#### 1.11 LEIS, DECRETOS E CONQUISTAS

As leis e cargos políticos são instâncias que podem registrar conquistas e lutas de um povo; neste caso, a comunidade negra, suas representações e formas de representar. Em vários períodos os praticantes sacramentaram leis associadas às demandas do povo e/ou mascaravam interesses da manutenção de bases políticas com leis que não saíam do papel.

De qualquer modo, as leis contribuíram e são fundamentais para ações, conquistas históricas e de avanços e consolidação de caminhos, como o conjunto de ações e leis acerca das Ações Afirmativas e do Estatuto da Igualdade Racial para o desenvolvimento de leis sobre o Direito e participação nas Cidades.

Serão registradas pontualmente essas leis e conquistas de modo a contribuir para a reflexão sobre o panorama e a concretização do projeto “Ruas Negras” e outros em curso. Também será avaliado o ganho aos escravizados e posteriormente às comunidades negras, tanto no campo sociocultural quanto no político, já que, em Campinas, o fato de terem sido eleitos vereadores negros ampliou as possibilidades de contribuir em seus mandatos com as lutas em torno dos direitos étnico-raciais.

Dois anos após a Independência do Brasil, em 25 de março de 1824, foi formulada a primeira Constituição do Brasil, cujo artigo 179 dizia que: “XIII A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”. Mas esse artigo ignorava o regime escravocrata; para os

africanos, restava a condição de objetos ou coisa, pois Alves (1995, p. 139), explicita que essa condição qualificava, em quase todos os processos da época, o escravizado ou negro liberto quase sempre como propriedade de alguém e/ou culpado de algum ato, mesmo reconhecendo que a lei registrava um momento de busca de igualdade em direitos.

A co-existência entre igualdade e escravidão não é invenção brasileira nem se tratou de exclusividade. Na própria Grécia, mãe da democracia e que até hoje inspira a humanidade com seus ensinamentos de justiça e participação, os cidadãos eram minoria, constituindo-se a maior parte da população de escravos sem direitos políticos. (BARAVIERA, 2005, p. 3)

A Lei Eusébio de Queiroz (nº 581 de 4 de setembro de 1850) homologava o fim do comércio transatlântico dos escravizados. Foi efetivamente aplicada só em 1855, fundamental para finalizar o tráfico negreiro e se consolidou como uma das etapas para o fim da escravidão brasileira.

Em seguida, foi homologada a nº 2040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, que considerava livres todas as crianças nascidas de mães escravizadas a partir desta data; porém, os pais permaneceriam escravizados. Foi uma lei estruturante para o projeto abolicionista que vinha se desenhando a longo prazo, mas também uma brecha nas práticas do cotidiano da escravidão.

A Lei do Sexagenário (Saraiva Cotegipe), nº 3270 de 28 de setembro de 1885, teve pouco efeito prático devido à idade média dos escravizados na época ser de 40 anos, resultado dos maus tratos e os que passavam dessa idade serem pouco valiosos. Mesmo assim esta lei provocou resistência dos senhores e seus representantes da Assembleia Nacional.

Tabela 2: valor dos escravizados por idade na segunda metade do século XIX.  
Fonte: Revista África e Africanidades, 2008.<sup>25</sup>

<b>Idade dos Escravizados</b>	<b>Valor de mercado</b>
Menos de 30 anos	\$ 900.000
30 a 40 anos	\$ 800.000
40 a 50 anos	\$ 600.000

<sup>25</sup> Vale ressaltar que os valores dos escravizados sofriam oscilação, sendo esta tabela um exemplo dos parâmetros da época.

50 a 55 ano	\$ 400.000
55 a 60 anos	\$ 200.000

A Lei nº 353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, aboliu a escravatura no Brasil, mas foi muito criticada por não ter assegurado nenhum direito aos escravizados. Na época eles eram ainda, para a maioria dos senhores, propriedade adquirida e construir para estes a noção de homens e mulheres livres e com direitos de cidadão era um processo em construção.

(...) As ilusões dos escravos quanto à emancipação resistiram às frustrações da Independência brasileira e às *leis de papel* que deveriam minorar a sua situação. (O tráfico, mesmo proibido, permaneceu ativo sob os olhos e beneplácitos das autoridades; a Lei do Sexagenário livrava o senhor do fardo de manter o velho escravo; a Lei do Ventre Livre era contornada habilmente pelos senhores de escravos; e, a abolição foi uma obra incompleta)” (NABUCO apud SANTIAGO, 2000).

As leis do Ventre Livre, Sexagenário e Áurea são consideradas a trilogia que sustentou o projeto abolicionista no Brasil; entretanto, encontram-se diversos debates que trazem como fundamento a manutenção de um projeto para o qual estas teriam mais o objetivo de inserir o país na “modernidade” e consolidar o poder da burguesia que crescia do que efetivamente garantir direitos à população.

A Constituição de 1934 trouxe uma pequena ampliação na noção de direitos para toda a população com o artigo 113: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios nem distinções por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou de pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideais políticos”. Esse adendo registra o início do reconhecimento da existência de racismo e discriminações na sociedade brasileira, pois as questões de raça, religiosidade, sexo e suas práticas discriminatórias já se evidenciavam na relação social cotidiana.

O artigo 138 “incumbiu à União, aos Estados e aos Municípios das leis respectivas: a) estimular a educação eugênica”, regulamentado pelo decreto 7967/45, que não deixava dúvida quanto à opção do Estado e seu interesse a quem e qual etnia deveria ser preservada, incentivada e privilegiada.

No Art. 2º, “Atender-se na admissão de imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia”.

Na década de 1930 o Brasil, sob influência da sociologia norte-americana e influentes pensadores como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, entre outros, começou a desenhar uma cultura nacional miscigenada em contraponto com os momentos cruéis na Alemanha com o nazismo e vários outros regimes totalitários.

As Constituições de 1937 e de 1946 acabaram por manter os princípios de igualdade, mas é eliminado o termo “raça”, evidenciando a complexidade de se admitir que este fator alterava as relações e impunha políticas específicas para mudança de comportamento e relações sociais. Em Campinas, segundo relatos dos mais velhos era comum encontrar tabuletas na porta das casas com o anúncio “Precisasse de empregadas. Prefere-se brancas”; a cor da pele era um diferencial para o acesso ao trabalho.

A reinserção do termo “raça” ocorreu nas Constituições de 1967, inciso 1º, Art. 153 e de 1969, inciso 1º, Art. 150 e há menção de punição para atos preconceituosos. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça”.

Na Constituição de 1988, a seguida até hoje, é que ocorrem grandes avanços nas várias áreas. Destacam-se as conquistas nas leis de terra, na cultura, Estado laico, liberdade religiosa, patrimônio cultural e reconhecimento de uma população multirracial.

Art 12: São Brasileiros: II naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(...) Art. 215: Inciso 1º. O Estado protegerá as manifestações de culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Inciso 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

(...) Art. 26. Inciso 4º. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente de matrizes indígena, africana e europeia.

(...) Art. 216. Inciso 5º. Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Poderiam ser citados vários outros artigos que colocaram o país em rédeas mais igualitárias; a Constituição de 1988 é uma grande vitória do povo brasileiro,

principalmente após o país ter passado por um período de ditadura tão longo e intenso no qual os direitos foram suprimidos com grande violência e repressão.

A Reforma Urbana e ampliação dos direitos urbanísticos no Brasil também tiveram peso. Iniciaram suas discussões na década de 1960, ancoradas na questão fundiária, formulando uma reforma no Congresso de 1963, promovida pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mas o Golpe Militar de 1964 inviabilizou essa reforma.

Entre as décadas de 1970-1980, os movimentos sociais passaram a ganhar visibilidade e relevo político, apresentando questões sociais estruturantes como direitos para “reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social”<sup>26</sup>. Entre 1940 e 1991 a população urbana, devido ao êxodo rural, teve um crescimento de 35% para 75% e as cidades no Brasil não possuíam estruturas mínimas para dar conta desse número. As consequências foram a segregação espacial de bairros, moradias com conveniência do poder público, a favelização e especulação imobiliária: o espaço urbano e a cidade passaram a ser disputados entre a elite e a população de baixa renda.

Essa luta pela igualdade se transforma em uma luta ampliada e coletiva entre movimentos e entidades, que passam a se organizar, unir seus interesses e fortalecer suas bases na elaboração de uma proposta ampliada acerca do direito ao solo, cidade, moradia, mobilidade, entre outros.

Na Constituição de 1988 foi a Lei 10 257/01 que reformulou e tratou da política urbana nacional e garantia do desenvolvimento de plenos direitos das funções sociais da propriedade urbana e garantia do bem coletivo. Cidades sustentáveis e gestões democráticas têm diretrizes para a União, Estado e Municípios através da consolidação do Estatuto das Cidades, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a participação permanente dos movimentos sociais e Fórum Nacional de Reforma Urbana através do Ministério das Cidades.<sup>27</sup>

## 1.12 REGISTROS DAS EXPERIÊNCIAS DE VEREANÇA DE REPRESENTANTES DA COMUNIDADE NEGRA EM CAMPINAS<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup>Para mais informações sobre a reforma urbana no Brasil: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> A Câmara, ou Conselho da Vila de São Carlos, antiga designação do município de Campinas, foi constituída em decorrência da elevação a município da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso por provisão do capitão governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, em dezembro de 1797. A primeira Câmara, eleita em 15 de dezembro

Os registros a seguir pretendiam compreender os desafios atuais de uma vereança em questão de membros da comunidade negra e/ou com projetos que buscam o acesso aos direitos às comunidades ditas como “minoritárias”. “Vereança”, neste caso, é o compromisso com os movimentos sociais, culturais, entre outros, e a efetiva contribuição da inclusão da temática étnico racial.

A primeira conversa, com Edna Aparecida de Almeida Lourenço em 25 de agosto de 2016, na Câmara dos Vereadores de Campinas, teve como perspectiva conhecer um pouco mais sobre os trabalhos realizados na Câmara e sua percepção sobre a importância deste espaço para o fortalecimento de políticas étnico-raciais na cidade de Campinas.

Ela observa: no processo político representativo o negro sempre pôde se candidatar. Os primeiros eleitos a alcançar a vitória viviam as décadas de 1970 e 1980, mas o caráter étnico-racial só se inicia na década de 1990, pois os primeiros vereadores sofreram o impacto da política do branqueamento<sup>29</sup> e mesmo sendo representantes do povo não assumiram pautas com ênfase em avanços nas políticas públicas para a população negra em Campinas.

O primeiro vereador que viu no mandato uma ferramenta para alavancar a luta em prol das questões étnico-raciais foi o vereador Sebastião Arcanjo em 1997, eleito com o apoio da igreja católica e dos movimentos sindicais; ele não concluiu o segundo mandato por ter sido eleito Deputado Estadual, mas deu continuidade ao seu trabalho. Em seus dois mandatos, Tiãozinho (PT), desenvolveu pautas importantes e constituiu leis que fortaleceram vários aspectos acerca da saúde das comunidades tradicionais de matriz africana, da educação e do fortalecimento da comunidade negra.

Algumas leis haviam sido elaboradas, como a Lei do Hino à Negritude durante o mandato do vereador Luís Carlos Rossini (PMDB): “Lei 8245 de 1995 – Hino à

---

daquele ano, foi dissolvida, realizando-se nova eleição no ano seguinte. Em 26 de abril de 1798 foi eleita e efetivamente tomou posse a Câmara da Vila de São Carlos. Em 1829 é substituída pela Câmara Municipal por força da Lei de organização das câmaras municipais de 1828.

<sup>29</sup> Para saber mais sobre as teorias raciais no Brasil e seus desdobramentos políticos para o embranquecimento da população e sua possível “evolução”, pautada pelo incentivo da vinda de europeus para o Brasil e políticas de incentivo para esta população estrangeira, ver: [https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial\\_finalc3adssima\\_2011.pdf](https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf) e <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>

Negritude. Parágrafo único: O ‘Hino à Negritude’ deverá ser entoado em todas as solenidades que envolvam a raça negra”.

Essa é uma das contribuições legislativas; contudo, até 2010 havia 33 leis referentes ou em diálogo com questões étnico-raciais, das quais 10 foram elaboradas durante o mandato do vereador Sebastião Arcanjo, Tiãozinho (PT):

Emenda ao Artigo 5º da Lei Orgânica do Município de Campinas de 25 de agosto de 1997 acrescentou o inciso 18:

XVIII: garantir o acesso a todos de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis, a uma existência digna bem como coibir no âmbito de atuação(..).

Lei 9.479 de 20 de novembro 1997: Institui o Programa de Acompanhamento e Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme no Município de Campinas e dá outras providências.

Lei 9.515 de 2 de dezembro de 1997: Institui no Calendário Oficial da Secretaria de Cultura e Turismo o sábado que antecede o domingo de Páscoa (sábado de aleluia) como o Dia da Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas pelos Candomblés.

Lei 977 de 24 de junho 1998: Dispõe sobre a inclusão no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, inclusive supletivo, na disciplina de História, de matéria relativa ao estudo do Negro na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências.

Lei 9.809 de 21 de julho de 1998 inciso 18: Regulamentou a atuação da municipalidade, dentro de sua competência, nos termos do inciso XVIII, do artigo 5º, da lei Orgânica do município de Campinas, para coibir qualquer discriminação, seja por origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil, condição econômica, filosofia ou convicção política, religião, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena, ou em razão de qualquer outra particularidade ou condição.

Lei 271 de 13 de maio 1999: Dispõe sobre obrigatoriedade da inclusão do quesito cor ou identificação racial nas pesquisas qualitativas e quantitativas institucionais realizadas por órgãos...

Lei 10 196 de 18 de agosto 1999: Institui a Semana de Solidariedade aos Povo africanos e dá outras providências.

Lei 10 499 de 2 de maio 2000: Estabelece a obrigatoriedade de observação da pluralidade étnica racial para as propagandas institucionais da administração direta ou indireta do município de Campinas.

Lei 10 582 de 3 de junho de 2000: Institui o serviço S.O.S. Discriminação no âmbito do município de Campinas.

Lei 11 128 de 14 de janeiro de 2002: Institui o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra como feriado municipal, no município de Campinas.

(Adaptado).

Em 2010 houve uma iniciativa, proposta por membros da comunidade negra local, de revisar as leis existentes no município que dialogam com as questões étnico-raciais. Em 9 de março desse ano, foi publicada pela Câmara dos Vereadores a seguinte matéria:

As 33 leis existentes em Campinas que dizem respeito aos direitos e deveres da comunidade negra começaram a ser analisadas nesta terça-feira (09/03) por um grupo de trabalho criado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal. O encontro – que contou com representantes do Movimento Negro Unificado, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Anistia Internacional de técnicos da Prefeitura e vereadores – conclui neste primeiro encontro que 15 dessas leis são consideradas “essenciais” e que devem ser aplicadas integralmente. “Destacamos entre essas leis que serão estudadas algumas que não estão sendo executadas devidamente, como a que trata da anemia falciforme, leis sobre discriminações raciais nos estabelecimentos comerciais, prédios, condomínios e elevadores sociais com aplicação de multa”, disse o pesquisador e membro da Anistia Internacional, Valdir Oliveira. O pesquisador explicou que só sobre o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) a cidade tem três leis. Além disso, entre as 33 estão quatro decretos, além de diplomas, semanas comemorativas, entre outras. O trabalho de revisão será acompanhado também pela Secretaria de Assuntos Jurídicos, que contará com o apoio de outras secretarias e da Coordenadoria para Assuntos da Comunidade Negra. “Essa reunião foi muito positiva, pois esse grupo de trabalho vai fazer um diagnóstico, mapeando a legislação vigente. A partir disso vamos elaborar um requerimento para receber o apoio do Executivo”, informou o vereador Biléo Soares (PSDB), que coordenou a reunião. “É preciso revisar essas leis e ver quais têm eficácia e as que se perderam ao longo do tempo”, completou o vereador.

TERREIROS: Outra questão que começou a ser discutida foi a criação de uma legislação específica que regulamente o funcionamento de terreiros de umbanda e candomblé. Entidades ligadas a religiões de origem africana reclamam de dificuldades na expedição de alvarás de funcionamento desses terreiros. Em audiência realizada no ano passado na Câmara para discutir a promoção da igualdade racial, representantes do Movimento Negro sugeriram a criação de uma comissão para acompanhar a expedição desses alvarás. Na oportunidade, a secretária de Combate ao Racismo da macro-região de Campinas do PT, fundadora da entidade Força da Raça, Edna Lourenço, disse haver tratamento diferenciado no processo burocrático. Os técnicos da Prefeitura negaram qualquer tipo de discriminação. Disseram que a expedição de documentos fica dificultada porque é muito difícil se caracterizar um espaço como sendo uma área para cultos. Em geral, dizem os técnicos, os encontros se dão em casas, quintais ou terrenos baldios de difícil identificação. “Essa questão de expedição de alvarás ou eventuais isenções de impostos para os terreiros serão analisados num segundo momento”, explicou Biléo. O autor da iniciativa, vereador Miguel Arcanjo (PSC), também participou da reunião. O próximo encontro será na quinta-feira (18/03), às 14h também no plenarinho da Câmara”.

(Texto: Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Campinas)<sup>30</sup>

Há mais leis, como a 10 813 de 26 de abril de 2001, que oficializa a criação do Conselho da Comunidade Negra.

Nos arquivos não foram encontrados lugares com leis voltadas à comunidade negra nem documentos referentes aos vereadores negros e seus trabalhos sistematizados. Encontrar essa participação política, como contribuições e atuação, ainda é

---

<sup>30</sup> <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2010/comissao-inicia-revisao-de-leis-para-comunidade-negra>



algo a ser desenvolvido; o próprio Francisco Glicério não é citado e nem há registros pontuando ser o primeiro vereador negro em Campinas, como aconteceu no caso da inserção das mulheres.

### 1.13 BREVE HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES EM CAMPINAS

O período de 1797 a 1828 foi chamado de “período das legislaturas anuais” e seus representantes foram diretamente escolhidos entre senhores de engenho como parte da estratégia de controle da Coroa Portuguesa.

Entre os 24 candidatos foram eleitos José Barbosa da Cunha (1º advogado de Campinas e formado pela Universidade de Coimbra), Bernardo Guedes Barreto (Filho de Barreto Leme, fundador oficial de Campinas), José Gonçalves César, José da Rocha Camargo e Francisco de Camargo Pimentel – os dois últimos, membros de uma das famílias de maior poder político em Campinas até a segunda metade do século XIX<sup>31</sup>.

O arquivo da Câmara dos Vereadores de Campinas dividiu seu processo em cinco momentos: o primeiro, 1797-1828, intitulado de Legislaturas Anuais; o segundo, 1829-1889 (Proclamação da República), quando têm início as Legislaturas Quadrienais, mas mantendo a representatividade ligada aos “homens de bem”; o terceiro, 1889-1930 – de 1937 a 1947, com a inserção do governo totalitarista, foi suspensa por 10 anos qualquer atividade parlamentar no território brasileiro; o quarto, 1946-1989, passa pela ditadura militar até 1989. O destaque deste período é a eleição da primeira mulher para a legislatura com Vera Pinto Teles (1948-1952).

Este destaque remete à representatividade conquistada pela mulher na política, mesmo com o conservadorismo. A mulher está registrada na história da Câmara dos Vereadores, mas o representante negro ainda precisa ser inserido na história. Afinal, o que não é visto não é lembrado e nem sabido.

O quinto e último período começa em 1989, quando foi criada a Lei Orgânica do Municipal (LOM) já sob as conquistas da Constituição de 1988 e seu processo democrático, que absorve várias demandas sociais inclusivas. Nesta perspectiva, há o reflexo de três mulheres assumirem como vereadoras, repetindo esse fato só em 2005.

---

<sup>31</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.leg.br/institucional/historia-da-camara/camara-municipal-de-campinas-mais-de-dois-seculos-de-historia-e-democracia>

Todos os presidentes da Câmara e vereadoras mulheres possuem destaque no acervo municipal. Em visita à Câmara dos Vereadores, duas galerias de iconografias dos presidentes e das mulheres vereadoras estão abertas, mas não há nenhum espaço disponível dos vereadores de todos os períodos – é, então, um desafio identificar pelas características físicas suas etnias. É possível encontrar a iconografia dos vereadores atuais em vigência, disponível no site oficial e, segundo os bibliotecários do acervo, acessar documentos sobre cada legislatura, mas a iconografia é um trabalho a ser desenvolvido.

Alguns representantes da comunidade negra realizaram este levantamento, mas não foi confirmada ou acessada essa informação em tempo hábil para eventualmente disponibilizá-la de forma sistêmica.

Diante de tantas lacunas, ganhou relevância a conversa com o ex-vereador e secretário Sr. Sebastião Moreira Arcanjo – Tiãozinho (PT), o 6º vereador negro de Campinas dentre os mais de 600 vereadores eleitos antes de seu período de legislatura (1997-2002); um mandato e meio devido à sua eleição como Deputado Estadual e posteriormente Secretário de Serviços Públicos e Secretário de Trabalho e Renda (2008-2011).<sup>32</sup>

Sebastião Arcanjo (Tiãozinho) iniciou sua militância política em 1986 na oposição sindical dos eletricitários de Campinas. Em 1989, filiou-se ao PT da cidade, do qual foi secretário de Formação e de Movimentos Populares e presidente. Em 1996, elegeu-se vereador. Considera que seu primeiro mandato foi marcado pela fiscalização do governo municipal, pela luta contra o racismo e a homofobia e pela defesa dos serviços públicos, do meio ambiente e do direito à moradia. Foi líder do Governo na gestão do prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho. Este é seu primeiro mandato de deputado. (Acervo virtual da ALESP)<sup>33</sup>

O diálogo aconteceu na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), de onde ele é funcionário desde 1984 e atua como Especialista de Assuntos Corporativos, vinculado à vice-presidência.

Tendo sua militância iniciada no Sindicato dos Eletricitários de Campinas, ficou licenciado da CPFL por 12 anos, cumprindo funções públicas; a CPFL foi seu primeiro emprego. Começou como leiturista (leitura de água em residências), eletricitista, atuou na distribuição, elegeu-se vereador e deputado, voltou à CPFL como

---

<sup>32</sup> Matérias encontradas sobre sua gestão: <http://vermelho.org.br/noticia/169088-1> e

<sup>33</sup> Acesso em 29 Ago 2016: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300427>

analista de comunicação, foi secretário de Trabalho e Renda e atualmente lida com assuntos corporativos.

Sua base para a reflexão étnico-racial e política se forma a partir das músicas de Bob Marley; considera-se um “Marleísta”. Foi ouvir esse ritmo que despertou o interesse e consciência:

(...) Queria entender além do som, o que ele estava cantando e porque a música dele contaminava o mundo... uma luta anticapitalista, de combate à opressão, combate a preconceito ... Bob Marlei dizia: “Se você errou está errado, não importa se negro, branco ou índio. Errou está errado”.  
(Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Essa é uma das várias interpretações da cultura literária e musical sobre diferenças e lutas raciais e sociais: a norte-americana sobre a vida de Malcolm X, que trazia uma discussão referente ao capitalismo que se desdobra em racismo; Che Guevara e a batalha pelo socialismo que influenciou as Américas; relações com a cidade de Soweto na África do Sul; divergências da juventude negra, discutidas por Steve Biko; revoluções africanas etc. Todos esses momentos contribuíram para suas reflexões e escolhas.

Sua primeira marcha foi em relação à violência policial, que em 1985 provocou diversas manifestações pelo assassinato de um parceiro da CPFL por um cabo da polícia.

Nasci na vila Georgina, enorme favela, e a casa de minha avó era na entrada da favela. A correspondência de todos chegava na casa dela. Lá tinha torneira, eu vivia muito lá, o país [na] ditadura, grupos organizados em Campinas, e eu lá nos desafios de ver a precariedade e violência.  
(Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Foram experiências como essa que o guiaram em seu mandato: suas pautas assumem compromisso de inserção, igualdade, viabilidades de acesso e fortalecimento para a comunidade negra.

Quando se candidatou às eleições para vereador em 1996 já tinha ocupado cargo na executiva do PT municipal, ao qual se filiou em 1991; foi o único negro presidente do PT de Campinas duas vezes.

Alguns dos referenciais desta atuação como presidente do PT de Campinas foram o desenvolvimento da pauta sobre as comemorações do Centenário de Zumbi dos Palmares em 1995 e a implementação da primeira Secretaria de Combate ao Racismo do partido em âmbito municipal, já que havia somente a nacional. As prin-

cipais motivações de seus mandatos foram a luta política pela igualdade de direitos e o combate ao racismo e à discriminação.

(...) Marcada pelo racismo, a última abolir a escravidão no Brasil, com diversas políticas urbanas de afastamento de pretos e pobres das áreas centrais e até perversa com o povo preto, que guarda nas memórias a violência aos escravos, enforcamento do escravizado Elesbão, com negros marginalizados pela perseguição policial, enfim... pautar o debate racial foi um desafio e uma conquista de nossos mandatos. Já haviam passado mais de 600 vereadores eu era o somente o sexto vereador negro eleito em Campinas". (Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Ele também avaliou o desafio imposto pelo conservadorismo no parlamento: a oposição aos procuradores e jurídicos que pareçam desfavoráveis, contrários, ao perceberem nos projetos em andamento pautas de teor étnico-racial, porque não assumem o racismo. Este é uma herança ainda da ideologia da democracia racial brasileira e seus desdobramentos.

Ao referir-se à Lei 977 de 24 de junho de 1998, que implementou o ensino da História da África, anterior à aprovação da lei federal 10639-03, que inicia a discussão sobre a necessidade dessa disciplina como área de conhecimento para o combate ao racismo, afirma ter enfrentado resistência institucional no parlamento.

Quando abrimos uma cunha, nome dado ao projeto de lei, desse teor específico de combate ao racismo, você está afirmando que existe racismo, então impor uma disciplina tem muita resistência em um país onde todos somos iguais, felizes e sem racismo. (Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Para Sebastião, o primeiro contato com o racismo é na escola. O mundo da criança, com todos os conflitos, começa ligado à sua casa, comunidade, espaço urbano vivenciado e colegas; quando vai para a escola ela recebe outros comandos e interferências. De acordo com ele,

É quando a criança percebe a diferença e o professor, muitas vezes apoiado por um material didático, externaliza visões racistas. A primeira vez que é chamado de macaco é na escola, sendo este um espaço de opressão e manutenção da ideologia racista, sendo necessário um grande trabalho conjunto. (Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Com esta reflexão, nota-se que houve grandes avanços na construção de políticas e direitos. Todavia, a escola ainda é o espaço de transformação social e de

acesso, onde garantir a inclusão da pluralidade, diversidade, respeito às diferenças e combater as intolerâncias de todas as instâncias é um caminho ainda a ser percorrido.

Das 33 leis em vigor em Campinas, 30% delas foram consolidadas com Sebastião como vereador, que ressalta: “Precisamos que a política seja o instrumento para produzir convergências”. Para ele, quando se põe a lógica partidária acima da própria opinião, aprendizados e tradições é que começa o problema. Nesse caso o que falta é uma direção política do movimento para restabelecer as coisas em seu devido lugar.

Eu era do PT, hoje PC do B. Todo partido tem e vem com seus interesses tencionando pra dentro dos movimentos e fragmentando, pondo sua tática para dentro dos movimentos. A luta antirracismo é precedente a isso; posso estar em um partido, mas eu não posso interferir na lógica da unidade do movimento. Isso é o fundamental.  
(Extraído do diálogo com Tiãozinho).

Sebastião aponta que em Campinas existem muitas lideranças que são respeitadas, elogiadas, se expressam pela cultura e têm mandatos, sindicatos, estruturas para fortalecer e visibilizar tais lutas e culturas. Mas reforça: “não é carro de som que faz a luta (virar conquista). O que faz é a base”. Ele acredita que falta no Brasil uma reconstrução dessa aliança como pauta comum. “Buscar uma convergência negra, buscar um plano de ação, uma plataforma”.

Sua legislatura foi consequência de um vasto período de discussões e diálogos ampliados que consolidou uma pauta de combate à discriminação e ao racismo em todos os movimentos vinculados à comunidade negra, compromissados em suas cidades, estados e espaços de ação a dialogar e buscar a implementação. Seu mandato, através de uma ação conjunta e marca das lutas dos movimentos sociais em que as metas foram sendo atingidas, tornou-se uma referência para a cidade.

Para Edna Lourenço “Campinas é uma África”. As comunidades negras locais agem como etnias diversas e por vezes dispersam a unidade em suas lutas. Ela avalia esta situação como uma crise de protagonismo e, ao mesmo tempo, falta de reconhecimento do outro como parte de sua própria luta.

O outro me representa e há a necessidade de maior solidariedade entre os grupos e comunidades de matriz africana para que possam ter mais conquistas e avanços políticos. Manter um olhar macro e se reconhecer no trabalho do outro é parte da própria luta permanente na conquista de direitos. Com base na percepção, vivência e aprendizado no terreiro, primeiro são os mais velhos, depois as crianças; sabemos o que é esse respeito, essa hie-

rarquia e a importância disso para a cosmovisão e fortalecimento de nossas africanidades.  
(Extraído do diálogo com Edna).

Em 2012, Edna Lourenço se candidatou a vereadora e não se elegeu. Integrou na legislatura de Sebastião Arcanjo entre 2014 e 2016 e, agora, no atual mandato do vereador Carlos Oliveira. Em ambos cuidava do tema étnico-racial e matriz africana.

(...) É que o bom para eles, pensam que o bom para mim é fazer leis e assessorar os vereadores e não valorizam a nossa capacidade. Sempre acham que o de fora, o fulano é mais pronto do que nós. Isso é parte ainda de nossas comunidades: reconhecer a importância de nós mesmos e nossa comunidade negra. Penso que as pessoas ainda não possuem a compreensão da política como ferramenta de consolidar ações e políticas inclusivas. A consciência nem sempre está em nós mesmos, nas nossas comunidades tradicionais, em nosso povo negro; enfim, precisamos ainda avançar em consciência política e na necessidade de unidade e força e foco em nossas demandas, como as igrejas pentecostais fazem, como os católicos fazem e fizeram. Precisamos avançar. Temos somente um prêmio aqui na Casa Legislativa: para nós, o Prêmio Zumbi dos Palmares, e é uma luta inserir o nosso povo nas demais premiações e reconhecimentos daqui da Casa Câmara.  
(Extraído do diálogo com Edna).

Atualmente, como assessora do vereador Carlão, Edna contribui para fortalecer os avanços conquistados na educação para as comunidades tradicionais de matriz africana, os grupos, os movimentos sociais e suas ações políticas, por exemplo, o projeto “Ruas de Histórias Negras: Nossos passos vêm de muito longe!”, lançado em 5 de novembro de 2015.

Segundo a TV Câmara:

(...) O vereador Carlão do PT lançou o Projeto “Ruas de Histórias Negras”, que resgatou a relevante contribuição dos afrodescendentes na construção da cidade e do país. O Projeto instalou placas com informações sobre personalidades negras que dão nome a ruas, praças e locais históricos (inicialmente, são 42 placas em diversas regiões da cidade) que agora fazem parte de um roteiro cultural e turístico de Campinas.

Em 20 de novembro de 2015, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro<sup>34</sup>, ao chegar à praça Anita Garibaldi para dançar o jongo, relembra a importância que aquele

---

<sup>34</sup> O Jongo consiste em uma manifestação cultural de resistência, festividade e troca de saberes, iniciada em meio às opressões sofridas pelos escravizados na região sudeste do Brasil, que estavam vinculados principalmente à produção cafeeira no século XIX. Consolida-se como manifestação cultu-

espaço de memória e território negro tem para ela e a cidade de Campinas após um passado de restrições que proibia até festejos e batuques em áreas como esta. Segundo o Código de Postura Municipal de 1880, artigo 35<sup>o</sup>:

Art. 35: São proibidos na cidade os bailes de pretos, chamados batuques e outros idênticos, salvo com licença da autoridade policial. Os infratores incorrerão na multa de 10\$ e três dias de prisão.  
§ Único. Na multa e prisão incorrerão não só os que prestarem casas para eles, como os que de qualquer forma os dirigirem.

A comunidade jongueira não se incomodava mais com a reinserção da placa Anita Garibaldi em 2013, mas festejava as conquistas de 42 placas biográficas implementadas na cidade sobre personalidades negras, inclusive a imagem da Mãe Preta em frente à igreja.

---

ral no Brasil a partir dos escravizados vindos da região Congo (Angola), de origem bantu que trabalhavam à força nas senzalas. Também era praticado o intercâmbio entre os ex-escravizados, que já se encontravam libertos e exerciam trabalhos livres que contribuía para a troca de informações entre as fazendas e articulações de fugas. A Comunidade Jongu Dito Ribeiro, que recebe o nome do ancestral jongueiro – aqui entendido “ancestral” como mentor referencial para o grupo familiar, os jongueiros, praticantes da dança do jongo – é formada por um grupo de pessoas e familiares que reconstituiu a manifestação do Jongo em Campinas (SP) através da memória de Benedito Ribeiro, com a salvaguarda e preservação da prática das rodas de jongo com toque, canto e dança e o objetivo de compartilhar e continuar com essa cultura ancestral. Ver artigo na íntegra: <http://www.culturadigitalcampinas.info/conferencias/index.php/culturallab/MMMD2015/about/organizinqTeam>





Figuras 18-19: Placa da Estátua da Mãe Preta e da Praça Anita Garibaldi em frente à Igreja São Benedito.

Fonte: Acervo dessa pesquisa.

#### 1.14 SOBRE RUAS, PRAÇAS, ALAMEDAS, IGREJAS DE HISTÓRIAS NEGRAS DE CAMPINAS: AS PLACAS BIOGRÁFICAS

A Lei que possibilitou a inserção de identificação histórica dos nomes de ruas, praças e monumentos é nº11.079 de 04 de dezembro de 2001, promovida pelo vereador Romeu Santini e sancionada pela Prefeita Izalene Tiene.

Da mesma maneira que ocorreu no tombamento do Museu do Negro, todas as ações cujos instrumentos públicos e ferramentas foram acionados dentro de um recorte étnico racial criaram debates sobre a questão “raça”, como exemplifica este registro da reunião do CONDEPACC:

COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS: A conselheira Regina Márcia Moura Tavares diz que comentou, em reunião do ano passado, sobre a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei sobre políticas afirmativas com a homenagem através de instalação em ruas de placas biográficas de personalidades negras que emprestam os nomes a locais históricos de Campinas, Projeto “Ruas de Histórias Negras”. (...) Acredita que se vai ser feito para um grupo tem que ser feito para todos. Como o Condepacc pode instruir esse assunto? O presidente Claudiney Carrasco explica que o vereador Carlão faz parte do movimento negro e pode apresentar a lei como quiser. Quem quiser pode procurar outro vereador para fazer uma emenda e complementar a já existente ou fazer outra lei. A conselheira Olga von Simson coloca que o vereador Carlão é **452.17**do Movimento Negro e não vai lutar pela elite branca. O presidente Claudiney Carrasco diz que este é um assunto polêmico, é um assunto a ser discutido na Câmara”. (Domingo 15 de abril de 2016, p. 21)<sup>35</sup>

Cabe registrar que se evidenciam duas problemáticas. A primeira sobre a democracia racial e o racismo no Brasil, cujo processo histórico desde a colonização resultou em desdobramentos registrados que discutiam a superioridade de raças, a miscigenação e a não existência de diferenças biológicas; são todos da raça humana. Estes debates estão inseridos em períodos e momentos específicos com uma conotação de igualdade, já que qualquer política pública voltada à promoção da igualdade racial é visto com um teor de “incoerência” pela “branquitude”, que nunca discute amplamente a existência de seus privilégios e sistêmica representação em todos os espaços e âmbitos da sociedade.

<sup>35</sup> Diário oficial de municipal: ver link. <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/691921111.pdf>

A segunda problemática são os índices cotidianos de miséria, analfabetismo, moradia, trabalho, genocídio, visibilidade em propagandas, entre outros; nesses temas a negritude continua a aparecer como menos favorecida ou como no topo das ocorrências, como no caso de genocídio da juventude negra, com dados verificáveis pelo IBGE.

A placa da Praça Anita Garibaldi reforçou a questão de representação e visibilidade no espaço público de determinada parte da sociedade em detrimento do reconhecimento e preservação da memória da presença negra no território. Sua reinserção, em frente à Igreja São Benedito em junho de 2013 por ordem da Prefeitura Municipal de Campinas, reforçou a surpresa da Comunidade Jongo Dito Ribeiro em novembro, já que nunca viram tal referência desde 2002, quando o jongo começou a ser praticado ali.

Especificamente sobre o projeto “Ruas de Histórias Negras” iniciaram-se os emplacements em 2015; até setembro de 2016 foram inseridas 18 unidades. Segundo informações de Edna Lourenço, assessora responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento desse projeto com o vereador Carlão (PT), as indicações de ruas pela população têm crescido, mantendo um vasto arquivo de solicitações. Entretanto, para a primeira etapa foram indicadas 42 localidades:

1. Estátua da Mãe Preta: em frente à Igreja São Benedito, R Cônego Cipião 772
2. Capela de Santa Cruz do Fundão: a mesma Capela de Nossa Senhora da Penha, R Abolição 1007
3. R Grande Otelo, próximo à Av Carlos Lacerda – Vila União
4. Praça José Neves Baltazar (Lei 11.844/2003): entre R Zocca e Av. Ibirapuera, confrontante Ls 47 e 48 – Qd 44 – Vila Castelo Branco<sup>36</sup>
5. R Mestre Tito, Vila Industrial, próximo ao teatro Castro Mendes e esquina com a Rua Dr. Sales de Oliveira
6. “Escravo”<sup>37</sup> Toninho: Alameda Central do Cemitério da Saudade<sup>38</sup>. Túmulo do

<sup>36</sup> José Neves Balthazar (Tio Zé, como conheci em minha infância), irmão de minha avó materna. Foi poeta, compositor, autor do hino em homenagem a Campinas (1977) e secretário da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

Ver na íntegra: [http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/11/campinas\\_e\\_rmc/398564-placas-resgatam-memoria-dos-negros-em-campinas.html](http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/11/campinas_e_rmc/398564-placas-resgatam-memoria-dos-negros-em-campinas.html)

<sup>37</sup> Encontra-se entre aspas devido aos debates nas discussões étnico-raciais em relação aos termos e conceitos: escravo ou escravizado na América. O termo “escravo” está associado à imposição do senhor e do processo de escravidão no Brasil. Com a inserção da discussão de Zumbi dos Palmares e lutas do movimento negro, o conceito foi atualizado e tem se usado escravizado desde a década de

Escravizado Toninho na alameda principal do Cemitério da Saudade ao lado do Túmulo de Barão Geraldo de Rezende.

7. R Luis Gama, Av Andrade Neves – Botafogo, próximo à DISCAMP e à R Engenheiro Artur Canguçu. Paralelo à Av Andrade Neves –Botafogo.
8. R da Abolição –Ponte Preta
9. Av Francisco Glicério, próximo ao Largo do Rosário
10. Cemitério dos Cativos: conhecido Largo São Benedito, atual Praça Profa Silvia Simões Magro
11. Rua Laudelina de Campos Mello: conjunto habitacional Pq Itajaí
12. Catedral Metropolitana de Campinas (Nossa Senhora da Conceição) esquina da Rua Costa Aguiar
13. R 13 de maio (Centro)
14. Largo Santa Cruz – Cambuí. Entre as Ruas Major Solon, Santa Cruz e Irmãos Bierremback, localizada na Praça XV de novembro.
15. Estádio Moisés Lucarelli: conhecido como Estádio da Ponte Preta. Praça Dr. Francisco Ursaia, Jdm. Proença
16. Largo das Andorinhas (antigo Largo do Pelourinho) – Centro

Além dessas já inseridas, outras localidades estão autorizadas e receberão placas biográficas, totalizando 43 nessa primeira etapa de projeto:

17. Praça Carlos Gomes – Centro (delimitada pelas ruas Conceição (sul), Irmã Serafina (oeste), Boaventura do Amaral (leste) e General Osório (norte)
18. Largo do Rosário – Centro
19. R Zumbi dos Palmares – Jardim Nova Esperança (Região do Campo Grande)
20. Av 20 de Novembro: em frente à CEPROCAMP ao lado da Estação Ferroviária de Campinas, conhecida por Estação Cultura.
21. Rua Chica da Silva - Dic VI (Conjunto Hab. Santo Dias Silva)
22. Casa da Tulha, Dr Alindo Joaquim de Lemos 1316 – Vila Lemos. Antiga casa

---

1980 nos movimentos sociais negros, ganhando ênfase no sentido de imposição, sem condição de escolha. Mas infelizmente na inserção das placas essa discussão não foi incorporada nas nomenclaturas; caberia essa atualização terminológica para fortalecimento dos diálogos étnico-raciais e para a discussão nos espaços de educação formal, segundo as diretrizes da Lei 10639/03.

<sup>38</sup> Mais informações sobre o Cemitério da Saudade e suas personalidades: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2007/01/monumento-cemitrio-da-saudade.html>

do ex-prefeito Toninho (Antônio da Costa Santos), um prédio tombado cujas telhas foram feitas nas coxas das negras durante o período da escravidão em Campinas.

23. R João da Cruz e Souza – Jardim Chapadão
24. Praça José do Patrocínio – Jardim Brasil
25. R João Candido Felisberto (Revolta da Chibata) – Bairro DIC V (Conjunto Habitacional Chico Mendes).
26. R Donga – DIC V (Conjunto Hab. Chico Mendes)
27. R Clementina de Jesus – DIC V (Conjunto Habitacional Chico Mendes)
28. R Carlos Cachaça – DIC V (Conjunto Habitacional Chico Mendes)
29. Praça Angenor Oliveira Cartola – Vila Lemos
30. R Solano Trindade – DIC V (Conjunto Habitacional Chico Mendes)
31. R Ataulfo Alves – Vila Castelo Branco
32. R José Bispo Clementino dos Santos e R Jamelão – DIC IV (Conjunto Habitacional Lech Walesa)
33. R Malcom X – DIC V (Conjunto Habitacional Chico Mendes)
34. Instituto Cultural Baba Toloji Memória e Identidade Afro: R Mario Bassani 154 – Jd São Vicente
35. Fazenda Solar das Andorinhas: R Ivan de Abreu Azevedo 333 – Bairro Carlos Gomes
36. R Papa São Vitor I (Conjunto Habitacional Padre Anchieta), Vila padre Anchieta
37. R Bispo Santo Agostinho de Hipona – Vila Padre Anchieta
38. Igreja Nossa Senhora Aparecida: R Dr Joaquim de Lemos 1100 – Jd. Proença
39. Igreja São Benedito: R Cônego Cipião 772 – Centro
40. R Antônio Cezarino – Cambuí
41. R Lino Guedes – Jardim Paulistano
42. R Benedito Florêncio – Jardim Campinas
43. R Professor Francisco José de Oliveira – Cambuí

Esse levantamento das localidades possibilitou a percepção de várias questões que deveriam ser mais aprofundadas: as localidades de cada placa, os bairros em que estão inseridas e as relações desses bairros com a população destes lugares, assim como as características desses bairros e localidades, a historicidade e a escolha de cada um destes pontos. Aparentemente, o critério escolhido para defini-

los foi serem parte do ideário “personagens negros”, nem todos de Campinas ou com vínculos na cidade – fator que de nenhuma maneira diminui a importância do projeto implementado. Todos os textos das biografias das placas foram escritos pela assessora Edna Lourenço e a contribuição desta pesquisa acadêmica foi o pré-mapeamento de alguns desses lugares para apresentar a proposta ao vereador e sua assessoria e garantir o desenvolvimento dessas Placas Biográficas, a visibilidade, a preservação da memória e a evidência da presença negra e seus territórios na cidade de Campinas<sup>39</sup>.

### 1.15 A CASA DA RUA DIREITA (GREGÓRIA POMPEU): UM BREVE ESTUDO DE CASO

Do lado direito da Rua Direita  
Olhando as vitrines coloridas eu a vi  
Mas quando quis me aproximar de ti não tive tempo  
No movimento imenso da rua eu lhe perdi  
E cada menina que passava  
Para seu rosto eu olhava e me enganava pensando que fosse você  
E na Rua Direita eu voltarei pra lhe ver  
(Originais do Samba. Álbum: O samba É a Corda. Os originais a Caçamba, 1972)

Existe uma distância efetiva entre memória, a oralidade e documentação. No entanto, quando se trata de temas referentes à comunidade negra local e as comunidades de matriz africana, essa lacuna se torna ainda maior. O desinteresse em formalizar a história dos excluídos, por eles contada, cria barreiras quando se busca o registro em documentação.

Às vezes a materialidade é encontrada no presente, como o túmulo do escravizado Toninho ao lado do Barão Geraldo de Rezende na alameda principal do Cemitério da Saudade; pode-se concluir que se existe a materialidade, houve um passado, e acessar esse passado ainda é um desafio.

Casas, propriedades, entre outros imóveis, conquistadas no século XIX por ex-escravizados refletem essa lacuna através do processo histórico de desalojamento desta população das áreas urbanas centrais ou a partir dos resquícios documentais de seus senhores.

Procurar um caminho a partir das memórias de seus descendentes e/ou de materialidades não significa necessariamente que o fio do desenrolar desses frag-

---

<sup>39</sup> Os Mapas elaborados com o tema Território Negro, Projeto Ruas de Histórias Negras, e demais pontos apresentados neste capítulo, se encontram no Anexo – Capítulo I, desta pesquisa.

mentos será encontrado; evidenciar a presença negra no centro de Campinas teve que verificar os bens tombados nas áreas centrais, já que sempre houve muitos cortiços. O próprio bairro Cambuí era conhecido como um bairro de “negros”; aquela região do atual Largo Santa Cruz foi uma das entradas à Vila de São Carlos, local em que foi instalada a primeira forca, e na época essa área era desprestigiada e de grande concentração dessa população negra.

Porém, na urbanização, após as epidemias da febre amarela, as políticas de saneamento básico, planejamento urbano, códigos de posturas municipais – entre outras ações que podem ser encontradas em bibliografias como Lapa (1996), Badaró (1996) e Maciel (1987) –, a limpeza urbana acabou também removendo a maioria dessas famílias negras para outras áreas da cidade. Em 1996, houve um debate público sobre patrimônio e memória:

“Campinas, preservar ou destruir”. Antônio da Costa Santos, numa breve explanação, diria apenas (e provocativamente) que: “o surto daquela doença que assolou o país chegou a Campinas e forçou a administração municipal a realizar várias obras de saneamento básico, mudando inclusive o traçado urbano. (FRANCISCO, 2008)

A mesma autora reafirma: este surto da febre amarela acarretou na época, entre outras coisas, novos códigos de postura municipais.

Os Códigos de Posturas eram leis que administravam a Freguesia, a Vila e a cidade de Campinas até os primeiros anos da República nos diversos assuntos, como: licenças para o comércio, indústria, varejo, atacado, calçamento das ruas, saneamento, construções de qualquer tipo, abertura e conservação de estradas, ruas e caminhos; normas para cemitérios, para a saúde pública (clínicas, farmácias, comércio e abatedouro de carnes etc); pesos e medidas para mercadorias, impostos etc. Estas leis eram aprovadas pela Câmara de Oficiais (hoje Vereadores), que além de legislar era responsável pela fiscalização e obediência do cidadão às mesmas, através de fiscais. Estas leis eram posteriormente aprovadas pela assembleia Provincial (hoje assembleia Legislativa), mas estavam em vigência, mesmo sem aprovação, o que dificilmente não acontecia. (OLIVEIRA, 2015)<sup>40</sup>

Uma das primeiras polêmicas em torno do patrimônio e traçado urbano aconteceu nas discussões sobre as reformas do Largo do Rosário e da praça em frente à Catedral Metropolitana de Campinas, já que esta era um patrimônio tombado pelo

<sup>40</sup> Em novembro de 2015 Valdir Oliveira, um importante pesquisador e militante do movimento negro de Campinas, lançou o livro “Elesbão”. De um dos maiores memorialistas sobre a história do negro em Campinas, o livro trouxe importantes contribuições acerca dessa temática que serão utilizadas nesta pesquisa, entretanto, o livro, talvez por opção do escritor, não tem numeração de páginas.

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), criado pela Lei nº 10.247 de 22 de outubro de 1968. Ele não poderia ter sofrido alterações sem a devida autorização deste órgão, justificando a necessidade de haver um órgão de patrimônio de âmbito local para gerir tais questões.

Em 17 de dezembro de 1987 pela Lei municipal nº 5885 foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), junto à Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) – atual Coordenadoria Setorial Cultural do Patrimônio (CSPC). Suas primeiras ações foram acompanhar a preservação de bens já tombados, existentes e/ou já reconhecidos como patrimônio no município<sup>41</sup> e ao mesmo tempo moderar as intervenções urbanísticas em curso; no decorrer do processo houve a necessidade de refletir sobre o “Centro Histórico de Campinas”.

Entre 2005-2008, aconteceu outro importante trabalho da CONDEPACC em inventariar, com ênfase, esses lugares no centro urbano, criando um Inventário da Região Central de Campinas, trabalho concluído e apresentado pela CSPC em novembro de 2008. Nos documentos disponíveis encontram-se as diretrizes que guiaram o inventário, pautadas pela necessidade de:

(...) Constituir uma ação de preservação na medida em que se conservam, em outros suportes, as informações cotidianas nos bens originais; apoiar trabalhos de planejamento urbano; atualizar informações sobre as intervenções nos bens ao longo dos anos; e contribuir para estabelecimento de critérios e parâmetros delineadores das políticas públicas de preservação do patrimônio”.<sup>42</sup>

O momento estabelecido para esse levantamento foi de 1872-1929, que marca a chegada da Ferrovia em Campinas (1872) e se encerra com o primeiro cadastro da planta do perímetro urbano de Campinas, desenvolvido pelo engenheiro Jorge Macedo Viera (1929), também responsável pelo reemplacamento da cidade ao adotar um sistema de numeração por metro linear, que fundamentou o projeto urbanístico de Prestes Maia durante a gestão na prefeitura municipal de Orosimbo Maia<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Revista CPC, São Paulo, nº 6, pp. 119-141, Mai/2008. Out/2008.

<sup>42</sup> Francisco, Rita de Cassia. Revista USP. <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15627/17201>

<sup>43</sup> Idem.

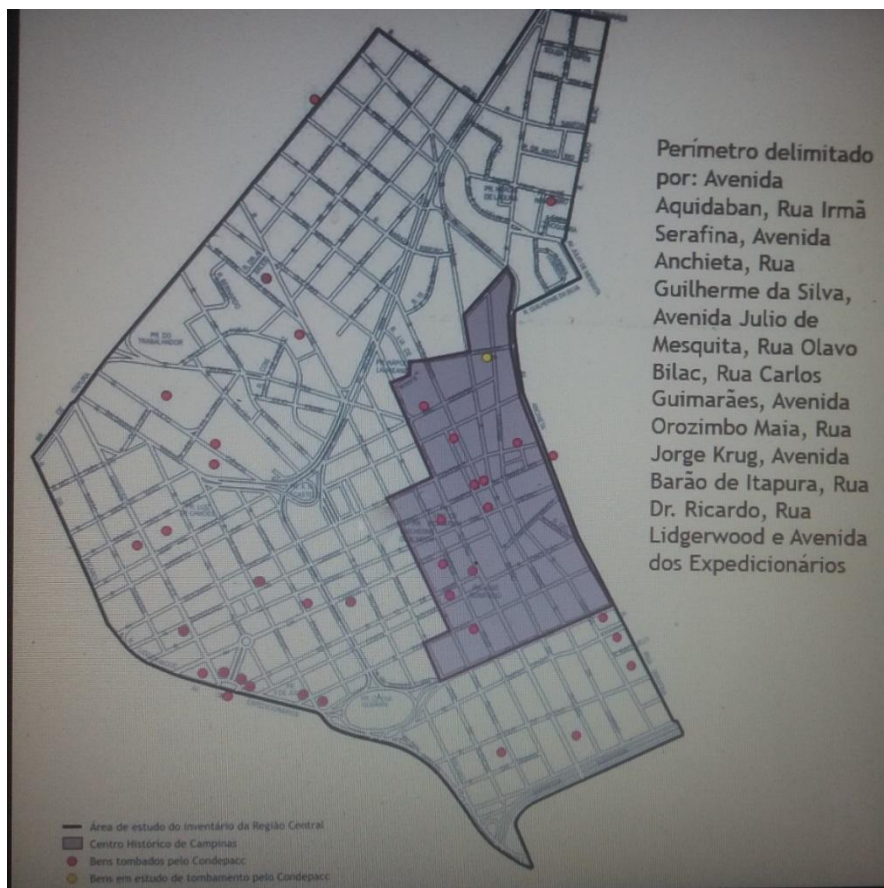
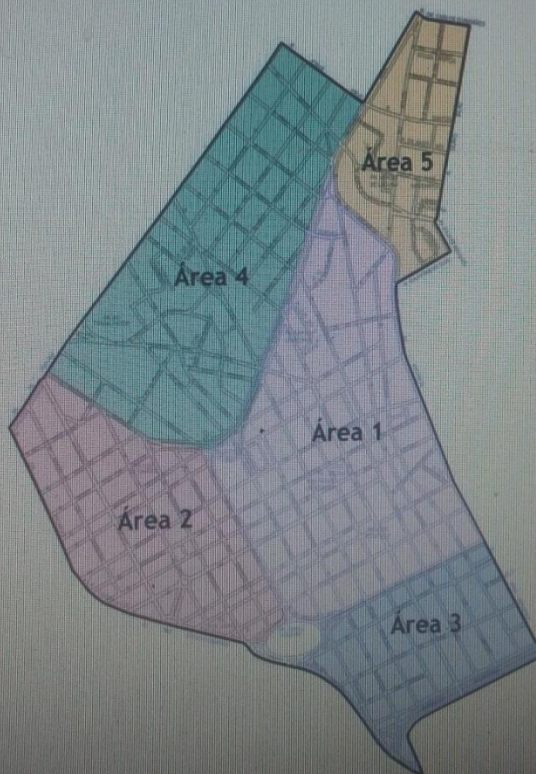


Figura 20: Mapa do Perímetro inventariado pela CSPC.  
Fonte: CONDEPACC

Neste mapa é possível identificar as ruas que delimitaram o perímetro estudado e os bens tombados (em vermelho) e em estudo (em amarelo) pela CONDEPACC nesta época.



5. Divisão da área inicialmente adotada como recorte de estudo em 5 sub-áreas



3. Sistemática de catalogação

Banco de dados Microsoft Access

Levantamento no Arquivo Municipal: 6878 registros

Logradouro	Nº de registros	% do total
Rua José Paulino	422	6,14
Rua Regente Feijó	412	6,00
Rua Dr. Quirino	369	5,36
Rua 13 de maio	329	4,78
Avenida Francisco Glicério	324	4,71
Rua Ferreira Penteado	318	4,62
Avenida Moraes Salles	314	4,56
Rua Barão de Jaguará	295	4,29
Rua Lusitana	251	3,64
Rua Costa Aguiar	209	3,03

Figuras 21-22: divisão em cinco subáreas para estudo aprofundado e inventário, como o número de registro e ruas para a seleção desses imóveis.

Fonte: CONDEPACC

Destes registros de inventários e tombamentos chama especial atenção a Rua Barão de Jaguará, principalmente pelos relatos históricos: esta tinha restrições de acesso dos escravizados até a abolição, com trânsito autorizado somente na rua com permissão do senhor ou para a condução de carroças. Rolnik (2003, p. 34), elucida que no final do século XVII consistia “a rua, o espaço público, o lugar da escravaria, e também da libertinagem e devassidão”. Porém, na virada do século este espaço passa a ser redefinido pela sociedade cafeeira, que muda a percepção com a chegada de modernidade e intervenções públicas, como iluminação a gás, regularidade para os redesenhos das fachadas e limpeza; com esses avanços, passam a ocupar a Rua e a não desejar os antigos ocupantes nestes espaços.

São recorrentes nos Códigos de Posturas Municipais os artigos com restrições explícitas:

Artigo 3º: Nem um indivíduo poderá de agora em diante correr a galope pelas ruas desta Vila e muito menos correr nas suas paralelas em observância do Art. 3º da Lei Municipal. Todos aqueles que transgredirem esta postura pagarão, sendo cidadão ou libertos, \$ 4 ou 4 dias de cadeia, e sendo cativo \$ 2 pagos pelos seus Senhores a quem compete os coibir.<sup>44</sup>

Artigo 31: Todo escravo que for achado na vila depois do toque de recolher sem bilhete de seu senhor terá 2 dias de cadeia, ou, querendo, seu senhor dará \$ 2 e poderá tirá-lo fora.

Artigo 72: O ajuntamento de mais de 3 pretos nos chafarizes, no mercado de hortaliças, nas ruas ou praças, será castigada com 25 açoites e multa de 2 mil réis. Se a multa não for paga pelo senhor ou pelo mesmo se for livre ou alforriado, a punição será de 50 açoites.<sup>45</sup>

Art. 70: Todo escravo que for encontrado na rua depois do toque de recolher sem bilhete do senhor será preso, e no dia seguinte entregue a quem pertencer.<sup>46</sup>

Art. 17: O artigo 76 do Código de Posturas fica alterado da maneira seguinte: todo escravo que for encontrado na rua depois das dez horas da noite, sem bilhete de seu senhor, será preso, e nos dias seguintes entregue a quem pertencer.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> Cx 137, pasta ano 1829. AHCMC, In: **Oliveira, 2015.**

<sup>45</sup> Cx.137, pasta ano 1834. AHCMC, In. **Oliveira, 2015.**

<sup>46</sup> Código de Postura de Campinas de 1858.

Disponível em: <http://arg-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p15?symfony=3hi2regtm2qgg5nc346okefi26>

<sup>47</sup> Código de Postura de Campinas de 1872, disponível em: <http://arg-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p17?symfony=afnj0okm332ipvh3hgu3qcmbt7>

A escolha de reinserir a citação nesse trecho se deu para que possa observar a colocação e elaboração dos Códigos de Posturas Municipais em Campinas. Era um braço de controle do Estado sob a escravaria e sua população liberta.

As falas referentes às restrições e usos dos espaços públicos sempre foram presentes na oralidade. Conversas com familiares sobre a existência de um imóvel de propriedade de ex-escravizado na Rua Barão de Jaguara despertaram demasiado interesse, por isso tentou se reconstituir, a partir dos fragmentos do presente, um pouco deste passado a ser descoberto.

Segundo os estudos de Goulart (1983) sobre as ruas de Campinas, a Barão de Jaguara foi primeiramente batizada como “Rua de Cima” até 1848 por conta da topografia do perímetro urbano, e depois, em 6 de setembro do mesmo ano, foi chamada de “rua Direita”. Em 1907 tornou-se uma das ruas principais, pois nela se levantou o primeiro sobrado da cidade – construído por Pedro Gonçalves Meira, local onde funcionou a escola particular João Batista Alves de Souza –, e em 1935 ganhou seu primeiro arranha-céu de cinco pavimentos, o Edifício Sant’Ana, que repercutiu em todo o Estado. O nome atual foi dado em 1º de julho de 1889 em homenagem ao Barão de Jaguara, um dos presidentes nomeados da Província de São Paulo em 1870 que se reelegeu várias vezes por ter prestado vários serviços à cidade de Campinas. Outros acontecimentos foram registrados nesta rua, como a moradia de Francisco Glicério – o prédio de número 640 –, a abertura de várias lojas de vestuários, ferragens, fazenda, modas, armarinhos, casas de encanamentos de gás, marcenaria de móveis para noivos, lojas e fábricas de chapéu, o endereço do jornal “Correio de Campinas”, joalherias e farmácias.

Aos negros em geral não era permitido transitar pelos jardins. Uma das ruas em que era proibido o trânsito aos escravizados e livres era a Rua de Cima (depois Rua Direita e hoje Barão de Jaguara), onde se concentravam as lojas de artigos importados (roupas, tecidos, perfumes, chapéus etc, a não ser que estivessem acompanhando seus senhores e carregando as compras, ou com autorização escrita pelos mesmos. (OLIVEIRA, 2015)

Dentro do Projeto Centro Histórico, nos levantamentos de imóveis, não se encontra nenhuma referência à moradia de libertos dentro do período selecionado, o que impõe a reflexão de outra lacuna na presença negra no núcleo urbano central.

Diálogos com o CONDEPACC apontaram que o único imóvel tombado de propriedade de negros na área central de Campinas foi o “Museu do Negro” na Rua Emílio Ribas nº 1468. Publicado no “Diário Oficial” em 18/09/2003, esse registro pode ser acessado em Bertinato (2006), que comenta o processo de tombamento e as severas considerações da historiadora Célia Maria M. de Azevedo, que durante

uma entrevista para a Revista Zoom considerou o tombamento, justificado pela questão étnico-racial e a presença negra, como uma “posição racista e contraditória”. (BERTINATO, 2006)

Repetindo a mesma situação, registrada no D.O.M. na Ata do CONDEPACC acerca do projeto “Ruas Negras”, por outro lado, na Rua Barão de Jaguará há um imóvel de 1915 ainda mantido como propriedade de família negra. Este fato é, no mínimo, curioso, já que não se sabe que idade teriam seus proprietários quando o adquiriram, em quais circunstâncias e como conseguiram mantê-lo, estando em local de forte opressão da especulação imobiliária.

#### 1.16 UMA CASA NA RUA BARÃO DE JAGUARA

A construção encontra-se entre os números 768 e 776 da Rua Barão de Jaguará, entre as travessas da Rua Cônego Cipião e a Avenida Dr. Moraes Sales.

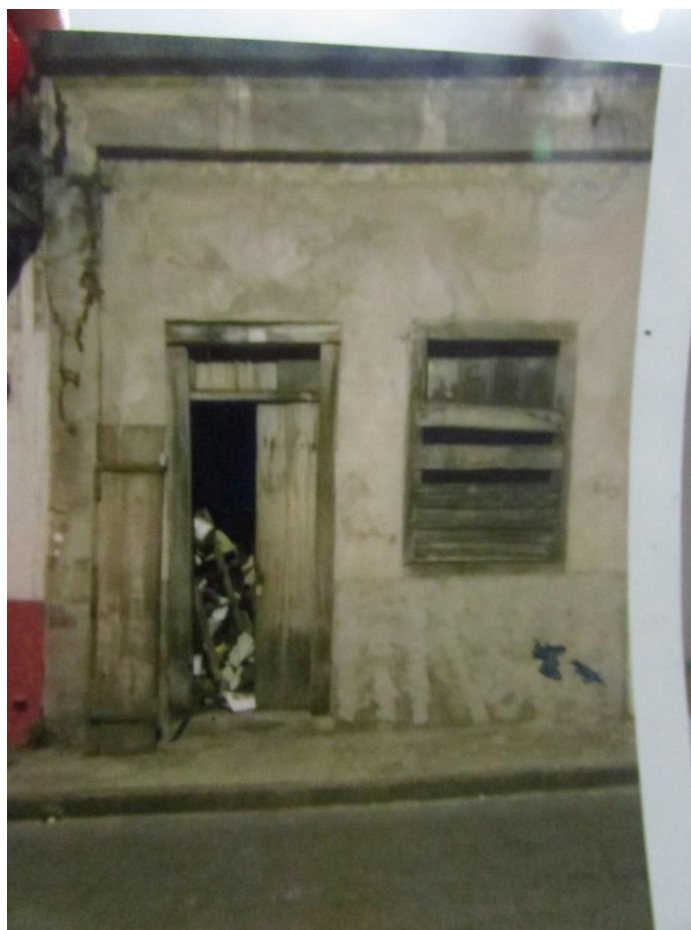
Em visita no local pela primeira vez estavam sendo concluídos alguns reparos, já que por mais de 30 anos a casa ficou restrita à moradia de Antônio Carlos Pompeu, irmão da atual responsável pelo imóvel.

Nesta casa, Antônio Carlos Pompeu morou desde sua infância e foi, possivelmente, o responsável por enfrentar os avanços dos prédios e demandas da especulação imobiliária. Sempre comentava com seus familiares sobre as propostas que recebia e como colocava os “ousados para correr”. Apreciador da musicalidade e das artes, com forte timbre de voz, cantou no Coral Maria Neves Balthazar, de sua família, e também em várias festas, eventos, bailes, sendo muito apreciado e aplaudido. Sua resistência a qualquer venda ou mudança no imóvel o preservou, mas em certo momento de sua vida tornou-se um “acumulador”; a visita, até de seus familiares, era proibida. Ele entendia que ali estavam seus maiores tesouros e os guardava a sete chaves. Antônio Carlos Pompeu faleceu em 10 de junho de 2014 no local. Sua morte marca uma nova etapa da Casa da Rua Barão, pois pela primeira vez esta casa dará acolhimento às ações de educação, cultura e ações sociais da ONG “Casa da Dinda”, idealizada por sua irmã, Loritilde Pompeu de Paula, que funcionava em outro endereço até então.

A ONG “Casa da Dinda” desde 1998 estabelece trabalhos de inserção social através de línguas estrangeiras em diálogo com a Prefeitura Municipal de Campinas.

Desde a morte de Antônio Carlos Pompeu, em junho, iniciam-se os trabalhos de organização e recuperação do imóvel por sua irmã Loritilde, com a preocupação de manter as características que demarcam outra época, como a construção mista de taipa de pilão e tijolos, janela e porta rústica, em uma rua que hoje abriga vários arranha-céus e empreendimentos.

Dentro da casa havia tantos entulhos que o acesso era praticamente impossível. Segundo a própria Loritilde foram necessárias mais de 4 caçambas para a retirada do lixo. “Lixo, lixo e lixo, preciosidades de um passado presente”, diz Loritilde: batentes de porta, tijolos da época da construção da casa, quadros, livros, chaleiras, entre outros objetos foram encontrados, alguns preservados. Foram meses de retiradas e a cada uma a casa se revelava, trazendo consigo memórias e saudades.





Figuras 23-24: Frente da Casa da Rua Barão em junho de 2014 e chaleira encontrada entre os entulhos no interior da casa.

Acervo: Loritilde Pompeu de Paula.

Depois de tirar os entulhos, os arquivos foram estudados para entender a aquisição da casa, que data de 1915, e a sua numeração. Conforme o IPTU atual e demais dados de fiscalização e de controle urbano, o endereço registrado na Prefeitura é Rua Barão de Jaguara 772, confirmado na oralidade dos familiares, que quando eram crianças brincavam no vasto quintal repleto de árvores.

Foi encontrado um documento referente à quitação da casa, de 1946, em que o endereço é Rua Barão de Jaguara 131. Curiosamente o número 772, como todo seu histórico, não se encontra no 1º Oficial de Registro de Imóveis – Comarca de Campinas (SP), nem o oficial Alexandre de Almeida Palmeira Filho – nem em nenhum outro cartório visitado.

O funcionário do Cartório, ao ser questionado sobre os documentos anteriores a esta numeração, apresentou como possibilidade a falta de atualização da Prefeitura Municipal de Campinas ao realizar suas alterações, renomeações e readequações nas ruas e imóveis mais antigos da cidade.

Demonstrativo de Lançamento

IPTU / TAXAS - 2014		Nº aviso 8013	Emissão 01/2014	Imobiliária C	Desonça Adimplência 2013 NÃO	Código Cartográfico 3423.42.18.0195.01001	
Contribuinte ESPOLIO DE GREGORIO POMPEO				Responsável (commissário, contratante e demais casos) ANTONIO CARLOS POMPEO			
Endereço do Imóvel Rua BARÃO DE JAGUARA				Número 000.772		Complemento Cap 13015-001	
Bairro / Loteamento CENTRO				Cidade Campinas		Quartirão / Quadra 01072-***	
Lote / Sublote 012-		Idade Imóvel 1915		Fator Depreciação 0,4040		INPC / IBOE 5,58%	
Tipo de Imóvel PREDIAL		Classificação do Imóvel - Tipo/Padrão/Subpadrão RH-2.0 Residencial Horizontal		Valor da Lic 2,6277		Alíquota 0,8000	
Desconto Fixo - UFIC 80,0000		Área total Construída (m²) (00) + comum + dependência 83,50		Área do Terreno (m²) 174,00		Área excedente (m²) 0,00	
Prete (m) 10,00		Frequência Lixo Dias / Ano 301		Custo UFIC / M² / Linear 0,2931		Risco Sinistro BAIXO	
Produtos e Fatores de Correção 0,7071		Fatores FP		Custo UFIC / M² / Linear 0,2931		Risco Sinistro BAIXO	
Valores		R\$		UFIC		R\$	
Valor m² Construção		526,79		200,4738		(+)	
Valor da Construção		17.770,57		6.762,7832		(+)	
Valor m² de Terreno		1.142,56		434,6141		(+)	
Valor do Terreno		140.576,80		53.498,0398		(-)	
Valor da área excedente		0,00		0,0000		(-)	
Valor Venal do Imóvel		158.347,36		60.260.8229		(-)	
						5%	
						0%	
						11 PARCELAS DE	
						792,42	
						160,77	
						0,00	
						0,00	
						953,20	
						47,66	
						905,54	
						0,00	
						86,66	
						301,5649	
						61,1946	
						0,0000	
						0,0000	
						382,7495	
						18,1375	
						344,6132	
						0,0000	
						32,9794	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**  
**DEPARTAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

**ALVARÁ DE EXECUÇÃO** **Nº 1481/2015**

**REFERÊNCIAS**

PROTOCOLO Nº: 20151111265

RUA / AV.: RUA BARAO DE JAGUARA NÚMERO: 772  
 LOTE: 12 QUARTEIRÃO: 1072  
 BAIRRO: CENTRO  
 NÚMERO DA GUIA: 132464014 VALOR: R\$ 212,63 MOEDA: REAL  
 INSCRIÇÃO MUNICIPAL ISSQN Nº : 3488969

FINALIDADE	QUANTIFICAÇÃO
REFORMA S/ ACRÉSCIMO DE ÁREA	83,50 M2

TIPO DE OCUPAÇÃO: RESIDENCIAL UNIFAMILIAR  
 NÚMERO DE PAVIMENTOS: 1  
 PROPRIETÁRIO: LORITILDE POMPEO DE PAULA  
 AUTOR DO PROJETO: VICENTE ROBERTO DE ASSIS

Figuras 25-26: Dados do IPTU e de uso de solo, 2015, da residência na Rua Barão de Jaguará, 772. Acervo: Loritilde Pompeu de Paula.

Após análise desses documentos e pesquisa por informações nos acervos antigos da Prefeitura, foram encontrados os documentos com dados e endereços atuais, alguns mais antigos, cerca de 20 anos atrás, outros de agora. Nada foi encontrada do período de 1915, ou seja, todos os impostos e acompanhamentos são

realizados normalmente pela Rua Barão de Jaguará 772, sem menção sobre outra numeração em seus arquivos.

Há a hipótese de que os dados não foram efetivamente cruzados entre Cartório e Prefeitura com a devida profundidade, gerando uma informação fragmentada e, portanto, exigindo um estudo mais aprofundado sobre essas mudanças de numeração no centro urbano, como a divisão de Glebas e suas origens.

Concretamente, o que existe no 1º Oficial de Registro de Imóveis – Comarca de Campinas (SP) e oficial Alexandre de Almeida Palmeira Filho – depois de inúmeras idas e vindas com tentativas de cruzar as informações encontradas na 1ª Transcrição 12.691, Livro 3L, Folhas 87, 31 de maio de 1917, é que o imóvel referente a uma casa, respectivo terreno e quintal da Rua Barão de Jaguará 131, e Duque de Caxias, sem número, se caracteriza por:

(...) 2 janelas e 3 portas de frente, 3 janelas e 2 portas para a Rua Duque de Caxias, medindo 11m de frente e 33m de fundo. (...) 3A Transmitente: Herança de Magdalena Bolliger, representada pelo inventariante (...) 3B Adquirente: Real Beneficência Portuguesa, Beneficência desta cidade.

Ou seja, estas informações e localização não se referem à casa em pesquisa, evidenciando o conflito numérico.

Outro documento encontrado, de posse da atual responsável pelo imóvel, refere-se ao cartório Dr. Alberto Ferraz de Abreu – Nilo Ferraz de Abreu 3º tabelião, Ubaldino Luiz Beltram (substituto). Campinas (SP) – do endereço Avenida Francisco Glicério 1303 e telefone 2827 na época, apresenta que o outorgante Liga Humanitária dos Homens de Cor e a outorgada Gregória Pompeu apresentaram um contrato de quitação datado de 19 de setembro de 1946 e com valor de CR \$1.100,00, do Livro nº 150, Folhas 32, intitulado “Primeiro Traslado”, no qual a escritura publicava a quitação geral na Liga Humanitária dos Homens de Cor, tendo como a negociante da mesma D Gregória Pompeu.



**LIGA HUMANITARIA DOS HOMENS DE COR**  
**CAMPINAS**


Liquidação da  
Hypotheca Cr. \$ 550,00

Recebi do Sr. Luiz Pompeu Sobrinho  
a quantia de 550,00 cruzeiros  
juros da hipoteca vencida em liquidação de  
Hypotheca de 19.....

Para clareza f.  
Campinas, 19 de Setembro de 1946

Benedicto Barreto Pompeu

(SELADO COM CR-90,00) 1,80



ALÃO 120. PAG. 224.

ESTADO DE SÃO PAULO CAMPINAS

**Registro de Imóveis**  
**1.ª CIRCUNSCRIÇÃO**

ELVINO SILVA FILHO, Oficial Sucessor do Registro de Imóveis da 1.ª circunscrição, nesta comarca de Campinas, etc.

CERTIFICA, que a fls. -22- do livro N. --2--1-- sob numero -7693-  
foi hoje Cancellada esta inscrição hipotecaria do valor  
de Cr. \$ 1.100,00, em que é credora a Liga-  
Humanitária dos Homens de Cor e devedora -  
Gregoria Pompeu - em face de quitação constan-  
te da escritura de 19 de Setembro de 1946-  
das notas do 3º tabelião local,-

Figuras 27-28: documentos encontrados sobre a Liga Humanitária dos Homens de Cor e Dona Gregória Pompeu, referente à quitação da casa na Rua Barão de Jaguara.  
Fonte: acervo de Lorilde Pompeu de Paula.

Esses são os documentos que provam tratar-se do imóvel em pesquisa, na Rua Barão de Jaguará 772, mesmo estando registrado no documento o número 131. Esse desencontro numérico abriu a possibilidade de que as ruas e suas numerações passaram por mudanças e ainda existem brechas para adequar essas documentações.

Outro dado relevante foi a visibilidade que Dona Gregória, por meio de ações com a Liga Humanitária dos Homens de Cor, obteve com a concretização das instituições e organizações da época, que lutavam pela inserção do negro na sociedade campineira e eram bem mais estruturadas e autônomas.

Pelo documento, a hipoteca foi paga em 19 de setembro de 1946 por seu filho Luiz Benedito Pompeu, cuja mãe Gregória Pompeu já era falecida e ele, filho único, seu herdeiro legítimo. Outras informações sobre Dona Gregória, como data e localização de nascimento e falecimento, não foram encontradas.

A Liga Humanitária dos Homens de Cor foi fundada oficialmente em 1915 e tinha como finalidade fundamental e atuação prioritária “dar assistência médica, hospitalar, pecúlios e auxílios funerários” preferencialmente aos negros, pois havia entre seus associados a presença de estrangeiros (portugueses, italianos, franceses e alemães). Desde sua fundação até 1930 o número de associados brancos e estrangeiros era significativo, chegando a cerca de 40%, mesmo tendo em seu estatuto “cláusula que impedia explicitamente aos brancos de ocuparem posição na diretoria da entidade”. (MACIEL, 1987, p.77 - 78).

Em geral tem sido assinalado que, com o fim da escravidão, os imigrantes sucederam os escravos e outros nacionais, levados à exclusão como trabalhadores preferenciais na aclamada “nova ordem”. Assim, tornou-se costumeiro acentuar a marginalidade em que viviam esses sujeitos sociais, bem como destacar a falta de consciência e a incapacidade de interagirem com as transformações que estavam ocorrendo: a chamada índole pacífica de nossos cidadãos e sua natural indolência. Entretanto, será que essas impressões correspondem à experiência social e cultural dessas pessoas no período? (SANTOS, 2008, p. 15)

Por essa questão, não foi possível se aprofundar na reconstituição do histórico do prédio. Foram realizados alguns registros no local e percebidas algumas lacunas nas ações da Liga Humanitária dos Homens de Cor.



Figuras 29-30: parte frontal e vista do interior da casa a partir da porta.  
Fonte: acervo da pesquisa.



Figuras 31-32: vista da lateral da casa e esboço parcial do projeto, implementado na área interna da casa.  
Fonte: acervos da pesquisa e Loritilde Pompeu de Paula.

De acordo com alguns relatos, em determinados horários a Rua Barão de Jaguará, a Praça Carlos Gomes, o Largo do Rosário, entre vários outros endereços,

como praças, largos e ruas, assim como as salas dos patrões e outros espaços residenciais, eram proibidas aos escravizados e por muito tempo à população negra. Em histórias dos mais velhos, na Praça Carlos Gomes o acesso dos negros era permitido só fora da área central da praça, onde as palmeiras imperiais eram a referência desse limite.

Sebastião Arcanjo, ex-Deputado estadual e vereador de Campinas, afirma essa narrativa ao lembrar a própria juventude, entre as décadas de 1970 e 1980, na Feira Hippie, tradicional feira de artesanatos localizada, na época, nesta praça e na atualidade na praça Imprensa Fluminense, ao redor do Centro de Convivência. Ele comenta que durante os finais de semana havia a concentração de negros no jardim; eram momentos de trocas, conversas animadas e atualização das pautas políticas e de passeios, mas continuavam sendo, para ele, “uma questão econômica por não terem recursos para o consumo dos pertences da feira ou pela barreira instituída na informalidade do racismo”.

Atualmente a Casa da Rua Barão de Jaguara acolhe a ONG Isaura Baltazar Pompeu e o Espaço Cultural Antônio Carlos Pompeu. Para explicar melhor quem é quem, foi criada uma pequena árvore genealógica que se segue por meio das memórias de duas irmãs e sobrinhas de 1º grau de Gregória: Lídia Pompeu Baltazar, 87, e Edite Pompeu, 85 anos.

### **Barnabé e Liberata**

(Ex-escravizados de fazendas em Campinas, meados de 1950 a 1970 do século

XIX)



Benedito – Serafina – Luís – **Gregória** – Orácio – Ida – Venâncio (o mais novo, de

1901)



**Luiz Benedito Pompeu e Isaura Baltazar Pompeu (“Dinda”)**

(Único filho e único herdeiro da casa da Rua Barão de Jaguara)



(Tiveram 7 filhos, dos quais 5 já faleceram)

Luiz Benedito Pompeu Filho, João Pompeu, Antônio Carlos Pompeu, Francisco e Edlázio Pompeu (gêmeos), todos já falecidos.



Loritilde Pompeu de Paula<sup>48</sup> e José Augusto Pompeu, atuais herdeiros da casa.

Segundo Lídia Pompeu Baltazar, nascida em 1929, a chegada à casa da Rua Barão de Jaguará foi através de seu avô Barnabé e sua avó Liberata. Seu avô era sapateiro e trabalhava para as sinhazinhas depois de liberto.

Vou contar uma coisa pra você, primeiro mamavam os bebês brancos e depois se sobrava os negros filhos delas... aí sentava na casa das sinhás, né, tinha que tomar banho... muitos caboclos que tem aí “mamou” em negra, hoje têm esses “caboclão” aí, né, esses políticos mamaram em ama de leite, das pretas. (Lídia Pompeu Baltazar)

A compra da casa foi feita por Dona Gregória, que acabou grávida de um amendoineiro e se tornou mãe solteira em uma época que isso acarretava “vergonha para a família”. “Venâncio, meu pai e irmão mais novo, foi um dos irmãos que nasceram nessa casa e teve o Tio Luizinho, filho único de Tia Gregória”.<sup>49</sup>

A consequência desse ocorrido foi uma das irmãs de Dona Gregória, a “tia Ida”, que era lavadeira, se sentir envergonhada pela situação da irmã e ir para o convento, onde ficou até o fim de sua vida. Dona Gregória comprou a casa e trouxe todos os irmãos para morar com ela.

De onde eles vieram e/ou em qual fazenda esses avós trabalharam em Campinas ninguém soube contar. Sobre os lugares para morar: o Cambuí era um bairro bem negro, com vários cortiços. Loritilde conta: “Eu mesma morei em cortiços e tudo certinho, cada um no seu espaço, né”. Os cortiços foram alvos dos projetos e planejamentos urbanos, como a política de higienização diante das epidemias; eram considerados insalubres e focos permanentes de doenças e epidemias.

(...) Meu pai comprou uma casa lá na Rua Sampaio Ferraz, nº 451, agora tem um prédio lá. Mas os impostos começaram a subir muito e acabamos vendendo. Antes moravam só negros lá, porque morar ali era mais fácil.

---

<sup>48</sup>Nota da autora: Loritilde, chamada carinhosamente “tia Lori”, como os demais filhos de Luiz e Isaura (“Dinda”), são primos irmãos de minha mãe, já que Isaura é irmã de Benedita Neves Baltazar Ribeiro, minha avó materna e esposa de Benedito Ribeiro, ancestral homenageado na Comunidade Jongo Dito Ribeiro. A árvore genealógica dessa família, tendo como pilar a Família Baltazar e seus desdobramentos, dará certamente um interessante estudo de parentesco e possibilitará compreender os arranjos e articulações desenvolvidos e consolidados desde a segunda metade do século XIX. Esta é uma das mais numerosas e estruturadas famílias negras da cidade de Campinas, mesmo com todos os impactos de racismo, discriminação e dificuldade de mudanças de classe social. Tendo a educação e a cultura como pilares, cada membro, em especial os nascidos entre as décadas de 1920 e 1950, tem muitas histórias para contar e a serem registradas.

<sup>49</sup> Relatos de Lídia Pompeu Baltazar.

Agora só rico que mora lá, a casa que eu vendi agora é um prédio lindo, escritório.<sup>50</sup>

Os cortiços foram temas recorrentes nas páginas dos jornais “Diário do Povo” em abril de 1917, como registrou Maciel (1987, pp. 46-50), pois além de muito caros eram focos epidêmicos, com grande lotação. Algumas vezes foram alvos de tragédias, brigas e confusões, somadas a precariedades como desemprego, fome, relações matrimoniais informais, instabilidade emocional e violência; em muitas ocasiões eram comparados a “antros de vagabundos e redutos desclassificados”. Os jornais estampavam: “Os cortiços da cidade e em geral os mesmos prédios das antigas senzalas constituíram a maioria das habitações dos negros. Campinas não se libertou desses antros.” (MACIEL, 1987, p. 46)

A moradia em Campinas nessa época era muito precária e cara, principalmente aos recém-libertos, e as reivindicações por vilas populares e habitações operárias impulsionaram propostas para redução de impostos. O crescimento urbano era evidente: o recenseamento de 1920, em sua “Estatística Predial e Domiciliária” (MACIEL, 1987, p. 48), apontou um total de 19.068 prédios, dos quais 341 eram sobrados, 772 estavam desocupados, 48 em construções e 9 em ruínas, acarretando no aumento da especulação imobiliária e na saída dos negros para as regiões periféricas (MACIEL, 1987, p.49).

A lei de terras de 1850 ampliou a dificuldade de acesso aos menos favorecidos, já que instituiu a lei de compras de terras e as oficializou como mercadoria. O encarecer de áreas urbanas em Campinas contribuiu para migração de negros, pobres e operários para outras áreas da cidade, criando novos bairros e vilas para acolher essa população. Semelhante aconteceu em todo Brasil, pois com alto número de ex-escravizados, alojar, remanejar e manter a ordem foram fundamentais pilares dos projetos urbanos constituídos.

A casa da Rua Barão de Jaguará, nessa perspectiva, aponta outras possibilidades: mesmo diante das dificuldades do período, com impasses e desafios, organizações e movimentos pela inserção do negro na sociedade, ocorreram exceções que contribuíram para que a moradia fosse também possível, mesmo às pessoas marginalizadas naquela sociedade, como Dona Gregória Pompeu, mulher, preta,

---

<sup>50</sup> Ibidem.

mãe solteira e sem saber ao certo qual profissão procurar para adquirir um imóvel em um lugar inimaginável: a área central de Campinas.

### 1.17 A “CASA DA DINDA”

A casa da Dinda pra mim foi um mistério. Eu falo mistério porque tudo aquilo que a gente gostaria de saber e aprender era na casa da Dinda, ela tinha esse amor não só pelo próximo, mas presentemente com a família. Então a Casa da Dinda e o mistério que eu digo foi a evolução, de eu hoje ainda es-tar aqui na casa da Dinda, com toda a idade que eu tenho. Fui principiante nesta casa... aonde me carregaram quando eu tinha talvez, o quê? 8 meses, dormi aqui neste quarto... passeavam comigo todos os Pompeu que não existem mais no nosso meio, mais sim espiritualmente falando, estão todos aqui hoje. (Helena Elias, sobrinha da Dinda, nascida em 1932)<sup>51</sup>



Figura 33: Foto de Isaura Baltazar Pompeu, “Dinda” (1905-1969).  
Fonte: acervo de Loritilde Pompeu de Paula.

Continuou a busca por mais memórias sobre a “Dinda”, Dona Gregória e a casa da Rua Barão de Jaguara enquanto elemento simbólico da resistência negra no espaço urbano. No dia 28 de agosto de 2016 foi inaugurado o Espaço Cultural Antônio Carlos Pompeu, um dos filhos da Dinda e neto de Dona Gregória, com

---

<sup>51</sup>. Nota da autora: Conversa realizada e registrada em áudio com autorização da mesma durante a inauguração do Espaço Cultural Antônio Carlos Pompeu, organizada pela ONG “Casa da Dinda” no dia 28 de agosto de 2016, na Rua Barão de Jaguara 772, com Helena Elias, nascida em 1932, carinhosamente chamada por mim “Tia Heleninha”, prima irmã de minha mãe.

objetivo de estabelecer ou tentar sintetizar o real sentido daquele lugar aos seus parentes que tratam, ainda hoje, este espaço como referência cultural da constituição familiar. Foi unânime: todos lembraram que nos quintais daquela casa cantaram, ensaiaram peças teatrais, recitaram poesias, entre outras lembranças.

Salve, salve (dia e mês do aniversariante)  
 Data cheia de amor e de prazer  
 Ao (Fulano) que hoje festejamos, rogamos que feliz há de ser  
 Receber esses votos sinceros, de nossos corações juvenis  
 Nossos votos de felicidade, Deus que o conserve assim  
 (**Salve, Salve.** Música e letra compostas por Isaura Baltazar Pompeu)<sup>52</sup>

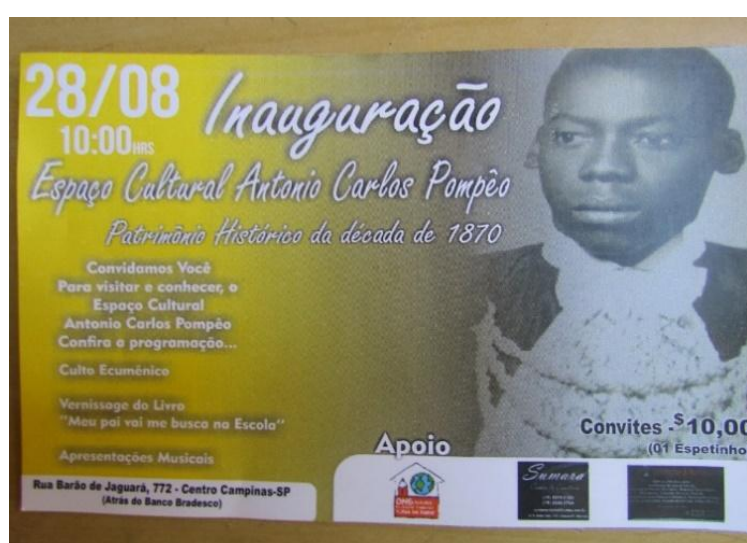


Figura 34: Convite da Inauguração do Centro Cultural.  
 Fonte: Acervo dessa pesquisa.

A inauguração do Espaço Cultural Antônio Carlos Pompeu teve início com um Culto Ecumênico, que contou com a participação do padre José de Souza Primo (Igreja São Benedito), do Kardecista, primo da Dinda, Benedito Eustáquio Baltazar, da Umbandista Mãe Nininha (Membro do Coletivo Saravaxé) do Candomblecista Baba Efun Okun Olola (Membro do Coletivo Saravaxé e da Associação dos Religiosos de Matriz Africana de Campinas, a ARMAC) e do Pastor Lico (Presidente da Associação Internacional Bispos, Pastores e Apóstolos), além de familiares e visitantes. Sua programação durante o dia todo consistiu em intervenções artísticas e relatos de memórias.

<sup>52</sup> Nota da autora: segundo Maria Alice Ribeiro, nascida em 1943 e sobrinha de Dinda, desde que nasceu se canta esta música; foi composta por Dinda, que sempre chegava atrasada nos aniversários e conquistou-a como marca, cantado, repassado e mantido entre os familiares através de seus aniversários.





Figura 35: Mesa Ecumênica de abertura. Da direita para a esquerda: Padre José, Mãe Nininha, Benedito Eustáquio, Baba Okun e Pastor Lico.

Segundo Loritilde, sua mãe Isaura, com apelido carinhoso dado pelos familiares de “Dinda”, era devota e participante assídua da igreja São Benedito. Em uma conversa com o padre Fortunato Montovani contou a respeito de suas visões, audições e intuições mediúnicas. Ele a orientou a buscar auxílio no Centro Espírita Alan Kardec, localizado bem perto da Igreja São Benedito, na atual Rua Irmã Serafina. Nesta busca ela se inicia como kardecista e membra do grupo espírita; com seu processo mediúnico orientou a família e a todos que a procuravam, tendo como marca a generosidade, paciência e sempre muita resignação.

Segundo José Roberto Ribeiro, sobrinho de Dinda:

A vida dela não era fácil e a casa era sempre muito visitada. Por ser uma casa em área central era o ponto de encontro da família; ou pelo número de irmãos que ela teve (10 ao todo), sendo a maioria residentes em Campinas e vários sobrinhos. A Casa da Dinda foi também um marco para a família toda. (...) Ela foi um anjo encarnado na terra, uma das maiores médiuns que já conheci.

Entre as diversas contribuições, são as falas de Benedito Eustáquio que sintetizam a passagem de tempo. Com seus mais de 80 anos e riqueza de detalhes, ele compartilhou suas memórias e o surgimento da Casa da Dinda:

Naquele tempo, eu não posso adiantar muita coisa porque não sou tão antigo como pareço ser, quando me dei conta a casa da Dinda existia, assim como a família Pompeu que a trouxe para cá. Quando me dei conta eu já comecei a frequentá-la. Como disse, era um lugar de referência para nós outros que morávamos em bairros distantes. Minha família e outras famílias, parentes nossos, me lembro bem que Tio Silvio, um dos irmãos da Dinda, morava no Bonfim, Tia Ditinha no Botafogo, Tio Carlos, meu pai, e outras pessoas, muitas delas moravam no Cambuí, assim por diante. Aqui era o ponto de encontro para realização de alguns compromissos aqui no centro da cidade. E como eu falei: com muito prazer nós vínhamos aqui por dois motivos: não apenas porque havia uma localização privilegiada, mas também os fluidos<sup>53</sup>, isso para mim era muito comum, e mais importante saíamos daqui revigorados. Outro detalhe que eu me lembro é que naquele cômodo da frente, nós ficávamos ali assistindo e esperando a Corporação Musical dos Homens de Cor. [Ela] foi inaugurada em 11 de junho de 1933 com o objetivo de proporcionar aos negros um ambiente para a cultura, uma dignidade, tendo como maestro e professor de música João de Oliveira<sup>54</sup>. A espera pela banda descer era porque naquela época existia procissão, procissão cristã, católica e “a Banda”. Vinham lá do Jardim do Pará e desciam pela rua Barão e nós ficávamos ali para assistir sobretudo a performance de meu pai, do Tio Carlos, como diziam, então são essas lembranças que eu tenho da Casa da Dinda. Não consigo ir mais atrás porque nunca me importei muito em saber responder essa sua pergunta inicial, importante, o porquê de essa casa existir aqui. Pra mim essa casa sempre já era aqui.



Figura 36: placa da Corporação Musical “Banda dos Homens de Cor” de Campinas.  
Fonte: Blog da Corporação. Acessado em: 30 de agosto de 2016.

(...) Quando eu mais jovem e estava militando no movimento de negritude aqui de Campinas, me lembro bem que nós tínhamos um jornal e o jornal chamava-se HIFEM. E o nome tem bem esse propósito porque tinha um subtítulo: o traço da união da sociedade negra. Falávamos que não tinha publicidade naquela época de eventos dos negros, exaltação à beleza da

<sup>53</sup> Os fluidos se referem aos passes mediúnicos que a Dinda aplicava a todos que buscavam conforto e orientação espiritual.

<sup>54</sup> Para saber mais sobre: <http://bandahomensdecor.blogspot.com.br/>

mulher não se fazia. E outras coisas, eventos sociais, não davam destaque e eu sentia que nós tínhamos que ter um veículo para dar importância a essas realizações, e nós tínhamos lá um corpo de repórteres que se preocupavam com isso. Era futebol, era festa e outros eventos que o negro realizava aqui em Campinas. Eros Clube e 9 de Julho rivalizavam, entre si, eram os principais clubes da cidade e faziam muitas festas. Se um fazia baile em um dia, o outro matinê no dia seguinte, e assim as festas aconteciam. (...) Os negros eram unidos, porém, divididos. Existe uma política que você sabe melhor que eu, que manda dividir para imperar. Então muitas vezes os negros estavam impedidos de se unir entre si para evitar que essa unificação fosse uma coisa subliminar, uma coisa que só no sangue, e os negros naquela época não se davam conta que estava acontecendo isso. Eles são divididos entre si justamente para não formar um todo único, maciço, sabe, né, a ideia que tem. (...) Dizer que aquela época era racista é um paradoxo, porque a própria sociedade é racista; A conscientização que fazíamos na época era que o negro era e é a minoria da própria sociedade, e como minoria tem que e deve-se portar como tal e não disputar com a branquitude, digamos assim. Como são a minoria os índios, os ciganos e outros? Que devem se comportar como minoria? Perguntamos: o que é se comportar como minoria? A pergunta é boa: é reconhecer a sua condição e não procurar disputar, prevalecer em qualquer situação. Porque realmente nós sabemos disso, que o negro, é lindo, negro tem poder, negro é inteligente e tem sabedoria. Ele pode, entretanto, estar submerso em um todo onde ele é a minoria. Por mais que se queira homogeneizar não vai ser assim, não vai conseguir nunca. Houve uma época na história do Brasil, e você como historiadora sabe melhor do que eu, em que a raça negra era a maioria, tanto que havia a preocupação da branquitude, do senhor, dos dirigentes, com esse detalhe. E o negro foi aos poucos se diluindo, perdendo as suas crenças, as suas tradições, a sua unicidade, foi perdendo. Campinas, particularmente, era e é racista, mas está mergulhada no racismo diluído. O racismo está no próprio eu das pessoas e no comportamento social. Ele convive com o dizer "imagine, não há racismo!", mas intimamente as pessoas são racistas, né. (...) Se comportar como minoria é conhecer a sua situação no contexto social e cultuar suas tradições, entre si, unindo-se entre si, formando um grupo coeso para poder ingressar na sociedade com força, no sentido de ajudar, não de pedir. É diferente você ingressar pedindo o paternalismo de alguém ao passo que você pode contribuir.

(Extraído do diálogo com Benedito Eustáquio Baltazar).

## 2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DA IGREJA - AO TERREIRO DA RUA

Em geral, tem sido assinalado que, com o fim da escravidão, os imigrantes sucederam os escravos e outros nacionais, levados à exclusão como trabalhadores preferenciais na aclamada “nova ordem”. Assim, tornou-se costumeiro acentuar a marginalidade em que viviam esses sujeitos sociais, bem como destacar a falta de consciência e a incapacidade de interagirem com as transformações que estavam ocorrendo: a chamada índole pacífica de nossos cidadãos e sua natural indolência. Entretanto, será que essas impressões correspondem à experiência social e cultural dessas pessoas no período? (SANTOS, 2008, p. 15)

A lógica de dominação imposta durante a escravidão no Brasil se manifestava desde que os escravizados eram embarcados na África, nos navios negreiros de transporte, sendo despojados inclusive de suas roupas e adereços como forma simbólica de ser alijado de sua memória social. Esta lógica de dominação acabou por se materializar em racismo, discriminação e intolerância religiosa, tornando necessárias políticas e ações de enfrentamento para possibilitar mudanças afirmativas que visassem à valorização das identidades negras, dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e indígenas, entre outras minorias que não serão abordadas nesta pesquisa.

É com base nessas reflexões que será abordada neste capítulo a atuação dessas comunidades e povos tradicionais de Matriz Africana em Campinas, em suas interações com os espaços públicos, na elaboração de políticas como ferramenta estruturante para a manutenção das tradições e da importante contribuição de preservação das culturas tradicionais como parte da memória da cidade.

Dessa forma, o reconhecimento dessas comunidades e povos de terreiro não se baseou simplesmente na identidade específica deste grupo, mas na condição dos seus membros como parceiros integrais na interação social.

Para se reparar injustiças, primeiro é preciso uma política de reconhecimento; nesta perspectiva, os avanços do patrimônio trouxeram importantes contribuições, como a criação do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial – esta sinalizou uma mudança no modo de compreender a preservação cultural, principalmente a partir da década de 1970, com novas concepções de patrimônio e preservação, incorporando a valorização de diferentes práticas culturais e sua relação com os diversos grupos sociais que as realizam, reproduzem e, sobretudo, as preservam. Outra importante conquista foi o diálogo pela formulação de políticas

públicas direcionadas às especificidades da manutenção e preservação das práticas vinculadas à matriz africanas.

É com base nessas reflexões que será abordada a atuação dessas comunidades e povos tradicionais de Matriz Africana em Campinas, suas interações com os espaços públicos, a elaboração de políticas como ferramenta estruturante para a manutenção de suas tradições e da sua contribuição para a sua existência como parte da memória da cidade.

## 2.1 A MATRIZ AFRICANA

O Candomblé é a religião dos orixás formada na Bahia, no século XIX, a partir de tradições de povos iorubás, ou nagôs, com influências de costumes trazidos por grupos fons, aqui denominados jejes, e residualmente por grupos africanos minoritários. O Candomblé iorubá, ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início, aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas, originando-se aqui diferentes ritos, ou nações de Candomblé, predominando em cada nação tradições da cidade ou região que acabou lhe emprestando o nome: queto, ijexá, efã. (PRANDI, 2001)

As tradições de matriz africana no Brasil, como o Candomblé, cujos seguidores poderiam ser sintetizados como “um povo religioso que cuida da natureza”, consistem em religiões que se originaram com a diversidade de costumes, lugares, modos de vida e culto aos deuses, trazidos com os africanos de várias etnias e com acúmulo de diferentes práticas de culto trazidas pelo enorme contingente que serviria de mão-de-obra escrava. Aqui passam a ganhar novos significados, mantendo a ligação com os elementos da natureza e reverenciando a ancestralidade.

A noção de ancestralidade é compreendida como a ligação de “tradições, costumes e saberes africanos” em que alguns dos descendentes, ligados a essa matriz africana, mantêm a crença de continuidade dos saberes de seus antepassados. Essa visão hoje se apresenta como elo de fortalecimento, ligação e direção para a manutenção das práticas e escolhas religiosas. Um bom exemplo é a influência dos povos iorubás, que acreditavam:

(...) Que tudo na vida se repete, assim o que acontece e acontecerá na vida de alguém já aconteceu muito antes a outra pessoa. Saber as histórias já acontecidas, as histórias do passado, significava para eles saber o que acontece e o que vai acontecer na vida daqueles que vivem o presente. Pois eles acreditavam que tudo na vida é repetição. E as histórias tinham

que ser aprendidas de cor e transmitidas de boca em boca, geração a geração... (PRANDI, 2001, pp. 5-6)

A divulgação e escrita sobre o Candomblé contou no decorrer dos anos com importantes pesquisadores e divulgadores que, através do registro das oralidades em terreiros, contribuíram para escrever as memórias e saberes dessa religião tão diversa e expressiva no Brasil.

Um dos primeiros cientistas brasileiros a se preocupar com as religiões afro-brasileiras vindas com os africanos para o Brasil foi Nina Rodrigues (1898), seguido por Artur Ramos (1935, 1940, 1952), que foi seu aluno. Na mesma perspectiva de registro sobre as práticas afro-religiosas e sua mitologia, encontram-se nomes importantes, como o etnólogo e fotógrafo Pierre Verger – após sua iniciação como babalaô<sup>55</sup> na África ganha a identidade de Pierre Fatumbi Verger, com várias publicações sobre os mitos recolhidos em suas imersões nos territórios africanos. Uma das importantes obras, o livro “Orixás” (VERGER, 1981), traz registros fotográficos e escritos sobre rituais de feitura na África iorubá, fator que contribuiu para muitas críticas dos candomblecistas mais tradicionais, que defendiam e ainda defendem o eró (segredo) e a oralidade dos rituais.

Outros importantes trabalhos se deram, tendo como campo os terreiros da Bahia e Pernambuco, por Roger Bastide (1945, 1961) e René Ribeiro (1978), entre diversas outras contribuições mais contemporâneas, como a de Reginaldo Prandi (2001) com seu livro sobre a mitologia dos orixás, resultado de um acúmulo de escritos e oralidades sobre esses ritos e mitos africanos.

Neste conjunto das religiões de matriz africana há também a participação da contribuição e formulação da Umbanda, que passou a ser reconhecida como uma religião que possui um diálogo ritualístico inter-religioso entre africanismo (culto aos orixás e à ancestralidade, como os pretos velhos), cristianismo (pela identificação com as imagens dos santos católicos e a crença em Cristo), pajelança (presença da sabedoria indígena), Kardecismo (pela crença na reencarnação e no processo evolutivo) e orientalismo (linhas espirituais ligadas a esses povos).

---

<sup>55</sup> Pai de santo, babalawo, mãe de santo e ialorixá são nomes dados aos religiosos que conduzem os terreiros de umbanda ou candomblé. São os responsáveis pela condução dos terreiros, pelo cuidado com os orixás e dos filhos de santo, pessoas ligadas ao terreiro. O que se refere à feitura de cabeça é o ritual de iniciação do filho de santo, seja na umbanda ou no candomblé. O ritual de feitura ou iniciação no candomblé refere-se a um conjunto de procedimentos ritualísticos pelo qual passa a pessoa em iniciação, tendo como símbolo o renascimento dentro da filosofia da nação jeje, kjetto, angola ou outra à qual passará a se ligar. É um vínculo com o orixá.

A Umbanda é uma religião que foi considerada por muitos a religião brasileira, pelo seu caráter extremamente sincrético, tendo se apropriado de elementos do kardecismo, do catolicismo e de influências indígenas (PRANDI, 2004). Apesar também das influências africanas do Candomblé, muitos autores mostram que o processo de sua formação envolveu uma recusa desses elementos africanos e a subsequente cooptação por uma elite branca (PRANDI; 1996). Na Umbanda cultuam-se e incorporam-se entidades, espíritos e não deuses: qualidades de exus, pombas giras, caboclos, povo do oriente, pretos velhos, boiadeiros, marinheiros. Não se incorporam orixás. As entidades da Umbanda são arquétipos da sociedade brasileira, ligados a aspectos históricos e culturais do país. Neste sentido, os pretos velhos seriam os escravos negros trazidos de África durante a escravidão e os caboclos simbolizariam os índios brasileiros. (PRANDI, 2001, pp. 5-6)

Sobre a Umbanda há trabalhos como o de Saraceni (2005), que foi uma referência e grande divulgador da Umbanda no estado de São Paulo. Além de médium, fundador dos Colégios de Umbanda Sagrada Pai Benedito de Aruanda e Colégio Tradição da Magia Divina, organizou e presidiu a Associação Umbandista e Espiritualista do Estado de São Paulo (AUSSP). Foi também grande divulgador da linha interpretativa na qual a Umbanda nasce com o Caboclo das Sete Encruzilhadas em um ritual de mesa branca (espiritismo).

Na mesma corrente trabalham Robson Pinheiro (2011), Barbosa Jr.(2014) entre diversos outros que agregam novos horizontes e percepções a respeito da Umbanda e Umbanda Sagrada<sup>56</sup>, sendo este um debate sobre suas origens.

Oficialmente, reconhece-se o dia 15 de novembro de 1908 como sendo a data do surgimento da Umbanda. Neste dia, no Rio de Janeiro, um menino de 17 anos de idade chamado Zélio Fernandino de Moraes, levado a um grupo espírita para se tratar de um “problema” espiritual, incorporou uma entidade que foi altamente repreendida pelo dirigente do trabalho. O espírito disse, então, que no dia seguinte, exatamente em 16 de novembro, “baixaria” na casa de seu “aparelho” (o jovem Zélio) e neste local não haveria nenhuma forma de discriminação. Pobres e ricos, negros, brancos e caboclos poderiam “baixar”, e esse ritual se chamaria Umbanda. E assim foi feito. Perguntado o nome desta entidade, a mesma disse: “Se é necessário dar um nome, esse será Caboclo das Sete Encruzilhadas, pois para mim não haverá caminhos fechados.” Resumidamente, assim teria ocorrido a anúncio oficial da Umbanda, de acordo com os pesquisadores umbandistas. Zélio se dedicou de corpo e alma a desenvolver o trabalho orientado pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas e teve por seus auxiliares o Caboclo Orixá Male e Pai Antonio. Estava assim fundada a Umbanda<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> A Umbanda Sagrada está mais próxima da discussão teórica e práticas referente à influência kardecista, enquanto a umbanda, de modo geral para alguns teóricos e praticantes, está associada e mais próxima às práticas da matriz africana encontradas no candomblé.

<sup>57</sup> Disponível em: [http://www.rcespiritismo.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=192:a-origem-da-umbanda&catid=34:artigos&Itemid=54](http://www.rcespiritismo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192:a-origem-da-umbanda&catid=34:artigos&Itemid=54). Para ver o restante do texto e saber mais sobre a história e as fases do movimento umbandista veja Anexo 3.

Essa é a versão mais conhecida e aceita entre os Umbandistas, entretanto, existe um debate em torno da reinserção da Umbanda, como originária nas senzalas do Brasil com os escravizados que criaram o sincretismo. Esta seria a maior evidência explicativa: a criação da associação dos santos católicos com os orixás africanos. Este debate ainda não ganhou evidência científica pela falta de publicações formais a respeito, mas esquentam os debates entre umbandistas nas redes sociais, nos encontros e seminários.

Também surgem diversos outros autores que têm dado andamento aos registros mediúnicos umbandistas, inserindo o debate em diversas áreas do conhecimento, principalmente com o aumento das igrejas eclesiais e pentecostais<sup>58</sup>, que muitas vezes, em seus cultos, pregam contra a diversidade religiosa. Assim, vários terreiros passaram a publicar literatura de obras psicografadas e diversos livros que registram as práticas, contos e experiências vivenciadas nos próprios terreiros.

O Candomblé, especificamente, para além de prática religiosa, ganhou espaço na consolidação de políticas públicas através das diversas ações desenvolvidas por seus sacerdotes que, devido à opressão, racismo e intolerância religiosa, passaram a se articular coletivamente em ações conjuntas para o fortalecimento e para a garantia dos direitos das religiões de matriz africana, que ainda enfrentam muito preconceito na sociedade.

Muitas dessas ações ganharam fôlego com a inserção de umbandistas, como no caso de Campinas, onde, na busca pela legitimidade da Umbanda enquanto religião e movidos pelo desejo de ampliar o diálogo para além do terreiro, umbandistas passaram a se abrir para a compreensão de aspectos do Candomblé e/ou aceitar

---

<sup>58</sup> Um extenso levantamento sobre autores brasileiros referentes às religiões de matriz africana foi consultado. Em sua maioria, os autores se debruçaram em dois aspectos das religiosidades: No candomblé, uma vasta relação de livros que contam os itãs, conhecidos como história dos orixás, foi registrada nas diversas nações, com variada dedicação em registrar os arquétipos dos orixás como forma de compreender o mundo e a si mesmo – pois se acredita que quanto mais você conhece a história do orixá que te rege mais possibilidades de ampliar seu autoconhecimento. Assim, acrescento os trabalhos de Adilson Antônio Martins (1998, 2002, 2006), Agenor Miranda (2004), Altair B. Oliveira (1993, 1997), Antônio dos Santos Penna (2001, 2003, 2006, 2008), Antonio Olinto (1969, 1980, 1987), Antonio Risério (1993, 1996), Aulo Barreti Filho (2010), entre vários outros registros e avanços bibliográficos, nos quais são vistos que o movimento Umbandista busca uma legitimidade quanto à religião afro-brasileira e de matriz africana, já que em seu culto há uma miscigenação de práticas, que fundidas trazem sua brasilidade e ao mesmo tempo sua essência africana ancestral. Os orixás são cultuados com o diálogo sincrético, a pajelança com a inserção de práticas indígenas e o cristianismo com a influência kardecista. O surpreendente foi observar que nos últimos 30 anos a literatura umbandista ganha um fôlego, superando inclusive os escritos sobre o candomblé, fator que evidencia sua expansão no território. Registrar, explicar para ser.



suas práticas diferenciadas – e vice-versa, criando um discurso conjunto para a construção dessas políticas públicas no âmbito municipal.

Deste modo, em Campinas, denominam-se como Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana os coletivos na atualidade em outras localidades. Entretanto, em Campinas, diferentemente das demais localidades, umbandistas e candomblecistas estão sendo tratados juntos.

No cenário nacional este ainda é um debate em desenvolvimento, pois a maioria dos candomblecistas não reconhece a Umbanda como de matriz africana e/ou por terem sido os primeiros a se articularem e se tornarem referência para a construção da maioria das políticas públicas em curso, não querem abrir mão deste espaço adquirido<sup>59</sup>.

Outra questão que se tornou um desafio ao eleger as Comunidades e Povos Tradicionais de Matriz Africana em Campinas como parte da concepção do território negro, em desenvolvimento nesta pesquisa, foi criar uma metodologia para identificar e inserir essa presença como traço, já que visivelmente, na atualidade de Campinas, a participação majoritária de religiosos é de outras etnias, sendo a minoria os afrodescendentes.

De um lado, os livros, as fontes e documentos que trazem as memórias e registros acerca dessas religiosidades e seus fundadores. Por outro, o fator étnico: na cidade, esses praticantes que se intitulam e mantêm os terreiros, templos, casas de caridade de Umbanda e Candomblé são, em sua maioria, brancos.

Em 28 de março de 2016, houve uma conversa com Pai Gitalanguange, conhecido como Pai Gita, que é o religioso responsável (sacerdote) pelo terreiro “Ilê Axe Arole” e o tesoureiro da atual gestão da Associação dos Religiosos de Matriz Africanas (ARMAC). Ao responder o formulário da pesquisa de campo sobre sua raça/etnia, ele preencheu “brasileiro”. Segundo suas características físicas, ele é identificado como branco.

---

<sup>59</sup> Quando estive em Brasília para a participação da 1ª Marcha das Mulheres Negras em novembro de 2015, fui indicada como representante de Matriz Africana Umbandista em Campinas por ser médium e praticante da Umbanda há mais de 30 anos. Porém, percebi que, além do impacto ao me apresentar como umbandista – éramos exatamente 3 entre mais de 45 mulheres – fui cordialmente induzida a me vestir com traços candomblecistas, já que na Umbanda não usamos pano da costa, alguns tipos de tecido e entre outras indumentárias, além de termos fios de contas diferenciados. Então durante a marcha, estava eu na linha da frente puxando o cortejo com as demais mães de santo; no entanto, mesmo de saia branca, camisa branca, lenço em forma de turbante branco na cabeça, tive que inserir o pano da costa, fios de conta, para estar de acordo com as demais mães que abriam o cortejo.

Entretanto, mesmo sendo perceptível que a maioria dos sacerdotes da matriz africana em Campinas seja “branca”, conforme se observa nas pesquisas de campo que serão analisadas mais adiante, vê-se que os elementos africanos de culto aos orixás são permanentes em ambos os segmentos da Umbanda e Candomblé. Desta forma, ambas as religiões no Brasil só existem devido à contribuição e influência dos africanos que aqui vieram.

Portanto, são mantidos todos os grupos, manifestações e Povos e Comunidades de Matriz Africana no Território Negro Campineiro, mesmo que neste território negro em Campinas as práticas desenvolvidas e discurso atribuído estejam ligados a essas ações no território e não à etnia de seus praticantes.

Pai Gita, ao observar a ausência de negros nos terreiros, afirma ser interessante haver um resgate para que os negros campineiros possam se reinserir nas “práticas religiosas e nas culturas de matriz africana”, pois o racismo para ele é o maior fator deste afastamento. “Os negros fugiram dos terreiros por medo do preconceito, da discriminação. Então, para evitar esta discriminação, para se esconder do preconceito, fugiram”. Para ele, é ainda um peso para o negro se assumir como espírita, enfatizando as discriminações sofridas em creches, escolas, na vida social em si, para conseguirem emprego – quando associado à religiosidade isso piora muito. Deste modo, os negros “acabam por preferir tirar suas contas do pescoço e assumir a bíblia embaixo do braço para não sofrerem discriminação e perseguição”.

Este relato acaba por reafirmar que, no processo da construção sociocultural e de identidade a população negra teve suas práticas e culturas demonizadas, além de fortemente reprimidas pelo processo de escravidão. O Pai Gita reconhece e afirma que ter a pele escura, e nesta perspectiva “ser negro e religioso”, é uma opção “muito mais difícil”. Ele avalia que racismo não deixa de acontecer independente de o negro ser espírita ou evangélico, porém, sendo evangélico, é mais ajudado, mais aceito socialmente frente ao preconceito ainda existente contra os praticantes das religiões de matriz africana. Pai Gita considera também a necessidade de se elaborar uma estratégia de união entre a Umbanda e o Candomblé para o enfrentamento da intolerância religiosa e completa:

Os evangélicos entendem que tirar os negros do terreiro, apoiá-los, oferecer apoio para moradia e alimentação, afastá-los dos terreiros, contribui para eliminar “essa” religião que eles consideram demoníaca, e aí os brancos

passam a cumprir essa “missão”, como “povos dálmatas”. Nós brancos acabamos por compreender a questão da ancestralidade, axé, ligação com os orixás, acabamos nos tornando “dálmatas” brancos com pintas negras e mantendo a ligação ancestral africana enquanto os negros perdem sua identidade, sua origem, mas ganham acesso social.

No momento atual, os praticantes de ambas as religiões passam dificuldades diante de tantas evidências de diversas intolerâncias, sejam de ordens sociais, culturais, políticas ou econômicas, que resultam em posturas, falas e ações homofóbicas e racistas, discriminações, disputas políticas partidárias e, conseqüentemente, em relação à matriz africana, em certo grau de “perseguição religiosa” aos praticantes.

Entretanto, considera-se que historicamente, como visto no primeiro capítulo, o “ser negro brasileiro” pressupõe primeiramente lidar com um passado que foi desumanizador, de reinserção de coisificação quando escravo, para resgatar a condição humana no pós-abolição e somente a partir daí se constituir-se como cidadão.

Neste mesmo campo, a cultura, os saberes, as tradições e os costumes associados a esses africanos e afrodescendentes, que foram desumanizados e escravizados no passado, sofreram e ainda sofrem forte repressão.

Por outro lado, foi amplamente discutido pela historiografia que os povos e comunidades tradicionais de matriz africana, devido inclusive à sua cosmovisão e percepção de mundo ancorada à ancestralidade, sempre enfatizaram o acolhimento como um dos pilares religiosos, independentemente de estereótipos ou características físicas, e como proteção contra o branqueamento e “racismo à brasileira”:

Da mesma forma que as relações patrimoniais constituem um obstáculo para qualquer tentativa de institucionalização de ideias como igualdade e liberdade individual, também o ideário do “branqueamento” traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de “essencializar” os limites de cor e/ou raça. O ideário do branqueamento aponta para negociações contextuais das fronteiras e das “identidades” e tende a encobrir, desta forma, o conteúdo discriminatório embutido neste esquema ideológico. Abafa a reação coletiva, divide aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum e faz com que as pessoas procurem se apresentar no cotidiano como o mais “branco” possível. A ideia do “branqueamento” não se reduz, portanto, como se tentou argumentar aqui, apenas à concepção segundo a qual o “negro” [pertence a] uma categoria como conteúdo negativo – pode ser transformado em “branco”. Qualquer definição de “cor” tem, portanto, um conteúdo ambíguo, depende do contexto social específico, é influenciada por interesses pessoais etc. (HAUFBAUER, 2000)

As diversas teorias que se consolidaram no “racismo à brasileira” tornam-se evidentes quando o religioso se põe a afirmar sua relação cultural, identitária e práti-

ca religiosa de matriz africana: para manter essa cultura religiosa, que “outrora foi quebrada, hoje se busca a junção dos cacos, mas percebe-se também o impacto, mesmo quanto brancos, dessa intolerância”. (PAI GITA)

Essas contribuições revelam que, mesmo com o passar do tempo, as estratégias de em quais lugares sociais devem estar o negro ou branco contemporâneos mantêm-se ideologicamente, como na colônia, buscando limitar os afrodescendentes às senzalas e os descendentes “dos senhores” de pele clara na casa grande. Esses lugares determinados mostram uma “remoção” do território simbólico e cultural.

Temos então, dependendo da ênfase de um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada em uma leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza tentando superar o entrave distancia, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. (...) A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra. (HAESBAERT, 2002, p. 132-133)

Ou seja, a questão vai além da prática de uma religiosidade ou de uma prática cultural ligada à ancestralidade africana. Está muito mais marcada por quem a pratica (tom de pele) do que pela própria prática e a desterritorialidade dessa prática em seus lugares referidos acaba por acarretar em um processo de reterritorialidade, se desdobrando em um processo permanente e continuado de busca por direito à cidade, entre outros direitos, e seus aspectos simbólicos, por parte de seus detentores originários e novos adeptos, na busca pela manutenção de suas tradições.

O espaço do terreiro sempre foi agregador de povos, etnias, gêneros, classes sociais, sendo por vezes considerado como um grande quilombo, como o Quilombo de Palmares, que acolheu em seu território, além de escravizados fugidos, indígenas, brancos pobres, entre outras populações que foram chamados de palmarinos. Essa “generosidade e acolhimento” fizeram com que a fé fosse o vínculo e a permanência da prática ancestral de matriz africana e sua religiosidade.

Outra questão acerca dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana está na localização dos templos e terreiros: por causa da não regulamentação da maioria das casas, elas não aparecem nas pesquisas, índices e dados. É um reflexo do grau de “perseguição”, “racismo à brasileira” e práticas de condutas construídas pelas igrejas desde o passado. Por exemplo:

(...) A partir de 1908, com o catolicismo romanizado implantado, o fenômeno se repetia: Em nível interno, da igreja local, as Irmandades serão o mecanismo pelo qual a instituição assegurará a fidelidade e a coesão em suas fileiras e a busca de sustentação num “mundo” (isto é, tudo aquilo que não é “eclesiástico”) visto como inimigo que é preciso combater. Mas o combate se refletirá somente nas classes dominadas, uma vez que a elite modernizada, tais condenações pouco ou nada significarão. (BENEDETTI, 1983, p. 107)

Outros casos também foram registrados por Maciel (1987, pp. 102-107), que aponta várias ações em que a repressão policial era a consequência da manutenção da ordem:

(...) As atividades religiosas promovidas por negros eram quase sempre enquadradas em “feitiçaria”, exceto aquelas que sob o controle da igreja, tais como rezas, orações, e reuniões dominicais eram autorizadas ou realizadas via as irmandades dos pretos.

Porém, o autor ressalta que:

(...) Feitiçaria, assim como as atividades dos curandeiros sofrem, quando descobertas, a ação policial de busca e apreensão dos possíveis objetos utilizados nessas práticas, bem como a prisão dos denunciados. Muitas vezes, as informações passadas pelas fontes parecem falsas pelo exagero e evidenciam que além da realidade, muita fantasia envolve tais ocorrências.

O que retorna às políticas públicas, pois “o que não é visto, o que não aparece, não existe e nem impulsiona adequação política”<sup>60</sup> e quando há perseguição acaba novamente por haver a desterritorialização e o apagamento dessas práticas no campo visível, porque estando escondidas não se demarcam no território da formalidade e da representação quanto terreiro e/ou ilê<sup>61</sup> na cidade.

---

<sup>60</sup> Grifo meu: a cada fonte estudada, percebe-se que a política pública está literalmente associada ao conhecimento e à articulação dos interessados, e se nesta articulação quanto menos “pretos forem” mais facilmente ela se concretiza. Porém, mesmo negro sendo, ela demora a se concretizar. Será executada apenas por estar no “direito” instituído.

<sup>61</sup> Ilê, em iorubá, significa casa, terreiro. É o local onde acontecem os cultos religiosos.

No caso do “Ilê Axé Arole”, seu processo de regularização foi fundamental diante do impacto sofrido pelas transformações urbanas e mudanças. Localizado atrás do atual Alphaville, Pai Gita conta sobre sua chegada e as pressões sofridas para a manutenção do terreiro neste lugar, pois antigamente os terreiros ficavam em quintais e casas afastadas e, por sofrerem grande perseguição, optavam por ficar anônimos e manter os rituais quase secretos. Isso ampliava a imaginação e falta de compreensão dos não adeptos. Porém, estando nesta região há mais de 30 anos, o Pai Gita contou sobre os desafios e processos para se manter neste mesmo lugar.

Segundo ele, o local onde se formou o terreiro era parte de fazendas de escravizados, bem próximo ao antigo cemitério dos escravos “Carlos Gomes” e de fazendas como a Dalben, Duas Anas, Três Marias, Dois Irmãos, São Vicente, entre outras, além da estrada da Cia Mogiana, que passava nas fazendas para pegar e distribuir o café. Na atualidade, um trecho entre Campinas e Jaguariúna foi inserido no circuito turístico como o passeio de Maria Fumaça.

Pai Gita afirma que quando chegou ali era um pedaço da Fazenda Passaredo e Duas Anas. Nada tinha além de eucaliptos, capim, touceiras de cana-de-açúcar e muitos casebres em ruínas. Ele tinha um terreiro na Região Metropolitana de Campinas (RMC), na cidade de Sumaré, no bairro São Domingos, e por uma situação que não foi comentada se mudou para Campinas; através de orientação espiritual localizou o lugar ideal do terreiro:

Meu preto velho, Pai Benedito, entre os benzimentos, um dia disse aos filhos do terreiro que iríamos conhecer um lugar que seria construído o novo terreiro e que a casa seria construída na sombra do pé de um eucalipto e depois seriam acolhidos na sombra de três arranha-céus. Andamos 4 quilômetros e meio para chegarmos até aqui, pois os carros não entravam, tínhamos que parar na estrada, sentido Jaguariúna, só tinha uma trilha para cavalos construída pelo Aras Passaredo. Nós fomos andando... andando, andando, e eu sentia o preto velho fazendo a gente andar cada vez mais. Quando chegamos aqui neste local, o corretor que era funcionário da fazenda, um japonês, disse, é aqui e para nossa surpresa vimos que tinha ali três pés de eucaliptos, sendo um deles com um tronco tão longo que precisavam seis homens para abraçá-lo.  
(Extraído do diálogo com Pai Gita)

A construção da primeira etapa do “Ilê Asé Arolê” durou dois anos – os mesmos dois anos necessários para conseguirem arrancar a raiz deste eucalipto, que durante a construção localizava-se no centro da atual cozinha e serviu de sombra no processo de construção, praticamente artesanal.

Eu achava que aqui nunca chegaria a urbanização, somos a primeira construção dessa zona leste e tudo foi feito de modo muito artesanal, com duas mulheres que buscavam água na mina e quatro homens que traziam os cimentos, areia, pedra, enxada, tudo muito artesanal e foi bem difícil a construção. Hoje o asfalto está na porta.

(Extraído do diálogo com Pai Gita)

Pai Gita observa que com as mudanças, principalmente a chegada dos loteamentos e novos moradores, dos poucos antigos proprietários que existiam por ali a maioria vendeu seus imóveis para as grandes empreiteiras. Quando se abriu o Alphaville a Prefeitura Municipal de Campinas, em seu Plano Diretor com base na Lei de Uso de Solo de 1988, transformou a região que era considerada área rural em área urbana. Tempo depois, o processo se repetiu no estudo referente à Fazenda Roseira do Campo Grande em Campinas<sup>62</sup>.

Ao se transformar em área urbana, o Alphaville passou a ser designado como Zona 1, tornando a área:

(...) Um dos metros quadrados mais caros de Campinas, EPTU altíssimo. Não tínhamos nada nem luz, nem esgoto e nem nada, mas aqui é uma área A1 e não existe recurso para redução, mesmo eu estando aqui há 30 anos. Assim os antigos venderam suas casas, foram embora e eu resisti e resisto aqui. Sofremos a pressão fundiária, da especulação imobiliária e ainda, não temos nem como tomar o prédio devido ao tempo, característica e por ser área A1, hoje, não tem como me retirarem daqui, mas se fosse para ter outros terreiros com alvarás, hoje aqui não conseguiriam.

(Extraído do diálogo com Pai Gita)

A política de usos e ocupação do solo em Campinas referente à região do Ilê Asé Irolê diz:

Lei 6031: uso e Ocupação de Solo – Prefeitura Municipal de Campinas, pp.4<sup>63</sup>.

Na Seção VII: do Zoneamento, artigo 26: ficam instituídas as seguintes zonas de uso do solo, nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município:

I – ZONA 1:- zona predominantemente residencial, destinada basicamente aos usos habitacionais unifamiliares e multifamiliares e complementarmente ao comércio, serviços e instituições de âmbito local;

“E ainda soubemos que em breve teremos mais condomínios, que estão em processos silenciosos, mas as vendas e os condomínios estão fechando

<sup>62</sup> Durante o mestrado em Urbanismo, analisei a área da Fazenda Roseira, tendo como objeto de estudo a transformação urbana e seus impactos devido à chegada do loteamento, contrapondo-se à movimentação e à resistência cultural local desenvolvida pela preservação da antiga fazenda pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Neste estudo, observamos o mesmo processo: a área tornou-se zona urbana, meses antes da aprovação do loteamento.

<sup>63</sup> [http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/lei\\_6031.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/lei_6031.pdf)

tudo por aqui, atrás do Carrefour, Parque Imperador, toda essa região será engolida, somos um quilombo de resistência aqui. Uma luta para conseguir aqui, para construir aqui e agora para não desaparecer”.  
(Extraído do diálogo com Pai Gita)

O ‘Ilê Asé Arole’ tem um vasto terreno, com várias construções. Pai Gita contou que cada parte foi feita por etapa e o terreno foi ampliado devido à aquisição das terras ao lado nos últimos 10 anos. É um dos maiores ilês (terreiros/templos) da cidade de Campinas em tamanho e ao mesmo tempo, um dos poucos regularizados.

A partir de agora, serão identificadas na pesquisa as localizações das casas, ilês e terreiros de Campinas por bairro/região, Umbanda ou Candomblé, e não por endereço/local para preservá-los por ainda sofrerem pelo receio de fiscalização, já que não conseguem se regularizar.

A questão da regularização é uma das pautas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e das atuais organizações e coletivos articulados por eles na cidade.

Pai Gita afirma que as religiões de matriz africana são suportes de resistência e que isto independe da cor da pele. Ancestralidade para ele é o resgate dos acontecimentos do passado “que não é em nada bonito, porque o passado de nossos ancestrais foi sofrido” ao se referir aos escravizados. Contudo, ao apontar sua localização, ressalta que:

Esses ancestrais nos fortalecem e nos ajudam a seguir em frente. Mostram o caminho e aí vem a beleza... o ancestral... o avô volta e nos orienta e nos dá caminho. Campinas foi a última cidade a abolir a escravatura e aqui o último lugar que os negros clamavam por essa liberdade.  
(Extraído do diálogo com Pai Gita)

Ao pesquisar em sites de busca sobre este ilê, encontra-se como Ilê Asé Arole – “igreja” como denominação, localizado na Rua Joaquim da Silva Alheio 370, Parque dos Pomares.





Figura 38: Imagem aérea do “Ilê Asé Arole”.  
Fonte: *Google Earth*.

## 2.2 MARCOS REGULATÓRIOS E SINCRETISMO: RETERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA

Algumas dessas ações conquistadas pela Comunidade e Povos Tradicionais de Matriz Africana tiveram como apoio certos marcos regulatórios políticos de extrema importância para que fossem consolidados. Um dos primeiros foi a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) em 1975, que teve como ação prioritária o registro dos bens culturais indígenas, das culturas populares e afro-brasileiras, e em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU), que optou por eleger o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

A discussão sobre o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra em referência a Zumbi dos Palmares como conquista do povo negro, em detrimento do 13 de maio, o Dia da Abolição da Escravatura, que trazia a princesa Isabel como grande “Redentora” será tratada no próximo capítulo, quando forem analisadas as entidades, grupos culturais e instituições negras em Campinas.

A criação do CNRC possibilitou a criação de ferramentas para o registro das Referências Culturais, além de espaço de visibilidade e legitimidade para um diálogo

ampliado aos aspectos de preservação desses territórios e seus saberes acumulados.

As ações em torno do dia 20 de novembro apresentaram um dos primeiros líderes negros para a pauta nacional, Zumbi dos Palmares, um símbolo de resistência negra contra a escravidão, mas também da gestão quilombola de um amplo território autônomo no século XVII; um marco histórico. Desse processo outros foram desencadeados, ganhando espaço político de direito a territórios, lugares e memórias. Um desses foi o projeto de “Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos” na Bahia em 1982, sendo na época mapeados aproximadamente dois mil centros de culto-afro brasileiro.

Nesta perspectiva, o ato de mapear era uma ação restrita aos interesses da elite como ferramenta para domínio de território. Porém, na atualidade e com o desenvolvimento de novos conceitos, como o da cartografia social, passa a ganhar novos sentidos e outros adeptos de diversas classes e segmentos começam a usar os mapas e a cartografia para defender suas áreas, como fizeram os indígenas e os quilombolas, ou para compreender seu território, como a Comunidade Jongo Dito Ribeiro à frente da gestão da Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Por muito tempo os espaços de culto religioso de matriz africana foram perseguidos e por isso, escondidos, secretos. Com o avanço da consciência política, muitos religiosos de matriz africana que têm suas casas de santo como referência desses cultos na diáspora<sup>64</sup>, principalmente em Salvador e Maranhão como mais antigos, passaram a buscar, através das leis, suas legitimidades e direitos, sendo o mapeamento uma importante estratégia para essa consolidação.

“O que não aparece não existe e o que não é visto, não é lembrado”<sup>65</sup>. As leis que possibilitaram o desenvolvimento de ações junto aos praticantes das religiões de matriz africana foram, em sua maioria, pautadas pela Constituição de 1988, que inseriu e fortaleceu a diversidade cultural por meio dos artigos 215 e 216, e a eles pelo decreto 3551/2001, que consolidou a parte prática para implementar a política de salvaguarda, registrou os bens de natureza imaterial e elaborou a metodologia para a inserção de inventários.

---

<sup>64</sup> Na África não existia o Candomblé, pois seus cultos aos ancestrais ou cultos tradicionais estavam vinculados aos seus territórios e as divindades ligadas a eles, sendo quase sempre rios, montanhas, florestas etc. Essa conformação de cultuar vários orixás só se organiza a partir da escravidão e fora do continente africano.

<sup>65</sup> Grifo meu.

Em 1984 foi tombado, como patrimônio cultural material, o primeiro espaço de religiosidade afro: o Terreiro de Casa Branca – Ilê Axé Iyánassôóká (BA). Em 1986, na Serra da Barriga, foi tombado o sítio do território Quilombo dos Palmares (AL).

Como avaliado brevemente no capítulo anterior, a Constituição de 1988, com seus avanços em Direitos Humanos, abrangeu aspectos das conquistas para diversas áreas sociais e representou um importante marco também para as políticas de promoção da igualdade racial, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento dos direitos territoriais – aspecto de fundamental importância às matrizes africanas e seus espaços e casas de culto, fortalecidos pelo artigo 68 da mesma Constituição de 1988, que passou a reconhecer as terras quilombolas.

Para além dessas conquistas voltadas à diversidade cultural e aos seus territórios quilombolas, há o inciso XLII do artigo 5º, que prevê a prática do racismo enquanto crime inafiançável e a criação da primeira instituição responsável pela promoção da igualdade racial e da valorização da cultura negra no país: a Fundação Palmares (FCP), que consistiu em um organismo federal ligado ao Ministério da Cultura (MINC).

Outro importante fato foi a Conferência em Durban (2001), revista em 2009 na Conferência de Revisão de Durban. O ministro Edson Santos, na cidade de Genebra, evidenciava os desdobramentos efetivados no Brasil desde 2001 e um dos resultados se materializou na consolidação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, do sistema público e privado. Também foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Igualdade Racial, em 2008, e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República, com acréscimo na LDB também para a questão indígena (Lei 11 645) nos espaços de educação.

Uma das falas do ministro Edson Santos durante a Revisão da Conferência de Durban em 2009 evidenciou esses avanços:

Durban reconheceu o conceito político e social de raça e a inexistência de hierarquia entre seres humanos. A humanidade é composta por apenas uma raça: a raça humana. Não existem diferenças biológicas entre nós, mas existe a manipulação política do conceito de raça como fator de segregação. O conceito pode servir para a superação das desigualdades e das ideologias racistas. A Conferência não pode prescindir dessa conquista.

(...) O Brasil jamais estará ausente de debates e de compromissos em favor do combate à discriminação. Independente de quantos aqui se façam representar, seguiremos na vanguarda das políticas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. Nosso compromisso é histórico: ele será honrado. O Brasil foi pioneiro em apresentar resolução apontando a incompatibilidade entre democracia e racismo. (...) A Conferência de 2001 mobilizou a sociedade brasileira. Metade de nossa população é afrodescendente. Possuímos a segunda maior população negra do mundo e mais de 180 povos indígenas. Somos uma Nação multi-étnica e multirracial. A valorização da contribuição que esses povos deram ao país é uma resposta à invisibilidade das vítimas de racismo e de discriminação. Tema de grande importância para o governo brasileiro é também o combate a intolerância religiosa. Estão sendo tomadas medidas de proteção contra a intolerância religiosa, que atinge em particular os praticantes das religiões de matriz africana.<sup>66</sup>

Neste escopo de garantias de leis e diretrizes que fortaleceram a diversidade religiosa brasileira, no ano de 2007 novos avanços foram consolidados, como a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto 6.040, em cujo Inciso I do artigo 3º foi dada a definição de povos e comunidades tradicionais como:

(...) Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição.

Este marco legal garantiu direitos e reconheceu a diversidade dos povos e comunidades tradicionais para além dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. O Estatuto da Igualdade Racial, em 10 de julho de 2010, por meio da Lei 12.288, compreendeu proposições de políticas públicas nos campos do direito à saúde, educação para a diversidade, valorização da cultura africana e da tradição africana no Brasil, como prevê liberdade e garantia de direitos para as práticas tradicionais de matriz africana<sup>67</sup> e valorização de suas formas e meios de

<sup>66</sup> Conferência de Revisão de Durban – *World Conference Against Racism*. SEPIIR – 2009.

<sup>67</sup> Por meio das leituras realizadas na vasta pesquisa sobre marcos regulatórios voltados para as comunidades tradicionais de terreiros e grupos e/outros oriundos de matriz africana, foi possível observar que “comunidades tradicionais” e “matriz africana” são termos quase sempre usados por cientistas, pesquisadores e pelas próprias comunidades como sinônimos. Sempre que discutem ou tratam de ações sobre comunidades e/outros vinculados à cultura negra, mesmo quando não praticada somente por negros. Ou seja, o conceito de matriz africana contempla tudo que se refere à herança cultural e de práticas vinda com os africanos para a diáspora e que aqui no Brasil se propaga como continuidade dessa matriz África. Nesta tese, usaremos matriz africana nessa mesma perspectiva conceitual.

comunicação, alimentação e práticas cotidianas, ainda mantidas nos terreiros com herança cultural.

Outro fato que contribuiu neste processo por meio do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi o desenvolvimento de iniciativas para identificar, mapear e inventariar esses territórios tradicionais de matriz africana a fim de implementar ações de salvaguarda e manutenção desses sítios históricos, como também preservar saberes e práticas tradicionais na busca de facilitar essa negociação entre as leis e as práticas.

Uma das dificuldades permanentes em se elaborar esse mapeamento se dá, como já foi evidenciado, para além do fator regularização. Muitas dessas comunidades de matriz africana têm medo de ataques, pois nestes últimos dois anos ataques em terreiros foram frequentes em vários estados e municípios brasileiros. Um desses casos aconteceu em Brasília, como relatado no Jornal *Correio Braziliense* de novembro de 2015.

Um barracão do templo Axé Oyá Bagan, de religião de matriz africana, foi incendiado na madrugada desta sexta-feira (27/11), no Núcleo Rural Córrego do Tamanduá, entre as regiões do Lago Norte e do Paranoá. O espaço também é conhecido como Casa da Mãe Baiana e fica dentro de uma chácara. As chamas tiveram início por volta das 5h. (...) Esse é o mais recente caso de ataque a terreiros na região do DF e em torno. Em setembro, ao menos outros dois templos de religiões afro-brasileiras foram atacados: um em Santo Antônio do Descoberto (GO) e, outro, em Águas Lindas de Goiás (GO). Ambos foram incendiados, sendo que o primeiro já tinha sido alvo de outras ações. (...) No terreiro de Águas Lindas, vizinhos chegaram a avistar uma Saveiro. O carro derrubou o portão. As delegacias das regiões ainda investigam os casos. Ninguém foi preso desde então<sup>68</sup>.

Em Campinas, a ausência de dados oficiais e levantamentos, que traduz a desconsideração pela atuação social e cultural na saúde e na educação, da educação patrimonial da cultura desenvolvida por esses grupos na cidade, nos últimos quarenta anos, acabaram por impulsionar algumas ações que têm ganhado visibilidade e fortalecimento na busca municipal pelo respeito aos direitos.

No Brasil foram desenvolvidas estratégias para a manutenção das culturas, credos e valores ancestrais, sendo o sincretismo religioso talvez uma das mais simbólicas do reflexo entre permissividade e resistência. A escravidão escondeu e manteve as práticas africanas, resultando no Candomblé, na Umbanda e outras reli-

---

<sup>68</sup> Correio Braziliense. 27/11/2015. Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna\\_cidadesdf,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna_cidadesdf,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml)

giosidades oriundas dessas vertentes. No caso do sincretismo, foi através de associação aos santos católicos impostos pela igreja que tradições foram reinventadas e mantidas.

O primeiro ato de sincretismo talvez tenha se dado quando os jesuítas, na busca pela catequização dos indígenas, transformaram suas crenças e passaram a moldá-las e reinterpretá-las como demoníacas, segundo Ribeiro (2012, p.5):

Outros fenômenos históricos significativos são: o Tratado de Comércio de Amizade da Coroa portuguesa com a Inglaterra, em cujo artigo XII se garante uma (parcial) liberdade religiosa, a chegada dos primeiros protestantes ao país, numa escala maior como a imigração alemã, a própria abolição da escravatura que inicia com um processo de descriminalização das religiões africanas. A criação do Espiritismo no século XIX e sua chegada ao Brasil, embora não diretamente associada a nenhum fato marcante, foi essencial para a formação do atual cenário religioso brasileiro (para a criação da Umbanda, por exemplo, na década de 1930.

Já com os povos africanos escravizados, a imposição católica possibilitou a inserção da resistência, e ao mesmo a manutenção, do substrato cultural africano e das religiões africanas, possibilitando certa convivência entre a imposição a esses santos católicos e o sincretismo, por parte dos escravizados.

Foi a partir desse sincretismo que ressignificações e reinvenções da matriz africana em seu território se deram dentro da diversidade étnica para as práticas e cultos, recriando novas formas e do sincretismo, acolhidas pelos seus seguidores e praticantes quase como parte de um mesmo universo religioso.

Existem discussões acerca do sincretismo e sua legitimidade, pautado pelo fato de não ser mais necessária tal associação e nem o vínculo ao catolicismo no presente. Entretanto, em Campinas essa prática foi absorvida: a maioria dos escravizados dialogava e/ou fazia parte do catolicismo e, possivelmente por isso, o sincretismo na matriz africana em Campinas é evidenciado, desde as expressões em diálogos com os próprios praticantes e adeptos das religiosidades africanas como na prática de seus cultos.

Para compreender como esse sincretismo dialoga entre o catolicismo e o culto aos orixás, foi desenhada uma breve tabela, tendo como base as falas e percepções dos terreiros de Umbanda e Candomblé de Campinas. Para tal elaboração, foram selecionados alguns dos Orixás e Divindades da matriz africana mais cultuados e conhecidos localmente.

Tabela 3: Sincretismo dos Povos e Comunidades Tradicionais de matriz africana em Campinas.

<b>Orixá – Africano</b>	<b>Santo Católico Sincretizado</b>	<b>Catolicismo</b>	<b>Candomblé</b>	<b>Umbanda</b>
Iemanjá	Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora dos Navegantes (BA)	Nossa Senhora da Conceição	Iemanjá	Nossa Senhora dos Navegantes
Iansã	Santa Bárbara ou Santa Terezinha	Santa Bárbara	Iansã Oiá/Oyá Matamba	Santa Bárbara
Xangô	São Jerônimo; São João Batista		Xangô	São João Batista
Ogum	Santo Antônio; São Sebastião (BA); São Jorge Guerreiro	São Jorge Guerreiro	Ogum	São Jorge Guerreiro

	(RJ)			
Oxalá	Jesus Cristo; Nosso Senhor do Bonfim	Jesus Cristo	Oxalá; Obatalá; Orixalá; Oxalufã	Jesus Cristo ou Jesus de Nazaré
Oxóssi	São Sebastião (RJ); São Jorge (BA)	São Sebastião	Oxóssi; Odé	São Sebastião
Obaluaê	São Lázaro; São Roque	São Lázaro; São Roque	Obaluaê; Omulu; Xapanã; Sapatá	São Lázaro; São Roque
Oxumarê Oxumarê	São Bartolomeu	São Bartolomeu	Oxumarê	São Bartolomeu
Logun Edé	Santo Expedido; São Miguel Arcanjo	Santo Expedido	Logun Edé	Não foi encontrada correspondência no culto dos terreiros pesquisados em Campinas, mesmo tendo imagens católicas de São Miguel Arcanjo



				e /ou Santo Expedito em alguns congás/altares
Ibejis	São Cosme e São Damião	São Cosme e São Damião	Ibejis;  Erês	São Cosme e Damião
Exu	Santo Antônio	Diabo;  Lúcifer	Legba;  Eleguá;  Bará	Exu;  Pomba Gira; Exu Mirim;  “Guardiões”
Nanã ou  Nanã Buruquê	Nossa Senhora Santana		Nanã	Nossa Senhora Santana
Oxum	Nossa Senhora da Conceição;  Santa Luzia (RJ);  Nossa Senhora das Candeias (BA)  Nossa Senhora Aparecida (SP)	Nossa Senhora Aparecida	Oxum	Nossa Senhora Aparecida;  Nossa Senhora da Conceição

Obá	Santa Catarina; Santa Joana D'Arc		Obá	Não foi encontrada correspondência nos terreiros pesquisados em Campinas
Ossaim	São Benedito		Ossaim	Não foi encontrada correspondência nos terreiros pesquisados em Campinas
Iroco; Ocô; Orô; Oquê; Olocum; Onilé; Ajê Xalugá; Oraniã; Ajalá; Ori; Erinlé Otim; Odudua; Orunmilá; Euá la Mi Oxorongá; etc	Não sincretizado		Iroco; Ocô; Orô; Oquê; Olocum; Onilé; Ajê Xalugá; Oraniã; Ajalá; Ori; Erinlé Otim; Odudua; Orunmilá; Euá la Mi Oxorongá; etc	Não foi encontrada correspondência nos terreiros pesquisados em Campinas
Oxaguiã	Não sincretizado		Oxaguiã; Ajagunã	Não foi encontrada correspondência nos terreiros

				pesquisados em Campinas
Egunitá	Santa Sara Kali		Egunitá	Santa Sara Kali

Nem todos os orixás têm associação entre catolicismo, Umbanda e Candomblé, porém, de modo geral essa tabela apresenta um consenso entre os religiosos locais.

Na década de 1980, no século XX, o debate sobre sincretismo tomou dimensões políticas acentuadas na Bahia com a divulgação do documento da II Conferência Mundial da Tradição de Orixá e Cultura, que declarava “o fim do sincretismo”. Esta Conferência se realizou em Salvador entre os dias 17 e 23 de julho de 1983, com a participação de nomes de peso, como Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxóssi do Opô Afonjá, entre outros, com objetivo de ampliar os diálogos sobre os Candomblés, suas tradições e usos. Deste encontro resultou um documento sobre o qual o Jornal da Bahia, no dia 29 de julho de 1983, noticiava em destaque na primeira página: “Candomblé rompe de vez com o sincretismo”. E mais adentro na página 3, com a matéria na íntegra, Mãe Aninha, fundadora do Opô Afonjá, diz:

São Jorge não é Oxóssi, Santa Barbara não é Iansã. O Candomblé resolveu romper com o sincretismo religioso. Agora, nada de exploração folclórica. Nada de utilização em concursos oficiais ou propagandas turísticas.

Entretanto, apesar dos impactos dessa discussão para os terreiros e suas famílias de santo – como é chamada a inserção de novos membros à grande família religiosa que é o Candomblé –, em 1985 iniciava-se a Lavagem das Escadarias Metropolitanas em Campinas, tendo no sincretismo uma marca dessa atividade expressiva em território urbano, organizado por candomblecistas e com participação de umbandistas e outros segmentos no território negro campineiro dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Quando eu cheguei aqui nessa cidade, eu avistei as torres da igreja mas que beleza, cheguei agora

Nossa senhora, seja a nossa guia!<sup>69</sup>



Figuras 39-44: registros realizados durante a 32ª Lavagem das Escadarias de Campinas.  
Fonte: acervo da fotógrafa Fabiana Ribeiro.

A antiga estação ferroviária de Campinas, conhecida nos últimos anos por Estação Cultura e espaço de referência de patrimônio material municipal, guarda as memórias da ferrovia e acolhe uma diversidade de atividades culturais. Há 32 anos, também recebe no Sábado de Aleluia um público diferenciado.

Na véspera da Páscoa, data do evento religioso que comemora a ressurreição de Jesus Cristo e que constitui uma das principais comemorações católicas, um outro segmento colorido da matriz africana ocupa as ruas centrais da cidade de Campinas com a participação de homens, mulheres, crianças e idosos que, calmamente, chegam vestidos de branco com seus acessórios, vassouras, jarros, água de cheiro e flores. Ao iniciarem os toques de tambores e os cantos de

<sup>69</sup> Essa cantiga é cantada anualmente quando o cortejo da Lavagem das Escadarias chega próximo à igreja da Catedral de Campinas para iniciar a lavagem dos degraus da escadaria.

músicas em dialeto africano, resgatam a visibilidade das dinâmicas dessa cultura fortemente presente na história da cidade, e tornam perceptível a diversidade cultural no ambiente urbano.

Mãe Dango e Mãe Corajacy, as mães, “ialorixás”, responsáveis por essa atividade, começam a procissão com as narrativas e memórias sobre as causas da importância da manutenção da Lavagem das Escadarias e da necessidade de todos continuarem a apoiar essa atividade, sob forte emoção e carregando jarros de água de cheiro, vassoura para lavar os adros da igreja e seus filhos de santo vestidos de branco em meio à multidão.

Entretanto, esta simbologia de lavar o adro da igreja nasceu do encontro entre um ato de preconceito sofrido por Mameto Dangoromeia (Mãe Dango) e o sonho de Mae Corajacy em repetir em Campinas as memórias que trouxera da Bahia: a Lavagem da igreja de Nosso Senhor do Bonfim.

Eu era conserva, na época chamada laranjinha (...) Aí eu me iniciei... Eu tinha uniforme, mas tinha que por branco por baixo, (...) meus fios de contas e ojas na cabeça, porque eu estava careca e punha meu chapeuzinho por cima, e ia trabalhar. (...) Minha mãe me deu seis meses de obrigação. E eu tinha que trabalhar(...). Um dia eu ali varrendo, tomei um tamanho tapa no bumbum que eu caí em cima do engraxate(...). Esse homem disse assim: “Sua feiticeira”, isso, aquilo e me xingou de outros nomes. Eu caí e ele correu (...). Aí eu comecei a chorar, fiquei tão nervosa e olhei assim a igreja, e aí eu falei: “Olha, minha Santa Nossa Senhora da Conceição, a senhora me viu em perigo, se a senhora é de verdade... Se a senhora representa a lemanjá de nossa religião... Eu vou entrar aí” (referia-se a lavar o adro da igreja)<sup>70</sup> (PREVITALLI, 2008, pp.115-116).

Esse ato de preconceito sofrido desencadeou várias ações e a ampliação da parceria entre Mãe Dango e Mãe Corajacy, até a realização da primeira Lavagem e sua manutenção até hoje na cidade. O cortejo ocupa o centro da cidade e evidencia a presença da matriz africana, convidando a todos que assistem e/ou acompanham o cortejo com seus batuques a encher as ruas e a caminhar, se encantar pela beleza, diversidade e pelos elementos simbólicos utilizados.

Os ojas (torços ou panos de cabeça) são em desenhos e modelagem diversos: grandes, pequenos, com ou sem abas, altos ou baixos, fazendo com que seus

<sup>70</sup> As ialorixás (mães de santo/sacerdotisas) Mametu N’kisse Dangoroméia, conhecida por Mãe Dango, é a chefe do terreiro Nzo Muzambu Hongolo Menha (Casa do Arco-Íris) em Hortolândia (SP) e Mametu N’kisse Corajacy é a chefe do terreiro Nzo Diá Kaiango Mboti Ofulá (Casa de Reza dos Bons Ventos) em Monte Mor; com 70 anos, foi a primeira mulher de comunidade tradicional de matriz africana a receber o título de Cidadã Campineira em 2014.

usuários pareçam uma realeza africana e fiquem bem mais altos do que realmente são.

Os panos da costa são amarrados na cintura, nas costas, sobre os ombros ou na altura do seio, de acordo com a nação, qualidade e tempo de santo e, mesmo sendo também brancos como cor prioritária, são feitos em amarrações diversas e em tecidos que formam um puro desfile de modelos, de crochê às rendas. São uma espécie de xales com medidas variadas, muito utilizados no continente africano.

As contas, colares, são ainda mais encantadores: possuem cores que são associadas aos seus orixás e/ou santos de cabeça e de miçangas diversas.

Os umbandistas, mesmo não usando ojás e panos da costa, também carregam suas contas coloridas compondo o cortejo. São brancos, negros, mestiços, mas acima de tudo, são pessoas que carregam em cada passo da descida da Rua Treze de Maio a certeza de pertencerem ao berço dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de fazerem parte de um dos atos mais significativos públicos de resistência dessa diversidade religiosa. Neste espaço público e urbano da cidade de Campinas no dia do sábado de aleluia e véspera da Páscoa, data habilmente escolhida pelo Bispo Don Gilberto para permitir que o ato se realizasse. Previtalli (2008), pesquisadora da nação angola e sua influência em Campinas a partir dos povos de etnia banto:

(...) Por meios hábeis do bispo, houve um novo arranjo para a festa. Por que não ser no sábado de aleluia, quando a igreja está fechada para os seus fiéis e quando é o dia de se malhar Judas, já é uma festa pagã? Fica, então, de alguma forma, tudo no seu lugar: a saber, as festas populares, os pagãos na rua, e o que é da igreja guardado sob suas portas cerradas. Nada se mistura (...). Devido à independência total em relação à Santa Padroeira e aos ofícios da igreja, configura-se a uma ruptura quase completa entre a igreja e a rua, no sentido em que, neste caso, um espaço não se configura complementar, do ponto de vista simbólico, em relação ao outro. (PREVITALLI, 2008, p. 118).

O cortejo incorporou outros adeptos, como a presença de grupos culturais de diversas outras manifestações negras, por exemplo, capoeiristas. Segundo as organizadoras do evento a participação da capoeira, que desde 2008 é um Patrimônio Imaterial Nacional e no ano de 2014 foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade, além de ser o maior divulgador da língua portuguesa pelo mundo, é de extrema importância.

Mãe Dango e Mãe Corajacy contaram que em tempos de perseguição pelo culto das religiões de matriz africana em Campinas, os capoeiristas que participavam dos cultos realizavam rodas de capoeira para encobrir os sons dos atabaques durante as sessões e rituais. Na atualidade, a capoeira tem a função de abrir o caminho no cortejo e preservá-lo de possíveis ataques de seguidores de outras religiões, como os que brandem apontamentos bíblicos, demonizando a atividade.

Após os capoeiristas vêm, com seus tambús, saias brancas de roda e torços de cabeça, os jongueiros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, desde 2005 reconhecida Patrimônio Cultural Imaterial do município.

Seguidos pelas alfaias, grandes tambores de maracatú, tocadas pelo grupo Maracatucá, que pesquisa o maracatu de baque virado, a juventude da Bateria Alcalina desenvolve toques e rítmicas percussivas próximas de uma bateria de escola de samba. Os estandartes e toques do Afoxé IBAO, lideranças e mestres da cultura de diversos espaços e casas de cultura da cidade de Campinas, precedem muitas pessoas encantadas pelo conjunto que adentram ao cortejo tornando-o mais robusto e expressivo.



Figuras 45-47: desfile de fiéis de religiões de matriz africana, Comunidade Jongo Dito Ribeiro e rodas de capoeira na R Treze de Maio, no Centro.  
Fonte: acervo da fotógrafa Fabiana Ribeiro.

Talvez por isso falar da matriz africana seja falar de acolhimento, ampliando os diferentes espaços pluriétnicos nos quais a fé e a ancestralidade não estão

diretamente associadas à cor da pele, mas sim à identificação com um conjunto de elementos que possibilitam uma reconexão com a ancestralidade advinda e recriada na diáspora.

O Candomblé foi inicialmente uma religião de tradição africana, no entanto, atualmente há participação de outros grupos étnicos. Podemos perceber que esta instituição, realmente, foi um espaço de preservação da cultura e de resgate dos valores negros, que contribuiu na formação da sociedade multirracial brasileira (JOAQUIM, 2001, p.138).

No ano de 1997, a Lavagem das Escadarias Metropolitanas de Campinas foi inserida no calendário oficial da cidade de Campinas por meio da Lei 9515, de 02 de dezembro, e no calendário cultural turístico do Estado de São Paulo pela Lei 1163 de 13 de setembro de 2005.

O ato de lavar as escadarias ainda suscita discussões sobre o sincretismo e se há ou não uma submissão da matriz africana à igreja, contrapondo-se aos debates referentes à ação política de ocupação da Rua e ao próprio símbolo católico.

Afinal, colocar o Candomblé, a Umbanda, a cultura negra na rua, é torná-la visível como religião, como cultura ancestral. É desmistificar a “feitiçaria” e também trazer a presença de representantes políticos para o diálogo sobre a diversidade religiosa e seus direitos. É reterritorializar a memória e presença negra em Campinas, inclusive no maior símbolo local, historicamente constituído para a construção das cidades no passado e para a manutenção da ordem: o “Estado-igreja”.

### 2.3 A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (CATEDRAL METROPOLITANA DE CAMPINAS)

Segundo os relatos dos mais velhos, centenas de escravizados morreram na edificação da maior construção em taipa de pilão existente na América Latina: a conhecida igreja de Nossa Senhora da Conceição padroeira de Campinas.

A Catedral Metropolitana de Campinas é o maior monumento ainda em uso tombado na cidade e recebeu o primeiro reconhecimento no ano de 1981 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e em 1988 pelo Conselho de Defesa do Patrimô-



nio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC), localizada em um dos pontos principais de comércio tradicional da cidade.

A praça na qual a igreja está inserida é a José Bonifácio, junto à Avenida Francisco Glicério, espaço de grande circulação de veículos, em contraponto à Rua Treze de Maio, que é a maior via de circulação de pedestres da cidade.

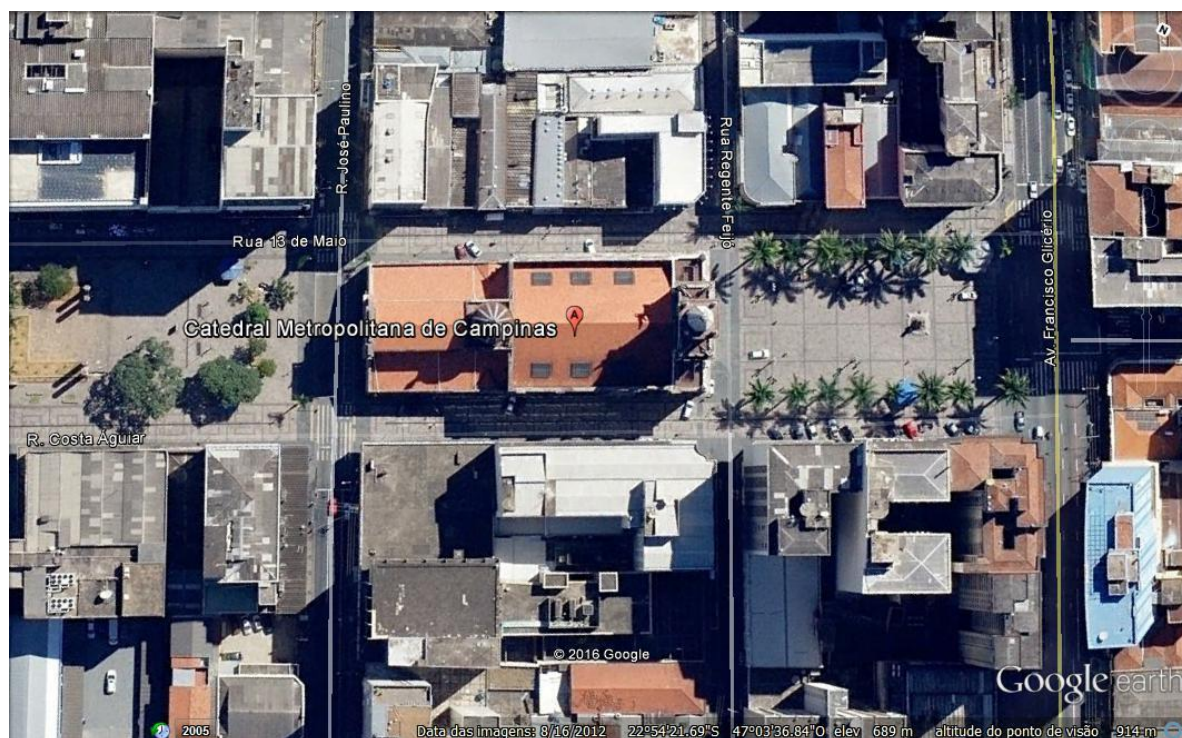


Figura 48: mapa da localização da igreja Catedral de Campinas.

Fonte: *Google Earth*.

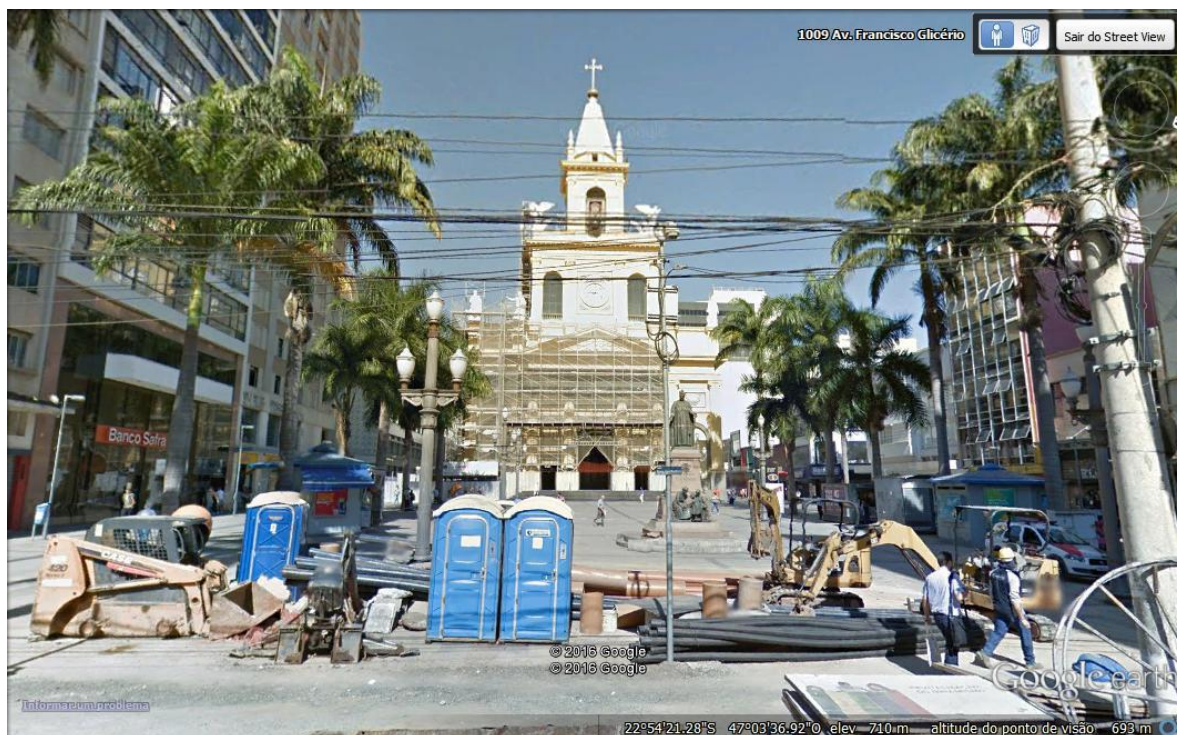


Figura 49: Foto frontal da igreja Catedral em abril de 2015 durante reformas e ampliação na Avenida Francisco Glicério.

Fonte: acervo da pesquisa.

A construção desta igreja foi começada em 1807, tendo como foco não só um caráter religioso, mas também a construção de um símbolo de autonomia econômica para que a freguesia se tornasse vila. O local era uma área ainda em mata, fora do perímetro urbano da Vila, já que o pelourinho, na época, estava em frente à capela de Nossa Senhora do Carmo, que foi a primeira matriz construída em 1774 e da Câmara dentro do perímetro urbano da época.

Arelada ao desejo de ostentar uma grande igreja havia a intenção, por parte dos barões locais, de demonstrar poder e imponência na cidade que se consolidava. A relação da Catedral com a matriz africana e seu passado ancestral se deu por três aspectos:

Primeiro: o grande número de escravizados que participaram da construção, que teve como técnica a taipa de pilão em estilo barroco baiano sem douração. Dizem que centenas de escravizados morreram durante a construção, que demorou cerca de seis décadas até sua finalização.

Segundo: recebeu um dos maiores registros do entalhador baiano conhecido pelos trabalhos realizados em Salvador, Vitoriano dos Anjos Figueroa, nascido em 1765 (BA). Ele aprendeu sua arte com os mestres portugueses desembarcados na-

quele estado, importante porto recebedor de artistas europeus. Deixou sua marca nos altares laterais da igreja Nosso Senhor do Bonfim de Salvador, onde ainda hoje é realizada a primeira e a maior, em participação de público e de percurso, e mais tradicional Lavagem das Escadarias de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador (BA).

Em Campinas, Vitoriano dos Anjos deixou suas marcas ao caracterizar a maioria dos anjos entalhados no interior das laterais da Catedral como negroides: a testa, os lábios, o formato dos rostos. um registro de sua assinatura.

Somente em 1879, em novo processo de obras para a matriz nova, a atual catedral, a prefeitura de Campinas opta pelo recém-chegado e formado arquiteto na Europa, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que mesmo sendo muito jovem conduziu as obras finais (1879-1883). Também concluiu as obras da igreja de São Benedito, outro marco de patrimônio cultural de matriz africana e espaço simbólico em Campinas.

A inauguração da Catedral foi em 8 de dezembro de 1883, aniversário da cidade, e não tinha a configuração arquitetônica final que possui hoje, pois a construção se deu por etapas e as mudanças posteriores realizadas na Catedral ficaram evidentes nas intervenções realizadas em 1923 e 1952.



Figuras 50-51: registro durante a 32ª lavagem das Escadarias.  
Fonte: acervo da fotógrafa Fabiana Ribeiro.

Nossa senhora da Conceição, até para o ano a sua bênção  
Nossa senhora de Nazaré, até para o ano se Deus quiser<sup>71</sup>

Há 32 anos, por volta de 12h, para alguns é hora de malhar Judas e para os participantes da Lavagem das Escadarias de Campinas é hora de louvar em suas línguas africanas os cânticos dos terreiros, reafirmar suas identidades, dialogar com

<sup>71</sup> Música cantada anualmente no encerramento da Lavagem das Escadarias da igreja Metropolitana em Campinas.

a população curiosa e adepta que acompanha o cortejo e, após lavar os adros da igreja, comemorar a realização de mais um ano dessa união fraternal da matriz africana. Esse evento garante a ocupação urbana como direito na cidade de Campinas.

## 2.4 ALGUNS ASPECTOS: GÊNERO, TERRITÓRIO E POLÍTICA

Para refletir sobre as ações dos religiosos no século XX em Campinas, uma personagem que contribuiu muito para a inserção no campo político e de direito às questões das comunidades de matriz africana precisa ser mencionada.

Mesmo havendo, desde o século passado, terreiros, templos e casa de povos e comunidades tradicionais de matriz africana em Campinas, somente a partir da Lavagem das Escadarias esse segmento ganha espaço político, voz e visibilidade, principalmente com a inserção no calendário oficial da cidade, pois todas as ações do calendário oficial provocam um diálogo permanente com a gestão em curso, o que fortalece as relações e oficializa as práticas.

Em uma palestra sobre religiosidade, Mãe Dango, uma das responsáveis pela criação da Lavagem das Escadarias, fala sobre sua vida e como ela, de criação e práticas evangélicas, se tornou uma referência da RMC de matriz africana, afirmando ser a questão de saúde o primeiro fator dessa inserção e outro a concreta acolhida dos Orixás na sua vida. A partir desta fé ganhou família, respeito, inserção social e consciência política: em 2016 vivencia a segunda experiência de se candidatar a vereadora na cidade onde mora, Hortolândia (SP), porém, mais uma vez foi vencida nas urnas.

A vivência de uma religião implica também na aceitação de um universo cultural, um modo particular de perceber, situar e nomear o sagrado e o divino. A elaboração da experiência religiosa mística, conseqüentemente, incorpora esta dimensão da religião como cultura, com construção cultural do mundo, e ao mesmo tempo se situa como modo particular de explicar as condições concretas de existência. (JOAQUIM, 2001, p. 167)

Em Campinas a representação da mulher negra nos espaços, quaisquer sejam eles, consiste em um desafio permanente. Na religiosidade as ialorixás foram desaparecendo por causa do grande número de babalorixás que aparecem e se multiplicam a cada dia na cidade, principalmente na Umbanda. No Candomblé a

presença da mulher também sofreu impactos, mas a lavagem das escadarias tem sido um espaço de fortalecimento dessa presença feminina na organização e realização do evento há 32 anos.

De modo geral toda a condução é feita por Mãe Corajacy e Mãe Dango. No palco os cânticos e pontos do xirê<sup>72</sup> são cantados por uma das filhas de santo de Mãe Dango, pelos últimos quatro anos a mestre de cerimônias tem sido Ekedí Edna Lourenço, a organizadora da programação cultural é Lajara Janaina, filha de santo de mãe Corajacy, e os atabaques são tocados somente por homens.

A Lavagem das Escadarias possibilitou encontros, avanços e novas construções, pois em 1997, no seu primeiro mandato o vereador Sebastião Arcanjo (Tiãozinho), ele pôde contar, em sua equipe de assessores, com Edna Aparecida Almeida Lourenço, conhecida mulher negra e articuladora de várias ações na temática étnico-racial, com ênfase nos diálogos com os povos e comunidades de matriz africana e no fortalecimento destes, nos espaços políticos institucionalizados. Edna é uma importante referência feminina negra na construção de políticas para a questão étnico-racial e da matriz africana.

De modo geral, na cidade de Campinas as ações voltadas a terreiros passam pelo apoio e parceria com Edna Lourenço. Destacam-se nesse caso a criação, organização e desenvolvimento da ARMAC (Associação dos Religiosos de Matriz Africana em Campinas e RMC), os festejos da Festa de São Jorge, o livreto “Caminhos do Axé” e a Semana de Solidariedade aos Povos Africanos, na qual ocorre a atividade de Homenagem à Mãe Criadeira e Ogã e praticamente todas as demais ações que perpassem pela matriz africana e suas ações políticas, tiveram a sua participação na construção e idealização.

Com seu engajamento político, iniciado pela atuação por 15 anos no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1995, Edna realizou o primeiro encontro de matriz africana em Campinas com a presença de religiosos em comemoração aos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares. Atuou no PMDB até meados dos 2000, quando, com o assassinato do Prefeito Toninho e em parceria

---

<sup>72</sup> Xirê: consiste em um círculo formado pelas mães, pais e filhos de santo, respeitando sua hierarquia: os mais velhos no círculo central e os mais novos no círculo atrás. Cantam e dançam em homenagem a todos os orixás, iniciando por Exu e terminando com Oxalá. Na Lavagem das Escadarias não há incorporação ou manifestação de orixás, mas nos terreiros de candomblé é no momento de xirê que cada orixá se manifesta de acordo com a ordem de saudação de cada um deles.

com o mandato do vereador Tiãozinho, optou por filiar-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), no qual está até hoje.

Apresentou-se como uma mulher sonhadora. Em 1991, com a criação do Grupo Força da Raça, passou a realizar anualmente uma festividade com as famílias e representações negras para homenagear pessoas que se destacaram com ações voltadas para o fortalecimento do negro na sociedade e/ou no desenvolvimento de políticas de fortalecimento étnico racial.

Na década de 1970, sua mãe frequentava, como médium, um terreiro de umbanda no bairro São Bernardo. Este bairro continha espaços de lotes nos quais foram construídas moradias para pessoas de baixa renda entre as décadas de 1930 e 1970 e foram acolhidas várias famílias negras retiradas dos cortiços e área central de Campinas.

O São Bernardo é bairro tradicional, já consolidado, que se situa no centro-sul da cidade, entre o centro histórico e a fronteira urbano-rural. Cortado pela extensa Av. Amoreiras (importante corredor viário e de transportes públicos), liga a área central da cidade à sua periferia. O alto fluxo local de veículos associado ao fluxo regional, dada a proximidade de uma entrada/saída da Rod. Anhanguera (na Av. Amoreiras), caracteriza o bairro que, nos lugares onde se observa maior movimento de veículos e pessoas, apresenta uma significativa atividade comercial<sup>73</sup>.

No Candomblé, a mãe de Edna foi iniciada na década de 1980 em um terreiro em Cubatão (SP) por questões de saúde. Após cumprir todas as obrigações recebeu o cargo de Ekedí, função cuja missão é auxiliar na zeladoria dos orixás junto às lalorixás (mães de santo) e Babalorixás (pais de Santo). Ela sempre foi muito procurada por conta de suas ideias, ajudou candidatos, deu força a vários políticos da cidade e saiu do PMDB em 1996, quando, segundo ela, foi o ano em que houve perda de identificação com o partido.

Fui ao gabinete do vereador Sebastião Arcanjo para homenageá-lo na premiação do Grupo Força da Raça, nos conhecíamos e já tínhamos uma amizade. Ele me convidou para uma conversa, com ele, o Eduardo, chefe de gabinete dele, para fazermos política ali no PT, sem me filiar, até a morte do Prefeito Toninho. Eu tinha muita identidade com ele devido à luta da questão da Igualdade Racial, nós o reelegemos vereador e eu não era filiada. Em 2001 tínhamos realizado um evento

---

<sup>73</sup> Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP) realizado em Caxambú (MG) Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Esta pesquisa integra o projeto “Dinâmica intra-metropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento da FAPESP, p. 2-3. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_683.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_683.pdf)

sobre questão negra e estávamos voltando da casa do pai Baba Toloji para entregar as peças que ele havia emprestado para decorar a atividade, lá estávamos conversando e contando que o prefeito Toninho havia estado presente no evento e dito que apoiaria o Tiãozinho para a consolidação da lei do feriado de 20 de novembro. O prefeito Toninho saiu e estávamos lá no “Toloji” e na conversa quando fomos entregar a peça chamada Varanda, a peça caiu. Essa peça simboliza a passagem – “morte”. O fone tocou e recebemos a notícia da morte do Toninho. O Tiãozinho me olhou e disse: você terá que se filiar no PT, pois nossa vida tomará outros rumos, “assassinaram o Toninho”. Aí neste momento eu me filiei ao PT, o elegemos deputado e continuei na caminhada com ele até o término dessas etapas<sup>74</sup>.

## 2.5 ASSOCIAÇÃO DOS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA CAMPINAS (ARMAC) E SUA ATUAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A criação da ARMAC se deu durante o mandato de Deputado Estadual de Tiãozinho entre os anos de 2003/2004. Com a ampliação do debate em âmbito estadual da pauta étnico-racial e da matriz africana, foi observada a necessidade de criar em Campinas uma associação para auxiliar na articulação organizada dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Campinas. O presidente, há duas gestões consecutivas, é Baba Toloji, um renomado Babalorixá, que consolidou em sua gestão os primeiros passos para as ações conjuntas entre religiosos, principalmente de Candomblé na cidade.

A ARMAC tem como critério a participação de religiosos das matrizes africanas, apenas, em sua diretoria e tem como objetivo a defesa dos direitos e representar juridicamente as comunidades tradicionais em ações políticas e elaboração de políticas nesse recorte. A atuação política e estratégica dos religiosos para o espaço público, eventos e reconhecimento foi uma das suas principais ações.

Iniciou-se naquele momento um processo de consciência e formação política conjunta dos religiosos de matriz africana com os sacerdotes, que em sua maioria se restringiam às ações vinculadas ao terreiro e/ou pontuais desarticuladas.

Fomentaram-se as ações solidárias entre os religiosos, como troca de saberes, discussões sobre práticas religiosas, sustentabilidade, saúde nos terreiros – que sempre acolheram pessoas independentemente de “seus males do corpo e da al-

---

<sup>74</sup> Sobre o Grupo Força da Raça e suas homenagens desde 1991, como a criação do Instituto Cultural Baba Toloji, falaremos no próximo capítulo, quanto apresentaremos as entidades, grupos e espaços contemporâneos de atuação da matriz africana em Campinas.

ma”<sup>75</sup> –, preservação, registro, fomento das culturas do terreiro e pautas acerca da sua regularização.

Nessas duas gestões de Baba Toloji, várias ações se consolidaram como etapa inicial de amadurecimento desse coletivo. O processo de autonomia e dependência é contínuo, de formação e compreensão dos espaços de transformação. Algumas das ações mais representativas desse período foram a inserção da Lavagem das Escadarias no calendário oficial, assegurando politicamente maiores estruturas, participação e diálogo com o poder público e a oficialização da atividade, incluindo a presença e participação de representantes públicos como prefeitos, secretários e vereadores durante o percurso; a construção da Festa de São Jorge Guerreiro, que se realiza no último domingo de abril anualmente em espaços públicos da cidade e consiste em mais um símbolo de união de fé entre umbandistas, católicos e candomblecistas, já que São Jorge Guerreiro é considerado o Orixá Ogum em Campinas.

O mandato do Deputado Estadual Tiãozinho consolidou e pautou demandas importantes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro, representando um avanço na sua experiência política, como ações que levaram aos espaços públicos e a disputa da presença dos religiosos de matriz africana, que passam a compreender como direito o uso desses espaços na cidade de Campinas.

Mesmo com desafios e necessidades de ações estratégicas para essas inserções, os avanços têm sido registrados e pautados pelas comunidades, assim como a compreensão da importância da participação em conselhos e espaços de representação como ferramentas contra a intolerância religiosa e para ampliar a visibilidade.

## 2.6 11ª FESTA DE SÃO JORGE GUERREIRO

Como disse Mazoco (2007), “festas são momentos sociais nos quais os homens reafirmam os laços de solidariedade, praticam sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim constroem suas identidades sociais”.

---

<sup>75</sup> Uma das frases mais lindas que ouvi durante a pesquisa. Todas as vezes que se iniciam as giras de Umbanda no terreiro da Vó Benedita, que tem como responsável o pai Joãozinho Galerani (atual presidente da ARMAC), a mãe Sueli, sua mãe e parceira na condução do terreiro, rezam e, entre as frases, dizem: “Todos que aqui vieram em busca de cura dos males do corpo e da alma recebam aquilo que for de seu merecimento”.



A Festa de São Jorge Guerreiro começou por causa de um desejo de Edna Lourenço, após experiências e visitas pelas cidades do estado de São Paulo, de trazer para Campinas essa festividade. Para ela, visitar uma festa é muito emocionante e, imaginando como seria em Campinas esse encontro de fé em torno desse símbolo de Orixá Guerreiro e responsável pelas aberturas dos caminhos, transformou em meta e ação de envolvimento e engajamento dos religiosos para realizar a execução.

No seio dos diálogos na ARMAC forma-se uma comissão para pensar em como adquirir o santo; como e onde cuidar dele após a festividade; pensar em quais lugares poderiam se realizar; envolver templos e terreiros e mobilizá-los a saírem de suas casas para um ato público; garantir que a Prefeitura cedesse espaços públicos para a realização; planejar como se dariam os rituais dessa comemoração.

Miguel Policastro coordena a comissão que organizaria a festa. Ele é um dos membros da associação, proprietário de uma das mais antigas lojas de artigos religiosos localizada no mercado da Rua Barão de Jaguará, entre vários outros estabelecimentos, e de momentos difíceis de sonhos e construção. 11 anos consecutivos apontam a importância de todo o seu trabalho.

A Festa de São Jorge Guerreiro também foi inserida no Calendário Oficial de Campinas por meio da lei 13.814 de 07 de abril de 2010 para acontecer anualmente no último domingo do mês de abril. A cada ano ganha novos adeptos e participações de novos grupos, casas e templos religiosos, como espaço na imprensa local.

Religiosos da Umbanda e do Candomblé celebram neste domingo (26) a 10ª Festa de São Jorge, conhecido como Ogum, no Ginásio de Esportes Rogê Ferreira, no bairro São Bernardo em Campinas. O cadastramento de terreiros começa às 13h no ginásio, com início da programação marcada para as 14h com carreata a partir da Tenda Espírita Umbanda Mamãe Oxum Maré Pai João Angola, na Rua Chati, 560, no Parque Taquaral, até o ginásio, em que a imagem de São Jorge estará em carro aberto. A entrada no Rogê Ferreira está prevista para as 15h, com cantiga de exaltação a Ogum, seguida pela abertura oficial, hinos, homenagem, canto, incorporação do corpo mediúnico, bênção das entidades presentes e oração, com queima de fogos no encerramento, previsto para as 17h30.

#### Participações

Organizada pela Associação de Religiosos de Matriz Africana de Campinas e Região, a festa deve reunir ao menos mil pessoas. Segundo a organizadora Edna Almeida Lourenço estarão presentes devotos de Hortolândia, Monte Mor, Americana, Capivari, Piracicaba, Amparo, Bragança Paulista e Poços de Caldas (MG). Edna explica que o santo guerreiro é adorado pelas duas religiões. “É o patrono de tecnologia. Tudo o que é ligado ao ferro é ligado a São Jorge, as cozinheiras são ligadas a São Jorge porque o fogão é feito de ferro, os motoristas porque a base dos carros é de ferro”, exemplificou. “A fé a esse santo tem movido muitas pessoas, pessoas de idade e

muitos jovens também”, ressaltou” (CORREIO POPULAR, 24 de abril de 2015).



Figuras 52-53: *folder de divulgação* (2016) e *imagem da chamada da matéria no Correio Popular* (2015).

Fonte: Pesquisas na internet.

O Ginásio de Esporte Municipal Rogê Ferreira está localizado no bairro São Bernardo que, segundo a oralidade, também conhecido como um bairro de muitas festividades negras, como o Baile do Carabina, que era uma animação na época de 1950. As festas são estratégicas e contribuem para reterritorialização dos sentidos, dos laços e da pertença:

O sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional e contrastiva, já que consciência de pertencimento e identidade não são uma “coisa em si” ou “um estado ou significado fixo”, mas uma “posição relacional”, uma posição-de-sujeito construída na e pela diferença. (CRUZ, 2007, p. 26)

Percebe-se que após 20 anos da realização da Lavagem das Escadarias, um processo cultural e político entra em curso e passa a ter como uma de suas estratégias sair para rua e ocupar os equipamentos e espaços públicos da cidade, também para divulgar, desmistificar e fortalecer a matriz africana.

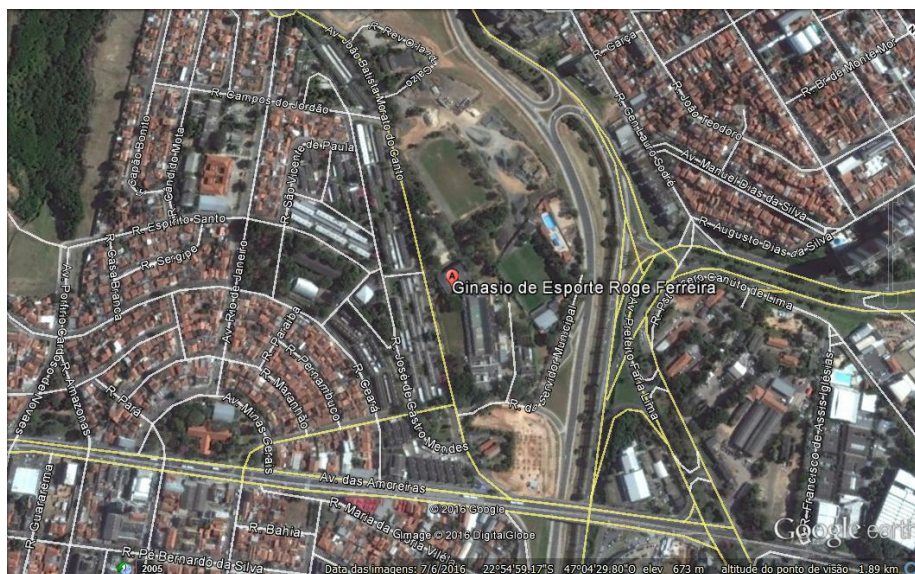


Figura 54: Ginásio Rogê Ferreira, Bairro São Bernardo em Campinas.  
Fonte: *Google Earth*.

## 2.7 ATO SOLENE DA SEMANA DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS AFRICANOS: 11ª EDIÇÃO DA HOMENAGEM ÀS MÃES CRIADEIRAS E OGÃS

No dia 25 de maio de 1972, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu o Dia da Libertação da África e recomendou a celebração da Semana de Solidariedade aos Povos Africanos. Anualmente durante esta semana várias ações são construídas e entre elas acontece a homenagem às “Mães Criadeiras e Ogãs”<sup>76</sup>. A inserção dessa homenagem nesta semana foi para evidenciar as relações dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às práticas religiosas em torno dos pais e mães que têm importante função nos terreiros.

As Mães Criadeiras são aquelas que cuidam desses filhos e filhas durante o período de processos religiosos no terreiro, como o processo de obrigação dos filhos de santo no Candomblé ou de aprendizados e deitadas na Umbanda, entre outras vertentes.

Os Ogãs são os responsáveis pelos atabaques, pelos toques e pelas cantigas. Sem a presença deles não é possível acontecer giras e nem rituais, já que

<sup>76</sup> As mães criadeiras são as zeladoras, não necessariamente a mãe ou pai de santo, que ficam cuidando dos filhos durante as obrigações e rituais nos terreiros. É ela quem leva o alimento, auxilia nos banhos e cuida do filho durante o processo em que o (a) filho (a) de santo se encontra recolhido (a) em obrigação. Na umbanda, essa tarefa pode ser atribuída aos padrinhos e madrinhas dos filhos ou aos pais e mães pequenos.

Ogã: homens no candomblé, às vezes homens e mulheres em alguns terreiros de umbanda, que tocam os atabaques e conduzem os trabalhos religiosos a partir dos toques e cânticos, no terreiro.

através dos toques a conexão com os orixás e entidades é reforçada e reestabelecida.

A cada ano uma atividade diferenciada se realiza. Em 2016, a Homenagem aconteceu na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, com participação de mais de 150 religiosos. Já a programação da semana a cada ano ganha novas pautas, debates e discussões acerca das questões étnico-raciais, educação, políticas inclusivas e de povos e comunidades tradicionais de terreiro.





Figuras 55-57: Registro da Homenagem Mães Criadeiras e Ogã 2016.  
Fonte: acervo do Pai Joãozinho Galerani.

## 2.8 CARTA MAGNA DA UMBANDA

A Carta Magna da Umbanda foi um movimento internacional, iniciado em São Paulo por algumas associações religiosas de matriz africana que se mobilizaram com objetivo de criar uma diretriz e “critérios” para a Umbanda – o projeto não foi concluído devido a diversos desentendimentos sobre as práticas umbandistas.

A Umbanda, por sua própria característica particular e diferente do Candomblé, que se organiza por famílias de nações religiosas, angola, keto, jeje, nagô, entre outras, acabou desenvolvendo uma diversidade e pluralidade de práticas e formas de conduzir a ritualística, tendo em alguns casos mais ou menos aproximação com o cristianismo, Candomblé ou kardecismo, que acabou por acarretar em divergências entre as várias correntes, impossibilitando uma unidade para oficialização e formalização de um documento único.

A idéia de construir uma Carta Magna Umbandista surge a partir do Congresso Umbandista:

O Congresso Nacional de Umbanda foi criado para o debate sobre assuntos de alta relevância para a religião. É hora de realizarmos um trabalho voltado

a normatizações, o que não quer dizer codificação da Umbanda; entretanto, temos que ter um posicionamento único em relação à própria religião e seus posicionamentos sobre as diversas questões sociais, legais, culturais e humanas. É necessário que haja o comprometimento de todos para realizarmos uma plataforma de compreensão dentro do conceito religioso. Para tanto, segue abaixo a proposta inicial que está sendo discutida e melhorada por meio de todos os que se mostraram dispostos a participar, estando todos para isso convidados. O Congresso Nacional de Umbanda, proposto pelo Movimento Político Umbandista (MPU), teve seu lançamento em 17 de agosto de 2013, na Câmara Municipal de São Paulo, e será realizado no dia 17 de maio de 2015, no Santuário Nacional de Umbanda (Santo André – SP), respeitando todas as vertentes e linhas de estudo, de modo a não segregar ou discriminar nenhum tipo de opinião que não seja para enaltecer a religião e o documento.<sup>77</sup>



Figura 58: Evento realizado na Câmara dos Vereadores de Campinas, em 19 de setembro de 2013. Fonte: acervo da pesquisa.

Foi com base nesse evento em São Paulo que alguns religiosos de Umbanda em Campinas, que participavam do Movimento Político Umbandista, trouxeram essa discussão para a cidade.

Este ato, intitulado 1º Congresso Nacional de Umbanda na cidade de Campinas, marcou o início de uma visibilidade de umbandistas, em especial o pai Joãozinho, como é conhecido um importante religioso e defensor da Umbanda.

Foi durante a organização deste ato na Câmara dos Vereadores que Pai Joãozinho conheceu e passou a ser conhecido em vários terreiros, ilês e espaços

<sup>77</sup> Página de divulgação da Carta Magna da Umbanda e de seus princípios umbandista. Acesso em 17/0u/2016. <https://aumbandasagrada.wordpress.com/2016/02/25/carta-magna-da-umbanda/>

culturais em Campinas, iniciou sua parceria com a Casa de Cultura Fazenda Roseira e criou contato com os religiosos mais tradicionais na cidade. Sua motivação, característica agregadora, envolveu e mobilizou muitos umbandistas do terreiro às pautas políticas, ações já vivenciadas por vários candomblecistas, como também muito contribuiu para agregar as duas frentes, Umbanda e Candomblé, em ações conjuntas.

Em 2013, Pai Joãozinho organizou e realizou na Praça Rui Barbosa, atrás da Catedral Metropolitana de Campinas, o 1º Dia Municipal da Umbanda, um ato simbólico com umbandistas da cidade no dia 15 de novembro, que a cada ano ganha mais atividades culturais e amplia a participação de umbandistas e candomblecistas.

O dia da Umbanda, “a religião dos caboclos, baianos e pretos velhos” como é conhecida, foi inserida no Calendário Oficial de Campinas em 22 de maio de 2012 com a Lei n.14.273.

No primeiro ato de 2013, não obteve nenhum apoio por parte do poder público, mas marcou sua primeira ação em espaço público de organização exclusiva de umbandistas. No entanto, apoiados por outros segmentos da matriz africana, como grupos culturais e candomblecistas na cidade de Campinas, nos anos seguintes, com o desenvolvimento do Coletivo Saravaxé e fortalecimento das ações conjuntas entre umbandistas e candomblecistas, a Secretaria de Cultura passou a contribuir com som, tendas, mesas e cadeiras para o evento.

Pai Joãozinho, com sua dedicação e disponibilidade para com a matriz africana, tornou-se parceiro da Casa de Cultura Fazenda Roseira e nesta parceria houve o fortalecimento de ambos os trabalhos: enquanto ele ganhava força no campo cultural afro, já que a Casa de Cultura Fazenda Roseira é uma referência nacional e acolhe os gestores a Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Patrimônio Cultural Imaterial desde 2005, ponto de cultura desde 2010) ao mesmo tempo fortalecia a Casa de Cultura Fazenda Roseira, além das demais ações, como um importante espaço referencial e acolhedor para os debates e articulações dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Em 2008, a Casa de Cultura Fazenda Roseira havia recebido, como primeira ação dos religiosos da matriz africana, o primeiro Seminário da RMC de Povos e Comunidades Tradicionais com o tema “Saúde nos Terreiros”. Vários religiosos participaram deste evento, organizado por Edna Lourenço e apoiado pela Secretaria de Assistência Social, da Coordenadoria Especial para Igualdade Racial (CEPIR), Secretaria de Cultura entre outros.

Sempre foi comum o acolhimento de atividades de diversos grupos e entidades vinculados às matrizes africana e cultura negra na Casa de Cultura Fazenda Roseira, mas foi só com o encontro com Pai Joãozinho que a casa passa a ter uma agenda permanente com as ações mensais de reuniões do Coletivo Saravaxé e a implementação, articulação da Rede de Jovens de Terreiro e a realização anual do Encontro de Juventude de Terreiro RMC e adjacências.

## 2.9 JUVENTUDE DE TERREIRO: CULTURA, POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO

O Encontro da Juventude de Terreiro RMC nasceu do desejo de André Moraes devido aos diversos atos publicados de intolerância religiosa em espaços escolares. André é integrante da Comunidade Jongu Dito Ribeiro, jovem negro, campineiro, ligado ao terreiro de Candomblé Ilê Omonibu Axé Beje Ero e experiente assessor de vereador na articulação nacional com jovens de matriz africana de outras regiões e sentiu a necessidade de organizar um Encontro de Juventude de Terreiro. De imediato ganhou apoio da direção e coordenação da Casa de Cultura Fazenda Roseira<sup>78</sup>, que tem entre seus membros umbandistas, acolheu a ideia e passou a ser o espaço de construção desse projeto.

O Encontro Regional de Juventude de Terreiro RMC é um evento anual que tem a importante tarefa de reunir jovens participantes de religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda, Jurema etc.) e simpatizantes, residentes nos domínios da RMC (Região Metropolitana de Campinas, que abarca 19 municípios) para fomentar o diálogo sobre questões de interesse dessa parcela dos povos de terreiro, bem como traçar ações que concretizem e dinamizem a participação político-social desses jovens na busca por igualdade de direitos e pelo fim da intolerância religiosa. É organizado por uma parceria entre a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, o Coletivo Saravaxé e jovens da região de diferentes templos e casas de culto. Em sua segunda edição, o encontro contará com a participação de lideranças juvenis que participam da articulação nacional do Projeto Kizomba: o Encontro Nacional de Juventude de Terreiro, que acontece também em

---

<sup>78</sup> Minha inserção no jongu como liderança desta comunidade e nossa chegada coletiva na construção da Casa de Cultura Fazenda Roseira sempre se deu mediada pela ancestralidade e minha ligação com o Templo de Umbanda Mãe Joana Três Estrelas, da qual sou parte do corpo mediúnico há 30 anos. Meu desenvolvimento mediúnico na Umbanda se deu com 11 anos, tendo sido a médium mais nova no meu terreiro, que é constituído basicamente por familiares há mais de 50 anos com a vinda da Tia Edna e sua vertente umbandista para a família, nossa primeira mãe de santo da casa, após cujo falecimento foi prosseguido pela Tia Marilce, atual mãe do terreiro. Nesse caminho, sempre questioneei a ausência de encontro de jovens de terreiro, já que como a maioria da minha família fui inserida no catolicismo, “escondida socialmente” no terreiro desde a infância. Quando o André me procurou, vi a importância dessa atividade e ao mesmo tempo a realização do sonho juvenil de participar de encontros de jovens de terreiro, já que da igreja católica participei de centenas na juventude, da qual cheguei a ser coordenadora do JUEC – Jovens Unidos em Cristo.



2015. Exporão o panorama da mobilização nacional e estadual de juventudes de terreiro espalhadas pelo Brasil. Outros parceiros nesse movimento e jovens de outros Estados também comparecem trazendo detalhes da realidade e dos desafios que enfrentam em suas regiões. Também contamos com a presença de sacerdotes da nossa e de outras regiões que participam ativamente na luta pela garantia dos direitos dos Povos de Axé. Acima de tudo, é um momento de união e fortalecimento dos laços que nos unem e da fé que nos move. Outro momento de esclarecimento trará noções sobre a esfera jurídica dos direitos de legalidade e de acesso dos terreiros às políticas públicas municipais e estaduais, pois acreditamos que a falta de ou o bloqueio de informação ainda é um grande empecilho no dia-a-dia dos templos.<sup>79</sup>

Como os Povos e Comunidades e Matriz Africana consistem em uma estrutura hierárquica, na qual o consentimento dos mais velhos, pais e mães de santo, é fundamental para a manutenção das práticas permitidas dentro e fora do espaço sagrado, sua autorização e participação na organização desse encontro eram necessárias.

Nada se faz no Candomblé sem a licença expressa da mãe de santo. A sua vontade é lei, só ela poderá revogar ou modificar as normas e regras anteriormente estabelecidas. Todo o peso da autoridade moral da mãe de santo recai sobre homens e mulheres, invadindo até mesmo o terreno particular e privado do cotidiano dos membros do Candomblé. Neste sentido, contribui para que as pessoas partilhem o conhecimento das normas e regras de maneira a discriminar entre bem e mal, certo e errado, para assim escolherem os meios adequados para solucionar os problemas que possam enfrentar em sua vivência no cotidiano. (JOAQUIM, 2001, p. 143-4)

O evento se tornou anual e coincidiu também com a oficialização de um coletivo de religiosos que já vinha se encontrando na cidade de Campinas ainda não vinculados à ARMAC para dialogar sobre a Carta Magna da Umbanda desde 2013.

O primeiro encontro de Juventude de Terreiro aconteceu em janeiro de 2014 e contou com a participação de mais de 60 jovens da RMC e de outras localidades.

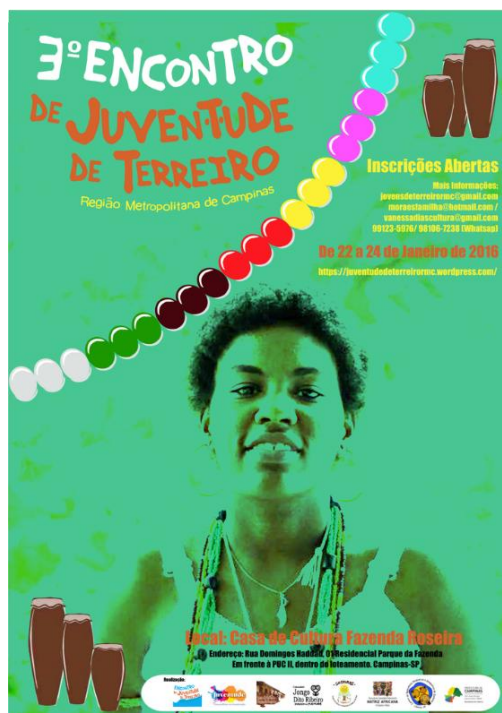
Organização, suporte e articulação tiveram como apoio a diretoria da Casa de Cultura Fazenda Roseira e alguns umbandistas e candomblecistas articulados por Pai Joãozinho para apoio na alimentação, regras do evento e suporte junto aos demais religiosos que autorizaram seus filhos de santo a participarem.

Os Encontros de Juventude de Terreiro ganharam visibilidade e fortaleceram o diálogo entre os jovens, que chegam à Casa de Cultura Fazenda Roseira na sexta e partem no domingo, usando esse tempo para se aproximar e discutir diversos as-

---

<sup>79</sup> Texto de divulgação do II Encontro de Juventude de Terreiro realizado em janeiro de 2015 na Casa de Cultura Fazenda Roseira, espaço de articulação e encontros desse coletivo.





Figuras 59-61: divulgações dos Encontros de Juventude de Terreiro de 2014, 2015 e 2016.  
 Fonte: acervo da Casa de Cultura Fazenda Roseira

## 2.10 COLETIVO SARAVAXÉ E SUA TERRITORIALIDADE

A fundação formal do Coletivo Saravaxé se deu em fevereiro de 2014 após o 1º Encontro de Juventude de Terreiro, tendo como fundadores os gestores dessa articulação: Pai Joãozinho, Tat'etu Oluandeji, Alessandra T' Osun-Ogun, Pai Felipe, Mam'etu Corajacy, Pai Okun Olola, Mãe Raquel, Pai Michel e Mãe Sheila.

A partir desta primeira formação foram agregados os terreiros, grupos culturais, parceiros da economia criativa de artigos religiosos das respectivas cidades:

### 2.10.1 Campinas:

- Casa de Caridade Itapuã (Pai Eric)
- Djumbo (Cris e Jamaica)
- Ilê Axé Ayrá Túnjé "Casa de Boiadeiro" (Mãe Emilia)
- Ilê Omonibu Axé Beje-Erro (Mãe Maria de Ibeji)
- Jongo Dito Ribeiro (Alessandra Ribeiro)
- Revista Axé Campinas (Ana Diva)
- Terreiro de Umbanda Mãe de Deus (Mãe Tatiana)
- Terreiro de Umbanda Mãe Joana 3 Estrelas (Alessandra Ribeiro)

- Tenda Pai Cipriano (Okun Olola)
- Terreiro Pai Oxalá (Mãe Raquel)
- Tenda de Umbanda Luz de Aruanda (Pai Felipe)
- Terreiro da Vó Benedita (Pai Joãozinho)

#### *2.10.2 Hortolândia*

- Aldeia Pedra Preta (Pai Michael)
- Ponto de Cultura Caminhos (Mãe Eleonora)

#### *2.10.3 Itapira*

- Terreiro Caboclo Quebra-Galho e Pai José de Aruanda (Pai Odair)

#### *2.10.4 Limeira*

- Inzo Diá Musambu Kaiango M'Boti Ofula (Mãe Corajacy)

#### *2.10.5 Monte Mor*

- Casa de Caridade Mãe Maria Conga (Mãe Heloisa)
- T. U. Pai Joaquim de Angola e Exu Tiriri (Pai Evandro)

#### *2.10.6 Piracicaba*

- Abeafro Ademir Barbosa Brasil
- Ilê Asé Omo Oya Bagan e Odé Ibõ (Mãe Eleonora)
- Nzo Musambu Kilombo Tat'etu Nkosi

#### *2.10.7 São Paulo*

- Tenda de Umbanda Chamas de Aruanda (Mãe Angélica)

#### *2.10.8 Sumaré*

- Terreiro de Umbanda Mãe Severina e Caboclo Pena Verde (Mãe Sheila)
- Terreiro de Umbanda Vó Maria Conga (Mãe Viviane)

#### *2.10.9 Valinhos*

- Tenda de Umbanda Unidos em Oxalá (Pai Luis)

O objetivo principal do Coletivo Saravaxé, desde sua formação, é estabelecer lideranças que possam integrar no cotidiano a possibilidade do povo de terreiro ocupar espaços importantes em diversas áreas e, juntos, se fortalecerem, mostrando à sociedade que os povos e comunidades tradicionais de matriz africana vêm sendo desconstruídos e desterritorializados há séculos por quem “odeia essas religiões”<sup>80</sup>.

Para entender seus anseios é fundamental analisar a percepção de “minorias” adotada, pois o tráfico dos escravizados colaborou para o estado de subordinação das identidades étnicas africanas e negras subsequentes, acarretando em um processo de discriminação racial, cultural, identitária e em “tudo” que se referisse a esses valores e/ou sentidos das culturas ancestrais desta origem. O Coletivo Saravaxé, mesmo não se constituindo como um grupo étnico, de cultura, origem e histórias comuns, reconhecem que sofrem o impacto das minorias. Neste sentido:

A minoria é, quase sempre, definida como sinônimo de grupo étnico racial ou mesmo religioso. É conceituada a partir de características físicas, culturais, raciais, de línguas, costumes, religiões ou um só destes fatores, ou qualquer combinação entre eles, dependendo da sua origem. As minorias são subgrupos dentro de uma sociedade, que se distinguem, são consideradas diferentes do grupo dominante que se encontra no poder e, por esta razão, não participam integralmente da vida social. (JOAQUIM, 2001, p.52)

O Coletivo Saravaxé se apresenta como um grupo de pessoas ligadas às religiões afro-brasileiras que não necessariamente estejam em um terreiro ou sejam sacerdotes. O grupo aceita adeptos e simpatizantes que querem, de alguma forma, contribuir efetivamente com uma construção de parceria, companheirismo e fé, tendo como foco diversas articulações religiosas desde a formação política em si, mostrando que não são a “minorias” e entendendo que juntos podem estabelecer relação de ajuda mútua entre irmãos e casas que necessitam de algum apoio, como: projetos e trabalhos socioculturais.

As reuniões acontecem na primeira quinta-feira de todo mês na Casa de Cultura Fazenda Roseira e nela são definidos os passos que serão dados e o “formato de um legado na construção de uma nova história a nós e aos nossos nesta continuidade de resistência iniciada por nossos ancestrais”.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> Frase que ouvi várias vezes pelas lideranças religiosas durante as reuniões do Coletivo Saravaxé, sendo esta uma preocupação permanente.

<sup>81</sup> Apresentação do Coletivo Saravaxé, disponível em <http://religioesafroentrevistas.blogspot.com.br/2014/06/coletivo-saravaxe-cresce-com.html>

As ações do grupo se desdobram em: reuniões de articulação, ações beneficentes nos terreiros e em instituições sociais, articulação com lideranças, apoio no encontro de Juventude de Terreiros, construção de um espaço entre os terreiros, sociedade e ações políticas, cobranças efetivas aos vereadores e prefeitos dos direitos desses terreiros, jogo de futebol Bandeira de Oxalá como incentivo da prática do esporte no terreiro, Sarau (cultura viva), participação no conselho de saúde da população negra, participação no conselho da Comunidade Negra de Campinas e demais espaços de importância para articulação dessa pauta, festa de Cosme e Damião intitulada “Dia da Criança Feliz” em Praça Pública, participação nos debates e articulação da Carta Magna da Umbanda, participação no Conselho de Organização do dia da Marcha Zumbi e demais ações referidas a essa data, participação no diálogo com os Bens Registrados Imaterial do Jongo e da Capoeira, ação junto à política de saúde mental, entre outras ações que passam a ser demandadas e acolhidas pelo Coletivo.

As cidades envolvidas são Campinas, São Paulo, Piracicaba, Sumaré, Hortolândia, Valinhos, Paulínia e Sorocaba.

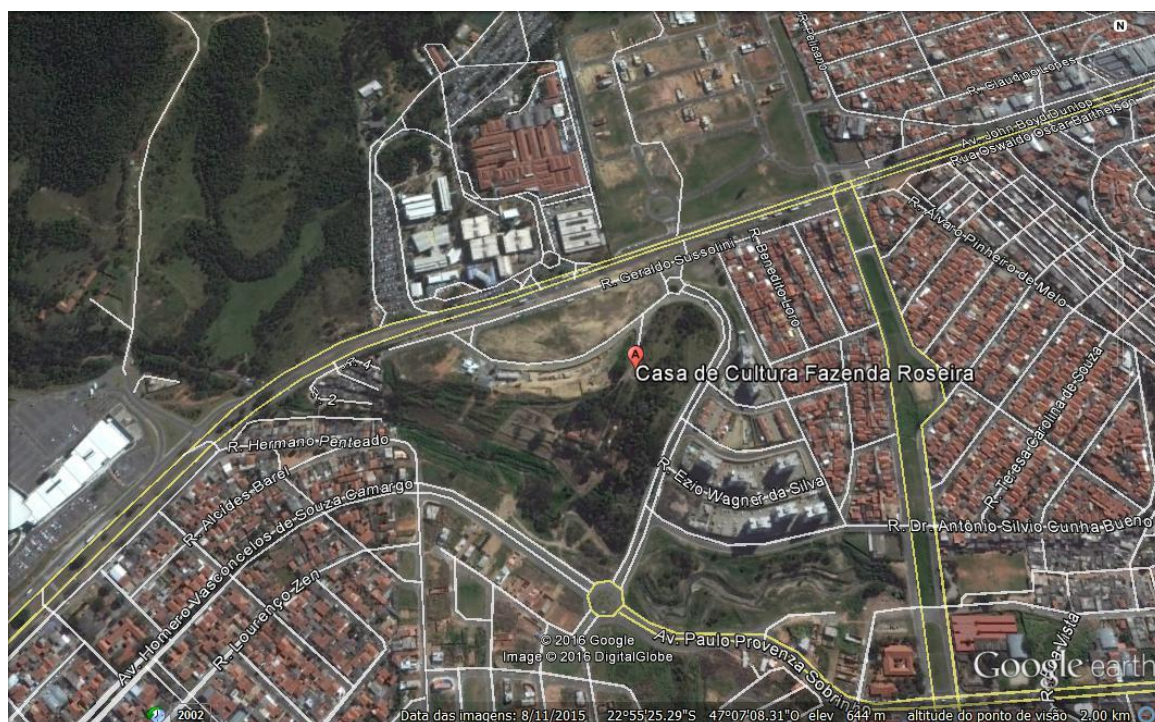
Joaquim (2001) afirma que a função das minorias é a mudança do meio ambiente ou organização do grupo; ou seja, elas exercem uma influência sobre a maioria visando a solução para situações de conflito e, ao mesmo tempo, propostas de mudança. Este grupo tem um ponto de vista coerente e bem definido e pretende obter visibilidade e reconhecimento social pela capacidade de provocar mudanças em seu meio social e de fazer os outros grupos compartilharem seu ponto de vista.

O Saravaxé se articulou amplamente e se tornou, no estado de São Paulo, uma referência de organização coletiva em busca de direitos sociais, legais pela diversidade religiosa, territoriais pela legalização dos terreiros e de inserção social. Suas ações passaram a tratar também da dimensão cultural, envolvendo e fomentando a cultura dos terreiros e a valorização de seus saberes e práticas.

Cultura é herança coletiva de uma sociedade, o conjunto de objetos materiais que permitem ao grupo assegurar a sua vida cotidiana, de instituições que coordenem as atividades dos membros do grupo, de representações coletivas que constituem uma concepção do mundo, uma moral, uma arte. Esse conjunto é transmitido de geração a geração, para cada membro da sociedade, através do processo educativo. (MUNANGA, 1986b, pp. 81-83)

Nessas ações desenvolvidas pelo Coletivo Saravaxé, o movimento dos povos e comunidades tradicionais de terreiro ganha terreno. Em 2014, Pai Joãozinho Galerani foi eleito presidente da ARMAC e boa parte do coletivo gestor se tornou membro da diretoria ou do conselho consultivo.

Com esse impulso a ARMAC se fortaleceu e suas ações, mesmo que diferenciadas quanto aos fins e à forma de gestão do Coletivo Saravaxé, se tornaram uma ferramenta, agora mais articulada e potente que era antes em Campinas.



Figuras 62-63: Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira Campinas.  
Fonte *Google Earth* e acervo da pesquisa.

Das ações realizadas pelo Coletivo Saravaxé e suas intervenções em espaços públicos, destacar-se-ão algumas das mais importantes para a divulgação e reterritorialização das comunidades nesses espaços.

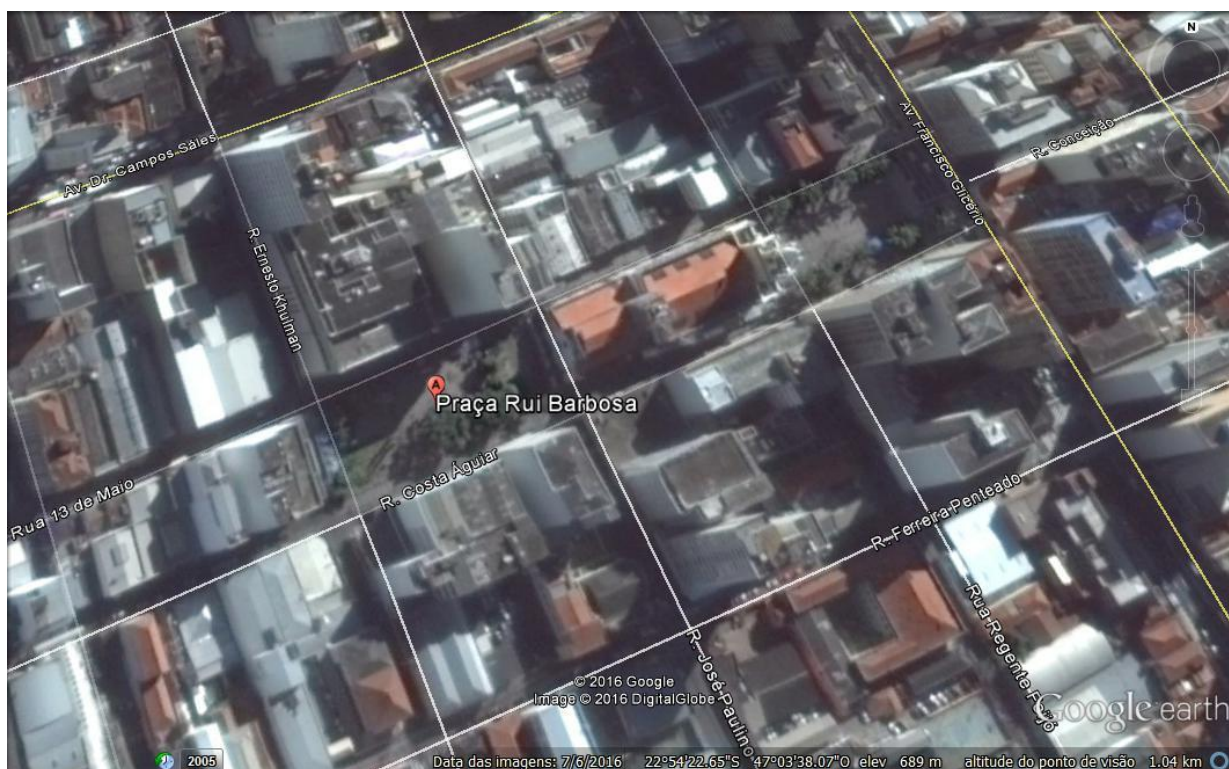
Em agosto, o Sarau do Axé tem o objetivo de arrecadar doces para a realização da festa das crianças na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Em setembro, em meados do dia 27, realiza-se a Festa da Criança Feliz. Esta data, de São Cosme e São Damião, é comemorada principalmente na Umbanda e no Candomblé com a festa para os Erês. Além de várias apresentações culturais como a roda de samba, Suellen Luz, criadora de músicas pop com temas da religiosidade de matriz africana, a Comunidade Jongu Dito Ribeiro distribui os doces na praça Rui Barbosa, atrás da Catedral Metropolitana de Campinas.

Outra importante ação deste coletivo na mesma praça é a comemoração de 15 de novembro, dia da Umbanda.







Figuras 64-65: Localização da comemoração do Dia da Umbanda.  
Fonte *Google Earth* e acervo da pesquisa.

O Coletivo Saravaxé também organiza caminhadas temáticas na RMC devido à abrangência de atuação e o dia 30 de setembro, o Dia do Candomblé, oficializado pela Lei municipal nº 15.239/16 foi comemorado pela primeira vez no ano de 2016 na Estação Cultura de Campinas.

O Jogo de Futebol, chamado de Jogo Bandeira de Oxálá, teve início em 2014 com o objetivo de confraternizar os membros do Coletivo Saravaxé. Em 2015, com parte de membros do Saravaxé vinculados à diretoria da ARMAC e sua ampliação de diálogo no estado de São Paulo, o jogo de futebol tornou-se um campeonato organizado em parceria com a Federação Espírita dos Cultos Afrodescendentes de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo Estrela do Mar (FEUCEM).

É importante evidenciar que o Coletivo Saravaxé teve em sua formação um sistema organizacional abrangente e aberto que possibilitou consolidar um movimento por afinidades. Vários vereadores auxiliam e dialogam com esse coletivo para a construção de políticas públicas locais inclusivas aos religiosos, por exemplo, Carlão (PT), Pedro Tourinho (PT), Tico Costa (Ex-Solidariedade e atualmente PP), Paulo Bufalo (PSOL) etc.

## 2.11 ARMAC E COLETIVO SARAVAXÉ

Com as eleições para a nova diretoria da ARMAC em 2015, que teve grande apoio de Edna Lourenço, atualmente assessora do vereador Carlão (PT), parte do Coletivo Saravaxé se tornou também membro da diretoria.

A gestão de Pai Joãozinho à frente da ARMAC fortaleceu ações políticas e a visibilidade no estado de São Paulo.

As reuniões da ARMAC são realizadas nas dependências da Câmara dos Vereadores (sala VIP) e a cada dois meses as sessões são abertas ao público, no Plenarinho da Câmara, com a presença de representantes públicos para responder e dar orientações sobre as demandas dos religiosos e transmissão ao vivo pela TV Câmara.

Esse fato tem potencializado a ARMAC como uma referência de associação religiosa, desencadeado honrarias também da Câmara dos Deputados do estado de São Paulo ao presidente pai Joãozinho e demais religiosos de matriz africana envolvidos nessa atuação, contado com o apoio das deputadas Leci Brandão (PCdoB) e da deputada Clélia Gomes (PHS).

Um caso pragmático acompanhado pela ARMAC e Saravaxé se deu na Câmara dos Vereadores de Valinhos, cidade da RMC, que aprovou uma lei contra o sacrifício de animais. Esse tema sempre foi debatido, já que existe um preconceito e falta de compreensão por parte dos não religiosos da matriz africana. Os animais utilizados nos rituais têm como objetivo compartilhar o alimento e consagrar a ritualização do animal que será ingerido, diferente das práticas dos matadouros, que não serão aqui tratados<sup>82</sup>. A lei aprovada teve a intervenção e falas públicas da vice-presidente da ARMAC, Mãe Dango, em defesa dos religiosos de matriz africana na Câmara dos Vereadores com o prefeito da cidade e em redes da mídia local de Valinhos:

(...) A lei além de inconstitucional denota perseguição religiosa. Está virando uma ditadura neste país. Não sacrificamos e nem mutilamos animais. Dentro das religiões de matriz africana não temos o hábito de judiar de animais. Para nós é imolação, já que serve para a nossa alimentação. Quando estamos em retiro espiritual não compramos, por exemplo, frango em super-

---

<sup>82</sup> Sobre as questões legais acerca do sacrifício de animais presentes no Candomblé, pelos muçulmanos etc. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio\\_resumo2008/relatorios/ccs/dir/yannick\\_yves\\_andrade\\_robert.pdf](http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/dir/yannick_yves_andrade_robert.pdf)

mercado, mas apenas frango caipira. Não é sacrifício e nem mutilação.<sup>83</sup>

A aprovação desta lei deixou os religiosos de matriz africana mais atentos e o Dr. Tiago Monteiro, um dos advogados da ARMAC, acompanha o caso na busca de reversão.

Caso parecido quase aconteceu em Campinas poucos meses depois, em abril de 2016, quando o vereador Pastor Elias Azevedo (PSB), atendendo coletivos de proteção aos animais, tenta implementar a mesma lei na cidade, mas a mobilização de membros da ARMAC, que conversaram com o vereador e propuseram uma nova redação para a lei, realizou uma intervenção histórica na Câmara dos Vereadores em 13 de abril, às 19h, com exibição na TV Câmara ao vivo.

EMENTA: FICA PROIBIDA A PRÁTICA DE ABUSO, TORTURA, MAUS TRATOS, FERIR OU MUTILAR E DESCARTAR ANIMAIS DE QUALQUER NATUREZA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica proibida a prática de abuso, tortura, maus tratos, ferir ou mutilar e o descarte de animais de qualquer natureza, realizados em locais públicos no perímetro urbano no município de Campinas.

Parágrafo Único: Para efeitos desta Lei, são considerados locais públicos praças, ruas, avenidas, vielas, viadutos, escolas, hospitais e demais pontos de atendimento à população.

Art. 2º: Fica proibida seja em qual for o local a prática de abuso, tortura, maus tratos, ferir ou mutilar e o descarte, em locais públicos no perímetro urbano, dos animais denominados felinos, caninos, bem como animais silvestres.

Art. 3º: Não será permitido deixar animais denominados felinos e caninos de quem detém a propriedade, posse ou guarda, ou que está sob seu cuidado, vigilância ou autoridade, desamparado e entregue à própria sorte em vias e logradouros públicos.

Art. 4º: É de responsabilidade do proprietário do animal em caso de morte providenciar todos os procedimentos necessários para que o animal seja devidamente enterrado, não sendo permitido a quem detém a propriedade do animal fazer o descarte em locais públicos no perímetro urbano no município de Campinas.

Art. 5º: A não observância do disposto nos artigos deste projeto de Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa no importe de 150 UFIC's por animal.

Art. 6º: Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro, ou seja, 300 UFC's por animal, sendo o infrator autuado e encaminhado à Procuradoria do Município, onde responderá criminalmente por seus atos.

Art. 7º: Fica a cargo do Poder Executivo definir os meios de fiscalização.

Art. 8º: Esta Lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Abril de 2016<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Matéria na íntegra disponível em: <http://blogs.band.com.br/blogdarose/2015/11/11/valinhos-vota-projeto-que-proibe-mutilacao-e-sacrificio-de-animais-em-rituais-religiosos/>

<sup>84</sup> Essa foi a proposta de redação desenvolvida pelos advogados e membros da ARMAC e Coletivo

Mais de 300 religiosos de matriz africana, todos de branco, ocuparam a Câmara sem alardes e, diante de expressiva presença, vários vereadores discursaram em respeito e valorização das tradições negras e de matriz africana, sendo encerrado o caso e tendo a redação do projeto alterado.

O diálogo com os vereadores e representantes do poder público tem sido fundamental e ao mesmo tempo um diferencial nas ações desses coletivos em Campinas. Para dimensionar essas ações, nas eleições para prefeitos e vereadores Mãe Dango, a atual vice-presidente da ARMAC e residente na cidade de Hortolândia, disponibilizou seu nome como candidata e vários membros se afastaram da diretoria da ARMAC durante as eleições para atuar politicamente em apoio aos seus candidatos, sendo este um passo de grande importância para as comunidades de matriz africana e de consciência política.

A regularização dos terreiros sempre esteve em pauta. Outra importante ação foi o diálogo com a Secretaria Municipal de Urbanismo, Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (CDPCNC), Centro de Referência na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa, membros do Coletivo Saravaxé e ARMAC, vereador Carlão (PT), que resultou em uma cartilha de Orientação para a Legalização das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Segundo Edna Lourenço, essa questão da Regularização dos Terreiros tem como problema a conscientização: tem que se regularizar para existir. A clandestinidade por medo de fiscalização, o medo de ataques e omissão da religiosidade para a família acabam contribuindo para essa lacuna, pois a maioria dos terreiros começa no fundo de quintal ou dentro das casas e só alugam outro espaço quando aparece um lugar que seja acessível para o pagamento mensal. São poucos os terreiros que possuem a propriedade do imóvel para uso exclusivo de culto.

## 2.12 CAMINHOS DO AXÉ

No dia 14 de fevereiro de 2012 foi lançada na Casa de Cultura Fazenda Ro-seira a 1ª Edição do “Catálogo de 100 casas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”. O lançamento contou com a presença do ex-Ministro da Saúde

Padilha, acompanhado dos deputados federais Janete Pietá e Renato Simões, somada às várias lideranças negras de Campinas e região, vereadores, jogadores e público geral.

Tendo como autora Edna Lourenço, o catálogo tem como objetivo dar visibilidade às comunidades de terreiros e divulgar o culto aos orixás<sup>85</sup>.



Figura 66: Lançamento do Catálogo Caminhos do Axé de Edna Lourenço.  
Fonte: Acervo da pesquisa.

De acordo com Edna Lourenço, as Comunidades Tradicionais são “as que estão fazendo a diferença na cidade” ao falar sobre as diversas ações e participação em vários segmentos em Campinas e além da região metropolitana. Segundo ela, é muito difícil fazer materiais como o “Caminhos do Axé”, pois existem rivalidades, como não querer que outros terreiros sejam divulgados e/ou o temor de exposição pela ausência de documentação. No entanto, o que se busca é que esse material um dia possa ser disponibilizado no aeroporto, na rodoviária e em lugares públicos para que as pessoas saibam que as comunidades existem e estão presentes na cidade.

Neste lançamento a pauta foi a sustentabilidade dos terreiros. Em 2010, com base no Decreto n. 6040/2007, que definiu os povos e comunidades tradicionais de

<sup>85</sup> Matéria sobre o lançamento disponível em <http://blogmaedango.blogspot.com.br/2014/02/caminhos-do-axe-na-fazenda-roseira.html>  
Para saber mais sobre o assunto: <http://www.camaravalinhos.sp.gov.br/?module=noticias&id=3485>

terreiro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que presidiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, desenvolveu diversas pesquisas e levantamentos sobre segurança alimentar e nutricional destas comunidades. Passou a compreender que os espaços de práticas da matriz africana são no Brasil instrumentos de preservação das tradições africanas ancestrais, de religiosidade, luta contra o preconceito e combate às desigualdades sociais, e por muitas vezes estarem em áreas periféricas e afastadas caracterizam-se como espaços de acolhimento, solidariedade, promoção de ações sociais para toda a população que vive em seu entorno.

Essa relação com as políticas públicas entre comunidades e MDS foi uma ação das próprias comunidades ao compreenderem que o alimento é central nas tradições de matriz africana. A distribuição e compartilhamento do alimento garantem a sustentabilidade dessa prática a todos os seus adeptos de matriz africana, sobretudo nesses círculos mais afastados, que quase sempre se encontram em situação de insegurança alimentar. O compromisso com o direito humano à alimentação adequada, garantia de respeito às práticas ritualísticas tradicionais, valorização desse patrimônio cultural e combate a intolerância religiosa são princípios fundamentais da sustentabilidade desses povos de matriz africana.

Em Campinas, não existia até então material além do catálogo de referência a essas comunidades de terreiro e seus lugares, e toda a circulação e acesso sempre se deu pelo “boca a boca”. Dos 100 terreiros catalogados:

Tabela 4: Terreiros do Catálogo Caminhos do Axé (2012 e 2015).  
Fonte: acervo desta pesquisa.

Caminhos do Axé	2012	2015
Umbanda Campinas	57	64
Umbanda RMC	6	16
Umbanda (Amparo, Rio Claro,	4	6 (Leme,

Piracicaba e Capivari)		Poços de Caldas, além das demais de 2012)
Candomblé Campinas	23	45
Candomblé RMC	7	8
Candomblé Várzea Pta, Salto, Jundiá, Piracicaba)	5	18 (Santos, Araras, Itu, São Carlos, Nova Veneza, além das demais cidades de 2012)
Espaços Culturais Afro (associações, jornal, museus, escolas, culinária etc. Campinas e RMC)	4	3
Espaços Culturais Afro	4	4

SP e interior  (associações, jornal, museus, escolas, culinária etc.		
	110	164

Fonte: acervo desta pesquisa.

No Roteiro Afro criado pela Secretaria de Turismo em parceria com a Comunidade Jongo Dito Ribeiro em 2010, vários lugares e comunidades foram inseridos; entre elas, alguns terreiros com festas tradicionais. Porém, o Caminhos do Axé foi o primeiro catálogo com essa especificidade.

No fim de 2014, houve a renovação da Diretoria da ARMAC. Esta empossou Pai Joãozinho como presidente, Mãe Dango vice-presidente, Pai Gita tesoureiro e vários membros da antiga diretoria e os religiosos mais antigos da cidade como conselheiros fiscais.

Em 14 de fevereiro de 2015 foi lançada a 2ª edição do “Caminhos do Axé” na Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, dentro da programação do mês da diversidade religiosa comemorada em janeiro. A Lei 11 635/07, que instituiu o dia 21 de janeiro como dia da Diversidade Religiosa, foi de autoria do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB – BA) e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Outras cidades são inseridas no Catálogo, ampliando expressivamente a rede de articulação entre os religiosos de matriz africana.

O reflexo dessa ampliação se deu principalmente devido às ações da ARMAC na segunda gestão e do Coletivo Saravaxé, que têm desempenhado papel fundamental de articulação e diálogo entre umbandistas e candomblecistas em Campinas e região.

Outro fator importante é que o Coletivo Saravaxé, ao se organizar em diálogo mais horizontalizado e possibilitar voz a todos, independentemente de serem pais ou filhos, criou uma unidade na construção, facilitando no resultado das ações.



A hierarquia nos terreiros, em especial no Candomblé, soma à prática religiosa o princípio de que em um processo de reeducação permanente o mais novo deve certa obediência ao mais velho. Possibilitar um diálogo em espaços fora do terreiro e da ritualística também colabora com a criação de novos desdobramentos que influenciam positivamente na participação dos filhos, que tiveram como foco levar a fé e cultura da matriz africana para a rua.

Ou seja, ao criar-se um espaço de diálogo mais horizontalizado, se fortalece a identidade dos praticantes e a identificação com a matriz africana para além da prática religiosa e seu vínculo com os terreiros e ilês.

## 2.13 CEMITÉRIO DA SAUDADE EM CAMPINAS: AS CRIANÇAS, ESCRAVIZADO TONINHO E “TRANCA-RUAS”

(...) Cemitério da Saudade, o mais antigo e maior de Campinas, um dos espaços mais representativos da memória histórica da cidade, onde se destaca um admirável conjunto de arte tumular – estruturas, adornos, túmulos e mausoléus –, obra em grande parte de artesãos: valiosos marmoristas do último quartel do século XIX e primeiro quartel do século XX. De barões do café a escravos, esse cemitério contém de maneira discriminada essa história a que estamos nos referindo, expressa nos sepulcros e escritas em suas lápides.

A discriminação social que ficou perpetuada no Cemitério da Saudade não deixa de reproduzir a sociedade que lhe deu origem, i.e., o contraste da ostentação de certos túmulos diante da humildade de outros ou mesmo a localização das sepulturas dos ricos concentradas em determinadas alamedas e áreas, o que automaticamente relega os jazigos dos pobres para lugares mais distantes da entrada, perto dos muros etc.

Há mesmo, na alameda principal da entrada do cemitério, um mausoléu construído bem no meio, que interrompe completamente o com que foi planejado o cemitério.

De qualquer maneira e talvez dando continuidade ao que ocorrera nos cemitérios anteriores, o da Saudade guarda explícita hierarquização dos seus mortos. (LAPA, 1996, p. 332)

Lapa, ao analisar as mudanças do sepultamento dos mortos a partir dos cemitérios – sua localização e quem é enterrado onde – possibilitou despertar outra perspectiva de análise e de leitura: o cemitério, mais que a morada dos mortos, registrou e reinterpretou um espaço de direito à cidade e de memória.

Ainda hoje, mesmo que próximo aos muros ou distante das alamedas principais, ter uma lápide no Cemitério da Saudade é sinal de *status*, pois é o cemitério central e tradicional. Depois vem o Flamboyant, que está diretamente vinculado à elite contemporânea e contraposto aos Amarais, onde estão os menos abastados.

Esses são alguns dos vários cemitérios de Campinas e essa lista permite fazer uma reflexão: em qual cemitério está sua sepultura? De acordo com a resposta, possivelmente há um imaginário sobre de quem se trata como pano de fundo.

Em quase todas as cidades, há uma avenida chamada Saudade e um cemitério com o mesmo nome. Em Campinas, na alameda principal, evidente e materialmente estão os registros dos grandes túmulos, das antigas e importantes famílias, dos barões e baronesas, senhores de café, republicanos, monarquistas, médicos, juristas, entre outras personalidades, já que nesta área ficavam só os túmulos mais caros e, portanto, quem tinha posse o suficiente para adquiri-los.

Contudo, dois sepulcros simples nessa mesma alameda principal chamam a mesma atenção que as obras.

O primeiro é um intitulado popularmente “Túmulo das Crianças” ou “dos Três Anjinhos. Pelo que dizem, as crianças morreram em um incêndio na fazenda em que moravam. Essas crianças, cuja identificação é desconhecida, foram associadas aos santos conhecidos como “São Cosme, Damião e Doum”, muito cultuados pelos umbandistas e católicos e tidos como milagreiros, curadores da saúde, entre outros feitos. No mês de setembro a devoção aumenta, principalmente pelas comemorações de Cosme e Damião, sendo este túmulo reterritorializado pelos povos e comunidades tradicionais, que o mantêm sempre com doces, balas, velas, pirulitos e outras oferendas. Não foram encontrados muitos detalhes até hoje sobre em qual fazenda ocorreu tal incidente.

Ainda no início da Alameda outro túmulo chama a atenção: o do escravizado Toninho, inserido, inclusive, no Projeto “Ruas Negras” e tendo recebido em 2015 uma placa biográfica com sua breve história. Mesmo não tendo relação direta com a matriz africana religiosa, é um símbolo do sincretismo e da transição do universo católico em seu culto popular, pois é considerado milagreiro, mesmo não sendo santificado pela igreja.

Toninho aparece na bibliografia ora como homem de confiança do senhor e atuante na fazenda como braço direito de Barão Geraldo de Rezende, ora como escravizado que trabalhava muito e sofria castigos severos, ora como “redentor” por ter ouvido o boi falar em uma sexta-feira santa, dia de importância no universo católico apropriado pelos escravizados como religião e ícone da manutenção da fé. Entretanto, deixe-se claro que essa história é única lenda originária na cidade de Campinas registrou o “Boi” como personagem principal.



Figura 67: mausoléu de Barão Geraldo de Resende. À esquerda, o túmulo do Escravizado Toninho repleto de placas e agradecimentos.

Fonte: Google imagens, acesso em março de 2015.

Dizem que na sexta-feira santa de 1888, ano da abolição – todos os conflitos sociais e políticos de mudanças se manifestavam na Fazenda Barão Geraldo, uma das mais importantes na época, tendo Barão Geraldo como grande senhor de terras e o escravizado Toninho, cuja relação não era muito clara –, se tornou um símbolo de resistência negra. Fato é que o pequeno túmulo de Toninho está bem ao lado do mausoléu de Barão Geraldo e cheio de placas em agradecimento às bênçãos alcançadas. Este registro material de sua existência sustenta que em 1907, data de sua morte, um escravizado foi enterrado na alameda principal do cemitério de maior importância da cidade de Campinas.

No entanto, a permanência da “Lenda do Boi Falô” e as comemorações anuais inseridas no Calendário Oficial da cidade, nas quais é servida macarronada – símbolo da chegada e da presença italiana em detrimento dos escravizados abolidos e de todas as suas culturas e tradições negras – com sardinha aos devotos e visitantes, aponta o apagamento de sua existência. O distrito de Barão Geraldo é

conhecido popularmente como “a terra do boi que fala” e não do escravizado que ouve.

Assim, reverenciar a memória de Toninho também no cemitério da Saudade perpassa as discussões étnico-raciais permanentes e o direito à memória e à reterritorialidade da presença africana e negra em Campinas, que aceitou ser a terra do “Boi Falô”, mesmo que na época esse título remetesse ao pé vermelho rural em contraposição ao urbano e à modernidade. Porém, o racismo não se interessa em comemorar nesta mesma cidade a terra do “Escravizado que fez/faz milagres”.

Entre esses, o que possibilitou uma nova reinterpretação da presença da matriz africana no cemitério foi a reinauguração do Túmulo do seu Tranca-Ruas das Almas.





Figuras 68-69: restauração do túmulo do Exu Tranca-Ruas das Almas no Cemitério da Saudade. Fonte acervo da pesquisa.

A reforma do túmulo do Tranca-Ruas das Almas, localizado na quadra 17 do Cemitério da Saudade, foi de iniciativa do Pai Ruas, membro do Coletivo Saravaxé e integrante da primeira diretoria da ARMAC, com objetivo de demarcar a presença e

atenção da matriz africana à sua relação com o cemitério, considerado “espaço santo” e de fé por parte da matriz africana e área do Orixá Omulú, que cuida da transição entre os mundos dos vivos e mortos.

Teve a participação dos membros de ambos os coletivos, que organizaram entre si as despesas para os materiais necessários da reforma e reinserção de um processo educativo, e de divulgação, aos praticantes sobre como interagir com esse espaço sagrado, pois sendo o cemitério um espaço de cuidado público, viram como de extrema importância dialogar com os órgãos sobre aquele túmulo e sua relevância, tanto como símbolo de espaço quanto como entrega de oferendas de devotos.

Segundo a SETEC (Serviços Técnicos Gerais), o túmulo de homenagem à entidade Exu Tranca-Ruas das Almas foi doado no século passado por um senhor (desconhecido) que tinha devoção a essa entidade. Não há ninguém enterrado ali.

(...) Na verdade não tem ninguém enterrado naquele espaço. De acordo com o presidente da Associação dos Religiosos de matriz africana de Campinas e região [ARMAC], João Carlos Galerani, o pai Joãozinho, o espaço foi doado há décadas por um senhor que teria alcançado uma graça. “Fizemos o fundamento da energia do Tranca-Ruas e esse é um espaço de trabalhos e pedidos dos religiosos de matriz africana”, explicou Galerani. Como é um local onde são colocadas diversas oferendas, muitas delas incluindo alimentos, o presidente da associação informou que será colocada, no dia do evento, uma placa pedindo para que os frequentadores conservem o local limpo. “Esse é um patrimônio e estava muito depredado”, frisou. Para o dia 16 serão convocados aproximadamente 70 terreiros de Campinas e região. Uma queima de fogos está programada. Na manhã de ontem, o túmulo de Exu era um dos mais visitados. Os frequentadores levam bebidas alcoólicas, velas e demais objetos para a entidade. (Correio Popular, 19/06/2016)

O Exu Tranca-Ruas é considerado um mensageiro que cuida, preserva e auxilia no equilíbrio das “almas perdidas e sua recuperação”. Sendo um guardião das ruas e dos caminhos, a matriz africana o consideram com muito respeito e apreço, sempre o saudando e lhe agradecendo com oferendas para manter o equilíbrio dos terreiros, em especial na Umbanda, para que nenhum mal se aproxime durante os rituais e práticas religiosas.

No dia 17 de julho de 2016, foi (re)inaugurado o túmulo do Exu Tranca Ruas com a participação de cerca de 350 pessoas dos diversos terreiros de Campinas e RMC.









## **Restauração do "Tumulo de Tranca Rua"**

**ESTE LOCAL PÚBLICO DE CAMPINAS  
FOI RESTAURADO NO INTUITO  
DE SER UM LOCAL DE HOMENAGEM E  
ORATÓRIO AO GUARDIÃO  
EXU TRANCA RUA  
SENDO ASSIM SOLICITAMOS A TODOS  
OS USUÁRIOS QUE AJUDEM A MANTER  
A LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO E  
PRINCIPALMENTE O BONS COSTUMES  
DE RESPEITO E SAÚDE.**

- NESTE LOCAL NÃO É PERMITIDO  
O ABATE DE ANIMAIS;**
- NÃO É PERMITIDO O DESCARTE DE  
PARTES OU RESTOS DE ANIMAIS;**
- NÃO É PERMITIDO A VIOLAÇÃO DE  
PATRIMÔNIO PÚBLICO OU VIOLAÇÃO E  
DEGRADAÇÃO DOS JAZIGOS (TÚMULOS)  
PARTICULARES DO ENTORNO.**

**ESTAS PRÁTICAS NÃO CONDIZEM COM  
AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS  
E COM O RESPEITO QUE DEVEMOS  
AO CAMPO SANTO (CEMITÉRIO).**

**"ESTA É A MORADA DE TRANCA RUAS,  
CUIDE DELA COMO SE FOSSE A SUA ."**



Associação das Comunidades Tradicionais de  
**MATRIZ AFRICANA**  
de Campinas e Região

**A ignorância leva ao repúdio, o conhecimento leva ao respeito!**

Figuras 70-76: inauguração do túmulo de Tranca-Ruas e folheto informativo distribuído pelos religiosos de matriz africana.

Fonte: Correio Popular de 17/07/2016 e acervo da pesquisa.

Outra importante conquista a partir da Reterritorialização dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana é o Jardim de Folhas Sagradas.

Em 2008, foi aprovado um decreto que permitiu a criação de um espaço em que as plantas sagradas pudessem ser cultivadas pela matriz africana, mas a praça estava abandonada e sem cuidados pela Prefeitura. As comunidades africanas man-

tenham diálogos pertinentes a esse respeito, pontuando a necessidade de um espaço para culto com água corrente e limpa e realização de trabalhos, já que o contato com a natureza é essencial e um elemento sagrado nessa prática religiosa de matriz africana.

A Lei nº 13.433 de 07 de outubro de 2008 denominou o Jardim das Folhas Sagradas – Kosi Ewe Kosi Orisa, a Praça Jardim das Folhas Sagradas –, com área de 32.723,79 m<sup>2</sup>, localizada no loteamento Jardim Mirasol, entre o córrego e as ruas Carlos Bellucci (Rua 07), Roberto Alves Ribeiro – Garçon (Rua 02) e Maria Cândida Conceição (Rua 01). O Google Earth, no entanto, não permite a localização da praça.

## 2.14 CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO: O TERREIRO, A RUA, OS ELEMENTOS CENTRAIS DA CULTURA DOS POVOS DE MATRIZ AFRICANA

A cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, para além do que faz parte dos elementos simbólicos do próprio culto, é outra importante ação dos povos e comunidades tradicionais de terreiro. Entende-se que todo o universo religioso está inserido em uma determinada cultura afro que foi aderindo a outras para a adaptação da prática em diáspora, como o culto ao Candomblé e/ou Umbanda, entre outras.

O ocidental tem uma mentalidade agressiva. Quando vê um problema, não descansa enquanto não formular uma solução para ele. Não consegue viver com ideias contraditórias na mente; precisa concordar com uma ou com outra ou então desenvolver em sua mente uma terceira ideia que harmoniza ou reconcilia as outras duas. E ele é rigorosamente científico ao rejeitar soluções para as quais não há fundamento na lógica. Faz uma distinção clara entre o natural e o sobrenatural, entre o racional e o não racional, e com muita frequência descarta o sobrenatural e o não racional como superstição. Os africanos, sendo um povo pré-científico, não reconhecem nenhuma separação conceitual entre o natural e o sobrenatural. Antes, experimentam uma situação, mas que enfrentam um problema. Com isso quero dizer que eles permitem que tanto os elementos racionais como os não racionais provoquem um impacto sobre eles, e qualquer ação que empreendem pode ser descrita mais como uma resposta da totalidade de seu ser a uma situação específica que o resultado de algum exercício mental. (BIKO, 1971)

Porém, as manifestações culturais praticadas por essas comunidades preservam esse universo mítico-religioso e mantêm os elementos de concepção que Biko (1971) avalia: universos racional-irracional, natural-sobrenatural, estando esses elementos imbricados em suas práticas.

O terreiro é o espaço sagrado dessas comunidades e a rua, o local de divulgação do sagrado, não o profano proferido pela cultura ocidental. O sagrado na perspectiva africana está em todas as ações realizadas pelo coletivo e algumas manifestações culturais nascem ou ressurgem desse diálogo entre Terreiro-Rua. Danças, cânticos e batuques mantêm seu fundamento religioso na base, mas se manifestam como cultura, tornando-se abertas a qualquer praticante, mesmo os desvinculados da prática religiosa ou de outras religiões. Esta é uma das características bem demarcadas das culturas africanas: possuem aderência de compartilhamento e inclusão de todos.

O ingresso de novos adeptos se dá possivelmente porque estas culturas de matriz africana estão preservadas; um dos elementos fundamentais da cultura africana é que está centrada no “homem”, no “coletivo”, no “grupo”. É a partir (e com) do coletivo, do homem, a perspectiva do ser humano como um todo, que nasce e se mantêm essas manifestações: com solidariedade grupal e proximidade à natureza.

A íntima proximidade com a natureza permite que o componente emocional que existe em nós se torne muito mais rico, no sentido de possibilitar que, sem nenhuma dificuldade aparente, nos sintonizemos com as pessoas e nos identifiquemos facilmente com elas em qualquer situação emocional proveniente do sofrimento. (BIKO, 1971)

Outra questão que tem motivado a reorganização de manifestações culturais nos terreiros é a aproximação e diálogo com os Pontos de Cultura e/ou a compreensão que podem ser inseridos em políticas públicas culturais que valorizam esse importante patrimônio cultural, vinculado à matriz africana por meio da participação em editais públicos.

Um destes exemplos são os Editais Programa Ação Cultural (ProaC) do estado de São Paulo, que tem como objetivo ampliar a fruição, divulgação e diversificação da produção artística pelo estado de São Paulo. Em seu conteúdo, o edital ProaC tem mantido quatro módulos direcionados às comunidades de tradição de culturas popular, negra, cigana e indígena. Essa ação fortaleceu essas comunidades, possibilitando que a máquina pública se abra para a diversidade dessas culturas e ao mesmo se torne mais adequada para a participação destes povos.

O diferencial destes editais é a maneira de inscrição: pode ser em projeto escrito ou oralidade, fator que efetivamente insere culturas e povos que têm outras formas de expressão.

No território em análise, as seguintes manifestações em afloramento e atuação – divididos entre aqueles que nascem e se articulam dentro do terreiro e aqueles que têm seu fundamento<sup>86</sup> no terreiro – mantêm uma organização e atuação externa ao espaço do terreiro.

Em Campinas e RMC há alguns grupos de manifestações culturais expressivos que atuam como divulgadores e são comprometidos com os povos e comunidades de matriz africana ou vinculados à terreiros de matriz africana como filhos e filhas de santo ou ainda apadrinhados por estes, ou ainda manifestações que renascem ou se consolidam no interior dos próprios terreiros.

Aqui não trataremos acerca da origem, história, atuação e forma de organização específica de cada uma dessas manifestações, mais apresentaremos a ligação com o seguimento religioso Umbanda, Candomblé, Jurema, Umbanda/Candomblé a partir da documentação levantada:

#### *2.14.1 Candomblé*

- Afoxé Omi Alado
- Afoxé e Grupo Cultural Oju Obá (Hortolândia)
- Instituto Cultural Baba Toloji (Museu de Máscaras Africanas)

#### *2.14.2 Jurema*

- Coco do Encantado

#### *2.14.3 Umbanda*

- Comunidade Jongo Dito Ribeiro
- Escola de Curimba
- Samba de Yáyá

---

<sup>86</sup> Fundamento: os aspectos tidos como vínculo de prática religiosa. Por exemplo, no Jongo Dito Ribeiro, os tambores são sacramentados e rezados pela linha de “pretos velhos” na Umbanda, por isso na roda de jongo e no cotidiano dessa comunidade os tambores são respeitadíssimos e cuidados como um “ente ancestral”. No maracatu e afoxé normalmente são oferecidos como padrinhos a algum Orixá, que cuida e ao mesmo recebe oferendas para cuidar da prática cultural na rua. Essa relação com o sagrado contribui para a manutenção da tradição e impõe o respeito com a cultura, na perspectiva ancestral, de continuidade.

#### 2.14.4 Umbanda e Candomblé

- Afoxé IBAO

A relação se dá nos fundamentos e na construção simbólica dos sentidos, já que as práticas são abertas a todos e não pregam a religiosidade; na maioria das vezes, seus discursos aparecem como separados, apresentando manifestação e preservando aspectos simbólicos da religiosidade, porém, sem exigir de seus participantes a relação com a prática religiosa como critério de participação.

A capoeira, quanto grupos observados nos coletivos em Campinas, não foram inseridos como prática cultural diretamente vinculada com a Umbanda, Candomblé, Jurema e/ou outras práticas religiosas dessa matriz africana, por não termos encontrado nenhum membro ou liderança de terreiro, que tivesse se identificado como representante dessa prática cultural, a Capoeira.

Sabemos das relações de capoeiristas candomblecistas e umbandistas, mas na maioria aqui estaudada, não foi possível evidenciar religiosos com esse vínculo com a capoeira como parte intrínseca a prática religiosa e/ou ilê que tenha originado algum grupo de capoeira.

Esse fato cria uma reflexão sobre o afastamento da capoeira, que apesar de ser um patrimônio cultural registrado, em muitos lugares do Brasil passam a perder sua identidade de matriz africana pelo assédio da inclusão de evangélicos, que recriam as práticas e rompem com suas heranças de matriz africana.

Nos eventos, deste capítulo estudado, sempre houve a participação de grupos de capoeira, como na Lavagem das Escadarias, Dia da Criança Feliz e Dia da Umbanda, mas a participação restringe-se à perspectiva cultural, não no vínculo com essas tradições de terreiro de matriz africana.

Reconhecemos entretanto, que em Campinas, existe um trabalho sobre a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira<sup>87</sup>, e que neste Coletivo de Capoeiristas, de modo geral, todos os membros têm relação e se reconhecem como

---

<sup>87</sup> Sobre o Coletivo de Salvaguarda de Capoeira em Campinas, apresentaremos no capítulo a seguir. Entretanto, referente a Liga Metropolitana de Capoeira de Campinas, um outro coletivo, não foi incluído pela ausência de registros disponíveis durante a pesquisa. Reconhecemos, sua importância e evidenciamos que esta é mais uma lacuna a ser preenchida em outros trabalhos.

parte dessa herança de matriz africana, mesmo nos grupos não vinculados aos terreiros e nesta perspectiva, repõem em alguma medida, esse afastamento<sup>88</sup>.

## 2.15 A PESQUISA DE CAMPO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA (PARTE 2)

A coleta de dados sobre os terreiros e ilês foi desenvolvida em três momentos: na Festa de São Jorge, em 25/04/2016 no Ginásio Rogê Ferreira; Reuniões do Coletivo Saravaxé em 04/06/2016 e 06/07/2016; e da ARMAC em 14/07/2016 e 18/08/2016 no Ilê Axé Arolê com o Lançamento da “Cartilha sobre a Regularização dos Terreiros”.

A aceitação e disponibilidade em responder as questões foram facilitadas pelo envolvimento desta pesquisa com as ações destes coletivos e pela compreensão dos líderes e filhos de terreiro em registrarem suas memórias como ação fortalecedora das demandas e relações com o poder público.

Das 46 pesquisas propostas, foram realizadas 22 com sacerdotes e filhos de ilês e candomblecistas e 24 com pais e filhos umbandistas.

O questionário (anexo) apresentou como proposta um pré-levantamento sobre a ocupação de espaços públicos e participações públicas de religiosos como reterritorialização e evidência de sua presença em Campinas.

Das 24 pesquisas realizadas com candomblecistas, a idade dos entrevistados variava entre 21 e 63 anos; formação: 12 com Ensino Médio, 2 com Ensino Superior completo, 12 não responderam; tempo de vivência prática no terreiro/ilê de 9 a 45 anos.

Tabela 5: Candomblecistas entrevistados

		Branços	Negros	Pardos	Ialorixá ou	Filho de	Participa das	Realiza festas

<sup>88</sup> Sobre o afastamento de tradições e grupos, ou manifestações culturais negras ou de Matriz Africana às práticas religiosas como na inclusão do recorte proposto pelo conceito de Matriz Africana apresentado nesta pesquisa, identificamos diversas questões como no próprio Jongo, que em algumas comunidades sofreram influência católica e/ou romperam com as religiões de matriz africana em seu processo de consolidação da manifestação contemporânea, sendo a política de patrimônio uma possibilidade de reposição e fortalecimento dessa reflexão, porém, não será abordado nesta pesquisa, por termos compreensão do campo que se abre em detrimento ao recorte espacial proposto dentro do tempo hábil, sendo esta, mais uma das possibilidades de pesquisa a serem encaminhadas.



					babalorixá	santo	festas públicas	nos ilês
Homens	14	11	2	1	11	3	12	14
Mulheres	10	7	2	1	6	4	8	10
Total	24	18	4	2	17	7	20	24

Das 22 pesquisas com umbandistas, a idade dos que responderam girava de 25 a 57 anos; formação: 2 com Ensino Fundamental, 10 com Ensino Médio, 3 com Superior completo e 7 não responderam. O tempo de vivência prática: de 7 a 50 anos de vivência prática em terreiros/casas/templos.

Tabela 6: Umbandistas entrevistados

		Branco	Negros	Pardos	ladorixá ou babalorixá	Filho de santo	Participa das festas públicas	Realiza festas nos ilês
Homens	16	12	2	2	11	5	14	16
Mulheres	6	4	2	0	3	3	3	6
Total	22	16	4	2	14	8	20	2

Na ARMAC, até 30 de setembro de 2016, foram registrados 79 terreiros/ilês filiados, entre RMC e cidades do estado de São Paulo.

#### 2.15.1 Candomblé

- Campinas: 14
- Capivari: 2
- Hortolândia: 8
- São Carlos: 2
- Sumaré: 5
- Total: 31

### 2.15.2 Umbanda

- Americana: 2
- Campinas: 21
- Hortolândia: 3
- Itapira: 1
- Limeira: 1
- Morungaba: 1
- Nova Odessa: 1
- Sumaré: 11
- Valinhos: 3
- Vinhedo: 1
- Total: 45

### 2.15.3 Umbanda e Candomblé

- Campinas: 2

Para a realização desse levantamento, foi consultado o arquivo de filiação da ARMAC

Tabela 7: Candomblecistas e umbandistas ARMAC – Campinas

<b>Bairros</b>	<b>Umbanda ou Candomblé</b>
Vila Nogueira	Umbanda
Vila Padre Anchieta	Umbanda
Vila Boa Vista	Umbanda
Vila Ypê	Umbanda
Vila Padre Manoel de Nobrega	Umbanda e Candomblé

Vila Industrial	Umbanda
Vila Nova Teixeira	Umbanda e Candomblé
Vila Nova Teixeira	Umbanda
Jardim Eulina	Umbanda
Jardim Nova Bandeirantes	Candomblé
Jardim Leonor	Candomblé
Jardim Esmeraldina	Umbanda
Jardim Novo Maracanã	Candomblé
Jardim Ipiranga	Umbanda
Jardim Nova Europa	Umbanda
Jd Maracanã	Umbanda
Jardim Pauliceia	Umbanda
Jardim dos Ipes	Umbanda
Jardim Roseira	Umbanda
Jardim Chapadão	Umbanda
Jardim Londres	Umbanda
Jardim Campos Eliseos	Umbanda

Jd Nilopolis	Umbanda
Jardim Nilopolis	Umbanda
Parque São Quirino	Umbanda
Parque dos Pomares	Candomblé
Pq. Jacarandás	Umbanda
Parque Aeroporto	Candomblé
Parque Aeroporto	Candomblé
Parque Dom Pedro II	Candomblé
Parque Eldorado	Umbanda
N Campos Elíseos	Umbanda
São Vicente	Candomblé
São Bernardo	Umbanda e Candomblé
Alto da Cidade Universitária	Candomblé
Ouro Preto	Umbanda
Monte Cristo	Umbanda
Chácaras Cruzeiro do Sul	Candomblé
<b>Total: 39</b>	
<b>Umbanda e</b>	

<b>Candomblé: 2</b>	
<b>Umbanda: 26</b>	
<b>Candomblé: 11</b>	

Com base nos dados levantados, percebe-se que houve um grande crescimento e participação de umbandistas nas ações e no movimento da matriz africana em Campinas.

Para esse crescimento, a primeira hipótese é de que os candomblecistas se organizam por meio de famílias e nações, das quais o processo ritualístico de se tornar um lalorixá ou Babalorixá se expressa mais centralizado, com o controle das tomadas de decisão na mão dos mais velhos.

Em contrapartida, os umbandistas são mais jovens e mais dinâmicos quanto à forma de organização; destaca-se a figura de pai Joãozinho à frente de ambos os coletivos e organizações. Ele possibilita diálogo, flexibilidade, anteriormente inexistentes, e é jovem, branco e muito generoso com a diversidade religiosa em Campinas, já que tem implementado novas formas de ações e tornado os umbandistas mais visíveis – antes, eles eram mais isolados ou escondidos no cenário político.

Na Umbanda e no Candomblé há a maioria de homens brancos na condução dos terreiros em detrimento das mulheres, que no passado tradicionalmente eram as guardiãs da matriz africana, especialmente do Candomblé.

Dos terreiros umbandistas encontrados, o Terreiro da Vó Benedita, orientado pelo Pai Joãozinho, é conhecido por ser de base familiar e aberto a todos os públicos – composto, em sua maioria, por filhos de santo e assistência brancos. Um que tem a maioria de pessoas negras é o Templo de Umbanda Mãe Joana Três Estrelas, também familiar.

Apesar da diferença étnica e tudo que envolve o espaço de matriz africana entre brancos e negros, a solidariedade e irmandade entre os terreiros na perspectiva de reterritorialização, direito à memória na cidade e fortalecimento contra os ataques intolerantes vem crescendo em Campinas, e o fato de saírem de casa, ocuparem os espaços públicos, se visitarem entre si, ocuparem com mais frequência a Câmara dos Vereadores, participarem mais da política do município com mandatos

de vereadores aliados, tem evidenciado resultados efetivos no campo da religiosidade<sup>89</sup>.

Já no campo dos grupos, movimentos e manifestações de matriz africana, o campo apresenta algumas complexidades, que serão apresentadas no próximo capítulo e têm como princípio um diálogo com o trabalho de Cleber Maciel: “Discriminações Raciais em Campinas e as reflexões acerca do 13 de maio e 20 de novembro.”

---

<sup>89</sup> O mapa elaborado sobre este capítulo, está no anexo desta pesquisa.

### 3. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA: DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO

(...) Assim a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o território. (HAESBAERT, 1999, pp. 172-178)

Neste capítulo será ampliado o olhar para os movimentos, grupos, organizações, casas, pontos culturais e comunidades de matriz africana que fazem do diálogo com a cultura uma ferramenta de reterritorialidade e identidade. Pretende revelar, nos desafios de buscar a representação da matriz africana em Campinas, como seus arranjos, ações e articulações demonstram a permanência e participação das comunidades de matriz africana na construção da cidade.

Também estará em foco a ideia da preservação e da manutenção obrigatória de elementos simbólicos como parte estruturante da identificação de práticas culturais ou narrativas de matriz africana. Parte-se da compreensão de que a cultura negra de matriz africana está associada ao reconhecimento da origem desta cultura como negra e demarcada temporalmente com a vinda dos escravizados, independentemente do fato de que muitas dessas práticas culturais foram recriadas e ganharam aderência de outros interlocutores de outras etnias.

Ou seja, para identificar um grupo de jongo é necessário que se mantenham os elementos fundamentais dessa manifestação cultural: os tambores, a circularidade (valor africano), a dança e as metáforas. Esses elementos devem estar inseridos a uma coletividade que reconhece esta manifestação como herança africana e, na sequência, como elemento agregador e essencial para a representação comunitária dos mesmos. Sem esses elementos, não se pode reconhecer que se está diante de uma comunidade jogueira.

O mesmo acontece com o acarajé, que se tornou um Patrimônio Imaterial reconhecido pela articulação das baianas de acarajé que, devido ao crescimento de baianas vinculadas aos cultos pentecostais que passaram a retirar os símbolos ritualísticos da matriz africana de seu preparo, para vendê-los como “Acarajé de Jesus” em oposição a um coletivo maior de baianas que preservam e salvaguardam seus saberes ancestrais e vínculo nos terreiros de candomblé, em Salvador<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Ovi essa expressão quando estive em Salvador na ABAM (Associação das Baianas de Acarajé), em conversa sobre patrimônio imaterial. Uma das questões que contribuíram para as baianas entra-

As manifestações de matriz africana, devido à (re)existência<sup>91</sup> no decorrer do tempo e à introdução de pessoas de outros grupos culturais e étnicos em suas práticas, sofreram o desafio de manter seus princípios originários associados à resistência e preservação de seus símbolos. Ao mesmo tempo, sobre os avanços ideológicos promovidos por pentecostais, que às vezes acabam se apropriando de muitos desses elementos para a (des)construção da simbologia africana mitológica e ancestral, encontram o discurso de serem legítimos representantes dos afrodescendentes pelo aumento de frequentadores em seus cultos (OLIVEIRA, 2004).

É um debate complexo, se for considerado que o pentecostalismo da atualidade lembra o catolicismo colonizador do passado, que além de ter sido estruturante para o processo da colonização de negros africanos contribuiu para a manutenção da ordem e do poder e visão de “mundo” daquele período. Este espaço também é disputado na atualidade pelos pentecostais, que a cada dia crescem numericamente nas cadeiras políticas de âmbito municipal, estadual e federal, impondo valores que afetam e colocam em risco as conquistas democráticas legitimadas na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, e o Estado Laico que se concretizou por meio das experiências republicanas “anteriores do Brasil e também das Constituições de Portugal de 1976, Espanha de 1978, França de 1995, entre outras.”<sup>92</sup>

O impacto das diversidades e disputas para a consolidação do direito social, cultural, político, econômico, entre outros, passa por diversas questões que foram evidenciadas no pós-abolição. Mesmo com a alforria, alguns estigmas se mantiveram em relação às pessoas de pele escura, às mais pobres, aos indígenas e outros grupos considerados minorias.

Deste modo, os grupos, movimentos e manifestações encontrados nesta pesquisa trazem em suas atividades relações que tangem como ponto comum uma rela-

---

rem com o pedido de registro foi a grande inserção de baianas de acarajé ao evangelismo. O Acarajé de Jesus era o que podia ser consumido, segundo estas, por estar desvinculados da matriz africana e seus saberes ancestrais, tanto no modo de fazer quanto na referência ao orixá Iansã. Aqui também foi perceptível, a importância do patrimônio imaterial e seu registro nesta política pública inclusiva, como estratégia possível de salvaguardar os saberes, memórias e representação de matriz africana no campo cultural e seu vínculo religioso, no caso do Acarajé.

<sup>91</sup> Usado, neste caso, no sentido de “tornar a existir”, “retornar à vida, à existência”, mesmo quando as condições são desfavoráveis, como no caso das culturas de matriz africana que lidam com o racismo, discriminação etc, em seu cotidiano.

<sup>92</sup> Para ver o processo histórico e influências dos outros países no desenvolvimento do conceito de “Estado Laico” ver: <https://mauriciopiresadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/167709988/a-religiao-e-o-estado-laico>.



ção cultural e/ou organizacional que preserva determinada memória dessa matriz africana e contribui para sua inserção social no presente, evidenciando a importância da matriz africana também para o cotidiano das pessoas.

Neste campo de disputa política e garantia do direito a todos serão analisadas essas manifestações em Campinas, tendo como viés analítico o escopo do conceito apresentado aqui para Matriz Africana, a diminuição da presença negra na cidade e a reorganização dos movimentos culturais no discurso da conquista do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), referência a Zumbi dos Palmares, em detrimento do 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura), que apresentava a princesa Isabel como grande “Redentora”.

Não abordaremos aqui o histórico de cada grupo em sua intezza e nem o conjunto de ações desenvolvidas em cada coletivo por não ser aqui o objetivo estabelecido.

### 3.1 AS ORGANIZAÇÕES E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Entendendo que cada ação é oriunda de seu próprio tempo, analisar o 13 de maio e as ideologias que contribuíram para as instituições desse período se faz necessário para compreender quais pressões existem ainda hoje sobre as manifestações, casas e pontos de cultura de matriz africana.

Os movimentos, grupos, clubes, entre outros movimentos culturais em Campinas se consolidaram no fortalecimento de sua organização na busca de acesso a diversos aspectos da sociedade ainda na mudança do Império para a República. As Irmandades Negras, por exemplo, foram substituídas por várias organizações sociais como jornais negros, clubes, sindicatos e entidades, como a Liga Humanitária dos Homens de Cor, que tiveram importante papel na inserção de negros, estrangeiros e pobres ao acesso ao auxílio saúde, uma necessidade fundamental na época, e à aquisição de moradia, como no caso da Casa da Rua Barão de Jaguará, que terá seu foco posteriormente, e conquistas sociais.

Esse processo que entidades mediam e assumem o papel de intervenção e inclusão social é continuado, mesmo tendo como importante fator de análise o fato de em Campinas, após os surtos de Febre Amarela, o contingente de população negra praticamente não ter aumentado. Os efeitos da ausência do negro nas ruas e

lugares da cidade sempre causaram um questionamento: mas afinal, onde estão os negros de Campinas?

Segundo Maciel (1987, p. 62), em 1872 havia cerca de 17.853 mulatos e negros em uma população total de 31.176 habitantes, sendo 57,2% da população. Porém, em 1926 esses números se mantiveram: 17.898 mulatos e negros entre os 122.257 habitantes, apenas 14,64%. O autor (1987, p. 62) considera que “A população de Campinas aumentou quase 4 vezes entre 1872 e 1926, mas a população de cor praticamente não cresceu” e analisou como fator desse decréscimo a chegada de estrangeiros e o fim da escravidão.

Conforme o IBGE, em 2010, Campinas tinha uma população de cerca de 1.079.140 pessoas, das quais apenas 32,33% se identificaram negros e pardos. Este é um dos fatores possíveis de se supor que a que matriz africana não está diretamente associada a ter pele escura, mas possivelmente a buscar, no diálogo transversal com outras etnias e classes sociais, uma aliança para a preservação da matriz africana e fortalecimento desses saberes ancestrais no embate permanente contra as diversas intolerâncias, racismos e discriminações.

O quase congelamento numérico e a mudança no perfil das famílias menos numerosas acarretaram em novas formas de organização, que influenciaram nas instituições culturais, religiosas e de identificação negra ou vinculadas à Matriz Africana em Campinas, e também na percepção dessa população nos movimentos e manifestações.

Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Quando a lei foi aprovada ninguém foi pego de surpresa, porque nos anos 1880 já estava bastante difundida a ideia da abolição da escravatura no Império; por outro lado, o protesto espontâneo de insubordinação dos escravos, verificando não só no Espírito Santo como em outras províncias do Sudeste, dava sinais de que medidas sérias deveriam ser tomadas, pois diante do desgaste da instituição e da falência moral de policiais e feitores restou aos senhores o único recurso de conceder alforria a seus escravos e libertá-los, antes que eles mesmos o fizessem através da força, pois muitos se mostravam dispostos. Extinta a escravidão, só restou a todos festejar e comemorar o grande dia. (MARTINS, 2005)

As associações negras também se preparavam para comemorar o 13 de maio com missas, passeatas, bandas de músicas e discursos abolicionistas, que eviden-

ciava nas ruas e nas praças a Lei Áurea, comemorada com fervor por meio de jongo, batuques, Capoeiras e festas.

Essas manifestações ganharam fôlego e passaram a se institucionalizar como organizações em 1900, divididas em categorias criadas pela sociedade campinense urbana e branca:

- “Homens de cor”: considerados melhor situados na escala socioeconômica. Consequentemente eram vistos como pessoas de bem pelo viés paternalista e elite local;
- “Brasileiros pretos”: tinham trabalho e moradia e por isso alcançavam título e acesso à nacionalidade;
- “Mulatos, pardos e mestiços”: devido à mistura eram considerados brasileiros descendentes de negros e dada sua miserabilidade, em sua maioria, eram anônimos para a sociedade;
- “Pretos e pretas”: em geral os negros totalmente desprovidos de meios de vida, moradia e trabalho;
- “Africanos”: associados aos últimos que chegaram ao Brasil em meados de 1850, quando o tráfico internacional foi fechado. Eram quase sempre encontrados mortos pelas ruas; praticamente um grupo em extinção. (MACIEL, 1987, pp. 69-70)

Neste sentido, a grande imprensa branca usou dois grupos sociais negros. O primeiro era desqualificado, classificado como bêbado, vadio e vagabundo e composto pelos “mulatos, pardos, pretos e pretas”. O segundo grupo era identificado por ter alguma entidade reconhecida ou não contar com referências, formado pelos “ex-escravos, libertos e homens de cor” (MACIEL, 1987, pp. 69-70).

De certa forma, essa percepção da elite local de 1900 refletiu em como os próprios negros se relacionavam na sociedade e como se organizavam, com subgrupos também entre si. Os africanos eram grupos étnicos diversos, com culturas, territórios, organizações distintas que passaram por um profundo processo agressivo de escravidão, tendo que, neste novo território, recriar-se em condições que não dependiam deles. Inserir-se no pós-abolição como homens e mulheres com direitos na cidade branca é um desafio que se reflete até nos dias atuais.

Enquanto o projeto brasileiro em curso era o branqueamento e os valores europeus como modelo de sociedade, as entidades negras assumiam o papel de veiculadoras e organizadoras dos anseios do conjunto negro contra o racismo, que colocava os ex-escravizados em isolamento, e pela busca da inserção aos direitos civis-sociais. A educação era importante, pois eles acreditavam que com uma formação conseguiriam o acesso e a inserção como cidadãos brasileiros; a organização cultural em bailes e clubes possibilitava evidenciar seus valores sociais e beneméritos e o acesso à moradia era critério para sua classificação como membros da sociedade; a participação em campanhas vinculadas às questões amplas sociais, como arrecadação de alimentos e combate a doenças, era fundamental para esta população.

Se o regime escravista dividia os brasileiros, a Abolição unificava a “nossa nacionalidade”, consolidando-a e a impulsionando na rota do progresso e da civilização. Nesse sentido, o 13 de maio foi uma conquista de todos os brasileiros e não apenas dos negros. Eis a razão pela qual a data deveria ser celebrada em clima de fraternidade, conagração e, acima de tudo, união nacional.<sup>93</sup>

As festas do 13 de maio e sua comemoração anual eram uma forma de demonstrar manifestações culturais, comidas, festejos e símbolos recriados na época afro-brasileira, com visibilidade pública e visando a inserção social, mesmo tendo como pano de fundo os moldes da ideologia imposta branca, elitista e racista que em alguns casos acarretou no afastamento e rompimento de alguns grupos vinculados às tradições mais simbólicas de matriz africana; alguns clubes negros romperam com a prática da Capoeira, sendo este possivelmente uma das hipóteses a serem investigadas, sobre o distanciamento da capoeira e das religiões de matriz africana na atualidade, como também na época estes clubes se afastam da umbanda e candomblé em suas dependências, também possibilitando a hipótese de que na atualidade essas práticas religiosas estariam mais afastadas de movimentos deste seguimento.

Então, existe a necessidade dos negros se organizarem para se inserirem socialmente como “brasileiros pretos”. Embora copiassem o modelo imposto, essas entidades sofreram perseguições políticas e policiais, somadas ao rompimento com

---

Anais XXVI do Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, Jul 2011, p. 3. Para ler na íntegra acessar: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308104661\\_ARQUIVO\\_13MAIOanais.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308104661_ARQUIVO_13MAIOanais.pdf)

algumas práticas de matriz africana e quase congelamento do número populacional de negros e pardos. Foram criados nos séculos XX e XXI, como consequência, dois conjuntos de organizações e manifestações na cidade: o primeiro tinha bases relacionadas ao 13 de maio e às questões de sobrevivência, por ser oriundo de um contexto próximo à abolição da escravidão; a segunda buscou se consolidar com a manutenção das expressões de matriz africana, que acabaram por se estabelecer nos movimentos da construção do dia 20 de novembro.

Portanto, após mais de 300 anos de uma situação imposta pela escravidão, a abolição se consolida como uma conquista dos negros livres, libertos e abolicionistas e se torna um marco para o avanço democrático: todos os brasileiros, pela primeira vez, foram considerados iguais diante da lei.

Pode-se encontrar reminiscências de algumas dessas organizações, já que a maioria apresentada por Maciel (1987) já deixou de existir ou interrompeu suas atividades. Outras, entretanto, se reorganizaram e/ou ganharam novas formas e discursos para se manter.

### 3.2 A LIGA HUMANITÁRIA DOS HOMENS DE COR NO PRESENTE

Ainda hoje são encontrados registros sobre a Liga Humanitária dos Homens de Cor. Fundada em 1915, teve como ênfase em seu trabalho a assistência médica, auxílios funerários e apoio por meio de empréstimos para moradia, educação e preservação da medicina tradicional, entre outros.

A interrupção das atividades da Liga se deu no início do século XX, mas sua memória como a entidade mais antiga da cidade é sempre revisitada e/ou reatualizada em projetos como o Roteiro Afro-Campineiro, desenvolvido entre 2009 e 2011 e reeditado em 2015, e o projeto Ruas de Histórias Negras, com a evidência da personagem José Neves Balthazar, que além de compositor e músico é ex-secretário da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Ser integrado a esta entidade estava associado, para a sociedade da época, ao reconhecimento de ser do grupo dos “homens de cor” ou “brasileiros pretos”, entendidos como “pessoas de bem”<sup>94</sup>.

De acordo com conversas realizadas com familiares de Waldemar Paulo de Rosa, o último presidente da Liga Humanitária, a aquisição do imóvel ocorreu pela

---

<sup>94</sup> Sobre a organização da Liga Humanitária, a representatividade de sua diretoria e organização, ver MACIEL, 1987, p. 147-149

própria Liga e é parte do seu patrimônio. Suas atividades foram interrompidas pela queda dos associados nas décadas de 1980 e 1990 e a divergência de posicionamentos entre os membros, mas o local continuou sendo usado para ações coletivas, como abrigar por alguns anos a ONG Casa da Dinda, situada hoje na Rua Barão de Jaguará.

A interrupção está atrelada à falta de dinamismo dos novos desafios do presente, pois as demandas sociais atuais são praticamente as mesmas, mas a forma de resolvê-las, de se articular, exige novas estratégias e dinâmicas.

As tecnologias e comunicação impactaram profundamente nas relações. As entidades que se mantiveram com as mesmas formas de ação não conseguem mais acessar os novos possíveis públicos, que necessitam de outras linguagens para serem abordados.

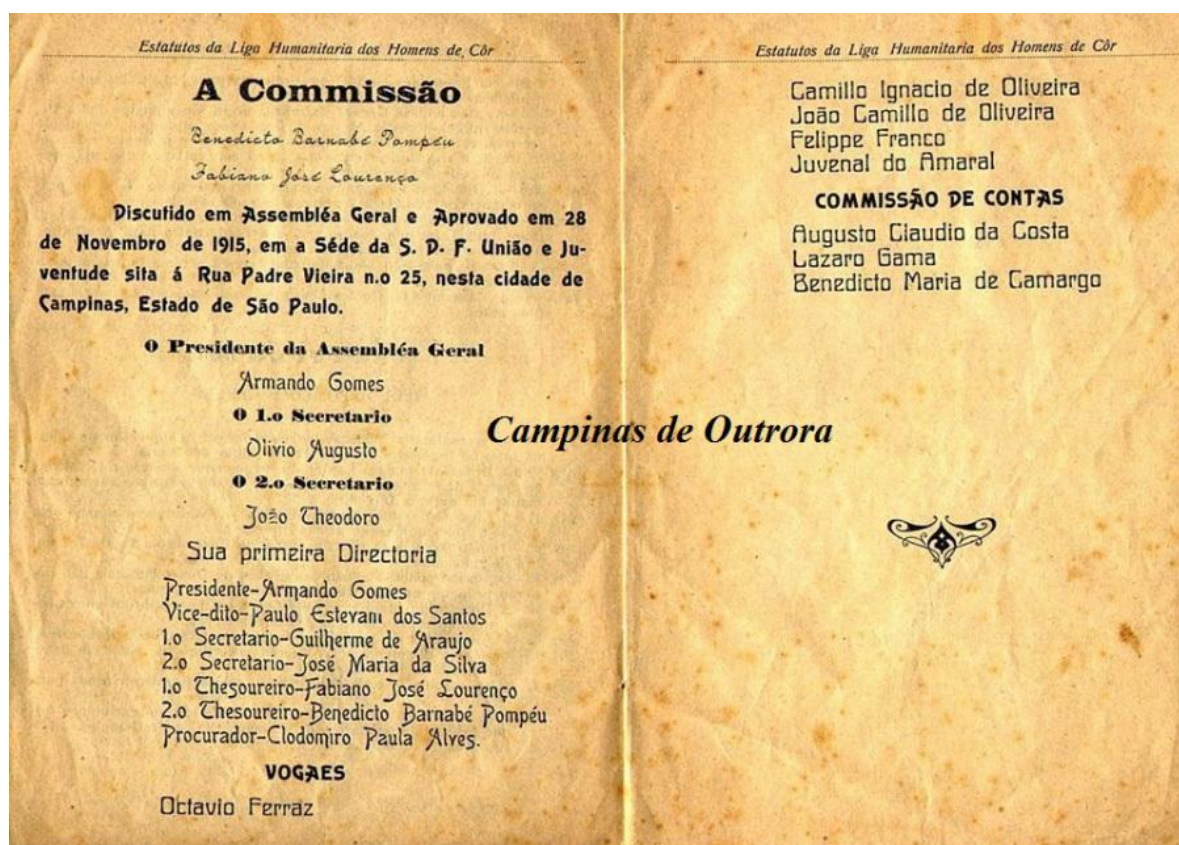


Figura 77: Estatuto da Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915).

Fonte: acervo de Mirza Maria Baff Pellicciotta.

O endereço da Liga Humanitária dos Homens de Cor encontrado é na Rua Visconde do Rio Branco 788.

### 3.3 A BANDA HUMANITÁRIA DOS HOMENS DE COR (CORPORAÇÃO MUSICAL DOS HOMENS DE COR)

A Banda Humanitária dos Homens de Cor, ou Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor, foi fundada em 1933 e teve como objetivo a inserção de negros através da musicalidade e do aprendizado de instrumentos de bandas; era parte da estratégia de luta e dignidade segundo os autos encontrados na divulgação do projeto. Estes relatavam que os negros eram impedidos de participar das bandas, então foi criado o espaço para seu ingresso.

O processo começa com o maestro João de Oliveira, que passa a ensinar música em sua residência. Entretanto, com o tempo e a formalização da Banda dos Homens de Cor na cidade, amplia-se o conceito Homens de Cor, que eram os negros, para todas as etnias, e passa a ser acolhido um público diverso como alunos. Localizada na Rua Luzitana 127 (esquina com a Rua Uruguaiana), é mantida pela presença de apreciadores de música erudita e músicos de modo geral. Conforme conversas, a sede foi adquirida por meio de ações da própria da Banda dos Homens e Cor após a década de 1980.

A música e os instrumentos de banda tornaram-se algo restrito, pois de modo geral não estimulou a cultura de massa, o acesso e a apropriação de suas técnicas. Ser músico, desde o período de formação à entrada no mercado de trabalho para gerar renda com habilidade e técnica, demandava maior tempo e a maioria da população, principalmente as vinculadas aos afrodescendentes por sua própria condição social, se dirigia a outras áreas e formações que tinham retorno financeiro mais rápido.

Infelizmente, ser músico ainda está associado à ideia de vagabundagem, como se a dedicação à música fosse considerada desocupação por causa do alto custo da aquisição e manutenção dos instrumentos.



Figura 78: Banda Humanitária dos Homens de Cor.

Fonte Correio Popular, 09/04/2012. Para lê-lo na íntegra: <http://bandahomensdecor.blogspot.com.br/>, acessado em 10/08/2016.

### 3.4 CENTRO CULTURAL RECREATIVO BENEDITO CARLOS MACHADO (CLUBE MACHADINHO)

Em 1945 o Centro Cultural Recreativo Benedito Carlos Machado (Clube Machadinho), localizado na Rua Cerqueira 66, Vila Industrial, se tornava um marco das organizações negras pela aquisição da propriedade com recursos próprios para criação do Clube Negro; na época, os clubes restringiam a presença e participação de negros na cidade de Campinas segundo os documentos para elaboração do Roteiro Afro, desenvolvido pelo Departamento de Turismo sob direção de Mirza Pellicciotta, disponível no anexo desse trabalho e o documentário “Raízes da Roseira”<sup>95</sup>.

<sup>95</sup> No ano de 2009, estávamos em plena ocupação e organização da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, já em início pesquisa sobre a Requalificação Urbana: Na Fazenda Roseira e na Comunidade Jongo Dito Ribeiro, no Mestrado em Urbanismo na PUC Campinas, tínhamos a percepção da importância de fortalecer o diálogo com o poder público. Naquele momento encontramos na Secretaria de Turismo a possibilidade de diálogo efetivo e consolidação de parcerias com o Departamento de Turismo, que tinha desenvolvido o Roteiro Afro em torno de uma discussão sobre a presença africana na construção, desenvolvimento e riqueza da cidade devido à presença negra em sua trajetória e minha participação como elemento de intermediação entre os grupos negros e o poder público para a consolidação desse projeto. Essa parceria foi fundamental para minha trajetória pessoal e acadêmica e a compreensão da cidade, resultando nessa tese que busca olhar no passado e presente e atualizar a presença matriz africana no contemporâneo em Campinas. Para assistir ao documentário, acessar: [https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG\\_mJO](https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG_mJO)





Figura 79: Clube Machadinho.<sup>96</sup>  
 Fonte: acervo da pesquisa.

Apesar de ser observada a reprodução de práticas da elite branca como inserção social por parte desses grupos, organizações e entidades negras e ao mesmo tempo ter no 13 de maio data de interesse para reafirmação da história social, a solidificação desses espaços contribuiu para o fortalecimento da memória da presença da matriz africana em Campinas.

Em 1945 cinco Soldados Negros Campineiros, ex-combatentes da FEB, sonharam e construíram um Clube para os Negros de nossa cidade. Embora tenham retornado da 2ª Guerra como heróis mundiais, eles não podiam se associar aos Clubes da Aristocracia campinense por absoluto preconceito racial. Indignados pela exclusão racial dos negros em nossa cidade, os pra-cinhas compraram uma gleba na Chácara Árvore Grande nas proximidades da Vila Industrial e fundaram o Clube Cultural e Recreativo Campinas, que ficou mais conhecido como "Machadinho" em homenagem ao seu primeiro presidente Benedito Carlos Machado (cópia da ata de fundação em anexo). A sede do Machadinho foi palco dos anseios e sonhos de várias gerações de famílias Negras de Campinas e região. Aqueles que por lá passaram se divertiram e participaram de festas, almoços e reuniões. Local onde muitos se conheceram, namoraram e casaram, onde se fizeram muitas amizades. Espaço de tradição e resistência. Revendo os documentos guardados do Clube deparamos com uma triste e recorrente frustração (...): espaço de tradição e resistência da população negra de Campinas, por onde passaram muitas gerações de negros. (Roteiro Afro, Versão 1, Departamento de Turismo/SMCIST/PMC, 2009)

<sup>96</sup> Disponível em: <http://bandahomensdecor.blogspot.com.br/>, acessado em 10/08/2016.

Na atualidade o Clube Machadinho é gerido por um coletivo, em sua maioria, vinculado ao Movimento Negro Unificado e mantém sua característica de ações culturais e de fortalecimento das políticas para a população negra. É o lugar de manifestações plurais de matriz africana, ativo e reconhecido como o mais antigo da cidade, com 75 anos, que nasce no escopo das memórias e contextos históricos da Abolição da Escravatura e debates acerca do 13 de maio.

Considerando o período que sucedeu o pós-abolição, pode-se caracterizá-lo também pelo surgimento de debates sobre a república, início da mobilização popular e diálogos sobre a produção cultural contra as posições diversas sobre racismo, ideologia do branqueamento, democracia racial, imigração, desemprego, custo de vida e análises sobre escravidão, movimentos políticos, mobilizações populares, violência policial, costumes sociais, entre outros.

No entanto, há vários registros de práticas escravistas em Campinas após a abolição, por exemplo, entre 1888 e 1923, como aponta Maciel (1987, pp.138-140): “Em 1891, uma denúncia foi feita pelo preto Silvério que, pretendendo casar-se, foi impedido pelo patrão da noiva, que a mantinha ainda cativa”. Com essas práticas e passado, Campinas ganhou o título de última cidade a “abolir a escravidão”, expressão reproduzida até hoje, mas equivocada: a abolição, como a homologação da Lei Áurea, chega em Campinas no 13 de maio de 1888 como na maioria das províncias. O que aconteceu foi que senhores contrários à abolição mantiveram seus escravizados na mesma condição e/ou com práticas agressivas com seus libertos ou serviçais negros até meados de 1920. Exemplo disso foi o fato ocorrido na Fazenda Barão Geraldo em 1903:

O preto, colono de um irmão de Benedito Viera, estava chupando cana quando principiou um incêndio de pequenas proporções numa casa da fazenda. Benedito colocou seus empregados a apagar o fogo que logo foi debelado, após o que repreendeu o preto que não se movera, alegando que Benedito não era seu patrão, cuja afirmação era correta. Houve discussão e Benedito matou o preto com um tiro. O relato foi feito pelo próprio Benedito, que telegrafou a polícia justificando o assassinato como legítima defesa, uma vez que o preto o ameaçara com uma foice. (MACIEL, 1987, p. 150)

As discussões acerca desse período também privilegiaram as relações de trabalho: com a chegada dos estrangeiros em detrimento dos libertos nas fazendas, as relações entre brancos e negros eram diluídas pela perspectiva da democracia racial e o branqueamento como forma de inserção social. As organizações dessa época e

anos subsequentes tiveram uma atuação voltada para o lazer e o catolicismo como religião predominante, mesmo entre os ex-escravizados, sendo as religiões africanas caracterizadas como feitiçarias e bruxarias.

Para Maciel (1987, p. 201), a ampliação das discriminações raciais em Campinas, que era um grande centro econômico e cultural, estava relacionada à divulgação das teses racistas da Europa. Com a institucionalização do racismo nos EUA, a definição dos princípios que formavam o regime de estado sul-africano e os que moveram a Alemanha nazista para a Segunda Guerra Mundial criou um quadro no qual as práticas sócio-raciais cotidianas e a complexidade da dinâmica social se relacionavam com o município, estado e federação.

Mesmo com a abolição, era perceptível pelos estudos, principalmente os desenvolvidos com a inserção social do negro, que seus direitos eram desiguais, o que acarretava em subdesenvolvimento e graves consequências sociais. Autores como Florestan Fernandes (1972), Roger Bastide (1985, p. 104), Octavio Ianni (1972; 1988, pp. 150-153), Emilia Viotti da Costa (1979) e Fernando Henrique Cardoso (1960) marcaram as décadas de 1950 e 1960, consolidando uma nova geração de cientistas sociais revisionistas, com estudos e apontamentos que evidenciavam e desmontavam teorias sobre a ideologia da democracia racial.

Após a década de 1970, ganham peso e participação nos debates intelectuais negros como Clovis Moura (1983, p. 30), Joel Rufino e Abdias do Nascimento (1978), que agregavam à discussão o acúmulo gerado pela luta prática e a própria condição de negros e suas opiniões sobre essas relações raciais.

Entre outros de igual importância para as revisitações e debates da época, Haufbauer (1999, pp. 87-115), Munanga (1997), Reis (1993), Carvalho (1998), Koster (1942), entre outros pensadores, contribuíram para o fortalecimento das reflexões que possibilitaram a discussão e desenvolvimento de políticas públicas de fortalecimento para a igualdade racial. É nesse escopo que se organizaram as demais associações, grupos, casa e pontos de cultura que atuam ativamente em Campinas até a atualidade.

### 3.5 13 DE MAIO É OU NÃO DIA DO NEGRO?

O processo dos movimentos sociais tem levado à busca de espaços alternativos, às formas de opressão (a considerar a ditadura militar) e às dinâmicas que geraram movimentos de contracultura, e dá início a teorias so-

bre os novos movimentos sociais, em várias situações, em torno de causas específicas (de gênero, ecológica, étnica e racial, entre outras), reafirmando as teorias sobre identidades sociais. (SCHERE-WARREN, 1998, p. 16)

Vários aspectos brasileiros são pano de fundo das transformações dos movimentos sociais em Campinas. A ditadura militar, a marcha de artistas contra as opressões e censuras, a percepção do negro quanto a ser discriminado e as condições desiguais para a igualdade racial fomentaram uma nova forma de discussão.

O 13 de maio simbolizava vitória e conquistas legítimas e necessárias para o fim do regime escravista, que logo foram consideradas insuficientes para a incorporação do negro e ex-escravo como cidadão com direitos plenos assegurados; eram perceptíveis as diferenças para o acesso à moradia, ao trabalho, à alimentação, ao tratamento e representação na mídia nas artes e culturas. Somada a essa releitura, se tornava visível que a referência a ser simbolizada como luta negra não cabia mais aos abolicionistas ou à ex-regente, considerada redentora dos negros escravizados: a Princesa Isabel.

O símbolo de luta e resistência para a continuidade da garantia de direitos passou a ser Zumbi dos Palmares, que morreu em 20 de novembro de 1695 com a experiência reconhecida de ter sido o último líder negro do Quilombo de Palmares, que impôs no século XVII uma nova lógica de compreensão sobre território, gestão e comércio por meio da agricultura. Nessa organização, todos eram incorporados independentemente de etnias e origens e, principalmente, faziam resistência contra o sistema de escravidão vigente.

A dificuldade de mobilidade entre as classes sociais, principalmente para os que tinham traços mais negroides e não tinham como se passar por brancos, estimulou e movimentou a construção de um movimento social negro com objetivo de educar e integrar socialmente os negros. Este buscou a transformação social para resolver os problemas da sociedade, quebrando a permanência dos “dois polos: brancos no topo e negros na base”.

O Movimento Negro se nutre de tradições e de elos com movimentos contemporâneos, internos e externos ao país, retirando daí sua atualidade e eficácia ideológica. Foi o que fizeram as principais lideranças intelectuais e políticas, como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales. (GUIMARÃES, 2002, p. 101)

Estudos diversos buscaram registrar a influência do Movimento Negro como continuidade de lutas travadas pela população no passado, tendo a experiência negra no quilombo como parte do processo para a revisão crítica da história desta população (CARDOSO, 2002, p. 9). Outros buscaram destacar em seus estudos a participação dos negros no desenvolvimento político, como o caso do Conselho de Participação da Comunidade Negra no Governo do Estado de São Paulo.

Ribeiro (2014, p. 93) afirma ser fundamental refletir que a partir das críticas às posturas economicistas os movimentos negros ignoraram as especificidades das organizações que traziam questões raciais, étnicas, de gênero e geração, as ambientais, entre outras, dando de modo geral ênfase à luta entre as classes sociais.

Nos avanços dos debates contemporâneos, além das atualizações conceituais e novos contextos, ganharam relevo temáticas sobre a presença e participação da juventude negra, raça e gênero nas relações de poder, diversidade sexual, acesso à intelectualidade formal (cotas) e novas estratégias para enfrentar o racismo.

Essas características e símbolos ficam bem mais visíveis para o país quando se concretizam para além das ações isoladas em territórios locais, mesmo tendo havido diálogo entre as organizações que transitavam com suas ideias de transformação e inserção negra no Brasil. A 1ª Marcha Zumbi, contra o Racismo e pela Vida, em 1995, Brasília, carregou como chamada o tema “pela vida e contra todos os tipos de discriminações”, em Comemoração aos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares em 1995, marcou a consolidação de novas discussões para os movimentos ligados ao negro no Brasil.

Eu vou pegar minha viola (eu vou)  
 Eu sou um negro cantador  
 A negra canta deita e rola  
 É na senzala do senhor  
 Vou toca fogo no engenho, meu pai (eu vou)  
 Aonde o negro apanhou  
 Mais canta aí negro Nagô  
 Mais dança aí, negro Nagô  
 Negro nagô (*bis*)  
 Irmãos e irmãs assumam sua raça assumam sua cor  
 Essa beleza negra Olorum quem criou  
 Vem pro quilombo axé dançar o Nagô  
 Todos unidos num só pensamento levando a origem desse carnaval desse  
 toque colossal  
 Pra denunciar o Racismo  
 Contra o Apartheid Brasileiro  
 13 de Maio não é dia de negro (BIS)

13 de Maio não é dia de negro  
Quilombo axé colofe colofe colofe Olorum<sup>97</sup> (...)

A marcha selou novos rumos e compromissos para todos os envolvidos nas discussões acerca das questões étnico-raciais.

Foi oficializado 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra”, que em Campinas foi homologado como feriado em 1998 durante o mandato do vereador Tiãozinho (PT), que afirma:

(...) Após a marcha as grandes transformações começaram a se efetivar localmente em políticas, leis e novos espaços para a participação do debate étnico-racial devido ao amadurecimento e ao mesmo tempo ações conjuntas, como o acesso a mandatos de âmbito federal, estadual e municipal comprometidos com pautas nacionais de garantia de direitos pela igualdade racial.

Além das discussões nacionais que culminaram em diretrizes políticas e de ações e lutas conjuntas, nesse mesmo período se consolidaram vários grupos, espaços e movimentos dessa matriz africana com ênfase política, social e cultural.

### 3.6 O TRABALHO É PARA LIVRES. O TRATO NÃO: SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINAS

A história e vida de Laudelina de Campos Mello revelam as lutas de mulheres negras, que para sobreviverem e cuidarem de suas famílias no pós-abolição se submeteram em seus empregos, sofrendo violentos atos e discriminações por parte de empregadores.

Criada como filha de doméstica, com 8 anos ajudava sua mãe e a via receber maus tratos no trabalho. De personalidade forte e marcante se dedicou à busca pelo direito e fortalecimento deste trabalho. Nascida em Poços de Caldas em 28 de setembro de 1971, viveu por anos em Santos, São Paulo e chegou a Campinas comprometida com a discussão dos trabalhadores domésticos e com a organização de grupos culturais em que o ato de dançar nos bailes era estratégia de aproximação e valorização da autoestima de muitas mulheres, que ao se arrumarem para bailar esqueciam as vivências tristes e se transformavam em princesas e rainhas.

---

<sup>97</sup> AFOXÉ do Quilombo Axé: música - <https://www.lettras.mus.br/afoxe-oya-alaxe/1780980/>

Acostumada a atuar na esfera sociocultural e negociar com quem fosse preciso para alcançar seus objetivos, em 1959, espelhando-se nos sindicatos e políticas de Geraldo Campos de Oliveira, Laudelina direcionou seus esforços para fundar o Grupo Cultural Negro Campinense(...) entidade que lutava por uma política partidária dedicada ao negro brasileiro”. (FELIPE, 2012)

Laudelina atuou principalmente tentando obter a sindicalização da classe doméstica, negociando com diversos grupos e conseguindo somente em 1961 fundar a Associação das Empregadas Domésticas de Campinas. A Lei 3.317 de 27 de agosto de 1965, durante o mandato do vereador Orestes Quércia, deu à entidade um caráter também beneficente, sendo esta sempre representada por mulheres.

Em 1970 ela se muda para o Bairro Castelo Branco, antiga Vila Bela, renomeada durante a ditadura militar, e com ações e articulações políticas conseguiu no bairro um terreno para a construção de uma creche através da COHAB (Companhia de Habitação Popular de Campinas) e a implementação do curso ginásial da Escola Estadual Antônio Fernandes Gonçalves. Entretanto, a garantia de direitos para a classe das trabalhadoras domésticas ocorre somente na Constituição de 1988, no capítulo dos Direitos Sociais que garantiu, no artigo 7º, parágrafo único, os direitos a férias, assinatura da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), filiação obrigatória à Previdência Social, FGTS (Fundo e Garantia por Tempo de Serviço) e seguro desemprego. Em 1991 o Sindicato das Domésticas em Campinas já era uma referência para toda região, tendo em Laudelina um símbolo de mulher que contribuiu para a redução do estigma da mulher negra escrava/serviçal e sua ascensão como profissional que têm o direito de cidadã.



Figura 80: Laudelina de Campos Mello.  
Fonte: Felipe, 2012.

O Sindicato das Domésticas em Campinas, nesta perspectiva de matriz africana, preserva ainda hoje a referência de luta das mulheres, em sua maioria negras, como profissionais domésticas, evidenciando o quanto ainda é preciso avançar no mercado de trabalho quando se é mulher e negra e se organizar para aquisição do direito de cidadã.

Essa luta, no entanto, já havia sido iniciada por essas mulheres negras e ancestrais no passado. Existe a dificuldade de seguir em frente; somente através da preservação dessas memórias vivas a sociedade saberá de onde vieram as negras e elas saberão para onde irão.

### 3.7 TEATRO EVOLUÇÃO

O grupo de teatro Evolução foi um marco na cidade de Campinas por ter sido o primeiro grupo de teatro negro organizado em 1971. Formado por negros essencialmente de bairros periféricos, organizou a peça “Sinfonia Negra” e teve no elenco algumas importantes referências do movimento cultural negro.



O espetáculo era uma colcha de retalhos formada por textos do Teatro Experimental do Negro (TEN), de Abdias do Nascimento e do poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves. Também de empregar trechos e passagens de obras relativas à história do negro no país, os jovens artistas e operários reproduziam no palco as cenas de discriminação vivenciadas no centro de Campinas. Assim, a cidade que em 1830 e 1832 foi palco de conspirações escravocratas, tornou-se cenário de uma nova ação de resistência negra, desta vez em um contexto diferente, mas de repressão semelhante. (FELIPE, 2012, p. 124)

Entre o elenco do teatro de resistência são encontradas referências importantes do cenário negro cultural, como Mestre Lumumba, músico e atual morador de São Luís do Paraitinga que influenciou gerações através da arte, línguas africanas, cosmovisão e resistência negra; mestre TC (Antônio Carlos), que na juventude iniciou a formação de jovens sobre consciência negra, importância do tambor como primeira forma de comunicação à longa distância e domínio nas tecnologias digitais livres. Músico, é co-fundador da Casa de Cultura Tainã, o primeiro quilombo urbano digital contemporâneo de Campinas.

Esse movimento teatral para intervenções públicas e formação de jovens negros em movimentos sociais, diante das pressões da ditadura e proximidade com intelectuais e músicos como Chico Buarque (Vovô), Ilê Aye, Gilberto Gil, Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Lélia Gonzales, entre outros do movimento negro e contra a ditadura, se tornou referência nacional e encaminhou muitos jovens à arte e atuação da cultura como estratégia contra as discriminações raciais e sociais.



Figura 81: uma das apresentações do Grupo Evolução  
Fonte: acervo digital (Facebook de Alceu Estevam)

O Teatro Evolução se desenvolveu no Colégio Evolução e teve em seu quadro alunos majoritariamente brancos; os negros que ali estudavam eram bolsistas ou metalúrgicos. O diretor era Jonas Lemos, que era teatrólogo e convidou os jovens negros a participar das aulas de teatro e expressão corporal, possibilitando que a partir do espaço de educação a arte de resistência se consolidasse como uma possibilidade de ação às opressões das discriminações raciais.

Em 1973, após se apresentarem em bairros periféricos, SESC, entre outros pontos da cidade, o trabalho passa a romper os limites geográficos e ganhar o interior e o estado de São Paulo. Após as apresentações aconteciam conversas sobre discriminação racial nas escolas e preconceito subliminar nos livros didáticos, a fim de incitar de alguma forma o senso crítico e de algum modo ações políticas, como a inserção de cartazes que denunciavam imagens de negros com os braços cortados em sinal de protestos; em 1974 alguns integrantes foram “presos e surrados” (FELIPE, 2012, 129), mas devido à forte articulação e base de ensaios há alguns anos, fora do Colégio Evolução, o grupo conseguiu seguir e manter seu lugar secreto para os encontros e organização de ações que ganharam o Brasil. Era uma casa na Rua Montese da Vila Castelo Branco, um dos bairros periféricos que

receberam grande parte dos negros após as reformas e retirada dos cortiços das áreas centrais de Campinas.

A mensagem disseminada em quase uma década de encontros e palestras, somada aos milhares de quilômetros percorridos pelos membros do Evolução, foi um dos alicerces para a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). No dia 07 de julho de 1978, cerca de dois mil negros participaram de um ato público contra o racismo(...). Vagorosamente, alguns dos evolucionários optavam por abandonar o ativismo e o calor dos palcos e seguiam outros rumos.<sup>98</sup>

Vale ressaltar que apesar das várias mulheres que participaram dos “evolucionários”, do Teatro Evolução, os destaques e continuidade das ações se deram pelos homens; as mulheres sumiram das memórias de Campinas e não tiveram visibilidade na continuidade das ações após as referências a Laudelina e à luta nacional do Sindicato das Domésticas, sediado em Campinas.

### 3.8 GRUPO SAVURU

“Tem marmelada nessa goiabada”. Em conversa com Bene Moraes<sup>99</sup>, atual referência do grupo e com certeza o mais antigo membro. Ele relembra que desde a década de 1970 já atuava com cultura popular e teatro amador para discussão e reflexão, focando em intervenções para questões étnicas, ações sindicais, entre outros.

A organização do Grupo Savuru como grupo de teatro e dança de cultura popular e referências culturais negras e indígenas acontece no interior da FECANTA (Federação Campineira de Teatro Amador), quando vários atores que se encontravam e atuavam em diversas peças, movimentos e grupos passaram a se incomodar com o excesso de agressividade da ditadura militar em relação aos indígenas e aos negros.

Tendo neste movimento Bene Moraes, outros companheiros como Bruno de Liro, Ednea Ferraz, Américo, Joel (Preto), Rita de Cassia (*in memoriam*), o grupo começa a se formar para atuar com ênfase na pesquisa das danças afro e indígenas, cujos ensaios se realizavam em vários lugares: nos primeiros tempos no Palácio dos Esportes, em salas do Teatro Castro Mendes, depois no Teatro do bairro Padre

<sup>98</sup> *Ibidi*, 142.

<sup>99</sup> Essa pesquisa, como já evidenciado anteriormente não foi desenvolvida pela metodologia da história oral, entretanto, foi inserido alguns aspectos de conversas informais junto a lideranças de outros grupos durante os 12 anos de experiência como liderança jongueira.

Anchieta, seguindo várias localizações desde 1979, quando formalmente o grupo se organiza.

Nesta época o TEN (Teatro Experimental do Negro) estava em alta e a movimentação de arte teatral como forma de resistência tinha grande evidência. Por meio da FECANTA muitos artistas se encontraram, como o próprio Alceu e Boni, figuras bem conhecidas no grupo Urucungus, Puitas e Quijengues, que mais tarde se organizaram, entre vários outros.



Figura 82: Bene Moraes no Sarau da Dalva.  
Fonte: acervo digital (Facebook de Bene Moraes).

“Não tinha teatro profissional em Campinas, só amador”, comenta Bene Moraes, e destaca que Baltazar Junior, radialista na época da rádio Educadora e sobrinho neto de Isaura Pompeu (a “Dinda”), chegou a atuar como presidente da FECANTA; a questão negra trabalhada em danças e cantos foi uma marca de sua gestão.

A região periférica de Campinas, seja por proximidade das próprias moradias como vínculo naturalizado pela sensibilidade do público alvo ou pelos apontamentos das peças escolhidas para serem encenadas, acabou sendo uma marca do grupo

Savuru, pois foi e é nas periferias da cidade, por meio da ocupação dos espaços públicos, que o grupo se afirmou.

Nunca fomos um grupo fixo, as pessoas passam e seguem. (...) Atualmente ensaiamos no Bosque do DIC I. A sede do grupo sempre foi a casa de alguém, não sendo este um objetivo do grupo (...), para manter a mobilidade de ir para todos os lugares, mesmo não tendo sido planejado.  
(Extraído do diálogo com Bene Moraes)

Eles se apresentam nas redes sociais como grupo Savuru. “Surgiu em 1979, com a proposta de trabalhar a cultura popular brasileira de origem afro, pesquisando e fazendo oficinas de dança regional pela cidade de Campinas e Região”.<sup>100</sup>

### 3.9 URUCUNGUNS, PUÍTAS E QUIJENGUES

É um dos mais antigos grupos culturais que agregam cultura popular, poesias e articulação das culturas negras. Iniciado por Raquel Trindade, o grupo nasce sob fortes influências do Pernambucano Solano Trindade que além de poeta e teatrólogo era militante de Frente Negra Pernambucana e criador, em 1945, com Abdias do Nascimento do Comitê Democrático Afro-Brasileiro.

A FNB (Frente Negra Brasileira) começou suas atividades em 1931 em São Paulo e tinha como característica a mobilização da população negra para o primeiro protesto nacional. Sua bandeira, segundo Ianni (2004, p. 348) era educar, orientar e fortalecer a população negra, além das reivindicações de cunho político cultural, se tornando um partido com ênfase na captação dos votos da população de cor, já que a legislação eleitoral de 1932 considerava todos os partidos como legítimos. “Porém, em curto espaço de tempo, o partido FNB foi cassado por Getúlio Vargas/Estado Novo, junto com os demais partidos, em 1937”.<sup>101</sup>

Nesse contexto e sob influência do TEN, criado por Abdias do Nascimento e outros, se baseava no objetivo de se construir um país melhor, justo e democrático, em que raças e culturas fossem respeitadas em diferenças, mais iguais em direitos e

<sup>100</sup> Para conhecer mais sobre as histórias e trabalhos do grupo Savuru, além de acessar a página: <https://www.facebook.com/cbncampinas/posts/667459576600117>, deve-se procurar Bene Moraes, pois ficou evidente que este é um dos grupos que mais precisam de apoio para sistematizar e preservar sua memória. Mesmo sendo um dos grupos mais antigos e que de certo modo possibilitou outras ações, ainda se tem muitas lacunas a serem reconstituídas para a preservação dessa memória, que é parte do patrimônio de matriz africana de Campinas.

<sup>101</sup> RIBEIRO, p. 110.

oportunidades. O propósito era o combate ao racismo. Em parceria com Solano Trindade cria-se o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que ampliou a atuação do TEN.

(...) Visando a construção da nova democracia, após a queda do Estado Novo(...) foi realizada a Convenção Nacional do Negro, em São Paulo em 1945 e no Rio de Janeiro em 1946, o que gerou formulações para a Constituição Federal de 1946 com o propósito de inserir a discriminação racial como crime lesa-pátria (...). O 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950 no Rio de Janeiro(...)

Raquel Trindade, filha de Solano, que participava ativamente deste contexto político cultural, foi bastante influenciada pela diversidade de culturas negras populares, poesias e a participação dessas culturas como estratégias políticas dos negros. Formou-se como artista plástica, coreógrafa e ganhou o cargo de yalorixá no campo religioso.

No fim da década de 1980, Raquel foi convidada a ministrar aulas no curso de extensão sobre Danças Folclóricas no Departamento de Dança na UNICAMP. Foram abertas 45 vagas para alunos e funcionários e a repercussão exigiu mais vagas, cujo número subiu para 100. Rapidamente, as ações do grupo ganharam peso e este precisou se organizar para além do curso de extensão: assim se forma o “Urucunguns, Puítas e Quijengues”, que levou suas atividades para fora do espaço acadêmico da UNICAMP, mas manteve suas raízes vinculadas às pesquisas das culturas populares e tradições negras folclóricas.

Com o passar do tempo, Raquel voltou às demais ações e trabalhos, tornando o grupo referência cultural em Campinas e tendo como uma de suas lideranças Alceu Estevam, descendente de tocador de bumbeiro (tocador de samba de bumbo); e a Sinhá, uma das dançarinas mais antigas do grupo e várias memórias de integrantes que viveram a experiência de participar deste grupo, que atuou a partir da dança para discutir e inserir a cultura das danças negras em uma das maiores e mais concorridas universidades do país.

Desde que o grupo se tornou autônomo, passou a ocupar diversos endereços como sede e atualmente, mesmo sem documentação regularizada e apoios financeiros, estão em um equipamento público vinculado à Secretaria da Cultura e FEPASA na Vila Teixeira. Esta região, entre Botafogo e Vila Teixeira, é sua área territorial desde o início dos trabalhos, fora da área da universidade.

Com a vertente de buscar o espaço da Universidade como espaço democrático e de acesso às diversas culturas de matriz africana, atualmente encontram-se os grupos “Bateria Alcalina”:

A Alcalina surge em junho de 2003 no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas a partir da vontade de fazer batucada. Um grupo de amigos – estudantes da Unicamp e artistas de Campinas e São Paulo – se juntou para tocar samba e outros ritmos adaptados para a formação de batucada de escola de samba. Surgida como uma bateria universitária, logo a Alcalina mostrou sua peculiaridade e se tornou um grupo cultural de Campinas, extrapolando o âmbito da Universidade.<sup>102</sup>

Outro importante grupo que dialoga com a cultura de matriz africana, também da região de Barão Geraldo e com diálogo com o espaço da Universidade, é o “Maracatucá”, que se apresenta como formado:

(...) Em sua maior parte, por estudantes e profissionais de diversas áreas que mesclam os saberes acadêmicos com os da vivência da cultura popular. Pesquisam o maracatu como arte – baques, loas, dança – sem esquecer seu entorno social, histórico e religioso, além de sua origem e sobrevivência como afirmação de nossas matrizes culturais tanto lusa quando indígena, mas principalmente africana.<sup>103</sup>

### 3.10 CAMINHO DAS ESTRELAS: TAINÃ E OS PONTOS DE CULTURA

Mal havia chegado o segundo ano da década de 1990 e a ânsia por dias mais frutíferos parecia estar chegando ao fim. Jacó Bittar e os correligionários petistas, que haviam vencido Magalhães Teixeira nas acirradas eleições para a Prefeitura de Campinas de 1988, confirmaram a criação de um programa dedicado à democratização cultural do município. Sob tutela do então secretário de cultura Célio Roberto Turino de Miranda, seriam implementados polos culturais em diversos bairros periféricos. As agonizantes sedes sociais que mantinham as portas abertas graças ao esforço voluntário enfim receberiam a inédita ajuda governamental. (...). Em pouco mais de um ano, orgulhava-se de ver 14 Casas de Cultura espalhadas pelos quatro cantos da cidade. Padre Anchieta, Jardim Florence, Jardim Aurélia, distrito de Sousas e a região dos Distritos Industriais de Campinas (DICs) obtiveram casas ligadas diretamente à administração pública (...). Sem criação de subsistência e autonomia, a relação entre assistentes e assistidos caiu na mesmice do paternalismo governamental, execrado por TC e alguns outros ativistas culturais.” (FELIPE, 2012, p. 147)

Essas são as bases da Política dos Pontos de Cultura, que teve como conceito a gestão compartilhada com novos parâmetros de administração e democracia

<sup>102</sup> Para saber mais sobre a Bateria Alcalina: [http://www.bateriaalcalina.com.br/?page\\_id=4413](http://www.bateriaalcalina.com.br/?page_id=4413)

<sup>103</sup> Para conhecer mais sobre as origens e influências do Maracatucá: <http://maracatuca.maracatu.org.br/campinas-maracatu/>

entre Estado e Sociedade no campo da política pública, iniciada durante o mandato de Gilberto Gil como Ministro da Cultura e de Célio Turino como Secretário da Cidadania do MINC (Ministério da Cultura), que comandou entre 2004 e 2010. Os Pontos de Cultura “são organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto com o Estado” (TURINO, 2010). Um convênio é assinado entre governos e proponentes e, definidas as responsabilidades através do repasse de recursos públicos por determinado período, prestação de contas, capacitação e acompanhamento do plano de trabalho, estas organizações formalizadas se comprometem a desenvolver e gestar suas ações.

A Casa de Cultura Tainã se torna um importante espaço para observação e reflexão, pois durante o mandato de Célio Turino este foi um dos poucos locais que sobreviveram sem apoio e repasses de recursos da PMC (Prefeitura Municipal de Campinas), mas sim pela autonomia para tomada de decisão diante dos poucos recursos disponíveis captados pelo próprio coletivo da casa, a capacidade de agregar pessoas e parceiros à interação com voluntários e comunidade local da Vila Castelo Branco (Vila Bela) e a liderança do ex-evolucionário TC (Antônio Carlos).

TC passa a se envolver diretamente com as questões da comunidade em 1989 devido à convocação incentivadora de mulheres como Laudelina de Campos Mello, que havia sido moradora da Vila Bela e ao encontrar jovens negros ativistas os incentivava a seguir seus sonhos; dona Antônia Frutosa Felisbino (Toninha, como era conhecida), uma das lideranças da Vila Bela, que levou TC em 1989 para ser educador, ensinando música na comunidade que na época possuía alto índice de violência. Ele foi de educador a ocupador do espaço da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) para manutenção e permanências das atividades. A negociação durou sete anos.

Em 21 de dezembro de 1995, a Tainã consegue um novo espaço após as pressões para seu desalojamento na COBAL. O novo, mais desafiador e a poucas quadras da antiga sede, na Praça dos Trabalhadores do bairro, nas áreas do antigo banheiro da piscina que por falta de planejamento foi construída sobre a rede fluvial e afundou após poucos anos de uso. “Sua missão é possibilitar o acesso à informação, fortalecendo a prática da cidadania e a formação da identidade cultural, visando contribuir para a formação de indivíduos conscientes e atuantes na comunidade”.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> Para saber mais sobre a história da Casa de cultura Tainã, sua influência na construção da política dos Pontos de Cultura, sua contribuição na inserção de tecnologia digital em quilombos e sua história



Depois da instalação da Casa de Cultura Tainã, a concepção de gestão compartilhada entre sociedade civil e Estado teve como administradores moradores de periferia e negros à frente de equipamentos públicos, formando espaços importantes para a construção cidadã na cidade de Campinas. Formou muitos jovens espalhados pelo Brasil, dialogando e construindo novas possibilidades sociais e de cidadania, e abriu caminhos para novas ocupações e gestão compartilhadas, como a própria Casa de Cultura Fazenda Roseira, que nos últimos 8 anos tem confirmado que novas possibilidades de construções culturais e formas de organizações são possíveis.

Atualmente a Casa de Cultura Tainã, além de influenciar grupos, ações e movimentos na política dos pontos de cultura, na discussão sobre a importância da reterritorialização e nos debates sobre quilombos e tecnologias digitais, acolheu em seu espaço Casa de Cultura Tainã, um novo coletivo que tem desenvolvido importantes ações resgatando os legados das feministas e mulheres negras, que em gerações anteriores plantaram sementes de protagonismos e participação nas bases da própria Tainã: a Frente das Mulheres Negras.

### 3.11 FRENTE DAS MULHERES NEGRAS

Consiste em um coletivo de mulheres negras, feministas, periféricas, acadêmicas e militantes, unidas a vários movimentos sociais de diversas vertentes, áreas e culturas de matriz africana, que se encontraram para organizar a participação na 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras no Brasil, realizada em 18 de novembro de 2015, em Brasília.

Essa Marcha foi uma iniciativa para articular as mulheres negras brasileiras com a intenção de denunciar as opressões seculares vivenciadas e tornar visível sua luta por justiça social, econômica, cultural, ambiental e política. A 1ª Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver lançou o desafio de impulsionar o diálogo em todo território brasileiro sobre qual modelo de desenvolvimento deveria se trilhar na “Década dos Povos Afrodescendentes”, instituído pela ONU em 2015, cujo debate sobre Bem Viver foi um conceito em

construção nas Américas pelos povos Andinos e, incorporados à Constituição Federal da Bolívia e no Equador, causaram repercussão mundial.

Esta relevância ocorreu porque todos os modelos de desenvolvimento vivenciados pelos povos no mundo aprofundaram a destruição da humanidade e a mercantilização do planeta, sendo as populações negras e indígenas as mais destituídas de direitos.

Além da participação na Marcha, a Frente das Mulheres Negras de Campinas e Região tem sido um efetivo espaço de articulação política, mas principalmente de solidariedade, aliança e perseverança entre as mulheres negras e sua necessidade de garantir direitos em Campinas, que ainda preserva seu machismo, racismo e muitas discriminações.

Como parte de suas ações permanentes há as Plenárias, o espaço para tomada de decisões ampliadas, e o Sarau, o local artístico-cultural e culinário para participação e apoio às várias ações já desenvolvidas pelas mulheres participantes em seus outros espaços de articulação<sup>105</sup>.



Figura 83: chamada para a Plenária.  
Fonte: Casa de Cultura Fazenda Roseira.

### 3.12 PONTO DE CULTURA IBAÔ: CAPOEIRISTAS E SALVAGUARDA EM CAMPINAS

<sup>105</sup> Texto base: divulgações sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras Brasileiras. Para ler mais sobre: <http://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/9166/marcha-das-mulheres-negras-um-novo-momento-politico-de-uma-luta-historica>; <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras>.

O Ponto de Cultura IBAÔ é um dos espaços que se organizam sob a influência da Política dos Pontos de Cultura, localizado na Rua Ema 170, na Vila Padre Manoel da Nóbrega. Fundado em julho de 2007, inicia sua mobilização através de integrantes do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil na figura de mestre Teddy e moradores da Vila Padre Manoel da Nóbrega, na região Noroeste de Campinas. Somando seu desejo à necessidade coletiva de viver a capoeira, trabalharam para manter uma atuação direta na promoção e valorização da diversidade das tradições, expressões e manifestações culturais.

No âmbito social, o Ponto de Cultura IBAÔ atua na promoção de direitos e igualdade de gênero e etnia, direitos da criança, adolescente e idosos, além de contribuir na luta contra intolerância religiosa. Entre diversas ações, se destaca o Canjerê Cultural<sup>106</sup> como um dos projetos que provocam a reflexão do patrimônio na cidade e do espaço impulsionador do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira, após o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial.



Figura 84: Ponto de Cultura IBAÔ.  
Fonte: acervo da pesquisa.

<sup>106</sup> Para saber mais sobre o projeto Canjerê Cultural, acessar: <https://educacaopatrimonial.wordpress.com/2014/05/08/iii-seminario-de-patrimonio-imaterial-canjere-patrimonial-ponto-de-cultura-e-memoria-ibao/>

As memórias sobre a perseguição de capoeiristas como pessoas perigosas na época da escravidão, evidenciadas pelos códigos de postura desenvolvidos para a contenção dessa prática, desde a perseguição policial por vagabundagem no pós-abolição até a atual discriminação, não impediram que sua prática cultural de resistência sobrevivesse às opressões.

A Capoeira tem uma importante participação na história da manutenção das práticas religiosas e culturas de matriz africana em Campinas, mesmo na atualidade sendo pulverizada por capoeiristas desvinculados a essa matriz. Os aspectos e elementos dessas culturas com vínculo as praticas religiosas de matrzi africana foram expostos nos capítulos anteriores; neste, o foco será a prática, a simbologia, a conservação da Capoeira no escopo do patrimônio cultural.

Os impactos sofridos pela sobrevivência da cultura, como a própria forma de organização dos grupos e academias voltadas ao ato de manter a Capoeira, acarretaram em Campinas algumas proximidades em alguns momentos e conflitos que dividiram os capoeiristas em outros grupos e segmentos.

Em 2008, no âmbito nacional, a Capoeira recebeu o reconhecimento da “Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres” como Patrimônio Cultural Imaterial e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura); em 2011, ganhou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, impulsionando novas avaliações nos capoeiristas.

A Roda de Capoeira – inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2008 – é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo no qual se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana – notadamente banto – recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de Capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de Capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros.

O registro da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira tem amplitude nacional e foi realizado com base nas pesquisas desenvolvidas durante a fase de inventário, nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A Capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas “modalidades” mais conhecidas: as chamadas “Capoeira angola” e “Capoeira regional”<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Site do IPHAN, acessado em out/2016: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>

O trabalho de mapeamento da Capoeira em Campinas tem sido desenvolvido pelo Coletivo da Salvaguarda da Capoeira, criado em 2010 com o objetivo de articular com os detentores capoeiristas, dentro das políticas públicas do patrimônio<sup>108</sup> e por iniciativa do Ponto de Cultura IBAÔ e suas raízes na Capoeira.

A Capoeira, pela forma de se organizar, transmitir saberes e acolher novos adeptos, a partir da organização por meio de grupos diferentes faz com que essa manifestação de matriz africana tenha uma atuação espalhada na cidade. Por isso, foram usados como elementos cartográficos da distribuição e identificação desse território nos grupos vinculados a este coletivo de salvaguarda identificados durante a pesquisa, através dos documentos gerados por esse Coletivo de Salvaguarda da Capoeira.

Devido a essa organização diversa e autônoma, pontuar o grupo e sua localização na cidade não significa que não tenha outros locais para suas práticas e que estes não contribuam para a preservação desse patrimônio e a transmissão de saberes entre seus detentores.

Outro aspecto relevante e parte da política do patrimônio imaterial é o fato de que o reconhecimento parte de seus detentores; assim, essa medida do auto reconhecimento como detentor de um patrimônio foi uma das medidas adotadas para a inserção dos grupos de Capoeira citados abaixo, com as datas de fundação na cidade:

1. Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil (2003): Rua Ema 170, Vila Padre Manoel da Nóbrega. Equipamento público de gestão compartilhada formalizada com o IBAÔ.
2. Grupo de Capoeira Angola Crispim Menino Levado (1978): Rua Mário Siqueira 829, Botafogo. Equipamento público de gestão compartilhada formalizada com a UNICAMP.
3. Escola de Capoeira Angola Resistência (2010): Terminal Central de Campinas. Equipamento público de gestão compartilhada permitida, mas não formalizada – encontra-se em reforma.
4. Grupo de Capoeira Dandara: Cordão de Ouro (1990): Av Nossa Sra. de Fátima 460, Taquaral. Equipamento privado de locação por conta do grupo.

---

<sup>108</sup> Para saber mais sobre o coletivo de salvaguarda e grupos participantes, ver: <http://salvaguardaCapoeiracps.blogspot.com.br/p/grupos-parceiros.html>

5. Instituto Brasileiro de Esporte, Cultura e Arte (IBECA) (2004): Rua Professor Mario Giannini 241, Vila União. Equipamento misto de gestão compartilhada não formalizada – ocupação cultural.
6. Centro Cultural Senzala de Capoeira (1994): Rua Visconde do Rio Branco 610, Centro. Equipamento privado de locação por conta do grupo.
7. Semente do Jogo de Angola (Sem data divulgada): Rua José Mendonça 61, Vila Renascença. Núcleo CDHU. Equipamento público de gestão compartilhada permitida, mas não formalizada.
8. Capoeira Brasil (Sem data divulgada): Rua Antônio Teixeira 191, Jardim Pita. Equipamento privado de locação por conta do grupo.
9. Cordão de Ouro (2005): Cesar Bierrembach 135, Centro. Equipamento privado de locação por conta do grupo.

O Coletivo de Salvaguarda da Capoeira, além de reuniões permanentes, tem o desafio de buscar agregar os demais grupos de Capoeira e de ampliar o diálogo sobre patrimônio, educação patrimonial e salvaguarda.

Porém, mesmo com os desafios para ampliar o Coletivo e inserir esses grupos e a presença da Capoeira no conjunto negro de bens culturais em Campinas, sua participação nas ações do bojo da matriz africana preserva sua importância. Foram encontrados relatos, documentos e memórias sobre a presença de capoeiristas na cidade e como a expressão cultural de matriz africana sofreu forte perseguição no passado e destaque no presente.

A Capoeira, como as religiões de matriz africana estudadas, também aponta a grande presença de pessoas de outras etnias e classes sociais, como um caminho de encontro à ancestralidade e prática esportiva para alguns e de ascensão social e possibilidade de circular para além do território brasileiro para os mestres capoeiristas, ou graduados, que passam a ganhar o mundo para ensinar a Capoeira.

O reconhecimento e possibilidade de circulação fortaleceram a titulação desta prática como patrimônio da humanidade e possibilitaram aos praticantes capoeiristas reavaliar a importância de manter e compartilhar, para além da prática corporal, as memórias das origens da Capoeira.

### 3.13 A CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA: CENTRO DE REFERÊNCIA JONGO DITO RIBEIRO, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE TERRITÓRIO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO DE CAMPINAS

A Casa de Cultura Fazenda Roseira consiste em um EPC (Equipamento Público Comunitário) doado como contrapartida de área pública à Prefeitura Municipal de Campinas, mais especificamente à Secretaria de Cultura, por causa da inserção de um novo loteamento nas áreas da antiga Fazenda Roseira do Campo Grande. Em 24 de agosto de 2007, foi homologada em diário oficial e no mesmo mês as obras foram iniciadas.

Em janeiro de 2008, em uma das vivências permanentes de jongo, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro foi coletivamente realizar uma visita com oficina de jongo à Fazenda Roseira, assim iniciando as relações com aquele espaço, enriquecidas pela compreensão de que estão unidos no Jardim Roseira, áreas antigas da própria Fazenda Roseira revivendo o jongo em Campinas. Era um compromisso além da visita a um casarão com características coloniais que no passado era propriedade particular e privada da vizinhança, mas um estímulo para entender que a salvaguarda do jongo em Campinas, que já estava no Jardim Roseira, adjacência da Fazenda Roseira, exigiria antes de qualquer estratégia compromisso, articulação e envolvimento coletivo<sup>109</sup>.

A Associação do Jongo Dito Ribeiro, criada em 2006, é parte da história da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que se organiza no bairro Jardim Roseira na cidade de Campinas (SP) desde 2000. Suas raízes, no entanto, retratam uma manifestação cultural e a uma história familiar:

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro é um grupo de pessoas que reconstituem e vivem a cultura do jongo através da memória de Benedito Ribeiro, festeiro de São João e devoto de São Benedito. Nascido no ano de 1904 em Caldas (MG), chega a Campinas em 1932 já casado com a campineira Benedita Neves Baltazar, onde manteve a tradição recebida do jongo recebida de seus pais, realizando rodas de jongo quando reunia os amigos, principalmente nas festas de São João".  
(Memórias da autora sobre o avô Benedito Ribeiro, contada por familiares)

<sup>109</sup> Para conhecer mais sobre o histórico da ocupação e gestão da Comunidade Jongo Dito Ribeiro na Fazenda Roseira, ver: MARTINS, Alessandra R. **Requalificação Urbana: A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro**, 2011.

Em 2005 o jongo, durante o X Encontro de Jongueiros<sup>110</sup> realizado em Santo Antônio de Pádua (RJ), o jongo e as comunidades jongueiras receberam a titulação de Patrimônio Cultural Imaterial e, em 2011, foi concluído o Plano de Salvaguarda Jongueiros do Sudeste. A constituição da Casa de Cultura Fazenda Roseira e suas ações estavam alinhadas a esses processos.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é o espaço cultural Afro com o objetivo de salvaguardar o Jongo do Sudeste e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e seus detentores através do processo de pesquisar, vivenciar, compartilhar, transmitir saberes e formações sobre o jongo, a cultura afrodescendente e africana. Seu pilar é a lei nº 10.639/03 que divide suas ações em três áreas: Cultura, Educação e Educação Patrimonial e Meio Ambiente.

Nesses 8 anos de trabalho, foram desenvolvidos e consolidados 28 projetos de formação, tendo como base os conhecimentos trazidos pelos membros da comunidade jongueira e do coletivo de coordenação da Casa de Cultura Fazenda Roseira. Nem todos os membros que atuam na casa são membros da comunidade e vice-versa.

O Centro de Documentação Território, Memória e Patrimônio Cultural Negro em Campinas tem como visão compartilhar o acúmulo de pesquisas, vídeos, discografias, referências bibliográficas e textos sobre a cultura negra e as matrizes africanas. Além do acervo permanente para pesquisas, estão disponíveis digitalmente materiais, documentários e trabalhos de pesquisadores parceiros e associados aos trabalhos; este é um projeto recém-iniciado na Casa de Cultura.

A ênfase dos trabalhos da Casa de Cultura Fazenda Roseira mantém diálogo direto com as temáticas étnico-raciais ampliadas, sendo esse um referencial e ponto de concentração das várias ações que acontecem em Campinas, como as políticas referenciadas por Ribeiro (2014):

(...) No período de 1988 a 2003, houve a criação de diferentes organismos voltados para questão racial: a Fundação Cultural Palmares – FCP (1988); o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI (1995); o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – GTDO (1996); o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD (2001); a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2003); e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

<sup>110</sup> Sobre o jongo, os Encontros de Jongueiros, Rede de Memória do jongo até a titulação ler: MARTINS, Alessandra Ribeiro. **Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no sudoeste do Brasil no Século XXI**. Campinas, Monografia de Final de Curso de História, PUC-Campinas, 2008.



(2003). Ainda, como elementos estruturantes, passaram a existir o Plano Nacional de Igualdade Racial – PLANAPIR (2009) e o estatuto da Igualdade Racial (2010).

Essas organizações atuam nas questões de gênero, juventude, relação intergeracional de crianças e idosos, patrimônio, identidade e território. Outro traço marcante é a concentração de mulheres negras na gestão, evidenciando a participação feminina como o acompanhamento da construção de políticas públicas para a igualdade racial.

Observando as relações e conquistas dessas políticas postas em prática entre 1998 e 2010, a casa de Cultura Fazenda Roseira, com a Comunidade Jongo Dito Ribeiro na gestão e consolidação do espaço, mostra que há herdeiros de uma sabedoria ancestral que praticam, em seu cotidiano, um conjunto de ações que fortalece a identidade e autoestima dos afrodescendentes. Eles transformaram seu trabalho coletivo em ações concretas e um equipamento público municipal em processo de deprecação em um território epistemológico de trocas de referência Afro para a cidade de Campinas.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é onde a população pode contribuir conjuntamente uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, através do acesso à Cultura Negra ainda desconhecida e incompreendida por muitos na sociedade. Este local também agrega à cidade uma nova concepção de comunidade na qual seus membros, desde o início do século XX, são letrados, com índice zero de analfabetismo e miserabilidade e sendo composta, em sua maioria, por jovens negros, estudantes, pesquisadores curiosos e/ou acadêmicos – incluindo mestres, doutores e especialistas em diversas áreas do conhecimento que articulam e acreditam que quando as políticas públicas afirmativas igualitárias possibilitam o acesso e o desenvolvimento das potencialidades, fazem com que tudo se transforme.

Desta forma, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, quando colocada entre as “ditas minorias dos afrodescendentes”, responde:

Somos protagonistas de uma nova história, para além de um processo de escravidão, requalificando e ressignificando o território e contribuindo para a construção de uma sociedade menos racista, discriminatória, desrespeitosa e menos intolerante. É uma Comunidade que não vive de Jongo, mas vive para o Jongo; não vive da Roseira, vive para a Casa de Cultura Fazenda Roseira, tendo consciência das suas responsabilidades com seus ances-

trais, com a população e com a transformação social. (Bianca Lúcia, 2016)<sup>111</sup>.

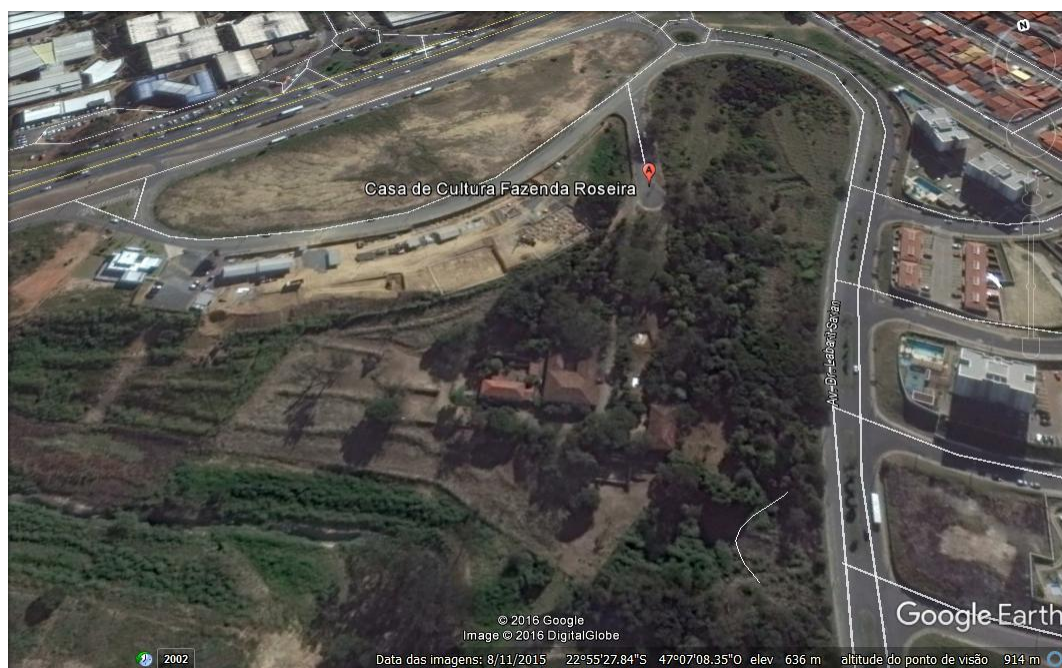
Afirma-se como descendente do tronco linguístico dos bantos: o UBUNTU, cujo conceito do Bantu é “Sou porque Somos”, aplicável, e se enxerga no mapa do território de matriz africana em duas dimensões:

Percebe-se que os jongueiros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro atuam como ferramentas transformadoras para dialogar sobre a gestão compartilhada junto à Prefeitura Municipal de Campinas e para a compreensão do tamanho do território real de suas ações de âmbito Municipal, Estadual, Federal e Internacional. Inserem-se na dimensão sociocultural das comunidades afrodescendentes urbanas, pois são grupos que na contemporaneidade precisam de novos conceitos para compreendê-los em sua complexidade e desafios diante das atuais estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas, consolidadas pelo escravismo. “É preciso descolonizar-se para a consolidação do direito à cidade com direitos, acesso e mobilidade para todos”.(grifo da autora).

A reflexão sobre o quilombo urbano contemporâneo, que se compreende por vários formatos, não só os ligados à permanência na terra e à inclusão para auto-reconhecimento de questões como a manutenção de práticas culturais, coletivas, entre outras, atravessa as discussões e reflexões do coletivo, pois a presença de quilombolas na comunidade, como as influências vividas na Casa de Cultura Tainã e no seu projeto “Rota dos Baobás”, aos quais vários quilombos foram incluídos e ganharam a semente desta importante árvore ancestral existente em terras africanas, levou a Casa de Cultura Fazenda Roseira a se intitular “Quilombo Urbano” e incluiu em seu cotidiano práticas comunitárias que resultaram em ações da agricultura urbana, sustentabilidade, discussão sobre o racismo ambiental, pesquisa sobre ervas e práticas de cultivos fitoterápicos em desenvolvimento em casas. Estes são novos caminhos a serem trilhados pelos jongueiros.

---

<sup>111</sup> Bianca Lúcia é filha da autora da tese, integrante da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e do coletivo gestor da Casa de Cultura Fazenda Roseira.





Figuras 85-87: Casa de Cultura Fazenda Roseira e Comunidade Jongo Dito Ribeiro.  
Fonte: acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

### 3.14 QUILOMBO URBANO OMG: OZIEL, MONTE CRISTO E GLEBA B: OCUPAÇÃO POR MORADIA

O Complexo Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B (OMG) forma a maior ocupação urbana da América Latina na região Sul da cidade de Campinas, e é composto por cerca de 4.000 famílias, das quais 40% são jovens. A região Sul de Campinas é permeada por ocupações habitacionais, fruto do aumento da pobreza e da falta de políticas públicas de habitação na cidade. A região também é cortada pela Rodovia Santos Dummont. OMG é o nome (sigla) que esses jovens intitularam para expressar que, diferente dos adultos e dos setores conservadores/preconceituosos da cidade, a juventude pensa e constrói diariamente a unidade entre os moradores dessas ocupações, assim como a ponte com setores progressistas da cidade, possibilitando a quebra das barreiras invisíveis colocadas em suas vidas. Acreditam que a cultura é o melhor instrumento para garantir essa unidade; sendo assim, o Quilombo Urbano OMG é um espaço cultural coletivo onde é possível resistir, produzir, multiplicar, dialogar e transformar a realidade.<sup>112</sup>

Dentro do perfil acolhedor que caracteriza a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, em 2011 esta recebe Nhemias Fuluke, por indicação e sensibilização da própria mãe e por participar pontualmente de algumas atividades festivas da comunidade jonqueira, encantando-se com os pontos e toques dos tambores.

<sup>112</sup> Informações retiradas do Facebook. Página acessada em 30 Nov 2016: <https://www.facebook.com/events/544398475664219/>

Fuluke é filho de Magali Mendes, uma importante militante feminista negra que atua em várias vertentes para o fortalecimento das mulheres em Campinas contra o genocídio da juventude negra. Ela foi uma das idealizadoras com seu esposo Zé Preto, como é conhecido, do FECONEZU (Festival Comunitário Negro Zumbi), um projeto itinerante nas várias cidades do estado de São Paulo com mais de 38 anos de atuação, afirmando anualmente o objetivo de discutir a igualdade racial e fortalecimento da identidade negra, tendo como ferramenta a cultura popular.

Essa ênfase acontece devido aos evolucionistas campineiros Laudelina de Campos Mello, Savuru, Urucungus, entre outras referências que influenciaram os jovens negros das décadas de 1970 e 1980.

Segundo Fuluke, o FECONEZU se formou no interior e deu continuidade à FEABESP (Federação Afro Brasileira do Estado de São Paulo), em que diversas entidades negras se organizavam para discutir políticas para a inserção dos negros e negras; as culturas populares sempre foram ferramentas de expressão diante da opressão.

Magali Mendes também é uma das responsáveis pelo núcleo das PLP's (Promotoras Legais Populares) de Campinas, que atuam contra todas as formas de violência doméstica às mulheres, principalmente periféricas. Realiza com as PLP's, em parceria com a Casa de Cultura Fazenda Roseira, o evento beneficente anual Frango Polenta e Política, que fortaleceu a relação de seu filho com o jongo.

Nessa relação de parceria e fortalecimento múltiplo, Fuluke chega ao jongo e passa a se integrar como membro da comunidade atuante nas discussões sobre a juventude negra. Com seu desenvolvimento, as experiências influenciadas pelos familiares desde muito cedo e suas vivências no jongo, em julho de 2014 iniciaram suas atividades no Oziel, Monte Cristo e Gleba B, criando um espaço coletivo de construção da juventude negra periférica: o Quilombo Urbano OMG. Este projeto e espaço têm como objetivo ser um Centro de Referência para a juventude da periferia, que é carente de espaços em que possa protagonizar e atuar como jovens. É comum ver locais que agregam a juventude em Campinas, entretanto, não existe na cidade um espaço idealizado pelos jovens, gestado e pensado por eles sem a intermediação de outras manifestações, prioridades e/ou objetivos.

Assim nasce o Quilombo Urbano OMG, visando ocupar essa lacuna e possibilitar novas análises e relações com a juventude. Sendo este um local novo e em

construção, os trabalhos e atividades já ganharam muita relevância pela importância da temática e pela maturidade das decisões e ações do coletivo liderado por Fuluke. Nessa vertente, esse novo lugar evidencia o protagonismo da juventude negra e as lutas contemporâneas de quilombolas urbanos.



Figura 84: Pintura que está no muro do Quilombo Urbano OMG.  
Fonte: Facebook do coletivo Quilombo Urbano OMG.

### 3.15 PAGODE DA VÓ TIANA: SAMBA E COMUNIDADE, NEGROS NAS VILAS POPULARES

TIANA: SEBASTIANA MARIA DE JESUS FERREIRA. SAUDADE, SIM. TRISTEZA, NÃO!

Trabalhadeira / Íntegra / Amiga / Nobre / Abençoada.

O Pagode da Vó Tiana “Samba de Verdade, Raiz e Saudade” foi escolhido em homenagem à avó materna de Alex, Sebastiana, uma senhora muito querida que sempre apoiava e gostava quando os amigos se reuniam para fazer um samba no quintal de sua casa. Por isso a homenagem em forma de agradecimento por tudo que ela representou na vida de todos que a conheceram. Durante os seus noventa e um, anos de vida, esta mulher foi um exemplo de dignidade, responsabilidade, sabedoria, honra e alegria, deixan-

do para seus familiares e amigos uma luz que brilha e reflete toda a paz que só um anjo pode deixar.<sup>113</sup>

O Samba, considerado o neto do Jongo, também é marcante em Campinas e na junção da urbanização e formação de novos conjuntos habitacionais.

A Vila IAPI (ou Vila do IAPI), modelo de conjunto residencial criado na era Vargas e introduzido em várias cidades brasileiras, é um bairro da Região Oeste de Campinas tendo ao norte, ao sul e a leste a Vila Teixeira. Dentro dela foi construída pelos próprios moradores da comunidade, em sua maioria negra, a Sociedade Beneficente Amigos de Vila I. A. P. I. em um terreno doado pela prefeitura. A Sociedade foi inaugurada em 16 de abril de 1971.

Nesses 45 anos de história a “sede” foi palco de grandes manifestações culturais, principalmente na década de 1970, recebendo aos finais de semana apresentações da Orquestra dos Homens de Cor, ensaios de antigas escolas de samba de Campinas como a Voz do Salgueiro, a Fita Amarela, o Bloco Cachaceiros Unidos, que não existem mais, e as tradicionais rodas de samba e chorinho comandadas por grandes nomes conhecidos pelos moradores e frequentadores dos sambas: Nenão do Pandeiro, Seu Viola, Lazinho, Lili, Gama, Paulinho do Apito, Quinzinho, Ciro, Luizão Cabeça de Rolinha, Agenorzinho do Cavaco, Vado e tantos outros: Mussum, o grande sambista Geraldo Filme e o atleta João do Pulo, presenteado com uma música feita por Nenão do Pandeiro e Luizão Cabeça de Rolinha. Todas as memórias dos frequentadores, e atuais, das rodas de samba da sede.

Nesses anos, o samba se transformou. Muitos morreram, mas as tradições e as raízes permaneceram, tendo o samba como um pilar. O projeto cultural Pagode da Vó Tiana é um movimento que colabora com a valorização da música popular, resgatando os grandes mestres do samba e visando dar continuidade no legado por eles deixado.

Vale ressaltar que a segregação espacial foi um dos fenômenos que interferiram nas possibilidades de acesso à infraestrutura e serviços urbanos, bem como a outras condições de vida, como mercado de trabalho, políticas públicas e mesmo bens imateriais.

Em Campinas a bibliografia sobre moradia identificada apresenta que um dos maiores motivos de expansão da cidade e do crescimento populacional se deu atra-

---

<sup>113</sup> Texto pintado na parede junto à imagem da Vó Tiana, na sede e celeiro de samba e pagode na Vila IAPI. Registrado em 2014 como acervo da pesquisa.

vés da chegada dos imigrantes somada a um intenso processo de urbanização, com periferização do crescimento físico territorial.

Os loteamentos em áreas distantes onde havia pequenas propriedades de produção de algodão geraram áreas intermediárias vazias e horizontalização com grande especulação imobiliária, principalmente na direção sul e sudoeste de Campinas, próximas à Via Anhanguera. Dava-se início a um novo processo de crescimento urbano, com um padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixa renda. (BAENINGER, 1996, p. 49)<sup>114</sup>



Figura 85: Imagem da Vó Tiana pintada na sede da Vila IAPI.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

<sup>114</sup> Para mais informações sobre a Vila ver: Baeninger, 1996; Caiado e Pires, 2006; Caiado et al., 2002 e Cunha et al., 2006.



### 3.16 AS ESCOLAS DE SAMBA

Cada etnia africana trouxe uma bagagem cultural e musical que aqui passaram a conviver e a dialogar, principalmente nas regiões que concentravam maior número de escravos (primeiramente na Bahia, depois no Rio de Janeiro e nas outras regiões como São Paulo e Minas Gerais). A cultura Bantu foi uma das mais importantes para o surgimento do samba (LOPES, 2003), que também foi influenciado pela música europeia. O termo samba inicialmente designava qualquer das manifestações musicais dos negros, geralmente associadas à presença da percussão e da coreografia da umbigada (chamada de semba)<sup>115</sup>.

A concentração das escolas de samba nas periferias de Campinas revela que os processos de periferação e segregação da cidade que permanecem desde o passado e demonstra o quanto as políticas pela igualdade de acesso são necessárias aos mais pobres e, principalmente, se entre estes estão os afrodescendentes, que além da pobreza sofrem o impacto do racismo.

Nesse bojo de pagode, samba e periferia, em Campinas o Carnaval passou e passa por altos e baixos, fazendo com que pela falta de investimento, interesse público e políticas adequadas, as escolas fossem se tornando menos interessantes diante do avanço da organização dos blocos, sobretudo os localizados nas regiões universitárias e de classe média. Mesmo sofrendo pressões para continuar enquanto prática cultural, limitações sonoras e pressões policiais os blocos ainda são bem menos impactados que as comunidades carnavalescas, que sem auxílio do recurso público não possuem articulação autônoma para se manter e acabam por ter que se recriar e se reestruturar pela manutenção desta tradição.

A queda do Carnaval, da prioridade na pauta cultural na cidade, tem diversos aspectos que vão da falta de profissionalização dos carnavalescos e membros gestores das escolas, que por falta de incentivo público acabam por se sentirem limitados, à espetacularização das culturas populares que traçam novos padrões de belo, bem acabado, bonito, entre outros. O impedimento do desfile nas áreas centrais da cidade, dificultando o acesso da população e a especulação imobiliária, que requalifica as áreas e bairros da cidade e impõe novas culturas e valores trazem como consequência a falta de lugares adequados para os desfiles; também pesa a

---

<sup>115</sup> <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia06/texto06.pdf>

desarticulação da Associação das Escolas de Samba de Campinas (ALESCA), que a cada ano perde força e espaço de prioridade na pauta política e ao mesmo na reorganização e mobilização de outra Associação que represente a maioria deste coletivo em curso, do qual não abordaremos neste.

O carnaval, tradicionalmente associado às culturas e camadas populares, não é prioridade em Campinas, diferenciando-se da capital São Paulo e do Rio de Janeiro, que a cada ano ganham novos adeptos e altos investimentos. Mesmo com o dinheiro que potencializa a organização e possibilidades de capacitação, também são abertas as pautas para outras discussões como a participação dos pobres, pretos e carnavalescos moradores das comunidades, a aquisição de fantasias, enfim.

A localidade das escolas campineiras faz parte da matriz africana em Campinas, além de referência cultural, pois as escolas de samba exercem papel importante em suas comunidades e auxiliam na organização e dinâmicas desses territórios. Talvez por isso acabam por ser negligenciadas e colocadas à margem das políticas culturais locais, contribuindo para o enfraquecimento do carnaval como um todo. Em 2011, as escolas de samba que receberam apoio da prefeitura para o desfile foram:

1. Associação Recreativa Cultural Escola de Samba Acadêmicos de Madureira: Rua Rio Grande do Sul 244, São Bernardo. Campinas (SP)
2. Grêmio Recreativo Escola de Samba Vaiquemké: Rua Ângela Russo Tafner 155, Bl A2 Ap 64, Country Villa. Campinas (SP)
3. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Grajaúna: Av. Edmundo Vignatti 232, Jardim Esmeraldina. Campinas (SP)
4. Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Paranapanema: Rua Serra das Vertentes 410, Jardim Paranapanema. Campinas (SP)
5. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Santa Lúcia: Av. Carlos Lacerda 503, Jardim Santa Lúcia, no Centro comunitário do bairro. Campinas (SP)
6. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Rica: Rua Galena S/N, Vila Rica. Campinas (SP)
7. Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Leões da Vila Padre Anchieta: Rua Papa São Sérgio I, 86 Vila Padre Anchieta, Campinas - SP.
8. Grêmio Recreativo Escola de Samba Ponte Preta – Amor Maior: Rua Cap. Pedro de Alcântara 225, Ponte Preta. Campinas (SP)

9. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Shangai: Rua Antônio Cândido 139, Jardim Shangai. Campinas (SP)
10. Grêmio Recreativo Atlético Cultural Escola de Samba Princesa de Madureira: Rua Luiza Rodrigues da Silva 26, Parque Oziel. Campinas (SP)
11. Escola de Samba Estrela D'Alva: Rua dos Carijós 242, Vila Costa e Silva. Campinas (SP)
12. Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos dos Amarais: Rua Ouro Fino 65, Jardim Santa Monica. Campinas (SP)
13. Grêmio Cultural Recreativo Escola de Samba Rosa de Prata: Rua Montese 101, Vila Castelo Branco. Campinas (SP)
14. Grêmio Recreativo Escola de Samba Renascença: Rua Professor João Nogueira Ferraz Filho 85, Vila 31 de Março. Campinas (SP)

O desfile de 2011 foi no Túnel, próximo à Estação Cultura, e contou com uma política municipal “populista”<sup>116</sup> que investiu em trios elétricos com estruturas faraônicas, mas não em formação, preparo e capacitação dos resistentes carnavalescos. Estes, em contraposição ao mega evento estruturado, mostravam nos desfiles das escolas de samba despreparo através das fantasias mal acabadas, baterias que poderiam ser melhores ensaiadas e enredos mal apresentados, como uma vulnerabilidade de preservarem suas memórias para transmitir saberes e continuidade às próprias comunidades, junto aos mais jovens, que enchiam as ruas à espera dos trios elétricos de axé.

Após a queda do governo Hélio o carnaval volta para os espaços periféricos e desfiles mal organizados, evidenciando a desterritorialização das áreas centrais da cidade. Em 2014, com duas escolas a menos, os desfiles foram remanejados para a região dos Amarais; contando com uma estrutura mínima já demonstrava o declínio do carnaval como prioridade municipal e principalmente a limpeza das áreas centrais

---

<sup>116</sup> Como na dita “era Vargas”, o governo do prefeito Hélio de Oliveira Santos em meados de 2006, teve uma ênfase populista, que ampliou as diferenças entre classes de forma altamente controladora e centralizada. Hélio realizou investimentos em ações populares como o carnaval, com vinda de trios elétricos baianos, pouca aplicação na melhoria das escolas de samba, festas juninas, decorações natalinas e alguns investimentos em regiões periféricas, como a construção de praças de esportes e reuniões com os secretários nas periferias, que nada resolviam, mas traziam a sensação de proximidade para o povo. Essas melhorias, mesmo com os rombos financeiros da SANASA, causaram sua queda no último mandato, mas Hélio saiu ileso e tem, ainda hoje, grande apoio da população menos favorecida; seu *slogan* em seus dois mandatos consecutivos como prefeito era “Primeiro os que mais precisam”.

desta manifestação popular de resistência, mas ao mesmo causava forte desarticulação do evento no município, pois até as vésperas não se sabia ainda em qual local da cidade os desfiles das escolas de samba aconteceriam e nem quais estruturas seriam disponibilizadas. Apresentaram-se em 2014 as escolas:

1. Associação Recreativa Cultural Escola de Samba Acadêmicos de Madureira
2. Escola de Samba Estrela D'Alva
3. Grêmio Cultural Recreativo Escola de Samba Rosa de Prata
4. Grêmio Recreativo Atlético Cultural Escola de Samba Princesa de Madureira
5. Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos dos Amarais
6. Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Leões da Vila Padre Anchieta
7. Grêmio Recreativo Escola de Samba Ponte Preta: Amor Maior
8. Grêmio Recreativo Escola de Samba Renascença
9. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Santa Lúcia
10. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Shangai
11. Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Rica
12. Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Paranapanema

Entre 2011 e 2014, em Campinas, a mudança e a crise no governo municipal e o início da crise federal geraram reflexos que acarretaram na queda do prefeito Hélio de Oliveira Santos, em um “troca-troca” de cadeiras que durou até a chegada do atual prefeito eleito e reeleito em 2012 e 2016, Jonas Donizete. A precarização do carnaval trouxe marcas e descasos anteriores, mas consequências atuais, como o cancelamento dos desfiles das escolas de samba em 2016 sob a alegação de falta de recursos e crise econômica nacional; 2017 se encaminha para o mesmo descaso e cortes de recursos públicos, evidenciando que nas crises são as regiões periféricas e as manifestações de base populares que primeiro perdem a prioridade.

Contudo, o carnaval e a presença das escolas de samba em seus territórios ainda mantêm características agregadoras em muitos desses bairros, sustentando relações inclusivas e os laços solidários<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> Essa reflexão se dá por meio de experiências compartilhadas durante a pesquisa no ano de 2011, quando o Grêmio Cultural Recreativo Rosa de Prata (Vila Bela) fez um samba enredo que homenageava grupos culturais da região. A Comunidade Jongo Dito Ribeiro foi uma das prestigiadas, participando do desfile e tendo pela primeira vez a compreensão de que a escola de samba, contribuía para a organização territorial. O local da quadra da Vila Bela é uma das áreas de tráfico na

Outro aspecto percebido nesta pesquisa é que a pluralidade cultural, étnica, de classe, musical, entre outras distinções observadas nos blocos carnavalescos, criou a dificuldade em inseri-los no escopo da matriz africana dentro da metodologia adotada neste momento, como no caso das escolas de samba, pois apesar de se expressarem durante o carnaval atualmente os blocos possuem autonomia para incluir diversos gêneros musicais, mostrando novas tendências que, em suas múltiplas matrizes, dificultou a inclusão no recorte da pesquisa.

A memória dos antigos carnavais ainda é registrada em diversos trabalhos, como o de Giesbrecht (2011), que retrata as memórias sobre os bailes negros em Campinas; os blocos carnavalescos e as antigas escolas de Samba foram lembradas pelos mais velhos.

### 3.17 TURISMO ÉTNICO DA MATRIZ AFRICANA

O roteiro é uma discussão sobre a presença africana na construção da cidade de Campinas, no desenvolvimento (...), na riqueza não só étnica, na riqueza do mundo do trabalho, das contribuições efetivas que essas pessoas trazem para a cidade ser o que ela é. As lideranças negras, os grandes personagens históricos negros da cidade. É o nosso trabalho ler a cidade por uma dimensão de valorização, de reconhecimento, de agradecimento da presença negra na sua trajetória.<sup>118</sup>

Nos anos de 2011 e 2012, devido aos embates pela ocupação e permanência da Comunidade Jongo Dito Ribeiro na sede da antiga Fazenda Roseira do Campo Grande, várias ações e parcerias foram realizadas pela comunidade com objetivo de fortalecer as redes de solidariedade, visando preservar o espaço.

Entre esses contatos realizados, a Secretaria de Turismo, na época sob coordenação da historiadora Mirza Pellicciotta, foi estratégica e fundamental para transformar a sede da antiga fazenda na atual Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira. A Secretaria desenvolveu um roteiro afro municipal para inserir a presença negra na discussão sobre a formação da cidade de Campinas; desse trabalho entre poder pú-

---

comunidade, mas durante os ensaios carnavalescos toda a comunidade é envolvida e aquele espaço de “medo aos desavisados ou turistas”, além de acolhedor se torna calmo e se abre a todos que ali estiverem em prol da vitória da escola de samba. Crianças, idosos, mães, todos da comunidade se envolvem. Em 2015 fomos convidados para um novo desafio: fazer a comissão de frente da escola, pois alguns membros do jongo são moradores antigos deste bairro. Mais vivências e principalmente a certeza de que incentivar a continuidade e capacitação dos membros das escolas pode ser um caminho concreto de transformação social nas comunidades periféricas. Salve o samba.

<sup>118</sup> Trecho da entrevista da Mirza Pellicciotta retirado do documentário “Raízes da Roseira” sobre o Roteiro Afro e sua construção. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG\\_mJ0](https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG_mJ0)

blico e comunidade jongueira, para além dos lugares da cidade que já tinham sido mapeados pela Secretaria de Turismo, foram inseridos os terreiros, casas e espaços de cultura, nos quais a presença afrodescendente se tornava presente em ações e práticas culturais permanentes.

Além das conversas e a introdução dos lugares em que as ações eram presentes, foram criadas oficinas de turismo, economia criativa em prol do fortalecimento da comunidade jongueira e do desenvolvimento do próprio Roteiro Afro da Fazenda Roseira.

Também em 2012, o Roteiro Afro começa a ganhar visibilidade por meio de uma parceria entre a Casa de Cultura Fazenda Roseira (a Comunidade Jongo Dito Ribeiro) e o Programa Mais Educação, que teve como perspectiva inserir cultura no espaço escolar. A Fazenda Roseira foi um polo da discussão sobre a Lei nº 10639/03, que estabeleceu nas “diretrizes e bases da educação nacional a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira”<sup>119</sup>. As escolas visitavam a casa de cultura e realizavam roteiros na cidade, tendo jongueiros e profissionais da equipe do turismo como guias, contando as histórias dessa presença negra na cidade e apresentando os lugares.

Com as mudanças no governo municipal, a parceria passou por um esfriamento devido à ausência de ônibus para realizar os roteiros e de novas perspectivas para o turismo da gestão municipal. Contudo, por causa das ações dos religiosos da ARMAC, Coletivo Saravaxé, lideranças negras, Casa de Cultura Fazenda Roseira em conjunto com o recém-chegado CR Jongueiras e Jongueiros do Sudeste (da Comunidade Jongo Dito Ribeiro) e do lançamento do Projeto “Ruas de Histórias Negras”, ações políticas dos Conselhos da Comunidade Negra, Conselho da Saúde da População Negra, Marcha das Mulheres e diversas outras ações fizeram na cidade um caldeirão cultural da matriz africana. Em 2015 o Roteiro Afro foi relançado pela Secretaria de Turismo com participação de seu Valdir Oliveira, autor do livro *Elesbão* citado anteriormente.

É marcante observar quanto os reflexos desse grupo de ações, movimentações e reterritorializações de matriz africana em Campinas foi absorvido e evidenciado no novo Roteiro Étnico Turístico, uma vez que tais reflexos são perceptíveis pelos

---

<sup>119</sup> Para ler na íntegra a Lei 10639/03 acessar:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)

diversos lugares de referência negra e/ou associados à matriz africana. No nome dado a esta pesquisa, em cujo novo formato alguns dos pontos se mantiveram como na versão iniciada em 2010 e 2012, outros foram acrescentados: o Calendário de Atividades e a apresentação de festas religiosas aos orixás do Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò, casas noturnas, festas, feiras e manifestações como o Hip-Hop passaram a fazer parte deste cenário turístico contemporâneo, como manifestações como Hip Hop e Folia de Reis, não estudadas nesta pesquisa<sup>120</sup>.

O Roteiro foi dividido por temáticas:

### 3.17.1 Bairros tradicionais

- Ponte Preta
- São Bernardo
- Vila Rica
- Vila Teixeira

### 3.17.2 Calendário de eventos: datas comemorativas de Campinas (Eventos anuais)

#### 3.17.2.1 Janeiro

- Agua e Pilão de Oxalá – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò
- Dia de Combate à Intolerância Religiosa: 21/01 (Lei Municipal nº 13.914)
- Folia de Reis: de 24/12 a 06/01

#### 3.17.2.2 Fevereiro

- Balaio da águas IBAÔ
- CarnaRoseira: Bial
- Carnaval

#### 3.17.2.3 Março

1. Dia Municipal de Luta e pela Eliminação da Discriminação Racial (Lei Municipal nº 14.056)

---

<sup>120</sup> A ausência de não ser inserido nas práticas coletivas como Hip Hop e as Folia de Reis na pesquisa, se deram por não estarem diretamente co-relacionadas com a matriz africana, no conceito adotado pela pesquisa, mesmo sendo de conhecimento suas ligações ao tema. Sabemos de integrantes do Hip Hop e de Folia de Reis com ligação direta, entretanto, a afirmação e inserção direta aos fenômenos observados seriam neste momento precoces, já que estes não foram observados com predominâncias coletivas no contexto das participações, movimentos, territórios e práticas estudadas.

## 2. Feijoada das Marias do Jongo: 3º domingo

### 3.17.2.4 Abril

- Festa do "Boi Falô": sexta-feira santa (Lei Municipal nº 8.907)
- Festa de Ogum – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò
- Festa de São Jorge: último domingo (Lei Municipal nº 13.814)
- Lavagem das Escadarias da Catedral: sábado de aleluia (Lei Municipal nº 9.515)
- Semana da Capoeira (Lei Municipal nº 11.373)

### 3.17.2.5 Maio

- Concurso da Rainha Pérola Negra (Lei Municipal nº 14.284)
- Dia de Luta Pela Reparação do Povo Negro do Brasil (Lei Municipal nº 14.053)
- Festa de Oxum – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò
- Festa dos Pretos Velhos: 13 de maio – Templo de Umbanda Mãe Joana Três Estrelas
- Semana de Solidariedade aos Povos Africanos (Lei Municipal nº 10.196)

### 3.17.2.6 Junho

- Festa Junina Popular (Lei Municipal nº 131.015)
- Festa de Xangô – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò

### 3.17.2.7 Julho

- Arraial Afro Julino do Jongo Dito Ribeiro: segundo sábado (Lei Municipal nº 14.869)
- Dia Municipal da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (Lei Municipal nº 14.054)
- Dia de Nelson Mandela (Lei Municipal nº 13.736)
- Dia do Turismo Étnico Afro-Brasileiro (Lei Municipal nº 11.136)
- Festa de Oxóssi – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò

### 3.17.2.8 Agosto

- Festa de Olugbajé – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò



- Dia Municipal em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos (Lei Municipal nº 14.055)

#### 3.17.2.9 Setembro

- Dia da Família Afro-Brasileira (Lei Municipal nº 10.892)
- Festa de Igbeji – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò
- Mês de Carlos Gomes (Lei Municipal nº 9.152)

#### 3.17.2.10 Outubro

- Dia Municipal de Mobilização Pró-Saúde da População Negra (Lei Municipal nº 14.364)
- Festa das Iyabás – Ilê Asé Oba Adákedajó Omí Aladò

#### 3.17.2.11 Novembro

- Feira Cultural AFROMIX: 2º fim de semana
- Mês da Consciência Negra (Lei Municipal nº 12.480)
- Roda da Mãe Preta: 20 – Comunidade Jongo Dito Ribeiro
- Semana do Hip-Hop (Lei Municipal nº 14.770)
- “Sou África em Todos os Sentidos”: 08/11 a 04/12
- Dia da Consciência Negra (Lei Municipal nº 5.935)
- Dia da Cultura Hip-Hop (Lei Municipal nº 12.318)
- Dia da Umbanda (Lei Municipal nº 14.273)

#### 3.17.2.12 Dezembro

- Dia do Samba (Lei Municipal nº 14.768)

#### 3.17.3 Casas de samba

- *Black* Sambar
- Buteco do André
- Casa Rio
- Casa São Jorge
- Escuta o Cheiro
- Orion Club
- Tônicos

- Vó Tiana

#### *3.17.4 Instituições*

- Casa de Cultura Fazenda Roseira
- Casa de Cultura Tainã
- Centro Cultural Machadinho
- Grupo de Teatro e Dança Savuru
- Imprensa Negra
- Instituto Cultural Baba Toloji
- Liga Humanitária dos Homens de Cor
- Museu Carlos Gomes
- Museu do Negro de Campinas
- Urucungus

#### *3.17.5 Manifestações culturais*

- Afoxe IBAÔ Inã Oti Omi
- Afoxé Omi Alado
- Candomblé (indicação de 4 terreiros: ver anexo)
- Capoeira: Coletivo de Salvaguarda da Capoeira de Campinas
- Festa de São Jorge
- Jongo: Comunidade Jongo Dito Ribeiro
- Lavagem das escadarias da Catedral
- Lenda do “Boi Falô”
- Religiosidade (breve histórico)
- Samba (breve histórico)
- Umbanda (nenhuma indicação de terreiros)
- 

#### *3.17.6 Órgãos específicos*

- Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra
- CEPiR: Coordenadoria Especial para Igualdade Racial
- Comitê Técnico da Saúde da População Negra
- Centro de Referência em Direitos Humanos na Preservação e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa

### 3.17.7 Personalidades

- Antônio Carlos Gomes
- Antônio Cezarino
- Elesbão
- Escravizado Toninho
- Francisco Glicério
- Francisco José de Oliveira
- Laudelina de Campos Mello
- Luís Gama
- Manoel José Gomes
- Mestre Tito
- Zé Mundão

### 3.17.8 Pontos turísticos

- Capela Nossa Senhora da Penha
- Casa Grande e Tulha da Fazenda Proença
- Catedral Metropolitana de Campinas
- Cemitério da Saudade
- Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor
- Estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro
- Hotel Fazenda Solar das Andorinhas
- Igreja São Benedito, Largo São Benedito e Monumento à Mãe Preta
- Largo das Andorinhas
- Largo do Carmo
- Largo do Rosário
- Largo Santa Cruz
- Palácio da Mogiana
- Parque Ecológico Monsenhor Emilio Jose Salim
- Praça Carlos Gomes

### 3.17.9 Ruas e Avenidas

- Av Francisco Glicério
- R Antonio Cezarino
- R Luís Gama

- R Mestre Tito
- R Visconde do Rio Branco
- R Vitoriano dos Anjos
- R 13 de Maio

As ações que serão representadas abaixo possuem grande importância para a Matriz Africana em Campinas e evidencia que a movimentação é constante: são lugares, festas e manifestações referendadas como herança do patrimônio cultural afrodescendente de matriz africana de Campinas; embora, durante a elaboração do Roteiro Afro 2015, não tenham sido incluídos, ainda são consideradas importantes, com um histórico próprio e detentor de memórias coletivas:

#### *3.17.10 Estádio Moisés Lucarelli (Ponte Preta)*

O estádio da Ponte Preta foi inserido no Projeto “Ruas de Histórias Negras” em 2015. É um importante espaço turístico no município desde sua construção em 1948 e se destaca pela rivalidade e proximidade com o Estádio Brinco de Ouro da Princesa (Guarani) e por ter sido um dos primeiros clubes de futebol no Brasil a contratar jogadores negros.

Segundo conversas com os mais velhos, antigamente não podiam ser contratados por times jogadores negros. Com a rivalidade entre Ponte Preta e Guarani, ambos times locais, nos jogos os adversários xingavam o time da Ponte Preta de “time de macacos”, evidenciando o racismo pela inserção desses jogadores negros. No entanto, com o passar do tempo esse xingamento se transforma em referência ao time da Ponte Preta e a torcida assume a “macaca” como a mascote do time.

#### *3.17.11 Festival de Culinária Afro-Brasileira e Africana*

Em 2013 e 2014, Marcelinho Reis, ativista do movimento LGBT e apreciador da culinária afro, escreveu e aprovou um projeto chamado “Saberes e Sabores” que teve como objetivo dar visibilidade à comida dos orixás através de novos experimentos, como a Feijoada de Ogum; ele criou o Bolinho de Feijoada e, sucessivamente, trabalhou com outros pratos tipicamente da culinária das religiões de matriz africana.

Após o término do “Saberes e Sabores”, custeado pelo PROAC (Projeto de Ação Cultural), oriundo de edital público criado pela Secretaria do Estado da Cultura, Marcelinho resolveu trabalhar na Estação Cultura da cidade o festival de Culinária Afro e Africana, no qual vários outros apreciadores e grupos que desenvolvem essas comidas colocam barracas para exposição e venda dos alimentos. Em 2016 foi realizada a segunda edição, motivo pelo qual não foi inserido no roteiro afro lançado em novembro 2015.

### *3.17.12 Destaque do Axé: homenagem/premiação*

Em sua 2ª edição em 2016, o Destaque do Axé é um evento que tem como objetivo homenagear religiosos de Matriz Africana que desenvolvem projetos sociais nos terreiros/ilês e/ou religiosos que desenvolvem ações em prol da religião, sem considerar como critério o tempo de feitura do pai ou mãe (zelador de santo) e nem o tempo em que o terreiro/ilê foi inaugurado e aberto para a comunidade.

Pai Francisco de Oyá – Ilê Asé Omon Oya – é o idealizador dessa homenagem e anualmente realiza uma pesquisa entre os religiosos de matriz africana de Campinas (Umbanda, Candomblé, Jurema e outras categorias nesse contexto), dos quais 8 são selecionados para a homenagem.

O evento acontece desde 2015, em 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira de Campinas. O local de realização é a Casa de Cultura Tainã e em 2016 foram homenageados 5 terreiros de Umbanda e 3 ilês de Candomblé.

### *3.17.13 Cortejo teatral: “O Auto do Elesbão”*

Também introduzido em dezembro de 2015, teve como ideia principal esclarecer o lançamento do livro “Elesbão”, do memorialista Valdir de Oliveira, conhecido como Seu Valdir. Apaixonado por Campinas, desde que chegou à cidade nas décadas de 1960 e 1970, trabalha em recuperar memórias do negro campineiro.

Ativista e incansável lutador pelas causas da igualdade racial, participante da diretoria do Clube “Machadinho”, do Comitê da Saúde da População Negra, do Conselho da Comunidade Negra, entre outros, também é figura muito conhecida nos coletivos de matriz africana na cidade. Realizou um importante levantamento histórico

e autoral, tendo como base os arquivos da Câmara dos Vereadores, sobre a morte de decapitação do escravizado Elesbão.

O auto em forma de cortejo teatral percorrerá as praças Praça Bento Quirino, no centro, até o Largo Santa Cruz, no Cambuí. Narra a história da cidade de Campinas e do escravizado Elesbão, o 1º escravizado enforcado e decapitado abrindo o precedente para enforcamentos públicos na cidade. O cortejo contará, por meio de narrações, encenação, dança e música a história da cidade e o julgamento, condenação e execução do jovem escravizado Elesbão. (...) A produção, iluminação e figurino do auto caberão às turmas dos cursos realizados pela Rede Usina Geradora, Escola Municipal de Cultura e Arte (EMCeA) e Laboratório de Produção Cultural da Estação Cultural.<sup>121</sup>

Ao concluir sua pesquisa, que resultou em um livro, foi desenvolvido com Seu Valdir o “Auto do Elesbão”, contando com a participação de vários grupos e coletivos da cidade de Campinas e região. A primeira apresentação do cortejo foi em 2015, junto com o lançamento do livro, e a 2ª edição aconteceu em 10 de dezembro, com ênfase na importância do Dia dos Direitos Humanos.

### 3.17.14 Força da Raça: premiação

Como disse Edna Lourenço, “Negros e brancos, sabendo que brancos e negros já o fomos, vimos hoje cobertos de fé cheio do espírito fértil de Deus”.

A premiação anual “Força da Raça”, criada pela mulher negra e referência de mais de duas décadas de mulheres e atuantes da matriz africana, a Comendadora Edna de Almeida Lourenço<sup>122</sup> tem como objetivo homenagear e reconhecer pessoas preferencialmente negras que desenvolveram ações, projetos, atuações, entre outros, em prol do fortalecimento e promoção da igualdade racial e direitos para a comunidade negra.

Ela se apresenta como uma mulher sonhadora, que após a leitura do livro “Viagem Fantástica” em 1985 começa a implementar seus sonhos para além de seu

<sup>121</sup> Para mais informações sobre o “Auto do Elesbão” acessar: <http://cartacampinas.com.br/2016/12/coletivo-de-artistas-apresenta-cortejo-teatral-o-auto-de-elesbao/>

<sup>122</sup> Edna Lourenço recebeu esse título na 1ª edição da Comenda Senador Abdias do Nascimento - Brasília, recebida em 20 de novembro de 2014. A Comenda Senador Abdias Nascimento é entregue, anualmente, a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira. Para mais informações acessar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/conselho/csan>; sobre a lista dos homenageados dessa 1ª edição, acessar: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/11/senado-celebra-cultura-e-identidade-afro-brasileiras-com-entrega-de-comenda-492.html>

lar. Ela explica que “O ‘Força da Raça’ expressa e retrata esse povo que estudou, e mesmo sem estudar, contribui para preservar a memória do povo negro”. Várias pessoas já foram homenageadas e o apoio do Sindicato dos Vigilantes, em meados de 2008 e 2009, ampliou e fortaleceu ainda mais essa premiação, tornando-a a maior conquista e trabalho concretizados de luta e militância trabalhados por ela na cidade.

Em 2016 a “Força da Raça” realizou sua 26ª edição. Entre os homenageados estavam o goleiro Aranha e o cantor, considerado pelos fãs o Príncipe do Pagode, Reinaldo. Os convites são concorridos e os negros, negras e convidados se vestem elegantemente. Esta é a mais antiga premiação permanente realizada por ação da própria sociedade civil.

Aranha jogava no Santos em 2014 quando, durante uma partida contra o Grêmio no Rio Grande do Sul, sofreu ofensas racistas proferidas por diversos torcedores gremistas. O goleiro reagiu ainda dentro do gramado e obrigou a sociedade – e os torcedores registrados em vídeo – a enfrentar e debater o problema.<sup>123</sup>

### 3.17.15 *Marcha Zumbi dos Palmares*

Zumbi, valeu  
 Hoje a Vila é Kizomba  
 É batuque, canto e dança  
 Jongo e Maracatu  
 Vem, menininha, pra dançar o Caxambu  
 (Trecho do samba enredo da Vila Isabel de 1988, **Kizomba**)

Desde 1995, quando o então vereador Romeu Santini oficializou a Lei Municipal do Dia da Consciência Negra, a comunidade negra de Campinas começou a pensar e organizar diversas ações para que o tema ganhasse relevância. Porém, é somente com a gestão do vereador Tiãozinho (PT) em 1988 que a Marcha “Zumbi dos Palmares” ganhou as ruas da cidade.

Com organização parecida com a da Lavagem das Escadarias, todo dia 20 de novembro, às 9:30 na Estação Cultura, diversos movimentos sociais, culturais, políticos e artísticos reúnem sua bandeira pelo fim do racismo, discriminações, entre várias outras pautas, como o Direito a Cotas nas Universidades, o fim do genocídio da Juventude Negra, Contra a Violência à Mulher e outros temas, que ganharam uma só voz.

<sup>123</sup> Para saber mais sobre o ocorrido com o goleiro Aranha, acessar: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/e-absurdo-achar-que-nao-existe-racismo-diz-goleiro-aranha-sobre-redacao-do-enem.ghtml>

O trajeto percorre as Ruas 13 de Maio, as Avenidas Francisco Glicério, Barão de Jaguará, General Osório, Anchieta e Thomaz Alves, retornando pela Francisco Glicério para o fim do percurso no Largo do Rosário. Durante o percurso são entoadas músicas de fortalecimento e de denúncia das questões étnico-raciais ao som do ijexá, com marcação de tambores diversos e alfaias de maracatu.

Em alguns anos houve apoio do poder público; em outros, foi organizado e realizado por iniciativa dos próprios grupos e coletivos envolvidos. A Marcha é um dos atos de maior compromisso da comunidade negra local.

Nos últimos anos, com maior presença e participação de outros segmentos da matriz africana, foi observado, como em quase todos os setores, uma diminuição da presença de negros, demonstrando o que já foi apontado sobre a redução dessa população. Conseqüentemente, a permanência da marcha, apesar dessa diminuição visivelmente notável, aponta novas perspectivas analíticas do quanto, mesmo diante das transformações políticas, sociais e econômicas vividas no país após a queda da Presidenta Dilma, que mostrou o aumento de diversas intolerâncias e movimentos conservadores, as lutas e relações solidárias permanecem e buscam unidade para enfrentar tais transformações.

A Marcha “Zumbi dos Palmares”, em sua 18ª edição, carregou como título “Nós por nós mesmos”, contando com cerca de 1000 militantes e simpatizantes. Ela cumpriu sua missão, mesmo tendo sido em um domingo pela manhã e ter perdido a participação dos jovens que estavam prestando o vestibular da UNICAMP. Esta ausência causou descontentamento no movimento, mas a Marcha levou mais uma vez para as ruas de Campinas as vozes dos coletivos e matriz africana.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta dos escravizados pela reconquista da liberdade tem início nos primórdios do cativeiro. A redução da imobilidade e do silêncio, ao lado da ameaça à integridade física com castigos devidamente planejados e hierarquizados, tinha como finalidade controlar a reação ao aprisionamento e evitar a fuga, individual ou coletiva, do escravizado prisioneiro.

Logo no primeiro século de colonização portuguesa do Brasil já se tem notícia da formação dos “quilombos”, lugares onde viviam os negros fugidos que passavam a formar um novo agrupamento social, à margem da sociedade colonial construída pelos portugueses, e dedicada à caça, à pesca e à agricultura de subsistência; quilombos como os dos Palmares, localizados na região da Serra da Barriga no atual estado de Alagoas em um conjunto de aldeamentos onde viviam negros, índios, livres pobres e mestiços. Os palmarinos resistiram à repressão por mais de sessenta anos (entre 1620 e 1680) tanto dos portugueses quanto dos holandeses no período em que estes dominaram a região de Pernambuco.

A escravidão chegou ao fim não só porque os escravos fugiram, mas também porque suas ações tiveram um efeito político capaz de influenciar debates parlamentares e atitudes das próprias camadas senhoriais no âmbito das transformações econômicas e sociais, nacionais e internacionais, ao longo do período. Os olhares também se voltaram para a participação dos livres e libertos, negros e mestiços, no movimento popular que derrotou um sistema de mais de trezentos anos.

A década de 1880 foi marcada por fugas de escravos, manifestações de rua e tensões no campo. Havia uma grande expectativa em relação ao fim do cativeiro e não era apenas o fim da escravidão que estava na pauta. Escravos e libertos esperavam que a abolição tivesse como desfecho o acesso à terra, à escola, à liberdade de movimento e maior inserção como cidadãos: foram estas expectativas que movimentaram os populares contra o cativeiro e esquentaram as comemorações do 13 de maio.

É importante lembrar que os escravizados africanos e indígenas foram elementos essenciais para a formação da população e da cultura brasileira. A diversidade étnica verificada no Brasil decorre desse processo desde a culinária até

a língua portuguesa. É impossível não perceber a influência da cultura desses povos, nos aspectos políticos, sociais e religiosos.

Enquanto há evidências de que imigrantes europeus passam por processo de ascensão social no sentido de entrar na pequena burguesia, a maioria da população negra sofreu uma trajetória inversa de caráter permanente. Hasenbalg (2005), referindo-se ao estado de São Paulo, diz que em “nenhum lugar do país foram os imigrantes brancos tão claramente os ganhadores e os negros os perdedores do desenvolvimento econômico e da prosperidade”<sup>124</sup>.

A resultante dessa conjuntura histórica em Campinas, um dos maiores centros urbanos de São Paulo, foi o surgimento de um território de matriz africana que, ao se recriar no decorrer do tempo e reafirmar a busca pela igualdade de direitos e de acesso na sociedade, consolidou-se de modo expressivo e marcante nas relações de poder e a cidade, tornando-se uma referência de atuação para vários outros estados do Brasil.

Verificou-se que de 1888 a 1926 as organizações negras conseguiram um nível de eficiência no qual suas articulações extrapolaram o âmbito restrito da população não branca. Assim, a formação histórica de Campinas, como a de outras cidades brasileiras, se refletiu por muito tempo nas relações entre brancos e negros. Esse reflexo pode ser percebido pelo maior ou menor número de manifestações organizadas na cidade, que ocorrem com os mais variados objetivos.

Dessas manifestações, algumas foram motivadas para responder às dificuldades ou impossibilidades de sobrevivência, não só física, mas cultural; outras em resposta à discriminação da sociedade brasileira e de Campinas, acolhendo nesta mesma causa a parceria de adeptos de outras etnias, um passo fundamental para que gradativamente as distâncias sociais sejam diminuídas.

Este trabalho não se encerra nesta tese, mas possibilita uma continuidade ao diálogo aberto com o levantamento da obra de Cleber Maciel, iniciado em sua dissertação de mestrado em História na UNICAMP em 1985 com o tema “Discriminações Raciais em Campinas” (1888 – 1926). Esta tese revisitou o passado apresentado por Maciel por meio de uma vasta pesquisa, de modo a mostrar um panorama contemporâneo dos avanços, das recriações e da reorganização desse

---

<sup>124</sup> Para mais leituras sobre as reflexões sobre as discriminação racial e desigualdade social no Brasil ver: [https://www.espacoacademico.com.br/063/63res\\_nascimento.htm](https://www.espacoacademico.com.br/063/63res_nascimento.htm); <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a13v18n2>; <http://docslide.com.br/documents/hasenbalg-discriminacao-e-desigualdades-raciais-no-brasil-carlos-hasenbalg.html>

território, da reafirmação das memórias e reterritorialização da representação da matriz africana em Campinas. O conceito aqui aplicado de matriz africana é o elemento fundamental que delimita, compreende e designa todas as influências culturais, manifestações e resquícios oriundos dos escravizados africanos que permanecem vivos por seus praticantes e detentores, mesmo que recriados ou reinventados.

Desse modo, os territórios e as práticas que (re) existem são visíveis para a maioria da população, diferente do que se imaginava no começo da pesquisa. A questão certamente não era falta de visibilidade, já que ações como o desenvolvimento do Roteiro Afro em 2010, na lógica do turismo étnico, já mostrava a existência e reconhecimento da forte contribuição da presença “negra” para a consolidação e crescimento de Campinas para além da mão-de-obra escravizada utilizada. A memória dessa presença e contribuição dos africanos que foram escravizados é salvaguardada pelos mais velhos e/ou pelos seus descendentes, que ao estarem ainda atuantes em muitos dos movimentos, transmitem as lembranças aos mais jovens e com elas fomentam a continuidade e a manutenção das pautas sobre igualdade de direitos, que não são novas, mas repostas e ampliadas com os avanços e recuos, de modo geral, da política pública nacional.

Por isso, a problemática da hipótese inicial passa a ser respondida e evidenciada no campo da Representação, no escopo político, social, econômico e cultural. Como já apontava Cleber Maciel, a problemática se revela pela ausência da Representação nas esferas representativas sociais, políticas, culturais, econômicas, entre outras; uma consequência direta do Racismo permanente, o elemento estruturante que faz com que a representação se torne a questão a ser trabalhada e porque essa pesquisa buscou contribuir, na construção de novos caminhos de reversão contra o racismo.

Mesmo mudando de “forma”, o Racismo se recria e se ancora em outros discursos, mas permanece nas entranhas da sociedade campineira, fazendo com que haja uma sensação de invisibilidade ao que é de fato visível, à permanência de discursos discriminatórios associados às religiões e culturas de matriz africana, mesmo no caso de Campinas, aqui estudado onde os levantamentos de campo apontaram que atualmente elas são praticadas majoritariamente por membros de outras etnias não afrodescendentes, principalmente a Umbanda.

É o racismo que seleciona o que será preservado, divulgado e mostrado; é ele que define o que será apagado, esquecido e ignorado na cidade; é ele que cria o senso comum para a sua permanência por meio de expressões como “a coisa está preta”, “preto de alma branca” e “fazer nas coxas”, associadas a situações ruins, mas sem repor o contexto em que essas associações ruins foram criadas e para quem.

A percepção dos territórios e a propagação da mentalidade racista se amparam por diversas estratégias do capital, da elite e da sociedade como um todo, e se expressam através da mídia, das propagandas, dos livros didáticos e da seleção dos conteúdos que se reproduzem no cotidiano, como o Projeto “Ruas Negras”. Quando os moradores das ruas foram entrevistados sobre quem eram os personagens negros que davam nomes às ruas, praças e monumentos, a maioria afirmou desconhecimento e espanto ao receber a informação de que, por exemplo, Francisco Glicério, personagem homenageado em uma das avenidas principais da cidade, e Carlos Gomes, considerado um dos cartões postais de Campinas, eram afrodescendentes.

Tampouco houve o questionamento da existência de uma lenda sobre um boi que fala e do personagem que ouviu o boi falar; e que, de alguma maneira, foi essencial para que tal lenda tornasse referência na memória coletiva. Quem selecionou o boi como personagem principal no lugar do escravizado Toninho, que tem sua lápide ao lado do Barão Geraldo de Rezende na alameda principal do Cemitério da Saudade?

Nesse contexto é perceptível que este trabalho ainda não acabou, mas contribui para que esta reflexão continue necessária apesar dos 128 anos após a abolição e seja considerada não como um problema, mas como a busca de soluções e se possível, conjuntas.

Quando se toma ciência da herança ancestral, onde se está e como se contribui efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, harmônica, com respeito às diferenças e sem discriminações, os adeptos dessa sociedade com plena igualdade de direito se manifestam, se encontram e realizam ações construtivas para todos. Por exemplo, professores comprometidos com a responsabilidade de uma educação cidadã, que respeitam a diversidade na escrita de livros didáticos que apresentem as diversas vertentes da construção nacional; e que todos que contribuíram para essa nação tenham seus espaços para além da história dos vencidos e vencedores. Apesar do passado escravista e da

contribuição de todos que aqui vieram resultarem na configuração de uma nação que ainda é desigual, racista, é crescente a consciência de que esta pode ser transformada se todos trabalharem juntos, principalmente se forem usadas e construídas políticas públicas que respeitem as diversidades e possibilitem a formação de homens e mulheres conscientes de que o racismo não é só problema dos afrodescendentes, mas de todos e todas independente de etnias e culturas.

Nessa perspectiva os mapeamentos de onde estão esses territórios, como se desenvolveram, se articularam, se reproduziram e atuaram com todas as adversidades impostas pelo racismo se fazem necessários e contribuem para que os mesmos se fortaleçam enquanto rede e enquanto extensão territorial.

Afinal, nesses últimos 4 anos essa pesquisa sofreu diversos impactos reflexivos, pois foi iniciada quando, em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) de 2013 tomava as ruas repletas de juventude pela tarifa zero, inflamando as discussões sobre a mobilidade urbana e no campo cultural acontecia concomitantemente na Bolívia, na cidade de La Paz, o Primeiro Encontro Latino-América dos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, com ênfase nas discussões sobre a relação de poder *versus* pobreza. Acontecia também ali o Congresso Cultura Viva Comunitária, com ponteiros de vários países latinos que discutiam as diferenças culturais de bases indígenas e sua influência nos debates sobre patrimônio imaterial, sob as formas de ocupações dos espaços de cultura local e a atuação de agentes mantenedores das memórias populares. E, nos finais de tarde as ruas eram tomadas por passeatas gigantescas com reivindicações populares contra a opressão armada do governo Evo Morales.

No Brasil em 2014, novas eleições para a presidência do Brasil nas quais Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% de votos válidos, acarretaram desde então um estado de disputa e transições permanentes. Este fator mobilizou milhares de setores da sociedade contra e a favor desse resultado e fez com que problemas que pareciam adormecidos ou resolvidos voltassem à pauta da sociedade; entre eles o racismo, evidente nos altos índices como o Mapa da Violência, que demonstra a vulnerabilidade da juventude negra e a insere como alvo de genocídio, uma das maiores problemáticas a serem enfrentadas pelos movimentos e comunidade negra na atualidade.

O racismo não é o único fenômeno que tem sofrido ações de intolerância, xenofobia e discriminação, que merecem igual atenção. A atual representação

política nos âmbitos municipal, estadual e nacional exige da sociedade igual atenção e acompanhamento, que se devem, sobretudo, à observação da tendência de parte de alguns representantes políticos, que ao invés de direcionar a política para o bem-estar de todo o povo brasileiro ignora a diversidade nacional e não respeita as diferenças. Posicionamentos como da Bancada Evangélica colocam em risco diversas conquistas populares, como as Leis nº 10639/03 e nº 11.645/08, que inseriram na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) o ensino da História e cultura africana, dos afrodescendentes e indígenas, e que agora estão em risco de serem retirados.

Em São Paulo, após as novas eleições para a prefeitura, também se notaram os impactos que afetam as conquistas populares culturais, como a atual discussão sobre a retirada da Virada Cultural Paulista, um evento idealizado para a ocupação da população das áreas centrais da cidade que corre o risco de ser restrito a um único espaço fechado e controlado, indo contra a própria lógica do evento.

Outras discussões afetaram as escolhas e caminhos dessa pesquisa durante os estudos, mas este trabalho buscou apresentar um conjunto de resultados e (re) existências para enfrentar o racismo e deste modo possibilitar o acesso de todos aos conhecimentos, memórias e territórios que representam e podem auxiliar na transformação da cidade inclusiva, da cidade para todos por meio da ideia de que matriz africana em Campinas, no escopo estudado, tem influência dos saberes bantu: “UBUNTU – Sou por que somos”, como sentido e compreensão ancestral.

Se o racismo for enfrentado por todos juntos, também será alcançada a transformação social democrática e com igualdade de acesso, direitos e oportunidades, sendo a cultura, a ciência e o território elementos estruturantes dessa transformação. Como apontava Milton Santos ao alertar que para descolonizar e libertar há de ter consciência de que o atual momento que se vive possibilita que as tecnologias e ciências podem ser ferramentas efetivas de outras construções, além da dominação de mentes e almas.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD & COLI. 2008. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In, **Acselrad, H. • Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro. Editora do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- AGUALUSA, José Eduardo. **1960: A rainha Ginga**. Rio de Janeiro: Foz, 2015.
- ALVES, José Carlos Moreira, **Direito Romano, vol. I**, 10ª edição, Ed. Forense, 1995.
- ANDRADE, Margarida Julia F. de Salles; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Fortaleza em Perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. Tese (doutorado) USP, Faculdade de arquitetura e urbanismo, Pós-graduação em História e Fundamentos da Arquitetura. 2012, 297p.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.
- ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Revista História Hoje, São Paulo, Internet, vol. 3, nº 7, 2005.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Plano de Requalificação Urbana da área Central de Campinas [Versão preliminar]**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Deplan, mar. 2002.
- . **Campinas: o despontar da modernidade**. Área de Publicações do Centro de Memória da Unicamp (CMU), Campinas, 1996.
- BAHIA, Joana. **As Religiões Afro Brasileiras em terras Alemãs e Suíças** – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Laboratório Associado – *ICS Working Papers* 2-2013. Disponível em: [http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2013/wp2013\\_1.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2013/wp2013_1.pdf)
- BARAVIERA, Verônica de Carvalho Maia. **A Questão Racial na Legislação Brasileira**. 2005. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/82/Veronica\\_de\\_Carvalho.pdf?sequence=4](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/82/Veronica_de_Carvalho.pdf?sequence=4)
- BARBOSA, Benedito de Oliveira. **Mestre Tito: o escravo que construiu uma igreja**. Revista Neste Mês. 1-2:6-7 Dez de 1977.
- BARRANTES, P. E. de Maria. Encontro de História da Arte, 7. Campinas, SP, 2011. In: **VII Encontro de História da Arte: os caminhos da história da arte desde**

**Giorgio Vasari.** Gabriela Lodo (et al): organizadora. Campinas, SP. UNICAMP-BC-IA, 2012. Pp. 378-385.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: contribuição para uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações.** Vol. I e II, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

——— **As Religiões Africanas no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1989.

——— **O candomblé da Bahia: rito nagô.** Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Revisão técnica de Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [Le candomblé de Bahia: rite nagô, 1958].

——— **Estudos Afro-brasileiros.** Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1973.

——— **Os suicídios em São Paulo, segundo a cor.** Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo: USP; São Paulo, n. 71. 1943.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os santos nômades e o Deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade.** São Paulo: Ed Paulinas, 1983.

BERGÓ, Maria Stela de Abreu. **Estudo Geográfico da cidade de Campinas.** In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**, 10, 1944, Rio de Janeiro. *Anais*, v.3. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952. p. 641-694.

BERTINATO, Wania L. V. **Imóvel Rua Emílio Ribas nº 1468, Campinas, Museu do Negro: Reflexões sobre seu tombamento.** Monografia Final na Disciplina HH -717. (IFCH – UNICAMP), Campinas, 2006.

——— **Monografia Final na Disciplina HH -717.** (IFCH-UNICAMP), Campinas, 2006. Acessado em: 30 Ago 2016.

BIKO, S. Bantu. **Alguns Conceitos Culturais Africanos.** Núcleo de estudantes Negras. Universidade do estado da Bahia. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/108804567/Bantu-Steve-Biko-Alguns-Conceitos-Culturais-Africanos>

BIKO, Steve. **Eu Escrevo o que eu quero.** Editora Ática, 1990. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/steve-biko-escrevo-o-que-eu-queropdf.html>

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre, **1930-1920 – A economia das trocas simbólicas.** Perspectiva, 2009.

BRAGA, P. Marques. **Revista CPC.** São Paulo, nº 3. Nov 2006-Abr 2007. Pp. 33-53.



BRANDÃO, C. Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

——— **Identidade e Etnia: construção da pessoa e Resistência Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Alimento. Direito Sagrado. In: **Pesquisa Socioeconômica e Cultural dos Povos e Comunidades de Terreiros**. Brasília, MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da informação, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estatuto da Igualdade Racial**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2011.

——— **Plano Nacional de Promoção para Igualdade Racial (PLANAPIR)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2009.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: Estudos Econômicos nº 14. São Paulo: IPÊ/USP, 1981.

CAMPOS, Theodoro de Souza Júnior. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1988**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARDOSO, Neise Marino. **A história das Irmãs Marcelinas: fundação do Colégio dos Anjos em Botucatu (1912)**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2007. 113f.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA, **Empreendimentos sociais**; TAKANO, **Cidadania** (org). **Racismos contem-porâneos**. Rio de Janeiro. Takano Editora, 2003, pp.49-58.

CARVALHO, Edemir. **Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas: 1870 – 1956**. Campinas: 1991. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. 289p.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTIANO, José P. **Referenciais da Filosofia Africana: em busca da intersubjetivação**. 1ª Edição. Sociedade Editorial Ndjira, Ltda. Agosto de 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

CRUZ, Teresa Cristina de carvalho. Percursos. Florianópolis, vol 8, nº 1. Jan-jun. 2007. Pp. 3-17.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: **Itinerários geográficos**. BEZERRA, A. C. A., NASCIMENTO, F.R. do e ARRAIS, T.A. (orgs). Niterói: EDUFF, 2007.

DAUNT Neto, Ricardo. **O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. XLI, 1894. Pp.83-84.

DEBRUN, Michel. Brazilian National Identity and self-organization. **Identidade Nacional Brasileira e Auto-organização**. Itala M. Loffredo D'Ottaviano, Maria Eunice Q. Gonzales (orgs): tradução por Valéria Venturella – Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (2009). Coleção CLE, vol. 53. ISBN 01033147.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. (Tradução: Bernhard A. Schumann). SP: Boitempo, 2008.

FELIPE, Roniel de Jesus. **Negros heróis: histórias que não estão no gibi**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

——— **Negros heróis: histórias que não estão no gibi**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FORANTINI, Oswaldo Paulo. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo, Ed. USP/Ed. Artes Médicas, 1992. 529p.

FRANCISCO, Rita de Cassia. **Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas**. Revista CPC, São Paulo, nº 6. Mai 2008-Out 2008, p. 119-141.

FRANKLIN, John Hope. **1915: Raça e história: Ensaio selecionados (1938-1988)**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GIESBRECHT, Erica. **A memória em negro: Sambas de bumbo, bailes e carnavais construindo a comunidade negra de Campinas**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene; HERINGER, Hosana. **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das**

**desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; Action Aid, 2009, pp.39-74.

GOULART, Edmo. **Campinas: Ruas da Época Imperial.** Campinas: Maranata, 1983.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Classes, raças e democracia.** Ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades Raciais no Brasil. In. HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice: Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

HAUFBAUER, Andreas. **Ideologia do Branqueamento – Racismo à Brasileira?** Atas do VI Congresso Luso-Afro brasileiro (2000). Artigo disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HEYHOOD Linda, M. **The Angolan – Afro-Brazilian cultural connections;** FREY, Sylvia and WOOD, Betty. **From slavery to emancipation in the atlantic world.** London: Frank Cass, 1999. Pp.9-23.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo, Editora Companhia das Letras. 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, E. **Jardim Cidades do Amanhã.** London (2<sup>nd</sup> Ed). S. Sonnenschein & Co, 1902. Pp. 2-7.

IANNI, Octavio. **Raças e classe sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INGOLD, T. **Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descoberta-de-caminho e navegação.** In *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 25 (1): 72-75, 2005.

JOAQUIM, Maria S. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra.** Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: Educ, 2001.

KREBS, Carlos Galvão. **Estudos de batuque: cavalo de santo, axé de varas e estado de santo.** Porto Alegre: IGTF, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LODY, Raul. **Candomblé: religião e resistência cultural**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

———. **O Povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. Rio de Janeiro: Pallas, 1995.

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. **Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881)**. 222f. (Dissertação de Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas (SP). 2003.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios?** Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 2002.

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888 – 1926)** 2ª ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

———. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Edusp, 1994.

MAGGIE, Yvone. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

———. **O medo do feitiço – verdades e mentiras sobre a repressão**.

MARTINS, Alessandra Ribeiro. **Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no sudoeste do Brasil no Século XXI**. Campinas, Monografia de Final de Curso de História, PUC-Campinas, 2008.

———. **Força e superação. Marcas Centenárias. Revista Cidade & Cultura**. Campinas: Convivência perfeita entre modernidade e tradição, Campinas. Mar 2015. Pp. 38-43. Disponível em: [http://issuu.com/projetocidadeecultura/docs/revista\\_de\\_campinas/1](http://issuu.com/projetocidadeecultura/docs/revista_de_campinas/1) Data de acesso: 13 Mai 2015.

———. **Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro**. Campinas (SP), PUC-Campinas, 2011.

———. **Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas/SP**. Campinas (SP), PUC-Campinas, 2011. Data de acesso: 19/05/2015.

MARIANO, Julio. **Campinas de ontem e anteontem**. Editora Maranata, 1970.

MARTINS, Robson Luis Machado. **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)**. Campinas, SP: Unicamp: 2005.

——— **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)**. Campinas, SP, UNICAMP/CMU, 2005, 105p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 10<sup>o</sup> ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Clássicos do Pensamento Político).

MARX, Murillo de Azevedo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo & Editora Nobel, 1991, p. 143.

MATOS, O. N de **Café e ferrovia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

MAZOCO, Eliomar Carlos. **Festas e artesanato em terras do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec; INL, 1982.

MINDLIN, Betty. **Nós Paiter – Os surui de Rondônia**. Editora Vozes, Petrópolis 1985.

MONTEIRO FILHO, João Caetano. **Rua Mestre Tito**. Série: Nomenclatura de Personagens, Logradouros e Municípios. Fundo João Caetano Monteiro Filho. Arquivos Históricos, Centro de Memória – UNICAMP.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Culto aos orixás**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. São Paulo, Ática, 1986b.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 741. (Ensino Superior) Orig. *The city in history, its transformations and prospects*. 1961. Martins Fontes, desde 1982.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. In: SANTIGO, Silvano. (Org.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000. Pp. 3-167.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. 1993. Nº 10. Pp. 12-13.

OLIVEIRA, Marco Davi. **A Religião Mai Negra do Brasil**. Mundo Cristão, 2004, pp.50-51.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. **Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia no século XIX**. Revista USP, vol. 28. 1995-1996. Pp. 174-193.

OLIVEIRA, Valdir. **Elesbão**. Campinas: Gráfica e Editora 57, 2015. p. 203.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahyo. **História & Historia Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

——— **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

——— **O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as regiões afro-brasileiras**. Revista Brasileira Ci. Soc. vol.16, nº.47. São Paulo, Out 2001.

——— **Os Candomblés em São Paulo – a velha magia na metrópole**. HUCITEC – USP, 1991.

——— **Os príncipes do destino: Histórias de mitologia afro-brasileira**. 2ª Edição. São Paulo – Cosac Naify, 2005.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. A **conspiração escrava** de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família, Campinas, **2005**. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000344268>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo. **Roteiro Afro – afro Brazilian Tour**. 2014-2016.

PREVITALLI, Ivete. M. **Candomblé Agora é Angola**. São Paulo. Annablume. Petrobras, 2008.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas: Município no Império**, 1993. 100p.

——— **Campinas, município no Império: fundação e constituição; usos familiares; a morada; sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1983. 231p.

——— **Campinas: Município do Império. Fundação e Construção, Usos Familiares, A Moradia, Sesmarias, Engenhos e Fazenda**. SP. Imprensa Oficial do Estado de S.A , 1993.

——— **Campinas: seu berço e juventude**. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969.

REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades Africanas na Bahia setecentista.** Campinas (SP) 2005. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

REIS, João José. **Identidade e diversidades étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão.** In: **Tempo.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol. 2, nº 3, Jun 1997. Pp. 7-33.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil.** São Paulo, Editora Pini, 2000, 239p.

———. **Imagens de vilas e cidades no Brasil colonial.** São Paulo, Editora USP & Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2011, 411p.

RIBEIRO, Josenilda. **O Sincretismo Religioso no Brasil: uma análise das Transformações Históricas no Catolicismo, Evangelismo, Candomblé e Espiritismo.** Disponível em <http://docplayer.com.br/1230843-Universidade-federal-de-pernambuco-centro-de-ciencias-sociais-ccsa-disciplina-de-historia-da-cultura-brasileira-josenilda-oliveira-ribeiro.html>

RIBEIRO, Matilde. **Política de Promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)** Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. P. 368.

RICCI, Maria Lucia Rangel. **Relembrando a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas.** SARAÓ. Revista 45, Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp. Universidade de Campinas, 2002-2006. Disponível em: [http://www.centrode memoria.unicamp.br/sarao/revista45/sarao\\_ol\\_texto1.htm](http://www.centrode memoria.unicamp.br/sarao/revista45/sarao_ol_texto1.htm)

RIOS, Ana M; MATTOS, Hebe M.O. **Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** TOPOI, vol. 5., n. 8. Jan-jun, 2004, pp.170-198.

RODRIGUES, Fabíola. **A Invenção da Cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006).** Campinas, 2008. 363f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

———. **“Perfil populacional de Campinas: a contribuição das migrações”** IN PESSOA, ÂNGELO E. S. (org e coord). CONHECER CAMPINAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, Secretaria Municipal de Educação, 2004.

ROLINK, Raquel. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo.** FAPESP/ Studio Nobel, 1977.

ROSADA. M. **Revista Oculum** ens. Campinas, 11-12. Jul-Dez 2014. Pp. 219-240.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura.** Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1995.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas. Editora da Unicamp, 2002. p. 400.

SANTOS, Carlos Jose Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915**. 2ª Edição São Paulo: Annablume/Fapesp 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

——— **Concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, ano 10, vol. 2, nº 18, 2º semestre de 2008, pp. 24-42.

——— **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SAULE JUNIOR, Nelson. **Nova Perspectiva do Direito Urbanístico: Ordenamento Constitucional da política urbana**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

——— **Vias Jurídicas da Política Urbana no Brasil**. Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2007.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta S. (coords.). **Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa**. São Paulo: FAO/USP, 2007, pp. 111-139.

SEVERINO, E.; CASTIANO, José P. **Pensamento Engajado: Ensaio sobre filosofia africana, Educação e Cultura Política**. Editora EDUCAR, Universidade Pedagógica. Maputo, Janeiro de 2011.

SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX)**. Acessado em 29 Mar 2016.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SLENES, Robert. W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Brasil, sudoeste, século XIX Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 47p.

——— **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. (Corrigida). Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302p.

THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1981.

THORTON, John. **On the trail of Voodoo: African Christianity in Africa and the Americas** The Americas, Vol XLIV, n. 3, January 1988, pp. 261-178.



——— **The development of an African Catholic Church in the kingdom of Kongo, 1941-1750.** *Journal of African History*, 25, 1984, pp.147-167.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.** 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010, p. 64.

VERGER, Pierre Fatumbi. **ORIXÁS – Deus iorubás na África e no Novo Mundo.** Editora Corrupio, 1981.

VILLAGELIN, Arthur. **Dossiê Rua Mestre Tito.** Série: Ruas de Campinas, Coleção Arthur Pereira Villagelin, Arquivos Históricos, Centro de Memória (UNICAMP).

VILELLA, Américo Baptista. **Representações da Cidade: Patrimônio Cultural Imaterial e Memória Republicana em Campinas.** Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/textos%20DOUTORADO/representacoes%20da%20CIDADE.pdf>

\_\_\_\_\_. Revista CPC, São Paulo, n. 6, p. 102-118, maio 2008/out.2008. Disponível: <http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15626/17200>.

XAVIER, Regina Celia Lima; ANDRADE, Tito de Camargo. **Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista.** 2002. 340f. Tese de doutorado ao Departamento de História de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP)

## DOCUMENTOS E REVISÕES

ACM. **Atas da Câmara Municipal**, Vila de São Carlos, 1834/1842, p. 12. Sessão de 12 Maio 835.

AESP, 1839. **Ofícios Diversos de Campinas**, Nº de Ordem 850, Lata 56, Docto. 56-I-80 e 56-I-84 de 22 e 26 de abril de 1830, respectivamente.

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material  
Revista, CPC, São Paulo, nº 6. Pp. 119-141, Mai-Out 2008.  
*An. mus. paul.*, vol. 14, nº 1. São Paulo, Jan-Jun 2006. AUREA Pereira da Silva.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100004>

XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado.  
**A DIMENSÃO COTIDIANA DO PATRIMÔNIO E DESAFIOS PARA SUA PRESERVAÇÃO** – 21 a. 24 de outubro de 2014, Bauru (SP), Brasil. Anais. Pg 1121-1127. Editora FAAC- Unesp. P.1923.  
<http://cicop2014.com.br/anais/arquivos/2014.pdf> Data de acesso: 10/05/2015.

XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú. MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Esta pesquisa integra o projeto **“Dinâmica intra-metropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”**, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP), com financiamento da FAPESP, p. 2-3. Disponível em:  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_683.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_683.pdf)

**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Livro 4, título L, n.834, p.293.

Diário de Campinas, 31.11.1882. **Necrológio de Mestre Tito: 8º Livro de Óbitos da Igreja Catedral de Campinas.** F. 9. Fontes citadas por Jolumá Brito op. Cit. 1960, pp. 105-106.

## JORNAIS

Correio Braziliense. 27/11/2015. Disponível em:  
[http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna\\_cidades\\_df,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna_cidades_df,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml)

Correio Popular: 24/04/2015. Disponível em:  
[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2015/04/capa/campinas\\_e\\_rmc/254733-umbanda-celebra-a-10--festa-de-sao-jorge.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/04/capa/campinas_e_rmc/254733-umbanda-celebra-a-10--festa-de-sao-jorge.html)

Correio Popular, 05/11/2015.  
[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2015/11/campinas\\_e\\_rmc/398564-placas-resgatam-memoria-dos-negros-em-campinas.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/11/campinas_e_rmc/398564-placas-resgatam-memoria-dos-negros-em-campinas.html)

Correio Popular, 12/11/2015.  
[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2015/11/campinas\\_e\\_rmc/399617-roteiro-turistico-faz-homenagem-a-cultura-afro.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/11/campinas_e_rmc/399617-roteiro-turistico-faz-homenagem-a-cultura-afro.html)

[http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna\\_cidades\\_df,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna_cidades_df,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml)

Diário Oficial de Campinas, 18/09/2003.  
<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/18-09-2003.pdf>

Gazeta de Campinas nº 259 de 26 Mai 1872, ano III, pp. ½.  
 Pesquisadora: Mailde J. Trípoli. Bolsista CNPQ.

## REVISTAS

Revista Conferência de Revisão de Durban – *World Conference Against Racism* – SEPPPIR – 2009.

Revista **Caminho Espiritual. Umbanda e sua doutrina sagrada.** Edição 6.  
 Disponível em:  
[http://www.rcespiritismo.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=192:a-origem-da-umbanda&catid=34:artigos&Itemid=54](http://www.rcespiritismo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192:a-origem-da-umbanda&catid=34:artigos&Itemid=54)

## LINKS

13 anos sem menisquicência. **História da Alcalina.**  
[http://www.bateriaalcalina.com.br/?page\\_id=4413](http://www.bateriaalcalina.com.br/?page_id=4413)

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **A casa da fazenda Santa Genebra: morar e viver em Campinas (1850-1900).** UNICAMP, CLE, Arquivos Históricos em História da Ciência. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenano-breza/arquivo/Doc/t7s2-01.pdf>

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia.** Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD\\_Henri\\_-\\_Sobre\\_os\\_usos\\_sociais\\_da\\_cartografia.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf)

Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Campinas. **Comissão inicia revisão de leis para comunidade negra.** Disponível em: <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2010/comissao-inicia-revisao-de-leis-para-comunidade-negra>

Blog da Rose: aqui política se discute. **Valinhos vota projeto que proíbe mutilação e sacrifício de animais em rituais religiosos.** Disponível em: <http://blogs.band.com.br/blogdarose/2015/11/11/valinhos-vota-projeto-que-proibe-mutilacao-e-sacrificio-de-animais-em-rituais-religiosos/>

BOTELHO, J. A. **Abolição: 125 anos.** Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/abolicao-125-anos>

BRITTO, Clovis Carvalho. **A organização das feministas negras no Brasil.** Cad. Pagu, Campinas, nº 38, pp. 433-440, Jun 2012. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332012000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000100016&lng=en&nrm=iso)

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930.** *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 3, pp. 563-600, 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso)>.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **Lei do sexagenário.** Revista África e Africanidades. Ano I, nº 2. Ago 2008 - ISSN 1983-2354  
<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/LEI-DO-SEXAGENARIO.pdf>

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Ecologia, epidemiologia e sociedade.** São Paulo, ed. USP/Artes Médicas, 1992, 529p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v26n5/11.pdf>

GORAYEB, Adryane. **Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo e erradicação da miséria.** Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Abolição no Brasil: a construção da liberdade.** Revista HISTEDBR *Online*. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07\\_36.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf)

OLIVEIRA, José Luiz de Santos. O enforcamento do negro Elesbão: I. In: **Pró-Memória Negra de Campinas.** Disponível em: <http://promemorianegradecampinas.blogspot.com.br/2008/09/o-enforcamento-i.html>

Prefeitura Municipal de Campinas. **Atrações culturais.** Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/atracoes-culturais.php>

\_\_\_\_\_. **Emplacamento de ruas.** Disponível em: <http://setec.sp.gov.br/site/solo-emplacamento>

\_\_\_\_\_. Código de Posturas de Campinas de 1858. In: **Correspondências Posturas editais 1856 a 1872**, pp. 34-43. Disponível em: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p15?symfony=3hi2regtm2qgg5nc346okefi26>

\_\_\_\_\_. Código de Posturas de Campinas de 1864. In: **Código de posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas.** Disponível em: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p16?symfony=2m2rkp41ar9sovuv8sbtg9bh52>

\_\_\_\_\_. **Código de Posturas de Campinas de 1880 (primeira parte).** Disponível em: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p3?symfony=7usmvrc24s12rds1kv617cuq1>

\_\_\_\_\_. **Código de Posturas de Campinas de 1880 (continuação).** Disponível em: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/p1?symfony=7usmvrc24s12rds1kv617cuq1>

\_\_\_\_\_. **Lei de Uso e Ocupação do Solo: compilação.** 4ª ed, 2011. Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/lei\\_6031.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/lei_6031.pdf)

RAMOS, Élcio Henrique. **Campo santo.** Disponível em: [http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista03/sarao\\_ol\\_texto2.htm](http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista03/sarao_ol_texto2.htm)

\_\_\_\_\_. **Graças alcançadas.** Disponível em: [http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista14/sarao\\_ol\\_texto3.htm](http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista14/sarao_ol_texto3.htm)

ROBERT, Y. Y. A. **Sacrifício de animais em rituais de religiões de matriz africana.** Departamento de Direito. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio\\_resumo2008/relatorios/ccs/dir/yannick\\_yves\\_andrade\\_robert.pdf](http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/dir/yannick_yves_andrade_robert.pdf)

ROSADA, Mateus. **Desenhar, compreender espaços.** Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/2540/1874>

SANTOS, Renato Emerson dos. **Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder.** Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>

Saravaxé: amigos da Umbanda e do Candomblé do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://saravaxe.blogspot.com.br/>

SCUSSEL, Alexandre. **Brasil e Colômbia debatem sobre a cartografia cultural.** Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2012/10/22/brasil-e-colombia-debatem-sobre-cartografia-cultural/>

SEEMANN, Jörn. **Cartografia cultural na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas.** Boletim Goiano de Geografia, [S.l.], vol. 21, nº 2, pp. 61-82, Abr. 2009. ISSN 1984-8501. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4214>>.

SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX).** *An. mus. paul.*, São Paulo, vol 14, nº 1, pp. 81-119, Jun 2006. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso).

SOUZA, Daniele Santos de. **Repensando a Abolição: uma entrevista com Walter Fraga Filho.** Revista de História, nº 1, vol. 1, 2009, pp. 119-124. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_1/e01.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_1/e01.pdf)

TAUIL, Roberto. **A importância da fiscalização de posturas municipais.** Jan, 2010. Disponível em: <http://www.consultormunicipal.adv.br/novo/fizmun/0040.pdf>

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. **Escrita autobiográfica e construção subjetiva.** Psicologia USP, São Paulo, vol. 14, nº 1, pp. 37-64, Jan. 2003. ISSN 1678-5177. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42390/46061>>

TONELLA, Vanderley Antônio. **E o boi falou ou “falô”...** Saraó: memória e vida cultural de Campinas, vol. 2, nº 7, Abr 2004. Disponível em: [http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista19/PDF/sarao\\_texto\\_02.pdf](http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista19/PDF/sarao_texto_02.pdf)

VERZIGNASSE, Rogério. **Rosário: 50 anos de engajamento.** Disponível em: [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2015/06/metropole/291116-rosario-50-anos-de-engajamento.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/06/metropole/291116-rosario-50-anos-de-engajamento.html)

**A lenda do “Boi Falô”.** Disponível em:

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=UXv7vFSLbxU>

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=RrJy6YYMNic>

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=0lc-llh1meQ>

**Campinas para viver, ver e desfrutar.** Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/prefeitura/link16.html>

**Clube Machadinho.** Disponível em: <http://perseus.nied.unicamp.br/omeka/items/show/12>

Geraldo Ribeiro de Sousa Resende. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo\\_Ribeiro\\_de\\_Sousa\\_Resende](https://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo_Ribeiro_de_Sousa_Resende)

**LEI Nº 13.814 DE 7 DE ABRIL DE 2010.** Disponível em:  
<https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2010/1382/13814/lei-ordinaria-n-13814-2010-institui-no-municipio-de-campinas-a-festa-de-sao-jorge-a-ser-realizada-no-ultimo-domingo-do-mes-de-abril-de-cada-ano.html>

**Mapa Cultural Paulista.** Disponível em:  
<http://mapaculturalpaulista.org.br/mcp/edital-20132014/>

**Maracatucá.** Disponível em: <http://maracatuca.maracatu.org.br/campinas-maracatu/>

**O que é mapeamento cultural?** <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoas/politicas-e-acoas/mapeamento-cultural-1/o-que-e-1/index.htm>

**Raízes da roseira.** Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG\\_mJ0](https://www.youtube.com/watch?v=ZrdMHQG_mJ0)

**Roteiros turísticos gratuitos entram para o calendário de Campinas.** Disponível em: <http://www.campinas.com.br/eventos/2016/07/roteiros-turisticos-gratuitos-entram-para-o-calendario-de-campinas>

**Ruas da cidade homenageiam abolição da escravatura no país.** Disponível em:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=4199>

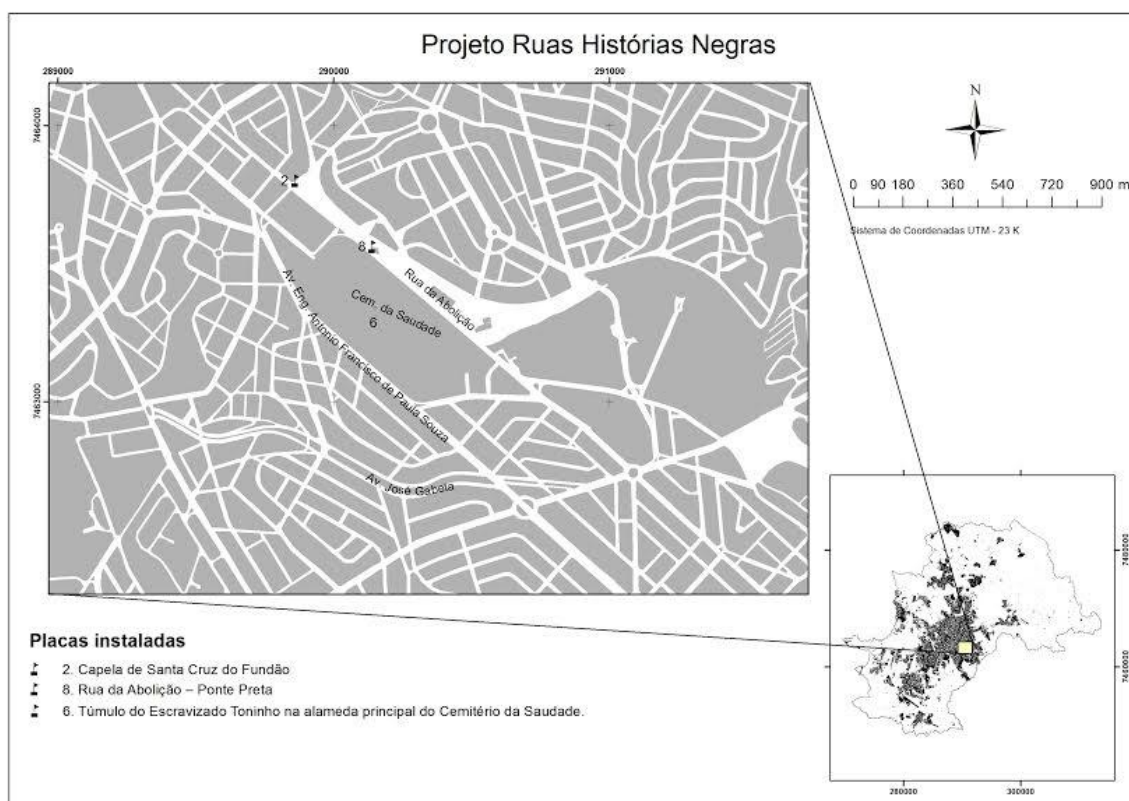
## ANEXOS

### CAPITULO 1 MAPAS

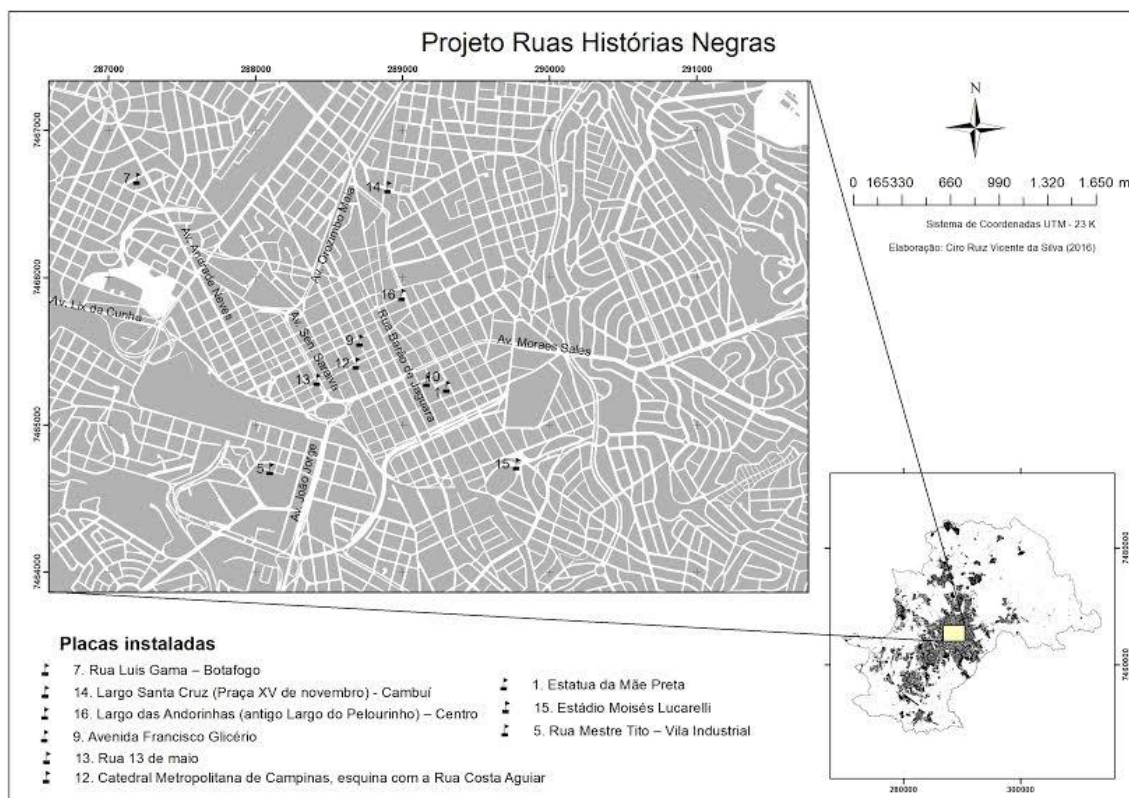
A inserção dos pontos cartográficos e elaboração dos mapas, teve como perspectiva evidenciar os territórios que foram se concretizando a partir dos percursos das narrativas contruídas ao longo da pesquisa.

Entretanto, o desvelar dessa percepção, nos colocou alguns limites acerca da melhor maneira de revelar o encontrado de modo a não impossibilitar a incompreensão na prioridade adotada na narrativa, por isso, apresentaremos aqui algumas sínteses observadas deste processo.

Mapa 1. Projeto Ruas Negras - Placas Instaladas. Fonte:Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



Mapa 2. Projeto Ruas Negras – Placas instaladas. Fonte:Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



Como podemos observar nas inscrições cartográficas, as placas instaladas estão inseridas em sua maioria nas áreas centrais da cidade. Ao visitarmos tais pontos durante a pesquisa de campo, foi percebido que a maioria dos entrevistados não conhecem tais personagens, isso nos mobilizou a realizar algumas palestras em oficinas de formação junto ao CEFORTEPE- Centro de formação de professores no Programa MIPID – que atua na área de formação pela diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.

Foi interessante perceber o quanto há desconhecimento por parte dos educadores como da população de modo geral, sobre a identidade desses personagens, causando grande curiosidade em especial aos personagens, Carlos Gomes e Francisco Glicérios, por sua popularidade e visibilidade no espaço urbano.

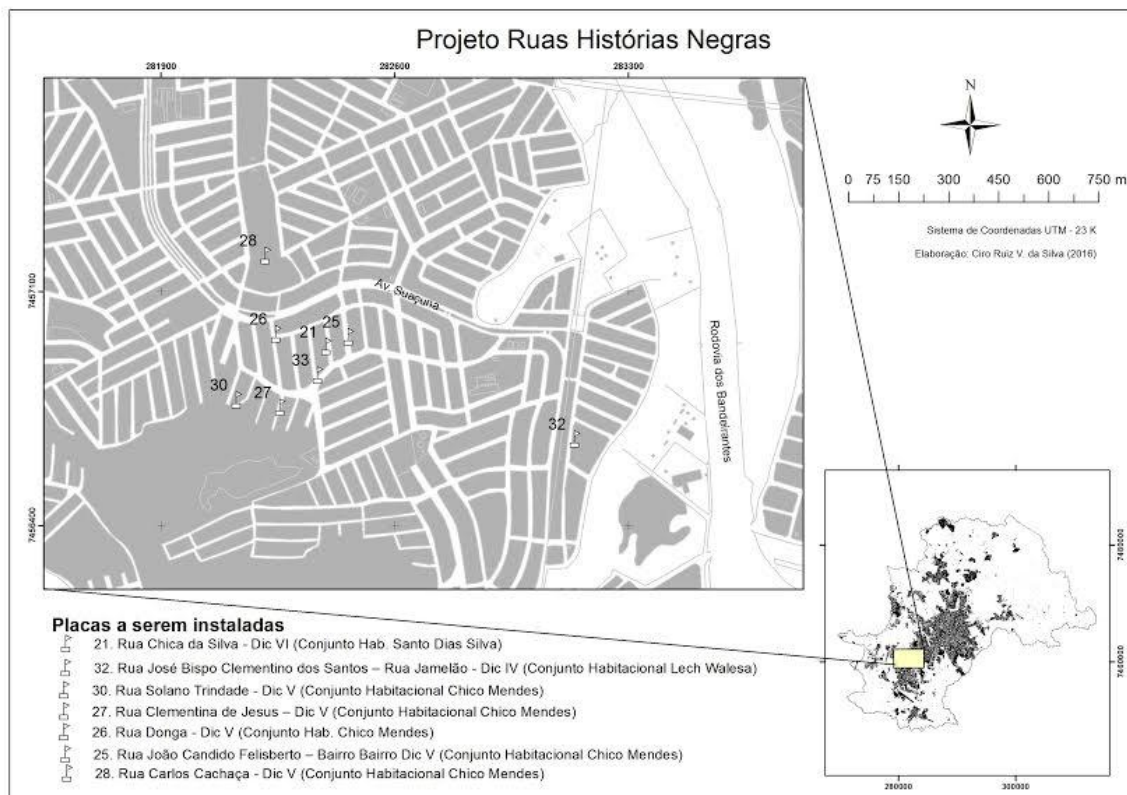
Nesta perspectiva, os slides elaborados pela assessoria do vereador Carlão, a sra. Edna de Almeida Lourenço, para a exibição do projeto na Câmara dos Vereadores em seu lançamento realizado em novembro/2015, torna-se um interessante material didático para a problematização dessa questão da



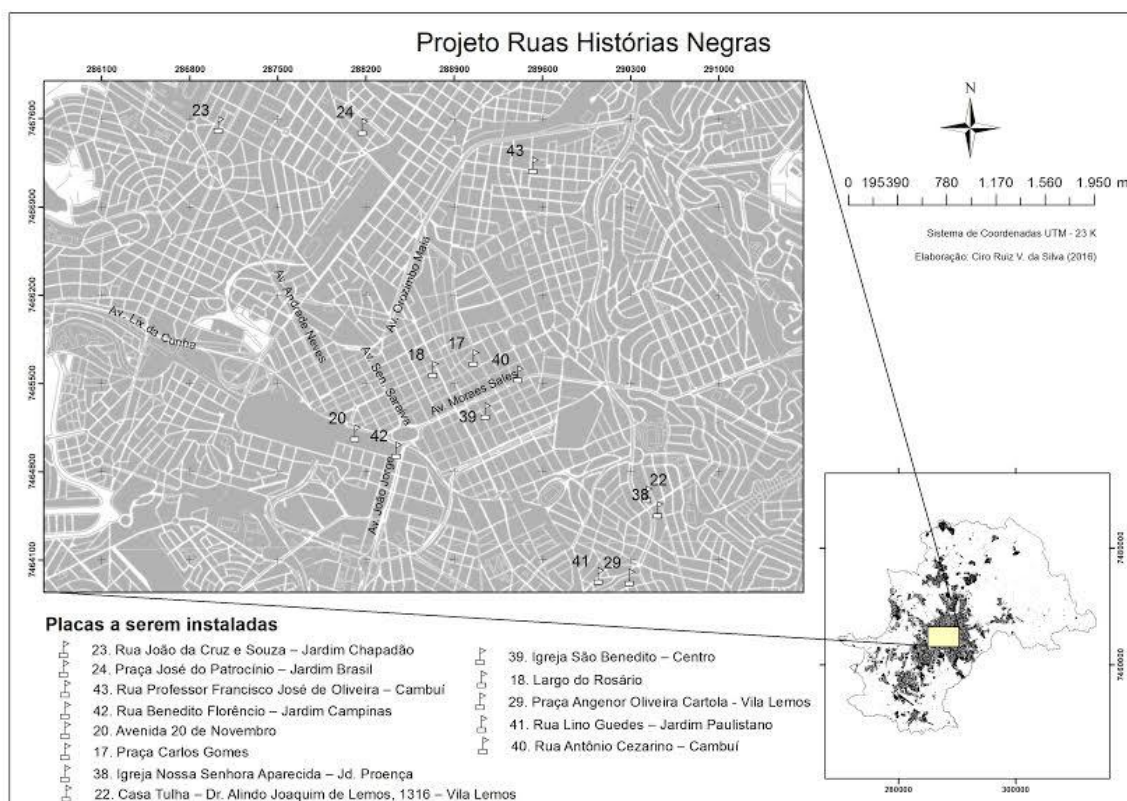
Representação e Ruas, como diálogo para ser inserido em praticas pedagógicas e construção da cidadania junto aos alunos.

Desconstruir a ideologia que torna invisível, o persangem homenageado com nome de Rua como não negro, foi a meta principal neste projeto.

Mapa 3. Projeto Ruas Negras- Placas a serem instaladas. Fonte:Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



Mapa 4. Projeto Ruas Negras – Placas a serem instaladas. Fonte:Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



Coincidentemente ou não, as placas a serem instaladas, estão em ruas que se encontram em sua maioria em regiões periféricas, com grande concentração na Região dos DIC'S, onde ocorreram as novas ocupações periféricas contemporâneas.

Bairros novos, ocupações novas, porém, ao investigarmos sobre a identificação com os nomes das ruas e sobre sua memória, a maioria dos moradores reconhecem os personagens.

Temos como hipótese para essa identificação entre moradores-personagens que receberam os nomes das ruas, primeiro a popularidade desses personagens, afinal quase todos conheceram nomes como: Grande Otelo, Cartola, Cçementina de Jesus entre outros e ao mesmo, a có-relação imediata da história desses com os moradores, são personagens em sua maioria pobres, periféricos e negros.

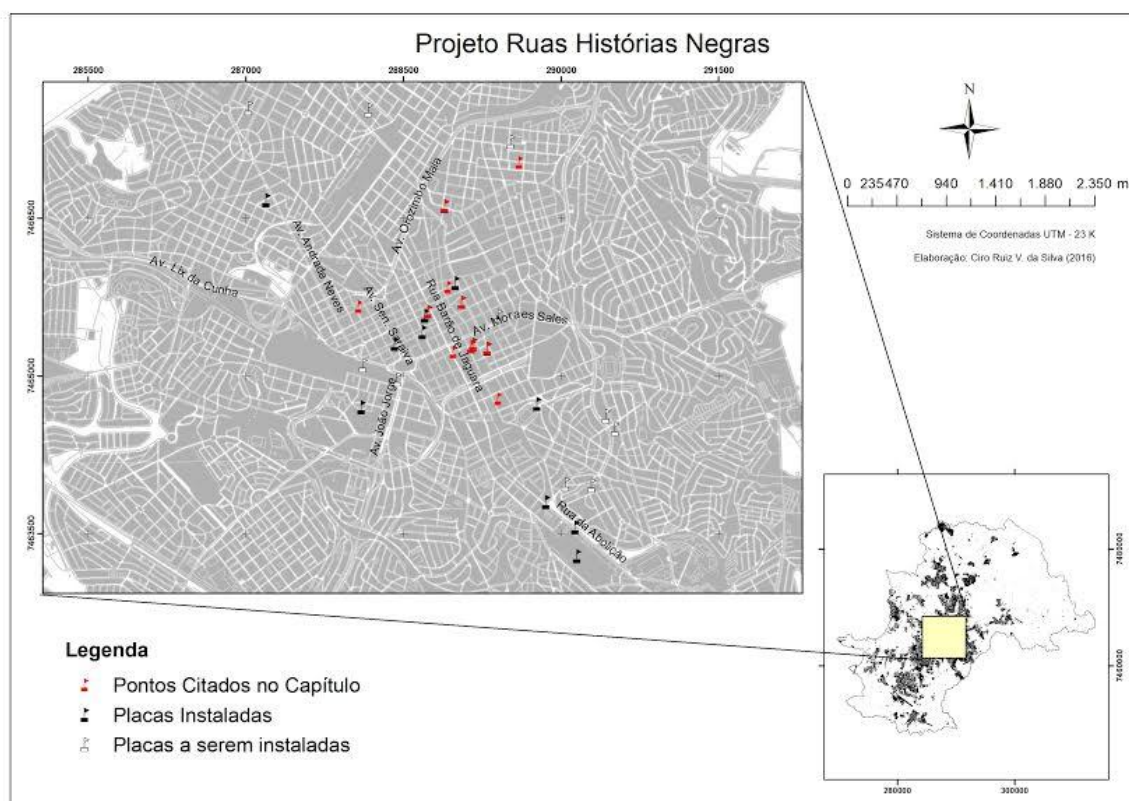
Enquanto, os moradores da Rua Antonio Cesarino, no Cambuí, área central da cidade e antigo reduto de moradia de negros e pobres, com vários cortiços, que ao longo do tempo e devido a contrução de vilas populares e retirada dos antigos moradores, torna-se um bairro de classe média, com população em sua maioria não negra e com muitos comércios voltados a esse novo público residente. Ao serem

pesquisados sobre a identidade do personagem, Antonio Cesarino, não sabiam absolutamente nada e nem imaginavam que sua identidade era negra.

A Rua Mestre Tito, na Vila Industrial, quanto território transitório – entre o passado industrial e ao mesmo próximo ao eixo que acessa a Rodovia Santos Dumond, área central da cidade, ao lado do Teatro Castro Mendes, teve como diferencia para a divulgação do personagem, a presença nos últimos 4 anos do Ponto de Cultura NINA localizado nesta rua, que ao absorver o personagem, desenvolveram várias ações com os narradores urbanos e núcleo de teatro.

O diálogo com o envolvimento e divulgação via peças teatrais, roteiros e percursos tendo as histórias de personagens negros, rodas de conversas, aproximou e muito esses moradores com a identificação do personagem, para eles morar na Rua mestre Tito, é morar em um lugar que tem história.

Mapa 5. Pontos do Capítulo II. Fonte: Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



O mapa com a inserção de todos os pontos do capítulo I, nos aponta outras possibilidades de leitura sobre a ocupação na cidade, seus pontos de concentração, esparramamentos, como possibilita o desenvolvimento de novos percursos e

roteiros de Matriz Africana, em Campinas, tendo como fio condutor a inserção das Ruas de Histórias Negras, e todo o universo que se revela ao nos aproximarmos da diversidade de atuação, períodos e histórias desses personagens e suas localizações.

## PESQUISA DE CAMPO

### RESUMO

Apresentado e aprovado pelo **Comitê de Ética**: Pretende-se verificar como a representação dos segmentos do patrimônio histórico cultural material e imaterial de matriz africana se manifesta e/ou se relaciona com espaços urbanos ou equipamentos públicos da cidade de Campinas. As materialidades e contribuições dessa presença negra que se faz persistente e transcende os tempos e períodos da história, permanecem registrados nos espaços da cidade, hipótese que este trabalho pretende desvelar. Esta hipótese tem como premissa a necessidade da ritualização de uma memória que neste caso necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. O objetivo desta análise é compreender a natureza dessas manifestações de matriz africana e como nessa interação requalificam esses espaços, para a percepção do papel do espaço urbano para as suas culturas locais na constituição da memória, identidade e visibilidade. Tendo como metodologia a construção de um mapeamento AFRO Social dos espaços e territórios negros de Campinas, em diálogo com o patrimônio histórico cultural material e imaterial, poderemos fomentar novas formas de compreensão e valorização dessas memórias no espaço da cidade de Campinas, e ampliar a crescente visibilidade, observada no decorrer dos últimos vinte anos, dessas manifestações em regiões e espaços antes restritos a práticas de outras culturas.

### QUESTIONÁRIO UTILIZADO

#### Questionário ETAPA 1 – Praças, Ruas, Largos e Monumentos

##### 1. Sexo

( ) feminino ( ) masculino

**2. Nome Completo (opcional)****3. Qual a sua cor/raça**

( ) branca ( ) preta ( ) parda ( ) amarela ( ) indígena ( ) outros ( ) NS/NR

NS – não sabe NR – não respondeu

**4. Idade**

\_\_\_\_\_anos. NS/NR

**5. Graus de Instrução**

( ) sem escolaridade ( ) fundamental incompleto ( ) fundamental completo

( ) médio incompleto ( ) médio completo ( ) superior incompleto ( ) superior completo ( ) NS/NR

**6. Naturalidade**

**7. Há quanto tempo reside na cidade de Campinas?\_\_\_\_\_ anos. ( ) NS/NR**

**8. Em qual bairro?**

**9. Você conhece a história dessa praça/largo/monumento/rua e/ou outro?**

( ) sim ( ) não

Caso saiba. Comentarei sobre a história. Caso a resposta seja positiva pular para a questão 10.

**10. Apresento brevemente o histórico. Você já tinha observado o nome desta praça/largo/monumento/rua e/ou outro?**

( ) sim ( ) não

**11. Você acha ser importante a cidade ter essa praça/largo/monumento/rua e/ou outros com referência à comunidade negra nos espaços urbanos da cidade?**

( ) sim ( ) não

**12. Você acha que a inserção de nomes em praça/largo/monumento/rua e/ou outro é perceptível nos espaços urbanos da cidade?**

( ) sim ( ) não

Caso a resposta seja positiva, pular para questão 13.

**13. O que falta em sua opinião para que a população tenha essa percepção?**

**14. Conhece alguma outra praça/largo/monumento/rua e/ou outro com essa referência a comunidade negra? ( ) sim ( ) não**

Caso a resposta seja negativa, pular para a questão 15.

**Quais são esses lugares?**

**15. Gostaria de deixar algum comentário sobre este questionário?**

( ) sim ( ) não

Caso a resposta seja negativa, encerrar o questionário.

**16. Comente**

**17. Minhas observações sobre a entrevista:**

## CRITERIOS APROVADOS PELO COMITÊ DE ÉTICA

ETAPA 1: serão entrevistadas 54 pessoas, sendo 3 em cada um dos pontos, transeuntes que tenham a disponibilidade voluntária em responder o questionário em ruas e vias publicas selecionadas como espaços de memória das matrizes africanas em Campinas, tendo como perfil de seleção ser homens ou mulheres com faixa etária de 18 a 90 anos e que residem na cidade de Campinas.

## RUAS, PRAÇAS, AVENIDAS E MONUMENTOS PESQUISADOS

Antonio Cesarino, Abolição, Av. Francisco Glicério , Monumento de Carlos Gomes, Monumento Mãe Preta, Mestre Tito, Praça Jose Neves Balthazar, Treze de Maio, Túmulo do Escravizado Toninho, Túmulo das Crianças, Túmulo do Seo Exu Tranca Ruas, Grande Otelo, Clementina de Jesus, Zumbi dos Palmares.

## OBSERVAÇÕES GERAIS DO CAMPO PESQUISADO

Percebemos que existe uma compreensão no senso comum, que nome de Rua é sempre dado às pessoas importantes e que no senso comum são “brancas e ricas”. Entretanto, independente da etnia do pesquisado, observamos um certo desinteresse geral, por saber quem é ou não esse personagem homenageado, sendo este um fator relevante, a ausência de visibilidade da Rua como espaço ferramenta de formação e representação carece ainda de ser melhor desenvolvida na cultura local.

Outro fator interessante é que, a nomenclatura de Rua é importante e fundamental, principalmente, as novas ocupações que ainda possuem na memória a dificuldade de ter vivenciado a experiência de não ter sido inserido como cidadão, na época em que não possuíam um CEP. Do qual dificultava e muito em seu acesso a estruturas cotidianas como receber cartas, instalar telefone, contas enfim. Rua é cidadania e poder utilizar essa dimensão como REPRESENTAÇÃO se mostrou essencial.

## CAPÍTULO 2

### CITAÇÃO 5: COMPLEMENTO

(...) Dentro das escolas de tradição de síntese, iniciáticas, costuma-se dividir, por uma questão didática, a história do movimento umbandista em quatro fases:

**1ª Fase:** No Século XIX, surge o Caboclo Curugussú, da linha de Ogum, que durante 9 anos, com uma imensa plêiade de emissários espirituais, veio lançando o termo Umbanda, conhecido apenas pelos indígenas como macauam ou anauam, como formas de velar o sagrado Aumbandan. Além da mediunização em uma pessoa, houve neste período uma completa higienização mental e espiritual dentro dos cultos afro-brasileiros – fazendo um verdadeiro saneamento e preparação do advento para o Caboclo das 7 Encruzilhadas.

**2ª Fase:** O Caboclo das 7 Encruzilhadas, através do médium Zélio de Moraes, trouxe o primeiro templo umbandista organizado, onde seria reimplantado o termo Umbanda e um ritual completamente diferente dos existentes.

**3ª Fase:** Desencarna, em 1975, Zélio Fernandino de Moraes, e o Caboclo das 7 Encruzilhadas prepara o advento de Pai Guiné, através do médium W. W. da Matta e Silva, para dar continuidade ao trabalho. Woodrow Wilson da Matta e Silva (conhecido como Pai Matta) nasceu em 28 de junho de 1917, e desencarnou em 17 de abril de 1988. Sempre procurou solidificar e dar um novo direcionamento ao movimento umbandista, pois era um grande pesquisador e mestre iniciado no Astral.

**4ª Fase:** A atual. Nesta quarta fase, somos regidos por Ogum, que pretende, dentro do menor espaço de tempo possível, abarcar o maior número de pessoas. É o chamamento para a Nova Era – representado pelos Clarins de Ogum.

## BALANÇO DE 2016: ARMAC E COLETIVO SARAVAXÉ – DIVULGADO NAS REDES SOCIAIS E EM REUNIÕES ABERTAS AO PÚBLICO GERAL (2015/2016)

A benção de meus mais velhos e meus mais novos.

Chegamos ao fim de mais um ano, um ano muito complicado para as nossas Religiões de Matriz Africana. Ano de muitas notícias de intolerância religiosa, de muitos terreiros sendo atacados, de leis sendo aprovadas contra nosso povo e infelizmente de grandes derrotas políticas.

Não gosto, aliás, como a maioria de nosso povo, de ter que falar de política junto à religião; preferia com certeza estar tratando de outros assuntos, mas não dá. A velha frase “Política não se mistura com religião” está aos poucos nos enfraquecendo perante a sociedade, pois só se fala esta frase na Umbanda e no Candomblé, visto hoje o tamanho da Bancada Evangélica no congresso Federal além do número de vereadores e prefeitos eleitos no ultimo pleito. Isso não é uma critica aos nossos irmãos de outras religiões, mas sim um “Preste atenção!” para nós. Aonde iremos reclamar na Capital Paulista caso um terreiro sofra alguma fiscalização por parte da prefeitura? Fiscalização essa que sabemos que só servem aos terreiros?

Aqui em minha cidade, Campinas, conseguimos eleger nosso candidato, o vereador Carlão (PT), nosso único aliado em uma cidade intolerante, homofóbica e preconceituosa. Em quatro anos de mandato nosso ilustre prefeito não visitou a cidade nem esteve em nenhum terreiro ou ato contra a intolerância ou racismo; talvez não tenha dado tempo...

Conseguimos com apenas um vereador aprovar algumas leis, como o Dia do Candomblé de Campinas e a lei que proíbe questionar a religião em entrevistas de emprego. Temos mais projetos em pauta, como transformar a Umbanda em Patrimônio Imaterial da cidade de Campinas. Outra grande ação foi reverter a lei que tramitava na Câmara, que iria coibir a imolação de animais em cultos religiosos.

A parceria com o vereador Carlão também nos deu um grande presente, idealizado pela grande guerreira e guardiã da Umbanda e do Candomblé: a Comendadora Edna Lourenço, que criou uma cartilha de 20 folhas com todos os passos para que um terreiro se regularize, distribuída gratuitamente pelo mandato.

Por apenas esses exemplos já se quebra a frase que citei acima sobre política e religião. Não posso deixar de citar a Deputada Estadual Clélia Gomes, que também tem seu gabinete totalmente aberto e luta pelas nossas religiões. Só tenho a agradecê-la por todo trabalho, dela e de sua equipe: pessoas dedicadas e com olhar nobre sobre nosso povo.

Temos aqui em Campinas a ARMAC (Associação dos Religiosos de Matriz Africana de Campinas e Região) da qual sou o atual presidente e que chega ao seu 13º ano com um balanço muito positivo. Antes desse balanço, vou definir o que faz a ARMAC:



- Difundir a cultura das religiões de matriz africana;
- Combater a intolerância religiosa;
- Fomentar a parceria com outras associações congêneres e entidades sociais;
- Representar os associados perante quaisquer órgãos, repartições, esferas ou instâncias da Administração Pública direta ou indireta;
- Criar a comunicação entre as entidades que ministram as religiões de matriz africana;
- Defender a liberdade religiosa e de culto;
- Auxiliar e orientar os associados na regularização das entidades perante aos órgãos públicos.

No ano de 2016 a ARMAC chegou a 90 casas filiadas.

Temos por filosofia cuidar de nossos membros da porta do terreiro para fora, jamais interferindo no culto de cada casa. Participamos ativamente de todas as ações em Campinas e Região nos quesitos em que lutamos, como:

Essas foram algumas das ações a qual a ARMAC participou, entre tantas outras no ano de 2016.

- 1ª Caminhada de Santana de Sumaré
- 2º Torneio de Futebol inter-religioso – parceria com a FEUCEM
- 3º Casamento Afro-Religioso de Campinas – parceria com Coletivo Saravaxé e Casa de Cultura Fazenda Roseira
- 3º Encontro de Juventude de Terreiro – parceria com a Casa de Cultura Fazenda Roseira e Coletivo Saravaxé
- 11ª Festa de São Jorge de Campinas – Edna Lourenço
- 12ª Homenagem às Mães Criadeiras e Ogãs – Edna Lourenço
- 31ª Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas – Mãe Dango e Mãe Corajacy
- As Águas de São Paulo
- Ações da Prefeitura e Câmara de Vereadores referente ao 21 de Janeiro: Dia de Combate à Intolerância Religiosa
- Arraial do Axé – Pai Gitalanguange – Saravaxé
- Destaques do Axé – Pai Francisco de Oyá
- Dia do Candomblé de Campinas – Parceria Saravaxé
- Dia da Umbanda de Campinas

- Dia de Umbanda de Paulínia
- Dia da Umbanda de Sumaré
- Dia da Umbanda de Valinhos
- Festejos de Iemanjá na Praia Grande – Parceria com a FEUCEM
- Força da Raça – Edna Lourenço
- Grafiteiros do Axé – Pai Armando
- Inauguração do Santuário de Tranca Ruas no Cemitério da Saudade de Campinas – Parceria com a Saravaxé
- Marcha Zumbi dos Palmares de Campinas
- Prêmios FOESP: Homenagem a Mães e Pais

Foi um ano difícil, mas de vitórias, pois tudo que nos propusemos a fazer e pelo que lutar nós conseguimos. Nada é fácil para nosso povo, mas quando nadamos contra a maré nossos braços ficam mais musculosos.

Em minha casa, o Terreiro da Vó Benedita, também tivemos um ano de muito trabalho. Nossa casa abre de segunda a sábado com o atendimento caritativo da Umbanda; hoje temos um corpo mediúnico de 140 pessoas e ligação com 10 Terreiros de Umbanda em Americana, Indaiatuba, Sumaré, Valinhos. Nosso projeto é de abrir mais uma casa, mas na Capital Paulista, levando a Bandeira de Oxalá.

Nesses últimos dois anos em que estive à frente da ARMAC, perdi a conta de quantas casas de Umbanda e Candomblé visitei. Diga-se de passagem que sempre fui muito bem recebido em todas, mas a grande mensagem que fica para mim, como umbandista que sou, é que não é possível definir a Umbanda em um livro, um documento ou em uma carta: a Umbanda é oralidade. Nosso livro sagrado é o toco do Preto Velho, a erva do Caboclo, o balanço do Marinheiro, a alegria de Cosme e Damião, a força de um Boiadeiro, o gingado do Baiano para atravessar as dificuldades, a seriedade de uma Pomba Gira no lidar dos sentimentos. Nosso livro sagrado somos nós, Umbandistas.

Quer conhecer a Umbanda? Pise num terreiro e sinta a Umbanda.

Quer definir a Umbanda? Use a frase “Como podemos lhe ajudar?”

Que 2017 seja de muitas vitórias e de conscientização a nosso povo!

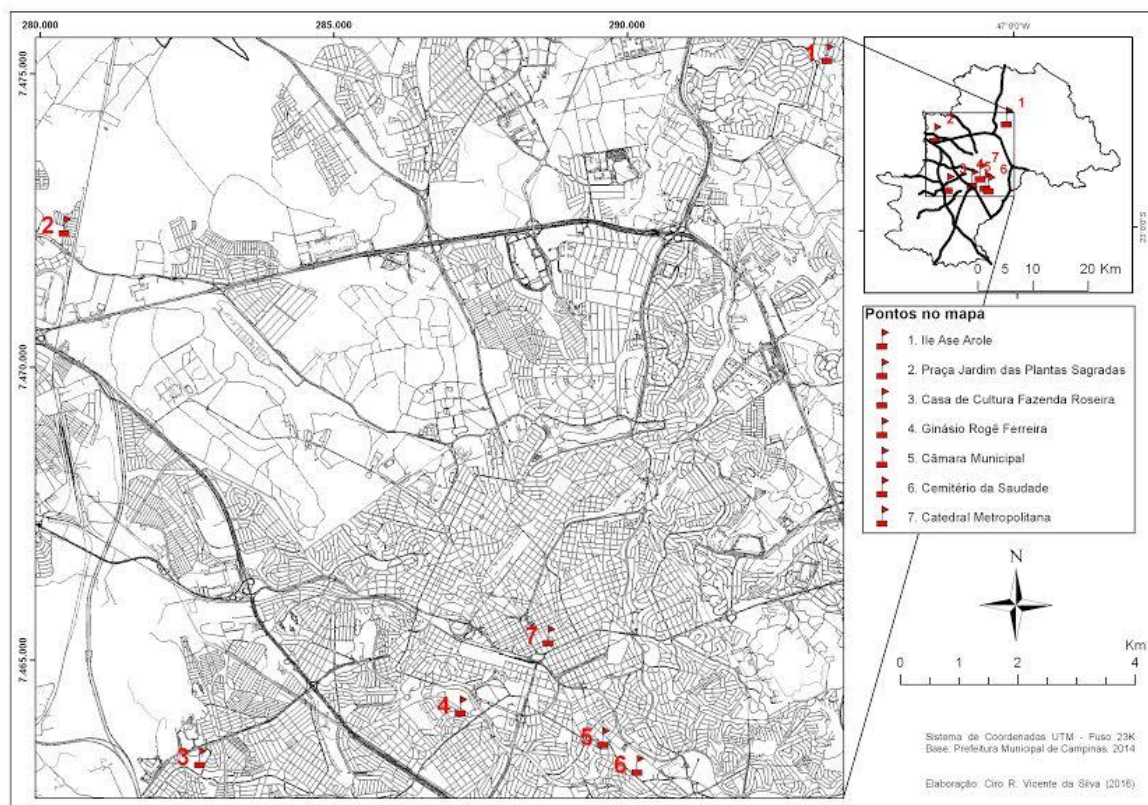
**Pai Joãozinho Galerani**

**Umbandista de Alma e Candomblecista de Coração**

Presidente da ARMAC (Associação de Religiosos das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Campinas e Região), Coordenador da Juventude de Terreiro da RMC, Dirigente Espiritual do Terreiro da Vó Benedita, Gestor e Idealizador do Coletivo e Saravaxé – Amigos da Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo, Idealizador da Comissão Política do Axé, Membro do Coletivo de Combate ao Racismo da CUT

Membro da Comissão da Verdade sobre a Escravidão no Brasil da OAB, Membro da Coordenação das Águas de São Paulo, Membro do Comitê Técnico de Saúde da População Negra da Secretaria de Saúde de Campinas, Membro do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas, Membro do FOESP – Fórum das Comunidades de Terreiro e de Tradições de Matriz Afro-Brasileira do Estado de São Paulo, Vice-Presidente da FEUCEM (Federação Espírita de Umbanda e Candomblé Estrela do Mar).

Mapa 6. Pontos Citados no Capítulo 2: Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



Ao observarmos os pontos mapeados, existe concentração dos religiosos de Matriz Africana em alguns deles, do qual destacaremos aqui, a Casa de Cultura Fazenda Roseira, que ao acolher a demanda destes religiosos ampliou suas ações e tornou-se mais um espaço de organização dos mesmos e de fortalecimento junto as políticas e ações culturais, sociais e de contribuição ao desenvolvimento de conteúdos contra a intolerância religiosa.

## A PESQUISA DE CAMPO – COMPLEMENTO

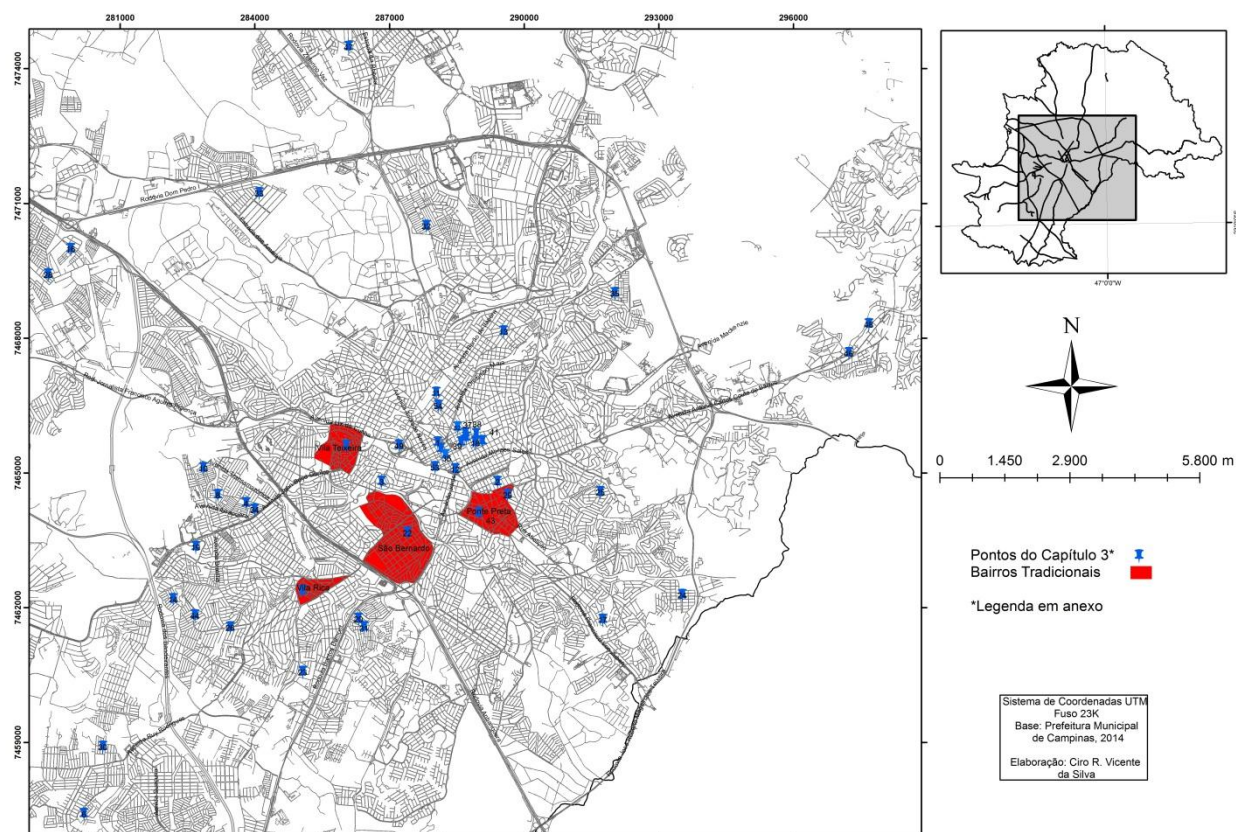
### CRITERIOS DOS PESQUISADOS APROVADO PELO COMITE DE ETICA

A ETAPA 2 serão entrevistada 45 pessoas, com o perfil para seleção ser homens ou mulheres com faixa etária de 18 a 90 anos que estejam participando das festas e/ou atos públicos religiosos de matrizes africanas realizados em espaços públicos da cidade de Campinas sendo: 15 Umbandistas 15 Candomblecistas ( 3 nação keto, 3 nação angola, 3 outras ou afins) 16 participantes de Grupos Culturais vinculados à manifestações negras (maracatu, jongo, capoeira, afoxé, entre outras manifestação do segmento cultural afro com vinculo religioso de matriz africana)

## CAPITULO III

### MAPAS

Mapa 7. Pontos Citados no Capítulo III. Fonte: Supervisionado pela pesquisa e elaborado por Ciro Ruiz Vicente da Silva.



## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

### Matriz Africana

ILE AXÉ AROLE - Pai Gitalanguange (povos dálmatas)

MACIEL, Cleber da Silva – “Discriminações Raciais : negros em Campinas (1888-1926)”.

OLIVEIRA, Valdir – “Elesbão”.

XAVIER, Regina Célia Lima – “Religiosidade e escravidão no século XIX Mestre Tito”.

### Reterritorialização – Mapeamento

ANDRADE, Margarida J.F.S - “Transformações Urbanísticas em Fortaleza de 1810-1933”.

CHERLOTTI, Marcelo C. - “Reterritorialização e identidade territorial”.

HAESBAERT, R. – “Territórios alternativos”.

INGLUD, Tim – “Trazendo as coisas de volta a vida – emaranhados criativos num mundo de materiais”.

### Povos Étnicos de Matriz Africana

I SOEITXAWE Congresso Internacional Científico na Amazônia – Cacoal (RO) – Povo Paitér Surui – Plano de Metas de 50 anos

Marcos Regulatórios dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro

### Identidade e Manutenção da Ordem- Família Baltazar (banto/matriarcal)

AGUALUSA, José Eduardo – “A Rainha Ginga”.

SLENES, Robert. W. – “Na senzala uma flor – recordações na formação da família escrava. Brasil. Sudeste. Século XIX”.

PIROLA, Ricardo F. – “Conspiração escrava em Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família”.

**Mediunidade/Ancestralidade** Templo de Umbanda Mãe Joana Três Estrelas (set/1987) – Terreiro da Vó Benedita (out/2013) – Lavagem das Escadarias.  
 PRANDI, Reginaldo - “ Mitologia dos Orixás”.  
 PREVITALLI, Ivete. M. - “Candomblé Agora é Angola”.

#### **Programa dos Pontos de Cultura - Marco Regulatório**

Ponto de Cultura Tainã, Urucungus’s, Puítas e Quijengues e NINA – Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais  
 TURINO, Célio. - “O Brasil de Baixo para Cima”.  
 Participação na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

#### **Patrimônio Cultural Imaterial**

Liderança Jongueira – Comunidade Jongo Dito Ribeiro Registro do Jongo do Sudeste  
 MARTINS, Alessandra R. – “Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no Sudoeste do Brasil no Século XXI”.  
 Pontão de Cultura Jongo/Caxambu

#### **Patrimônio Material – Público/Privado**

Gestão da Casa de Cultura (AFRO) Fazenda Roseira  
 ARENDT, Hanna - “A Condição Humana”.  
 BIKO, Steve. “Eu escrevo o que eu quero”.  
 RIBEIRO, Matilde. – “Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 -2010)

#### **Racismos e Discriminação em Campinas**

Có – fundadora do Coletivo Saravaxé – Juventude de Terreiro - ARMAC (2ª secretaria)  
 Códigos de Postura de Campinas  
 Leis e Decretos Municipais  
 Constituição de 1988  
 LOURENÇO, Edna de Almeida. – “Caminhos do Axé”.  
 ROLNIK, Raquel - A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo”.  
 SANTOS, Milton – O espaço do Cidadão”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapa 8. Todos os Pontos Citados na Tese. Fonte:Supervisionado pela pesquisa e elaboro por Ciro Ruiz Vicente da Silva

## Mapa Geral dos Pontos Analisados no Trabalho

